

**A UFOP E A LUTA CONTRA A DITADURA MILITAR**

**RELATÓRIO FINAL**

**GT UFOP**

**Grupo de Trabalho da Universidade Federal de Ouro Preto criado em parceria com a  
Comissão da Verdade em Minas Gerais**

**Organizadores:**

**Marco Antonio Silveira**

**Marta Regina Maia**

**Mateus Henrique de Faria Pereira**

**Camilla Cristina Silva**

Ouro Preto – Minas Gerais – Brasil

Dezembro de 2017

## **Relatório Final**

### **Violações de direitos fundamentais à comunidade universitária e à cidade de Ouro Preto durante a ditadura militar (1946-1988)**

Relatório Final do GT UFOP, grupo formado em parceria com a Comissão da Verdade em Minas Gerais (COVEMG), com o objetivo de explicar como se organizaram os movimentos de oposição à ditadura militar brasileira e o aparato repressivo na cidade de Ouro Preto. Com enfoque especial na organização do movimento estudantil dentro da Universidade Federal de Ouro Preto, este relatório analisa as violações de direitos fundamentais ocorridas na comunidade universitária entre os anos de 1946 e 1988, principalmente após o golpe de 1964.

## Coordenadores:

Ms. Camilla Cristina Silva

Prof. Dr. Marco Antonio Silveira

Profª Drª Marta Regina Maia

Prof. Dr. Mateus Henrique de Faria Pereira

## Professores/Colaboradores:

Prof. Dr. Arnaldo Zalgelmi,

Prof. Dr. Bruno Camilloto

Profª. Drª. Natália Lisbôa.

## Pesquisadores:

Amanda Queiroz Magalhães

Calos Romano

Jade Noronha

Jairo Caetano

Juliana Carvalho,

Lilian Andrade

Marina Almeida

Thatyanna Mota

Wanalyse Emery.

## Colaboradores:

Ana Carolina Monay

Bruna Teza

Deivid Oliveira

Joyce Fonseca

Luiz Fernando Loureiro Ribeiro

Patrick de Araújo

Rafael Drumond

Raíssa Braga

Yemane Fernanda Telles.

## **Prof. Dr. Marco Antonio Silveira**

Possui, pela Universidade de São Paulo, graduação em História (1989), e mestrado (1994) e doutorado (2000) em História Social. Realizou estágio pós-doutoral no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (agosto de 2004 a julho de 2005) e na Universidade Federal Fluminense (março de 2011 a fevereiro de 2012). Efetuou missão científica na Cleveland State University

(setembro de 2007) e na Universidad Autónoma de Madrid (janeiro e fevereiro de 2015). Atualmente é professor associado da Universidade Federal de Ouro Preto.

### **Profª Drª Marta Regina Maia**

Professora Associada do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto. É Conselheira Administrativa da Sociedade Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor - Gestão 2015-2017). Graduada em Comunicação-Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1986), também graduada em História (Bacharelado e Licenciatura) pela Universidade Estadual de Campinas (1994), com mestrado em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba (1993) e doutorado em Ciências da Comunicação - Jornalismo, pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (2003), com pós-doutorado pela Universidade Federal de Minas Gerais (2014). Líder do Grupo de Pesquisa “Jornalismo, Narrativas e Práticas Comunicacionais” (JorNal/CNPq). Uma das coordenadoras da Rede de Pesquisa Narrativas Midiáticas Contemporâneas (Renami). Orientadora de Projetos de pesquisa sobre narrativas jornalísticas. UFOP (PPGCOM-UFOP)

### **Prof. Dr. Mateus Henrique de Faria Pereira**

Professor Associado da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), onde leciona, na graduação, disciplinas sobre História do Brasil República. É membro do Núcleo de Estudos em História da Historiografia e Modernidade (NEHM). Doutor em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (2006), onde também se graduou em História (1999).

### **Ms. Camilla Cristina Silva**

Doutoranda, mestre, bacharel e licenciada em História pela Universidade Federal de Ouro Preto. Participou, como pesquisadora, dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, como monitora do curso Introdução Crítica à Justiça de Transição na América Latina, ofertado pela Universidade de Brasília, em parceria com a Comissão de Anistia, como bolsista da Rede Latino Americana de Justiça de Transição e como coordenadora do GT UFOP, grupo vinculado à Comissão da Verdade em Minas Gerais.

## SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS _____	4
INTRODUÇÃO _____	5
PARTE I – A universidade dentro da cidade e o contexto político do pré e pós-golpe de 1964 _____	7
Capítulo 1 – Ouro Preto: condições sociais e políticas nos anos 1950 e 1960 _____	11
Capítulo 2 – Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil: conexões políticas _____	25
Capítulo 3 – Ouro Preto e os grupos de esquerda _____	42
Capítulo 4 - Ouro Preto e o golpe de 1964 _____	50
Capítulo 5 - A cassação dos vereadores trabalhistas em Ouro Preto _____	74
Capítulo 6 - O AI-5 e as alternativas de resistência _____	99
PARTE II - A cidade e o contexto dentro da universidade _____	15
Capítulo 1 - Da cidade às repúblicas: disputas em torno do movimento estudantil em Ouro Preto _____	116
1.1 Prisões, monitoramento e resistência: a “Operação Limpeza” e as manifestações de 1964 _____	118
1.2 O golpe à liberdade: a repressão nas comemorações do 21 de abril _____	24
1.3 “Abaixo à ditadura!”: as repúblicas estudantis de Ouro Preto como focos de mobilização _____	128
1.4 “Mais fortes são os valores do povo”: o envolvimento de estudantes secundaristas de Ouro Preto na luta contra a ditadura _____	132
Capítulo 2 - A atuação do Movimento Estudantil na Escola de Farmácia e na Escola de Minas de Ouro Preto: uma análise das distintas formas de resistência e repressão _____	137
2.1 Escola de Farmácia de Ouro Preto: resistência institucional e controle ideológico _____	143
2.2 Estudo de caso: estudante Dietrich Sebald Ritter Von Kostrich _____	146
2.3 Estudo de caso: estudante Rogério Peret Teixeira _____	158
2.4 Estudo de caso: <i>estudante</i> João Francisco Castelão Júnior _____	162
2.5 - Estudante Dário Fontana _____	165
Capítulo 3- Escola de Minas de Ouro Preto: o engajamento estudantil e o clima de terror imposto pela repressão _____	171
3.1 Combatendo o autoritarismo: o engajamento do Diretório Acadêmico contra a violência da instituição e do regime militar _____	172
3.2 O XXX Congresso da UNE – A prisão de César Epitácio Maia _____	178

3.3 Enquadramentos no Decreto 477: o desligamento dos estudantes Lincoln Ramos Vianna e Pedro Carlos Garcia Costa _____	181
3.4. Prisão, tortura e expulsão – O caso de Newton Moraes _____	187
Capítulo 4 - Os “olhos da repressão” em Ouro Preto: a Assessoria de Segurança e Informação da UFOP _____	192
4.1 Monitoramento de docentes da Escola de Minas de Ouro Preto _____	195
Capítulo 5 - Mobilizações conjuntas de estudantes de diferentes cursos da UFOP (1970-1980) _	200
Considerações finais _____	205
Recomendações _____	212
Demandas Institucionais _____	214
Anexos _____	230
Anexo 1 - Os Festivais de Inverno e a Repressão em Ouro Preto - Leon Frederico Kaminski ___	231
Anexo 2 - O Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS/UFOP) no processo de redemocratização - Arnaldo José Zangelmi _____	244

## **Agradecimentos**

Primeiramente, agradecemos, pela iniciativa e pelo suporte, à Comissão da Verdade em Minas Gerais (COVEMG), sem a qual a formação do GT UFOP não teria sido possível neste momento. Agradecemos especialmente a Maria Céres Pimenta Spínola Castro, por sua força incansável na luta contra as arbitrariedades de ontem e hoje, e a Vanuza Nunes, que confiou em nosso trabalho e foi a principal incentivadora desta pesquisa.

Pelo apoio recebido dentro da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), agradecemos ao ex-reitor Marcone Jamilson Freitas Souza e à ex-vice-reitora Célia Maria Fernandes Nunes, bem como à reitora Cláudia Aparecida Marlière de Lima e ao vice-reitor Hermínio Arias Nalini. Agradecemos ainda ao professor do Departamento de História Fábio Faversoni, pela disponibilidade e atuação que possibilitaram a execução deste trabalho.

Agradecemos todo o apoio e auxílio que recebemos desde o início do coordenador do Arquivo Central da UFOP, Zenóbio dos Santos Júnior, assim como à toda a equipe do arquivo, sempre à disposição para ajudar. Agradecemos também, pela atenção e disponibilidade, à ex-diretora da Escola de Farmácia, professora Andreia Grabe, e a Ingrid Borges, museóloga responsável pelo Museu de Pharmacia e pelo arquivo da instituição. Aos professores Issamu Endo e José Geraldo Arantes de Azevedo Brito, diretor e vice-diretor da Escola de Minas, respectivamente, por permitiram nosso acesso ao Arquivo Permanente da Escola, assim como à funcionária Rafaela pela disponibilidade. Agradecemos a Helenice Afonso de Oliveira e Polyana Renata de Oliveira, pelo auxílio no Arquivo Público Municipal de Ouro Preto (APMOP), e ao servidor Miguel, por possibilitar o acesso ao Arquivo da Câmara Municipal de Ouro Preto (ACMOP).

Por fim, agradecemos imensamente a todas/todos da equipe do GT UFOP, que trabalharam arduamente, mesmo em circunstâncias adversas, por acreditarem que, através do esclarecimento das violações fundamentais cometidas por agentes e colaboradores da ditadura militar brasileira, podemos destacar a importância de agir sobre nosso passado e nosso presente.

Lembrar como sinônimo de justiça às arbitrariedades de ontem e hoje!

## Introdução

Em de outubro de 2016, foi firmado entre a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e a Comissão da Verdade em Minas Gerais (COVEMG) um termo de cooperação, que deu origem ao grupo de trabalho responsável por pesquisar a ocorrência, no período de 1946 a 1988, de violações de direitos fundamentais nas Escolas de Minas (EMOP) e de Farmácia (EFAR), assim como, a partir de 1969, na UFOP. Nomeado como GT UFOP e estando sob a coordenação da professora Marta Maia, do professor Mateus Pereira e da doutoranda Camilla Cristina Silva, o grupo reuniu membros da comunidade acadêmica de diferentes cursos, dentre graduandas/os, pós-graduandas/os e professoras/es<sup>1</sup>.

Inicialmente, quando foram definidas as principais finalidades a serem buscadas, entendeu-se que seria fundamental, na análise dos casos levantados, relacionar as fontes escritas da época, incluindo recortes de jornais, com as memórias daqueles que vivenciaram e de alguma forma estiveram envolvidos nos conflitos e arbitrariedades do período<sup>1</sup>. Desse modo, as tarefas iniciais voltaram-se para o levantamento de documentação relativa ao corpo universitário de Ouro Preto, que poderia ser encontrada nos arquivos da UFOP, da cidade e de outras regiões. Através de solicitações realizadas pela COVEMG, o GT recebeu extenso material do Arquivo Nacional - tanto do Rio de Janeiro, quanto do Distrito Federal - e do Arquivo Público do Estado de São Paulo, os quais auxiliaram largamente na execução deste relatório. Foram também utilizados muitos dos documentos que se encontram disponíveis online no acervo do DOPS/MG, disponibilizado pelo site do Arquivo Público Mineiro (APM). Além disso, foram consultados documentos constantes do Arquivo Público Municipal de Ouro Preto (APMOP), do Arquivo da Câmara Municipal de Ouro Preto (ACMOP) e do Arquivo da Câmara Municipal de Mariana (ACMM)<sup>2</sup>. Contudo, os arquivos da UFOP – Arquivo Central, Arquivo da Escola de Farmácia de Ouro Preto e Arquivo Permanente da Escola de Minas de Ouro Preto<sup>3</sup> – forneceram um importante suporte para esta pesquisa.

---

<sup>1</sup> Diante do tempo que tínhamos - entre novembro de 2016 e junho de 2017 - para execução deste trabalho, optou-se por focar a análise no período que se estende do início da década 1960, com o maior enfoque no ano de 1964, até o início dos anos 1980.

<sup>2</sup> Gostaríamos de agradecer à disponibilidade de Polyana Renata de Oliveira e à Helenice Afonso de Oliveira no APMOP e ao servidor Miguel, do Arquivo da Câmara de Ouro Preto.

<sup>3</sup> Agradecemos imensamente todo o apoio e auxílio dado desde o início pelo coordenador do Arquivo Central da Universidade Zenóbio dos Santos Júnior e a toda sua equipe, sempre disponível a nos ajudar. Agradecemos também, pela atenção e disponibilidade, a ex-diretora da Escola de Farmácia, professora Andreia Grabe, e a Ingrid Borges, museóloga responsável pelo Museu de Pharmacia e pelo arquivo da instituição. Aos professores Issamu Endo e José Geraldo Arantes de Azevedo Brito, diretor e vice-diretor da Escola de Minas, respectivamente, por possibilitarem nosso acesso ao arquivo da permanente da Escola.



Do ponto de vista da participação da comunidade ouropretana e acadêmica, elaborou-se uma chamada para que quem desejasse compartilhar suas lembranças sobre o período da ditadura militar na cidade enviasse material e informações até 30 de maio de 2017. Infelizmente, mesmo com a extensão desse prazo, não houve nenhum retorno. Sendo assim, os depoimentos e testemunhos que dão vida aos episódios de resistência e repressão no ambiente universitário de Ouro Preto foram, em sua maioria, reunidos pelo minucioso trabalho desenvolvido pelo historiador Otávio Luiz Machado<sup>4</sup>.

Apesar de ter sido realizado após uma pesquisa exaustiva que se estendeu por poucos meses – precisamente, entre novembro de 2016 e julho de 2017 -, e enfrentou alguns percalços, o relatório apresentado alcançou resultados significativos. Porém, não pretende ser uma avaliação inequívoca e definitiva sobre o contexto da ditadura militar nas instituições de ensino superior de Ouro Preto. Ademais, devido à demanda específica solicitada pela Comissão da Verdade, a pesquisa voltou-se primordialmente à organização do movimento estudantil nas referidas instituições. Assim, os poucos casos levantamos sobre professores e funcionários da comunidade acadêmica são apresentados de forma introdutória e precisam ser aprofundados por novas pesquisas e/ou ações institucionais.

Deseja-se que este relatório, associado ao trabalho de Otávio Machado e de outros pesquisadores<sup>5</sup>, seja mais um passo no árduo caminho de elaboração coletiva de um passado ainda tão presente e ao mesmo tempo tão desconhecido. Para que o conhecimento e o reconhecimento da atuação estudantil e, conseqüentemente, da repressão efetuada nesta cidade histórica sejam ainda mais reforçados, em 2018 será divulgado, também como produto desta pesquisa, um documentário acerca das violações de direitos fundamentais ocorridas em Ouro Preto durante a ditadura militar.

O Relatório divide-se em duas partes. A primeira, intitulada “A Universidade dentro da cidade e o contexto político do pré e pós-golpe de 1964”, tem por objetivo reconstituir o cenário político e social da cidade de Ouro Preto, privilegiando-se a década de 1960. Os seis capítulos que a compõem foram escritos pelo professor Marco Antonio Silveira, membro do GT da UFOP, que fundamentou-se em pesquisas realizadas, com o apoio dos alunos Thatyanna Mota e Jairo Caetano, junto ao Arquivo Público Municipal de Ouro Preto (APMOP), ao Arquivo da Câmara Municipal de

---

<sup>4</sup> Grande parte dos depoimentos colhidos por Otávio Machado pode ser acessada através do blog “Seja realista: peça o impossível (Movimento Estudantil Brasileiro)”: <http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com.br/>.

<sup>5</sup> Importantes, por exemplo, são os trabalhos de Leon Kaminski e Natália Andrade para se entender a conjuntura da ditadura brasileira na cidade de Ouro Preto. Para mais informações, consultar: KAMINSKI, L. F. *Por entre a neblina: o Festival de Inverno de Ouro Preto (1967-1979) e a experiência histórica dos anos setenta*. 2012. 256 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2012; CARVALHO, Natália Andrade. *Em busca do ‘credo vermelho’: operação limpeza e ‘subversão’ na Escola de Minas de Ouro Preto após o golpe de 1964*. Monografia de bacharelado em história. Mariana, ICHS/Ufop, 2011.

Ouro Preto (ACMOP) e ao acervo do DOPS/MG. A segunda parte, “A cidade e o contexto dentro da universidade”, dedica-se a compreender a atuação de discentes e docentes nas repúblicas estudantis, bem como na Escola de Minas e na Escola de Farmácia, observando ainda as estratégias de repressão adotadas contra os que se opuseram à ditadura. Foi fundamentalmente estruturado pela doutoranda Camilla Cristina Silva, membro da coordenação do GT UFOP, que contou com amplo apoio de toda a equipe, em especial da Amanda Queiroz Magalhães. Embora ambas as seções se sobreponham em alguns pontos, optou-se por mantê-las na íntegra, já que a retirada de trechos ou informações pontuais poderia prejudicar as análises em que se inserem. O Relatório ainda apresenta dois anexos: o primeiro, escrito por Leon Frederico Kaminski, reflete sobre os Festivais de Inverno e a repressão em Ouro Preto; o segundo, de Arnaldo José Zangelmi, relata a criação do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS/UFOP) no processo de redemocratização do país.

## **PARTE I**

### **A Universidade no interior da cidade e o contexto político do pré e pós-golpe de 1964**

## *Nota introdutória*

Antes de se dar início à análise do foco principal deste relatório, o movimento estudantil em Ouro Preto, é preciso conhecer também em que circunstâncias o golpe de 1964 e a repressão aconteceram na cidade. No decorrer do Relatório o leitor perceberá que desde o início constituiu-se na cidade uma rede de apoio à ditadura, composta por indivíduos e grupos de camadas diversas da sociedade ouro-pretana, que atuavam com o intuito de aniquilar o que consideravam a “semente do mal”<sup>6</sup>. A referência explícita ao expurgo do comunismo - cuja identificação como “doutrina maldita”, amplamente propagada pela “indústria do anticomunismo”, pairava no imaginário da sociedade brasileira - foi encontrada em uma série de cartas enviadas à Comissão de Inquérito da Escola de Minas de Ouro Preto, instaurada logo após o golpe. Discursos semelhantes continuaram a ser formulados nos anos seguintes.

Nas décadas de 1960 e 1970, vigorava uma atitude conservadora que em boa medida remontava às estruturas patriarcais e escravistas formadoras da sociedade brasileira. Percebe-se, nesse período, a intensidade com que eram gestados sentimentos de “brasilidade”, presentes, por exemplo, nas marchas pela família e nas celebrações pela deposição de um governo que, segundo os golpistas e seus apoiadores, colocaria o país à “beira de insondáveis abismos”<sup>7</sup>. A afirmação de que o evento de 1964 fora uma “revolução”, capaz de unir o povo brasileiro em torno de uma consciência nacional fundada na ideia de família, tornou-se recorrente nas diversas comemorações realizadas todo ano na cidade, nos dias 31 de março e 21 de abril, datas comemorativas, respectivamente, do golpe e da figura de Tiradentes. Em 1973, um discurso proferido no dia 31 de março exaltava as consequências benéficas dessa união, que estaria prosperando devido à libertação obtida em 1964, tida como herdeira da Inconfidência Mineira:

A defesa da família foi a defesa da própria Nação. Quando o País, açulado por falsas ideias estremeceu-se à beira de insondáveis abismos, nos idos de 1964, célere, foi acordado pela fé. Foi acordado pelo seu povo, que, instintivamente, defendia sua própria família; foi acordado pelas mãos, que, em reflexo maternal, defendiam o seu próprio Lar; foi acordado, enfim, pela eletrização das massas que se imbuíram, através das épocas, de firme sentimento de BRASILIDADE. E aqui estamos, 9 anos passados, a comemorar a Revolução de 1964 e a dar contas a

---

<sup>6</sup> Arquivo Permanente da Escola de Minas de Ouro Preto. Caixa 256. Pasta Comissão de Inquérito de 1964, Doc. 26, Folha 41. Documento 1.

<sup>7</sup> Arquivo Central da UFOP. Discurso cívico em homenagem às solenidades comemorativas da Revolução de 31 de março de 1964. 31/03/1973. Documento 1.

Tiradentes de que a LIBERDADE que ele semeou medrou: Estamos a crescer para o BRASIL GRANDE E FORTE<sup>8</sup>.

O evento que serviu de palco para esse discurso não foi, como se disse, exclusivo do ano de 1973. Pelo contrário, foram recorrentes os convites e programas, encontrados no Arquivo Central e no Arquivo da Escola de Farmácia, relativos à comemoração do aniversário da “revolução” de 31 de março, que parecia mobilizar não só os ambientes das escolas de ensino superior, mas também a comunidade ouro-pretana como um todo. O 21 de abril também era data importante de mobilização em torno da figura de Tiradentes, “herói nacional” associado aos valores “patrióticos e democráticos” da “revolução de 64”.

Foi comprovada ainda a existência, em Ouro Preto, de um núcleo da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), associação civil católica fundada em 1960 por Plínio Correia de Oliveira. Seu objetivo consistia em “combater a vaga do socialismo e do comunismo e ressaltar, a partir da filosofia de São Tomás de Aquino e das encíclicas, os valores positivos da ordem natural, particularmente a tradição, a família e a propriedade”<sup>9</sup>. Em 1967, o então diretor da Escola de Farmácia, e assíduo colaborador da ditadura, Vicente Ellena Tropa, recebeu um convite do Núcleo de Militantes de Ouro Preto da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade para comparecer à missa pela “alma de todas as vítimas que o comunismo vem fazendo desde então em todo o mundo, por meio de atentados, revoluções e guerras”. A missa seria realizada no aniversário da Revolução Russa<sup>10</sup>.

Nesse contexto autoritário, as escolas e, posteriormente, a universidade experimentaram atos de perseguição, intimidação e sanções que, muitas vezes, foram utilizados com o intuito tanto de conter qualquer oposição ao regime e a seus apoiadores locais, quanto de manipular desavenças pessoais. A facilidade com que se acusava alguém de comunista e o ato mesmo de taxá-lo de pecaminoso e delinquente propiciavam o expurgo dos que não se enquadravam no que era estabelecido como o comportamento correto pelas autoridades da cidade. Conforme o ex-aluno da Escola de Farmácia Victor Vieira de Godoy,

---

<sup>8</sup> Arquivo Central da UFOP. Discurso cívico em homenagem às solenidades comemorativas da Revolução de 31 de março de 1964. 31/03/1973. Documento 1.

<sup>9</sup> Para mais informações, consultar *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro do CPDOC*, Verbetes “Sociedade Brasileira de defesa da Tradição, Família e propriedade”, disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/sociedade-brasileira-de-defesa-da-tradicao-familia-e-propriedade>

<sup>10</sup> Arquivo da Escola de Farmácia de Ouro Preto. Carta encaminhada pela Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade, Núcleo Ouro Preto, ao Diretor da Escola de Farmácia. 11/08/1967. Documento 1.

Se formou em Ouro Preto, tanto na área estudantil quanto na área da cidade, um grupo de pessoas conservadoras que usava uma ferramenta muito dura na época, que era denúncia; então você tem vários casos de pessoas denunciadas como subversivas e que na verdade elas nem tinham uma ação política, na verdade eram desafetos dessas pessoas, está entendendo? Então se usava isso como instrumento de intimidação, de desqualificar pessoas, e que os motivos não eram propriamente políticos<sup>11</sup>.

Esse esforço de desqualificação e também de repressão constante, dirigido a uma mobilização que se fortalecia no decorrer do tempo, comporá o cenário ouro-pretano das décadas de 1960 e 1970. A “legalidade autoritária”<sup>12</sup> imposta pelo regime - que nas universidades se expressou especialmente por meio da criação de assessorias de segurança e informação (ASI) e do Decreto-Lei 477 – conseguiu produzir um ambiente de repressão e de bloqueio ao pensamento de toda uma geração. No caso de Ouro Preto, a articulação do movimento estudantil foi, em grande medida, potencializada pela existência de mais de setenta repúblicas universitárias. As fontes analisadas indicam que esses locais se tornaram focos expressivos de mobilização dos estudantes e do planejamento de ações contra as arbitrariedades do regime. No entanto, essa rede de integração criada pelo ambiente republicano facilitou a identificação, perseguição e denúncia daqueles considerados “subversivos” por parte de estudantes que defendiam o discurso anticomunista e o arbítrio. Essa situação dúbia presente nas repúblicas também se manifestou na comunidade ouro-pretana de modo geral. Por um lado, havia uma relação entre o movimento estudantil e trabalhadores que integravam organizações de oposição ao golpe e à ditadura, aspecto observado através da análise das comissões de investigação estabelecidas desde o golpe de 1964. Em contrapartida, o aparato repressivo, utilizado de forma sistemática pelos órgãos de segurança, contou com o apoio de cidadãos ouro-pretanos em seu intento de eliminar qualquer ideia ou ação enquadradas como comunistas.

Quando a repressão foi desencadeada na cidade, ela recaiu sobre um grupo de indivíduos que, composto por políticos, professores, estudantes de graus distintos e trabalhadores, vinha se

---

<sup>11</sup> Depoimento de Victor Vieira de Godoy colhido por Thatyanna Mota em outubro de 2015. A pesquisadora gentilmente cedeu o material ao GT UFOP.

<sup>12</sup> O conceito de “legalidade autoritária” remete à análise do jurista Anthony Pereira, que compara padrões encontrados em ditaduras instauradas no Cone Sul, mais especificamente na Argentina, no Brasil e no Chile. Na investigação sobre como estes regimes autoritários buscaram se legitimar legalmente, o autor recupera a relação que havia em cada país entre poder militar e sistema de justiça, bem como verifica que no Brasil o processo de cooperação entre estas duas instâncias foi muito mais intenso que nos outros países. Para mais informações, consultar: PEREIRA, Anthony W. *Ditadura e repressão: o autoritarismo e o Estado de Direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

posicionando nos anos anteriores a favor de mudanças e reformas na sociedade brasileira. Nesse sentido, merece destaque a cassação de cinco vereadores do PTB, efetuada pelos demais camaristas de maneira tão arbitrária que as próprias instâncias judiciais acabaram por revertê-las. Quando se analisam os acontecimentos ocorridos em Ouro Preto na época do golpe, nota-se que eles resultavam da associação de embates provincianos com questões ideológicas mais amplas. Embora professores e alunos da Escola de Minas, da Escola de Farmácia e da UFOP fossem identificados por sua vinculação escolar, não deixavam de atuar em outras esferas da sociedade ouro-pretana. É emblemático, nesse sentido, que docentes do ensino superior fossem regularmente eleitos para ocupar o posto de vereador. Através da leitura dessa primeira parte do relatório, observa-se que os embates ocorridos no ambiente escolar ecoavam em outros lugares da cidade, sendo também afetados pelo que neles acontecia.

## 1. Ouro Preto: Condições sociais e políticas nos anos 1950 e 1960

Embora apresentasse certas especificidades importantes, Ouro Preto, na época do golpe de 1964, não diferia muito da maior parte dos municípios brasileiros, sendo constituído de uma população majoritariamente rural. Apenas um quarto dos habitantes, algo em torno de oito ou nove mil moradores, vivia na sede. Os demais se espalhavam pelos terrenos montanhosos ou haviam se estabelecido em um dos dez distritos fixados numa área de 1200 km<sup>2</sup>: Amarantina, Antônio Pereira, Cachoeira do Campo, Engenheiro Correia, Glaura, Miguel Burnier, Rodrigo Silva, Santa Rita, Santo Antônio do Leite e São Bartolomeu.

Em seu volume 26, publicado em 1959, a *Enciclopédia dos municípios brasileiros* valeu-se principalmente de dados coletados em 1950 e 1955 para traçar um panorama geral da antiga capital mineira.<sup>13</sup> De acordo com Paulo Tinoco, que elaborou o verbete sobre Ouro Preto com base em informações concedidas pelo agente de estatística Omar de Siqueira, a agropecuária abarcava 18,8% da população com dez ou mais anos, sendo seguida pela indústria de transformação (7,7%), pela extrativa (5,6%), pela prestação de serviços (3,9%), pelo setor de transporte, comunicações e armazenagem (2,5%) e pelo comércio de mercadorias (1,8%). A porcentagem de habitantes dedicados a atividades rurais era inferior à da maioria dos municípios brasileiros em razão das condições pouco propícias do terreno.

Dos 230 estabelecimentos industriais existentes, 132 envolviam o setor manufatureiro e fabril, com 1015 empregados; 62 dedicavam-se ao setor de extração mineral, contando com 662 trabalhadores; e 36 lidavam com a transformação e o beneficiamento de produtos agrícolas, abarcando bem menos gente. Os produtos mais rentáveis do ramo industrial eram o ferro-gusa, o alumínio e os tecidos de algodão, todos ligados ao setor manufatureiro e fabril, de longe o mais rentável e capaz de gerar quase 70% da riqueza total anual do município. Era seguido pela extração mineral (10%), que explorava principalmente mármore, dolomita, minério de ferro, bauxita e quartzo. Ainda que a transferência da capital para Belo Horizonte em 1897 tenha impactado Ouro Preto, a cidade, na metade do século XX, procurava reconstituir-se economicamente por meio do desenvolvimento industrial – fator que redundou na constituição de um grupo renovado de

---

<sup>13</sup> Cf. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1959, v. 26, verbete “Ouro Preto – MG”, p. 225-38.



trabalhadores, que passou a desempenhar papel importante na localidade. A eles somavam-se os que atuavam na prefeitura, tanto na administração quanto na realização de obras, geralmente distinguidos na documentação oficial em duas categorias: funcionários e operários.

Os trabalhadores da indústria não consistiam, contudo, no único foco potencialmente conflituoso numa cidade que praticamente mantinha o mesmo número de habitantes desde o fim do século XVIII, sendo marcada por tradições religiosas fortes e pela influência de um grupo limitado de famílias importantes. Nas décadas de 1950 e 1960, os estudantes de ensino superior, matriculados nas reconhecidas Escola de Farmácia e Escola de Minas - fundadas respectivamente em 1839 e 1876 -, compunham um grupo de jovens que, vindos em grande medida de outras localidades para ali permanecerem durante alguns anos, não chegavam a integrar-se com os ouropretanos. Segundo Paulo Tinoco, em 1956 havia 64 unidades escolares de ensino primário, nas quais trabalhavam 137 docentes e achavam-se matriculados 4436 alunos – 61,4% das crianças em idade escolar. Existiam também cinco unidades de ensino médio, sendo três de ginásial e duas de normal, nelas atuando 79 professores e 1137 alunos matriculados. No ensino superior, as duas escolas mencionadas ocupavam 40 docentes e 248 alunos. Já em 1947 havia a preocupação com a formação de mão-de-obra especializada. Pelo menos é o que indicam os anúncios publicados na *Tribuna de Ouro Preto* a respeito do “curso técnico de mineração e metalurgia”, com duração de três anos e “inteiramente gratuito”. Informando que o curso era “anexo” à Escola de Minas, um dos anúncios destacava: “O diploma de Técnico em Mineração ou em Metalurgia permite ainda ao seu possuidor a inscrição no concurso de habilitação às escolas superiores de engenharia do país”.<sup>14</sup>

Fosse pelo desenvolvimento industrial ou pela chegada constante de novos universitários, Ouro Preto vivia certo dinamismo demográfico. O censo de 1960 apontou que, na ocasião, do total de 12442 moradores que não haviam nascido no município, 7445 tinham chegado havia menos de um ano (3794 homens e 3651 mulheres) – números expressivos para uma população total calculada em 33626 habitantes.<sup>15</sup> Que a migração tendia a impactar a vida da cidade é algo que se pode verificar através da constatação, apontada no mesmo censo de 1960, de que a população masculina era majoritária, fenômeno geralmente explicado pela presença de fatores externos: eram 17256 homens (51,3%) e 16370 mulheres (48,7%). Essa predominância masculina era mais acentuada nas faixas de idade que abrangiam desde crianças de dez anos até jovens de 24, atenuando-se a partir

---

<sup>14</sup> Fundação Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital Brasileira. *Tribuna de Ouro Preto*, ano II, n. 52, 1947, p.2.

<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=222747&pagfis=2246&url=http://memoria.bn.br/docreader#>

<sup>15</sup> Os dados relativos ao censo de 1960 encontram-se na página do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

daí – sinal de que boa parte dos que chegavam, estando na adolescência ou na juventude, vinham em busca de oportunidades, ora como trabalhadores, ora como estudantes.

Parte significativa desses migrantes reforçava uma tendência generalizada no Brasil, isto é, a falta de acesso ao ensino superior. O censo mostra que, embora entre os adolescentes da faixa dos 15 aos 19 anos 84,9% soubessem ler e escrever e 29,2% fossem estudantes, no grupo das pessoas com 20 anos ou mais somente 73,15% sabiam ler e escrever e 4,6% eram estudantes (mais precisamente, 757 pessoas). Uma vez que entre os adolescentes da faixa de 10 a 14 anos 84,4% sabiam ler e escrever e 71,9% eram estudantes, pode-se dizer que em Ouro Preto o acesso à instrução era relativamente ampla apenas no nível primário, reduzindo-se drasticamente no nível médio e chegando a cifras bem baixas no ensino superior. Quando se observa que a afirmação sobre saber ler e escrever implicava certamente níveis bastante distintos de conhecimento e perícia, inclusive a alfabetização precária, há de se concluir que o padrão de instrução era ainda mais restrito.

A população residente em Ouro Preto era marcadamente jovem. As crianças de até nove anos compreendiam 28,7% do total e os adolescentes de 10 a 19 abrangiam 22,6%. Juntas, ambas as faixas compunham metade dos moradores do município. Por outro lado, o grupo dos mais velhos mostrava-se restrito: apenas 10% da população tinham mais de 50 anos e poucos 5% ultrapassavam os 60. Sendo assim, para além do impacto da migração, Ouro Preto apresentava uma taxa de fecundidade relativamente alta, mas a expectativa de vida não era muito animadora. Certamente, tais cifras tinham a ver com os limites materiais enfrentados pelo município e disseminados pelo Brasil.

Ainda segundo a *Enciclopédia*, a cidade, em 1955, possuía um hospital com 107 leitos e dois serviços de saúde, havendo também no município dez médicos, nove farmacêuticos, onze dentistas, dois agrônomos, três advogados e 28 engenheiros. Os números sugerem que, embora o desenvolvimento industrial, extrativo e mesmo urbano - além das instituições de ensino -, absorvessem alguns dos profissionais formados em engenharia, o acesso à saúde era limitado. Nesse cenário, as associações de caridade adquiriam importância: eram 37 e contavam com 1174 associados. Havia dez bibliotecas que, juntas, alcançavam 62 mil livros: a da Escola de Minas tinha aproximadamente 25 mil volumes e a de Farmácia quase 10 mil. Na cidade havia ainda duas tipografias, três livrarias e um jornal. Existiam também cinco associações de cultura física, que se aproveitavam de duas praças de esporte, bem como duas associações artístico-literárias – uma delas, situada no Colégio Arquidiocesano, o Grêmio Literário Tristão de Ataíde (GLTA).

O censo de 1960, por sua vez, informa que, conquanto dois terços dos domicílios particulares fossem próprios, apenas 60,9% do total das 5777 casas ouro-pretanas possuíam abastecimento de água – boa parte delas valendo-se de poços e nascentes, e não da rede geral. Se 55,1% das residências dispunham de iluminação elétrica, as instalações sanitárias alcançavam somente 53,5% delas, quase a metade dos casos envolvendo fossas sépticas, fossas rudimentares ou escoadouros, e não a rede geral. Mais ainda, 89,7% das casas possuíam fogão a lenha, o uso do gás ou de outro combustível sendo bastante incomum. De resto, em 41,8% das residências havia rádios, mas apenas em 5,1% a geladeira estava presente. Em suma, Ouro Preto estava longe de se constituir como um município rico e próspero, boa parte de seus habitantes tendo de lidar com condições materiais restritas. Tratava-se de um entre milhares de municípios brasileiros que formavam o quadro geral apto a mobilizar os defensores das reformas de base.

De acordo com a *Enciclopédia*, Ouro Preto possuía 260 km de rodovias, sendo também servido pela Estrada de Ferro Central do Brasil e por um campo de pouso de aviões. Em 1955, havia registrados 70 automóveis, dez ônibus, 119 caminhões, uma camionete e um trator. Existiam no município treze estações postais, uma postal-telegráfica, o serviço telegráfico das estações ferroviárias, dois postos de telefones públicos e 249 aparelhos instalados, nem sempre em funcionamento. Dos 88 estabelecimentos comerciais existentes, treze eram atacadistas e 75 varejistas – nove e 22, respectivamente, na cidade. Além da Caixa Econômica, havia duas outras agências bancárias. Ouro Preto, enfim, dependia muito dos repasses do Estado e da União, pois, no referido ano de 1955, sua arrecadação constituiu-se, em cruzeiros, de 13,1 milhões de impostos estaduais, de 8,4 milhões de federais e apenas de 3,7 milhões de municipais. Ou seja, dependia-se, para a manutenção das estruturas administrativas, a realização de obras e a prestação de serviços públicos, do repasse de 85,3% do total arrecadado. Num cenário como esse, a atuação de deputados estaduais e federais e de senadores que mantinham algum tipo de vínculo com a região era decisiva.

Apesar de suas semelhanças com tantos outros municípios mineiros e brasileiros, Ouro Preto possuía certa particularidade que o tornava visível politicamente. Como se disse anteriormente, havia sido capital de Minas Gerais até 1897, quando da transferência desta para Belo Horizonte. Para além desse fato, Ouro Preto gozava de todo prestígio resultante da preservação de seus edifícios coloniais e da memória elaborada em torno da Inconfidência Mineira e de Tiradentes. O 21 de abril – dia festivo que remete ao enforcamento do inconfidente em 1792 – tornou-se data importante na cidade, acompanhada de comemorações que quase sempre expressavam aspectos da dinâmica política do país. Não por acaso, em 9 de dezembro de 1965, através da Lei Nº. 4.897, o

marechal Castelo Branco, primeiro presidente do período ditatorial, instituiu o referido dia como feriado nacional:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA,

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, é declarado patrono cívico da Nação Brasileira.

Art. 2º As Forças Armadas, os estabelecimentos de ensino, as repartições públicas e de economia mista, as sociedades anônimas em que o Poder Público for acionista e as empresas concessionárias de serviços públicos homenagearão, presentes os seus servidores na sede de seus serviços, a excelsa memória desse patrono, nela inaugurando, com festividades, no próximo dia 21 de abril, efeméride comemorativa de seu holocausto, a efígie do glorioso republicano.

*Parágrafo único.* As festividades de que trata este artigo serão programadas anualmente.

Art. 3º Esta manifestação do povo e do Governo da República em homenagem ao Patrono da Nação Brasileira visa evidenciar que a sentença condenatória de Joaquim José da Silva Xavier não é labéu que lhe infame a memória, pois é reconhecida e proclamada oficialmente pelos seus concidadãos, como o mais alto título de glorificação do nosso maior compatriota de todos os tempos.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de dezembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.<sup>16</sup>

Bem antes da publicação dessa lei, já no início do período republicano, o desenvolvimento da historiografia sobre o passado mineiro foi acompanhado da valorização do casario colonial como expressão de uma forma específica de civilização. Não tardou para que alguns intelectuais passassem a conceber Ouro Preto, já decadente pela perda da capital, como forma privilegiada de expressão do modernismo brasileiro. Em 1933, já no período do primeiro governo de Getúlio Vargas, a cidade foi elevada à condição de patrimônio nacional, sendo, cinco anos mais tarde, durante o Estado Novo, tombada pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Em 1938, criou-se o Museu da Inconfidência, onde se estabeleceu um panteão em

---

<sup>16</sup>

A lei pode ser consultada na página da Câmara dos Deputados:  
<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4897-9-dezembro-1965-368995-publicacaooriginal-1-pl.html>

homenagem aos conjurados de 1789. Em 1980, na fase de abertura que resultou no fim da ditadura imposta em 1964, Ouro Preto foi declarada patrimônio cultural da humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). A visibilidade obtida pela sede ouro-pretana em razão de seu patrimônio pode ser observada, por exemplo, quando são consultados os documentos remetidos aos prefeitos da cidade durante a década de 1960, entre os quais encontram-se inúmeros pedidos de envio de fotos e flâmulas, feitos por estudantes, intelectuais e profissionais das mais diversas localidades.<sup>17</sup>

Paulo Tinoco, no referido verbete dedicado a Ouro Preto em 1959, fez referências explícitas e constantes ao passado colonial, à Inconfidência e ao patrimônio. Aliás, as páginas da *Enciclopédia* em que se fala do município acham-se repletas de fotos de paisagens e monumentos da sede. A esse respeito, não escapou a Tinoco as vantagens econômicas que poderiam ser obtidas em decorrência de tamanho prestígio:

Conta além disso o município, como fator de recursos para a economia local, com o movimento turístico, o qual, sem contar ainda com organização conveniente, já canaliza para a cidade rendimentos apreciáveis na frequência de visitantes de dentro e fora do país, atraídos pela amenidade do clima, pela arte colonial que se admira em seus templos e edifícios antigos, assim como pelos aspectos sugestivos da topografia da cidade, dominada pelo histórico pico do Itacolomi, com o casario a emergir nos vales estreitos que se sucedem ao longo da montanha.<sup>18</sup>

De fato, o turismo expandiu-se desde então, tendo sido estimulado pela realização anual, a partir de 1967, do Festival de Inverno de Ouro Preto, inicialmente organizado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).<sup>19</sup> Assim, a interiorana cidade mineira diversificava-se a seu modo, vendo surgir novos focos de tensão: se, por um lado, com a transferência da capital, havia aprofundado sua dimensão provinciana, por outro, passava a conviver com os efeitos da industrialização e do turismo; se concebia a si mesma como marcadamente tradicional, religiosa e heroica, começava a conhecer práticas e pensamentos distintos ligados à política e às mudanças no comportamento de jovens e estudantes. O turismo foi aos poucos se transformando num exemplo decisivo de tais contradições, pois, enquanto os comerciantes pressionavam a prefeitura e a câmara

---

<sup>17</sup> As caixas com documentos avulsos remetidos aos prefeitos encontram-se no Arquivo Público Municipal de Ouro Preto (APMOP). A título de exemplo, pode-se consultar a caixa relativa ao ano de 1964.

<sup>18</sup> *Enciclopédia dos municípios brasileiros*, v. 26, verbete “Ouro Preto – MG”, p. 238.

<sup>19</sup> Na verdade, antes disso, mais precisamente entre 08 e 16 de julho de 1965, a pintora Erna Antunes, natural da Macedônia, organizou o 1º Festival de Inverno de Ouro Preto e Mariana, apoiado pelas prefeituras de ambas as cidades. A programação abarcou, entre outras atividades, solenidades religiosas, apresentação de corais, recital de piano, balé e peças teatrais.

municipal para que melhorassem a infraestrutura da cidade, boa parte de seus moradores se escandalizavam com a suposta ameaça comunista e os perigos do que parecia ser um inaceitável desregramento comportamental.

A câmara constituía-se de treze vereadores, o corpo eleitoral sendo composto de 11539 eleitores, dos quais, segundo a *Enciclopédia*, 6127 haviam votado em 1955. Tais números indicam que os edis eram eleitos muitas vezes com algumas centenas de votos, sendo, por isso, importante estabelecer uma base territorial de ação. Era recorrente, pois, que a câmara fosse composta por vereadores fortemente vinculados com distritos ou bairros da sede, ainda que não deixassem de representar grupos sociais e determinadas ideologias. Os três principais partidos do período 1945-1964 – a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Social-Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) – achavam-se estruturados em Ouro Preto e controlavam as disputas políticas locais. Também presente estava o Partido Republicano (PR), agremiação que adquiriu força em Minas Gerais.

As mudanças sociais ocorridas em Ouro Preto devido ao impacto da industrialização contribuíram para a organização do PTB. Na edição de 1º de novembro de 1947 da *Tribuna de Ouro Preto*, às vésperas das eleições municipais, o presidente do diretório na cidade, Beraldo José Pereira, saiu em defesa da Coligação Democrática, que seu partido compunha ao lado do PSD, do PR, dos Udenistas de Vanguarda e da Resistência Democrática. No “Manifesto ao operário de Ouro Preto”, adotando um tom bem próximo dos discursos getulistas, afirmava sobre o PTB que “a essência de sua ambição é fazer aproximar-se o patrão do operário, respeitando-se mutuamente, tornando melhor a vida de todos e mais ameno o convívio entre eles”. Para isso, “é preciso que o trabalhador faça o maior rendimento no trabalho, cativando o patrão, o qual, impulsionado pela consciência sã e cristã, e pelas leis do trabalho virá prestar-lhes a assistência que lhes é devida”. Com o intuito de atrair setores das camadas médias, sublinhava:

O trabalhista não é somente o lavrador, o pedreiro, o carpinteiro, o carroceiro, é também o bancário, o comerciário, o médico e o dentista, o engenheiro, o professor, todo aquele que vive de seu trabalho, de seus vencimentos, todos são trabalhistas.

Lembrando o “exemplo da grande Inglaterra”, onde “o futuro do povo está entregue ao Partido Trabalhista, porque ali se uniram todos os trabalhadores”, concluía aclamando os candidatos que apoiava para a prefeitura:

Agora, com a consciência de bom ouro-pretano, o toque de corneta é para nos unirmos em torno do nome impoluto do reverendíssimo padre Rocha e do engenheiro Amadeu Barbosa, ambos apolíticos e por isso mesmo escolhidos pela Coligação Democrática, da qual fazemos honradamente parte.<sup>20</sup>

As disputas políticas, contudo, não seguiam estritamente as orientações ideológicas e partidárias, já que os arranjos locais baseados em relações pessoais eram capazes de produzir coligações e situações inusitadas. Uma certa instabilidade era acrescida pelo fato de os vereadores, durante o exercício do mandato, geralmente continuarem a realizar suas ocupações cotidianas, sendo comum a troca de edis em razão de licenças ou mesmo da perda de mandato por falta de comparecimento. Nesse sentido, talvez o PR expressasse com maior clareza a fragilidade das circunscrições partidárias. Em 1947, assim como o PTB, divulgou seu manifesto apoiando o padre José da Rocha Filgueiras – que assumira o posto de diretor do Colégio Arquidiocesano nesse mesmo ano<sup>21</sup> - e o engenheiro Amadeu Barbosa. Na apresentação de seus candidatos a vereador, porém, explicitava seus vínculos com políticos conservadores. Entre eles, além de gente ligada à indústria, achavam-se seis comerciantes, muitos representando os distritos municipais. O PR defendia ainda Walter José von Kruger, “apresentado sem caráter político”, “representante dos intelectuais de Ouro Preto”, “dos engenheiros da nossa Escola, homenagem ao seu professorado”; o “acadêmico” Camilo Emídio Pereira; o udenista Vicente Ellena Tropa, “representando a classe farmacêutica da nossa centenária Escola”; o também udenista Antônio Guimarães de Oliveira, “livreiro e ex-aluno da Escola de Minas, representante dos elementos católicos de Ouro Preto”; e José Almeida e Silva, “acadêmico de engenharia aposentado, sem quaisquer compromissos mútuos com o partido, pelos estudantes de Ouro Preto”. O PR dizia acreditar que “o progresso deve vir da periferia para o centro e que são os distritos que contribuem, verdadeiramente, para o desenvolvimento sadio do município”.<sup>22</sup>

---

<sup>20</sup> Fundação Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital Brasileira. *Tribuna de Ouro Preto*, ano II, n. 50, 1947, p. 4. <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=222747&pagfis=2246&url=http://memoria.bn.br/docreader#>

<sup>21</sup> O padre José da Rocha Filgueiras foi diretor do Colégio Arquidiocesano entre 1947 e 1979.

<sup>22</sup> Fundação Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital Brasileira. *Tribuna de Ouro Preto*, ano II, n. 50, 1947, p. 3. <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=222747&pagfis=2246&url=http://memoria.bn.br/docreader#>

Também o PSD visava enaltecer seus objetivos através da incorporação de docentes. No número 52 da *Tribuna*, apresentava como candidatos a vereador a doutora Eponina Ocarlina e Sousa Ruas, “farmacêutica pela tradicional Escola de Ouro Preto e médica pela Faculdade da Universidade do Brasil”; o professor Leoni Soares, “lente da Escola de Farmácia de Ouro Preto”; Paulo Andrade Magalhães Gomes, “engenheiro, professor da Escola Nacional de Minas e Metalurgia”, presidente de associações de caridade e membro do ex-diretório da UDN. Entre os demais candidatos achava-se o cirurgião-dentista Arthur Drummond Guimarães.<sup>23</sup>

O espírito provinciano de contenda também não era atributo exclusivo da antiga capital mineira. Em 1949, o autor de um documento intitulado “Votação dos orçamentos municipais” – talvez o próprio prefeito da época, José Antônio Alves de Brito Neto, que havia batido a chapa do padre Rocha e do engenheiro Barbosa – descrevia com clareza como a câmara poderia inviabilizar a ação de uma prefeitura que não contasse com maioria. Dizia o autor que a “exacerbação do sentimento partidário” ou a “negligência de vereadores” causavam prejuízos às administrações públicas ao instrumentalizarem determinados artigos da lei orgânica do município. Esta determinava que o orçamento do ano seguinte fosse enviado pelo prefeito à câmara até 30 de setembro do ano corrente, devendo ser votado, aprovado e devolvido para sanção até 30 de novembro. Caso isso não ocorresse, seria prorrogado o orçamento em vigor. Nessas condições, o prefeito, não podendo se valer do aumento de receitas para cobrir a expansão das despesas, se via na obrigação de encaminhar pedidos de crédito suplementar à câmara, que tendia a negá-los por fazer-lhe oposição. Desse modo, o autor do documento sugeria que a legislação fosse alterada de forma a permitir que, caso a câmara não votasse no prazo a lei orçamentária, o prefeito a aprovasse por decreto.<sup>24</sup>

A adoção desse tipo de prática em Ouro Preto é verificada através do decreto de Amadeu Barbosa, que, tendo como vice José Pedro Xavier da Veiga, acabou sendo eleito prefeito nas eleições de 1950. Em documento de 30 de novembro de 1951, constatando que o projeto de orçamento de 1952 não havia sido votado pelos edis, prorrogava o do ano corrente. No decreto, porém, o prefeito preocupou-se em apontar culpados. Efetuava a prorrogação

---

<sup>23</sup> Fundação Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital Brasileira. *Tribuna de Ouro Preto*, ano II, n. 52, 1947 p. 2. <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=222747&pagfis=2246&url=http://memoria.bn.br/docreader#>. Mencione-se de passagem que os números 51 e 52 da *Tribuna* noticiou com veemência a morte de Reinaldo Alves de Brito, professor da Escola de Minas, que caiu num precipício na Serra do Ouro Branco durante excursão com os alunos. O docente era ex-presidente da Associação dos Amigos de Ouro Preto.

<sup>24</sup> APMOP. Avulsos. “Votação dos orçamentos municipais”, 5 de dezembro de 1949.



Considerando que o Presidente daquela Edilidade não quis receber a citada proposta de orçamento, alegando que só o faria quando a Câmara se reabrisse, conforme declaração por escrito do respectivo funcionário dos Correios em 29 de setembro do corrente ano;

Considerando que em sessão de 29 de outubro último, solicitada pelos vereadores do PSD e do PTB, apresentada novamente a citada proposta à Mesa da Câmara, recusou ainda recebê-la, sob fundamento, apenas, de que não reconhecia a declaração feita pelo aludido funcionário;

Considerando finalmente que, em sessões de 25 e 30 do corrente, não foi o mesmo projeto de orçamento discutido e nem votado apesar da insistência dos srs.vereadores representantes do PSD e do PTB.<sup>25</sup>

Visto que a câmara era presidida na ocasião por Edmundo José Vieira, da UDN, o conflito ocorria entre, de um lado, este partido e, de outro, o PTB e o PSD – agremiação à qual pertencia o prefeito. Como se verá adiante, porém, tanto Barbosa quanto Vieira atuavam conjuntamente em prol da cassação de vereadores do PTB logo após o golpe de 1964 e a decretação do Ato Institucional Nº. 1, o AI-1. Seja como for, o episódio demonstra como em Ouro Preto era também comum que os prefeitos fossem intimidados por câmaras nas quais não possuíam maioria ou que eram encabeçadas por um opositor. A prática de tornar o chefe do executivo dependente ou mesmo de inviabilizar seu governo em benefício de facções contrárias também tinha guarida no município.

Duas legislações mais tarde, um problema da mesma natureza assumiu proporções inesperadas. Nas eleições de 1958, Benedito Gonçalves Xavier, do PTB, foi eleito prefeito tendo como vice Jair Pena, da UDN, ex-vereador e professor da Escola de Farmácia. Xavier, com 37 anos na ocasião, havia se formado na Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Gerais (UMG) e exercia sua profissão no distrito de Cachoeira do Campo e em Ouro Preto, onde foi chefe do posto de saúde do Serviço de Assistência Médica de Urgência (SAMDU).<sup>26</sup> Após o pleito, porém, PSD e UDN uniram-se como oposição, aquele partido com a maior bancada e este com o presidente da câmara, José Feliciano Rodrigues. Tendo os eleitos tomado posse em janeiro de 1959, a luta encarnçada não tardou a começar, tornando-se mais virulenta com o tempo. Em 4 de novembro do ano seguinte, após aprovação da lei orçamentária com restrições, o presidente da câmara tomou a palavra para expressar sua apreensão:

---

<sup>25</sup> APMOP. Avulsos. [Decreto de prorrogação do orçamento de 1951 emitido pelo prefeito municipal Amadeu Barbosa], 30 de novembro de 1951.

<sup>26</sup> Cf. *Dicionário biográfico de Minas Gerais*. Período republicano, 1889/1991. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1994, volume 2, verbete Benedito Gonçalves Xavier.

Enquanto presidente desta casa que Deus prouve colocar-me por intercessão de meus amigos presentes e ausentes, marcarei as sessões diurnas, porquanto assim procedendo resguardarei a todos das intencionas de que fui vítima em março, intencionas à mão armada de que todos têm conhecimento. À noite limitarei a ficar dentre as quatro paredes de minha casa e se algum dia, por quaisquer circunstâncias, longe da presidência ou distante da mesa vierem a ter sessões à noite, providenciarei garantias de vida ou não comparecerei.<sup>27</sup>

Exatamente um mês depois o agente Lúcio E. de Faria, do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), escreveu um ofício ao chefe Alberto de Sales Fonseca Júnior narrando a tentativa de assassinato do vereador Paulo Elias da Silva, presidente da Comissão de Finanças da Câmara de Ouro Preto, ocorrida na noite do dia 2 de dezembro. Segundo o agente, Adair Cota, “funcionário público federal, correligionário e protegido político do prefeito da cidade”, havia atirado com um revólver calibre 38 contra o vereador, que, mesmo ferido, ainda lutou contra o agressor. O crime teria resultado da tensão entre o prefeito e a maioria opositora:

De longa data vem sendo mantido o desentendimento entre o Poder Executivo e o Legislativo, sendo que a câmara não aprova as contas do prefeito, não vota o orçamento e nem lhe dá meios para governar a cidade, enquanto o prefeito não toma conhecimento das leis elaboradas pela câmara, não lhes dando execução, além de praticar outros atos considerados hostis pela maioria da câmara.

A par disso tem havido troca de insultos entre o prefeito e o presidente da câmara, tentativas de agressão, coação física e moral, impedimento de vereadores comparecerem às reuniões e uma série de incidentes entre os participantes de uma e outra facção.

Recentemente foi marcada uma reunião da Câmara em que seria votado o “IMPE[A]CHEMENT” do prefeito durante a qual o vereador PAULOS ELIAS DA SILVA, presidente da Comissão de Finanças, iria denunciar possíveis desonestidades cometidas pelo prefeito.

Naquela oportunidade, segundo apuramos, os partidários do prefeito usaram de todos os meios para impedir a reunião, trazendo do distrito uns 400 homens armados e tentando sequestrarem os vereadores residentes fora da cidade.

Atendendo as ponderações de várias pessoas e dado o clima de insegurança reinante na cidade, o presidente houve por bem não realizar a sessão, daí

---

<sup>27</sup>

APMOP. Atas da Câmara, 1960-1964, p. 8.

originando os incidentes e insultos que culminaram com a tentativa de homicídio do sábado passado.

De acordo com Lúcio de Faria, o porta-voz do prefeito e líder do PTB era o vereador Sebastião Francisco, “que, segundo a informação do presidente da Câmara, é elemento COMUNISTA, que provoca agitação não só na cidade como também nas reuniões da Câmara”.<sup>28</sup> Embora o agente temesse que novos distúrbios viessem a ocorrer nos dias marcados para as próximas sessões, a situação foi de algum modo contornada, visto que Benedito Gonçalves Xavier completou seu mandato.

O conflito expressava contendas locais e partidárias, mas adquiria também um sentido social mais amplo. Em 28 de setembro do mesmo ano, 1960, – portanto, entre a “intentona” contra o presidente da câmara e a tentativa de assassinato do vereador Paulo Elias -, o agente Antônio Érico de Oliveira contava ao mesmo chefe do DOPS sobre os problemas resultantes do atraso de seis meses no pagamento dos empregados da Sociedade Industrial de Minérios e Ácidos Ltda. (SIMA) – 27 operários especializados e 50 braçais. Consultando o procurador da empresa, este se queixara de que os trabalhadores “achavam-se conformados aguardando a solução definitiva da situação”, mas que “elementos estranhos à classe tomavam providências a fim de adquirirem donativos para os funcionários, soltando ainda boletins para insuflarem o povo contra a firma”. Ao procurar o presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Extração de Pirita em Ouro Preto, Eugênio Osório da Cunha, este negou a acusação afirmando “não haver absolutamente elementos estranhos à classe e sim cooperação do Diretório Acadêmico da Escola de Minas, que, com pena dos operários, haviam impresso os boletins e iriam angariar donativos para eles”. Não satisfeito, Antônio Érico buscou informações junto ao responsável pelo recrutamento militar em Ouro Preto, segundo o qual

dos participantes na confecção dos boletins encontravam-se os estudantes esquerdistas: Ocelo Cirino Nogueira, Ari Deodato, Márcio Pereira (destacado agitador), Flávio Benedito, Jorge, Dirceu Faria, Emir Jacob (muito conhecido na Escola Técnica por suas agitações), assim como o prefeito local Benedito Xavier (PTB) e o vereador Sebastião Francisco, vulgo Maria Preta, sendo que este ele considera o líder de todos os movimentos esquerdistas na cidade, sendo que já estava preparando um relatório para o general Punaro Bley a este respeito.

---

<sup>28</sup> Arquivo Público Mineiro (APM). Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Pasta 0152, 198-199. O uso de aspas, caixa alta ou qualquer outro destaque nos documentos citados deve ser sempre atribuído à fonte, exceto quando houver indicação contrária.

O agente apurou ainda que,

a firma vem desde março fazendo adiantamentos contra vales aos seus empregados; que estes vales, conforme informações das pessoas abaixo, são trocados à razão de 20% de juros quando em dinheiro e quando em gêneros a 5,00 e até a 6,00 a mais em quilo. Os informantes Eugênio Osório da Cunha, Jair Gutz, Jonas Valentim de Paula e José Antônio de Oliveira, empregados da firma, foram unânimes em afirmar que esta operação é feita pelo vereador Paulo Elias da Silva em seu armazém.<sup>29</sup>

Assim, aparentemente, o prefeito Benedito Xavier, o líder do PTB Sebastião Francisco e alunos tanto da Escola de Minas quanto da Escola Técnica atuavam conjuntamente em movimentos de esquerda e conectados aos trabalhadores das empresas da região. Por outro lado, o vereador Paulo Elias da Silva, proprietário de um armazém na cidade, era apontado, inclusive pelo presidente do sindicato, como comerciante que se beneficiava nas operações envolvendo os vales emitidos pela SIMA.

Algo da orientação ideológica que vinculava o prefeito aos estudantes ouro-pretanos pode ser observado através da análise do primeiro (e talvez único) exemplar do jornal *Tribuna de Ouro Preto*, cujo nome era o mesmo do antigo periódico existente na década de 1940. Datado de 1º de janeiro de 1960, o jornal apresentava-se como órgão ligado ao Movimento Nacionalista de Ouro Preto (Monop). Em sua capa, na parte de baixo e em destaque, trazia a contundente frase de Henrique Teixeira Lott, ministro da Guerra: “Em termos de petróleo, o Brasil só estará presente onde a Petrobrás estiver presente e esta continua a ser, para os militares brasileiros, Intocável”. Lott, que nesse mesmo ano disputaria a presidência da república pela coligação PSD/PTB, havia sido decisivo no movimento militar que garantiu em 1955 a posse de Juscelino Kubitschek, tornando-se, assim, seu ministro. Dessa forma, a candidatura de Benedito Xavier, que havia tomado posse em janeiro de 1959, parecia expressar a presença, na antiga capital mineira, do programa defendido pelo marechal. No texto de apresentação da *Tribuna*, informava-se:

---

<sup>29</sup> APM. DOPS. Pasta 0286. Investigações policiais, 1961. João Punaro Bley, nascido em Montes Claros no ano de 1900, atuou contra os tenentes, já como oficial do Exército, assumindo, após a Revolução de 1930, o governo do Espírito Santo, onde permaneceu basicamente até 1943, a maior parte do tempo como interventor; em 1961, ocupava a função de comandante da Infantaria Divisionária da 4ª Divisão de Infantaria (4ª ID), sediada em Juiz de Fora. Cf. *Dicionário biográfico de Minas Gerais*. Período republicano, 1889/1991. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1994, verbete João Punaro Bley. Dados sobre sua carreira podem ser obtidos também junto à página do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC): <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BLEY,%20Punaro.pdf>

Um grupo de jovens estudantes da Escola de Minas e com o apoio decidido e esclarecido do ilustre prefeito do município, dr. Benedito Gonçalves Xavier, resolveu tomar a si a tarefa patriótica de criar uma organização que possa reunir as forças do povo ouro-pretano, apontando-lhes a meta patriótica da emancipação econômica de nossa Pátria.<sup>30</sup>

O diretor do jornal era Luiz Fernando Figueiredo e os redatores, Ronald Loureiro e Eurípedes Silva.<sup>31</sup> Indicava-se ainda uma primeira diretoria provisória composta pelo prefeito Benedito Gonçalves Xavier (presidente); por Sérgio Bastos de Azevedo (secretário-geral); Osmar Leão (1º subsecretário); Paulo Fernando Lobato de Mello (2º subsecretário); Luiz Fernando de Figueiredo, José Cornélio Fonseca e José Ari Gomes Adeodato (secretaria de organização); Ronald Loureiro e Eurípedes Silva (secretaria de imprensa e propaganda); Ronaldo Jorge Alves e Paulo Martins (secretaria de intercâmbio); e Tinpan<sup>32</sup> Adamis e Álvaro Prado (secretaria de finanças). Pelo menos parte dos membros da direção do Monop tinha ligações com o Partido Comunista Brasileiro (PCB).<sup>33</sup>

Ao explicar qual era sua meta, o *Tribuna de Ouro Preto* dizia encontrar-se na antiga Vila Rica, “berço de nosso mais eloquente movimento pela independência”, lugar onde “não poderia faltar uma organização que à frente do povo levantasse a sua voz nessa hora decisiva para a nacionalidade”. Afinal, “seria trair a memória da Inconfidência”. Traçando em breves linhas a trajetória do país, o texto afirmava:

Já politicamente independentes enfrentamos entretanto, até hoje, a opressão econômica das Nações super-industrializadas, sempre sequiosas de matérias-primas a baixo preço para suas indústrias e para alimentar seus altos fornos, e sempre ávidas de maiores mercados para

---

<sup>30</sup> Fundação Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital Brasileira. *Tribuna de Ouro Preto*, ano I, n. 1, 1960, p. 2.  
<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspxbib=222747&pagfis=2246&url=http://memoria.bn.br/docreader#>

<sup>31</sup> No mencionado exemplar que se encontra na Hemeroteca Digital Brasileira, aparece, escrita à mão, na parte de cima da primeira página, a seguinte observação: “Jornal cujo diretor é um estudante da Escola [de] Engenharia, filho do cel. comandante de São João D’El Rei”.

<sup>32</sup> Devido à dificuldade de leitura da fonte, não é possível ter certeza de que se trate de nome “Tinpan”.

<sup>33</sup> Em 1962, o DOPS guardava uma cópia da lista dos filiados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) na 189ª zona eleitoral, que dizia respeito a Ouro Preto. Nela é possível perceber a presença de alguns dos participantes do Monop: Luiz Fernando de Figueiredo, Eurípedes Silva, Sérgio Bastos de Azevedo e José Ari Gomes Adeodato. A lista continha ainda os seguintes nomes: Márcio Antônio Pereira, Miguel Angelino Coutinho Barbosa, Alaor de Carvalho Huriel, Benito Leonizio Fuschilo, Newton Valentine, Eduardo Teles de Barros, Antônio Carlos de Moraes Sarmiento e Flávio Benedito Jorge. APM. DOPS. Pasta 0053. Partido Comunista, lista de nomes.

colocação de seus produtos. A princípio foi o capital colonizador inglês. De 1930 para cá foi predominando cada vez mais o norte-americano.

Na última página, apresentava nota informando a realização de “conferências sobre problemas sociais, políticos e econômicos”, a serem proferidas especialmente por patriotas “possuidores de uma política desenvolvimentista dirigida no sentido da elevação do padrão de vida do homem brasileiro”.

Tal objetivo coadunava-se com a “carta de princípios” do Monop, cujos tópicos eram os seguintes: 1. “O Estado não é um fim, é um meio”; 2. A democracia é uma “conquista de direito humano” que deve ser preservada; 3. “O Nacionalismo não é um fim. É um instrumento de defesa das nações subdesenvolvidas para sua emancipação econômica e harmonia universal”; 4. “O colonialismo é o agente causador do subdesenvolvimento e da miséria dos povos”; 5. “A reforma agrária é indispensável ao desenvolvimento econômico nacional e básico à industrialização do país”; 6. “O monopólio estatal de nosso potencial energético e o controle pelo Estado das riquezas minerais são imperativo do desenvolvimento econômico e da preservação da soberania nacional”; 7. “A política exterior do Brasil deve basear-se na absoluta independência em relação a todos os governos”; 8. “A educação é um direito de todos, indiscriminadamente”; 9. Confiança na “capacidade do povo brasileiro em resolver seus próprios problemas”;

10 – A unidade do movimento nacionalista não visa a defesa de interesses individuais ou de classes determinadas; é sobretudo uma necessidade para que se efetive a defesa da soberania nacional, de desenvolvimento econômico, dos postulados democráticos e dos princípios aqui proclamados, com absoluta independência face a todas as formas de injunções políticas, econômicas e ideológicas. É pois imprescindível a participação atuante e permanente do povo, em todos os seus setores, na luta e vigilância de seus princípios fundamentais.

Que a *Tribuna de Ouro Preto* e o Monop mantinham de fato uma relação estreita é algo que pode ser percebido pelo fato de este primeiro número trazer o “Discurso de posse do Sr. Prefeito”, que havia sido proferido um ano antes. Nele, Benedito Xavier, ao receber a prefeitura de Orlando Ramos, professor da Escola de Farmácia, dizia propor-se a examinar “com especial devotamento todas as questões relacionadas com a causa operária”, atentando “carinhosamente para todos os problemas ligados à assistência social”. Reconhecendo que não possuía um “programa efetivo de

governo” por não dispor de “elementos precisos a respeito da situação econômico-financeira da Prefeitura Municipal de Ouro Preto”, bem como por não ter tido a possibilidade de “convocar previamente valores e técnicos em experiência administrativa para a formação de equipes e assessores para planejamento”, asseverava poder citar os problemas que vivera “como homem do povo e como médico”.

Alguns distritos não tinham iluminação elétrica, abastecimento de água potável, grupo escolar, telefone; outros tornavam-se intransitáveis no período de chuvas. Eram muitas as dificuldades, que demandavam “novos recursos orçamentários”, “novas ajudas dos governos do Estado e da União” e “um planejamento racional e exequível”.

Permito-me lembrar, ainda, que a lavoura, os pequenos agricultores, jamais receberam qualquer ajuda oficial da parte dos governadores do município.

Permito-me recordar que mais de vinte mil almas que habitam a zona rural, soldados anônimos, em luta pela nossa emancipação econômica, não recebem ainda assistência médica, dentária e farmacêutica.

Lembraria que cerca de mil crianças em idade escolar vivem nos povoados e fazendas, espalhadas pelo município, privadas de escolas primárias.

Permito-me lembrar que a previdência social, se é deficiente na cidade, é quase ignorada em nossos distritos.

Enfim, a tensão em torno do governo de Benedito Xavier estava diretamente ligada ao fato de o prefeito liderar uma coalizão nacional-desenvolvimentista, da qual participavam também grupos de esquerda, inclusive ligados ao PCB.

## 2. Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil: conexões políticas

São bem documentados os vínculos políticos mantidos entre, de um lado, a esquerda - e em particular setores do PTB de Ouro Preto - e, de outro, grupos ligados à candidatura do marechal Henrique Teixeira Lott. No mesmo ano de 1960, através de documento redigido à mão, o agente 1691 informava ao DOPS a realização, no Teatro Francisco Nunes, em Belo Horizonte, do III Congresso Sindical de Minas Gerais, iniciado em 29 de junho e encerrado em sessão solene acontecida em 3 de julho na cidade de Ouro Preto.<sup>34</sup> O evento, que também ocorreu em outros estados, visava a realização, no Rio de Janeiro, do III Congresso Nacional Sindical, que viria a ocorrer no Teatro São Caetano, no mesmo ano, quando, apesar de divergências internas, deu-se um passo decisivo para a criação do Comando Nacional dos Trabalhadores (CGT) – o que se efetivou dois anos mais tarde, no IV Congresso Nacional.<sup>35</sup>

No congresso mineiro estavam presentes o vice-presidente João Goulart, o marechal Lott, candidato a presidente, Tancredo Neves, candidato ao governo de Minas pelo PSD, o deputado federal pelo PTB San Tiago Dantas e os deputados estaduais petebistas Ladislau Salles e Camilo Nogueira da Gama. Durante o congresso, segundo o relato do agente, o influente sindicalista Clodesmidt Riani, presidente da comissão organizadora do evento, foi o primeiro a discursar. Salientou que “o movimento sindical em Minas Gerais estava caminhando a passos largos para unir a classe na luta pela conquista de seus legítimos direitos e por sua emancipação social”.<sup>36</sup> Lembrando que o congresso resultava “de várias concentrações sindicais realizadas por todo Estado nas quais foram debatidos problemas que de perto interessam à classe trabalhadora”, resumizou suas principais reivindicações:

aparelhamento da Delegacia Regional do Trabalho, reforma da Justiça do Trabalho com instalação das juntas já criadas e criação de outras novas medidas para acelerar a tramitação no Congresso dos projetos da Lei Orgânica da Previdência Social, da regulamentação do direito de greve, revisão dos níveis do salário mínimo

---

<sup>34</sup> APM. DOPS. Pasta 5290. Sindicalismo.

<sup>35</sup> Cf. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil*. 1961-1964. 2ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1986, p. 41-3.

<sup>36</sup> APM. DOPS. Pasta 5290. Sindicalismo.



e a instituição do salário profissional e salário família, reforma da Consolidação das Leis do Trabalho e a extensão da legislação trabalhista ao homem do campo.<sup>37</sup>

Mais adiante, depois da fala do deputado Hernani Maia, do PTB, tomou a palavra Guilherme Bonacorci, presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade de Minas Gerais (UMG), que, “usando de linguagem forte e violenta, sendo aplaudido insistentemente”, “hipotecou integral apoio da classe estudantil às reivindicações dos trabalhadores”.<sup>38</sup> Entre os oradores estava também Tancredo Neves, que, “falando em seu nome e no do marechal Lott”, disse

que se encontrava entre autênticos trabalhistas, concitando os líderes sindicais a trabalhar no sentido de imprimir nos operários a consciência de classe e a responsabilidade dos mesmo[s] no futuro do Brasil e no seu progresso.

Apesar disso, os ouvintes quiseram ouvir algumas palavras do candidato presidencial, que acabou por se manifestar declarando: “Espero que este congresso resulte em progresso para a condição de vida daqueles que lutam pela emancipação social do Brasil”.

Já na sessão solene de encerramento, em Ouro Preto, foi lida uma mensagem do governador Magalhães Pinto, da UDN, demonstrando sua disposição de defender as reivindicações trabalhistas. Comentando tais palavras, João Goulart declarou: “Esperamos que de fato na próxima semana os deputados da UDN compareçam em Brasília para votar a Lei Orgânica da Previdência Social, cumprindo assim o prometido e emprestando o seu apoio e solidariedade aos que deles muito necessitam”. Findo o congresso, seguiu-se, na Praça Tiradentes, “grande concentração popular de caráter inteiramente político”, na qual, além de personalidades como Goulart, Tancredo e San Tiago Dantas, falaram também o prefeito Benedito Gonçalves Xavier e o vereador Sebastião Francisco. Ambos eram, ao que tudo indica, as duas principais lideranças do PTB ouro-pretano. Segundo o agente, todos os oradores “concitaram aos seus correligionários a votarem nas candidaturas ‘populares e nacionalistas de Lott, Jango e Tancredo’”.

---

<sup>37</sup> Lucília Delgado, amparando-se no jornal *Binômio*, afirma que o congresso mineiro reuniu 315 delegados que representavam 118 entidades. Suas principais teses seriam as seguintes: luta por melhores condições de vida; reforma e melhoria da legislação social; reforma da estrutura sindical; coordenação de um organismo nacional dos trabalhadores; defesa das reivindicações e dos direitos dos trabalhadores do campo, principalmente de organização sindical. Cf. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil*, p. 41, nota 14.

<sup>38</sup> APM. DOPS. Pasta 5290. Sindicalismo.

Apesar da diversidade ideológica dos participantes de eventos dessa natureza, é possível afirmar que, embora em menor escala, em Ouro Preto reproduziam-se os laços que articulavam, em âmbito estadual e nacional, partidos e grupos de orientações tão distintas quanto o PTB, o PCB e a Ação Católica, que naquele momento vinha se tornando progressista. Como se viu, alguns dos membros do Monop haviam se alinhado aos comunistas. O movimento revolucionário ocorrido em Cuba também havia despertado a esperança e a admiração de grupos e indivíduos diversos, que o associavam ora ao nacionalismo, ora a estratégias de distribuição de riqueza. Em ofício dirigido ao chefe do DOPS em 18 de abril de 1961, um agente informava que as ruas de Belo Horizonte tinham amanhecido pichadas com dizeres favoráveis à Revolução Cubana, havendo ainda impressos afixados em postes e paredes. Tais impressos eram exemplares do órgão oficial do DCE da UMG, “dirigido por Guilherme Bonacorci (universitário)” – o mencionado orador do III Congresso Sindical de Minas Gerais.<sup>39</sup> Já na época de acirramento do regime ditatorial, em 26 de dezembro de 1968, uma certidão de antecedentes relativa ao petebista Camilo Nogueira da Gama, que fora indiciado no golpe de 1964, declarava que em 23 de abril de 1961

o marginado participou da reunião do Diretório Estadual, realizada na sede do PTB, onde estavam presentes vários deputados, prefeitos, vereadores petebistas, membros da Comissão Diretora e do Diretório Estadual. Os elementos presentes votaram nominalmente e defenderam, durante a reunião, uma moção de solidariedade à Revolução Cubana de 26 de julho, definindo desse modo a posição do Diretório Regional do PTB no episódio internacional, sendo que a moção em apreço foi apresentada pelos seguintes líderes trabalhistas: Hernani Maia, San Tiago Dantas, Camilo Nogueira da Gama, Álvaro Marcílio. Na íntegra, eis a moção em apreço: ‘Os trabalhistas mineiros felicitam o governo e o povo cubano pela magnífica reação aposta aos agressores e pelo denodo com que estão defendendo a linha de vanguarda, conquistas sociais e políticas, pelas quais se acham empenhados os trabalhadores, estudantes e todos os homens de boa fé de nosso hemisfério. Ao dirigirem ao povo cubano esta mensagem fraterna, os trabalhadores mineiros apelam para que seu governo revolucionário ponha fim no mais breve prazo ao caráter de exceção do seu regime, que não pode ser transitório, convocando uma constituinte, escolhida mediante eleições democrática[s] e livres, abolindo, nos crimes políticos, os tribunais de exceção e a pena de morte, e restaurando, em sua plenitude, a prática do regime democrático em seu país, tal como o entendem as nações americanas. Repelimos qualquer ingerência exterior em relação ao regime e à segurança de Cuba, venha ela dos países do ocidente ou

---

<sup>39</sup>

APM. DOPS. Pasta 0271. Congressos sindicais.

dos países socialistas, e ansiamos pela inteira restauração do sentido exclusivamente nacional da revolução cubana que saudamos há dois anos e que continuamos a respeitar como um movimento libertador e democrático de sentido continental. Pelo Nacionalismo Democrático e Independente dos Povos Latino-Americanos’.

Como se viu há pouco, San Tiago Dantas, Camilo Nogueira da Gama e Hernani Maia estavam presentes no III Congresso Sindical mineiro. Na juventude, Dantas havia se aproximado do integralismo, chegando a ser secretário nacional da Ação Integralista Brasileira (AIB). Posteriormente, assumindo vários encargos no segundo governo de Getúlio Vargas, ingressou no PTB, legenda pela qual foi eleito deputado federal para a legislatura 1959-1963 – posto ao qual renunciou em 1961 - e candidatou-se a vice-governador na chapa encabeçada por Tancredo Neves em 1960. Como chefe da delegação brasileira na Assembleia das Nações Unidas (ONU), já no Governo Jânio Quadros (UDN), divergiu dos norte-americanos, que desejavam adotar uma política de intervenção em Cuba. Com a posse de João Goulart na presidência, sendo Tancredo Neves primeiro-ministro, assumiu a pasta das Relações Exteriores visando uma política externa independente e de reaproximação dos países ditos socialistas. Em 1963, em meio à volta do presidencialismo, viria a assumir, ainda que por pouco tempo, o Ministério da Fazenda, no qual procurou reforçar as estratégias traçadas por Celso Furtado, ministro do Planejamento nomeado no ano anterior, que, através do Plano Trienal, almejava implementar as reformas de base.<sup>40</sup>

Camilo Nogueira da Gama, formado em Direito como San Tiago Dantas, também atuou no segundo governo Vargas como chefe de gabinete do Ministério da Fazenda. Fundador do PTB, foi vice-presidente (1951-1958) e presidente (1959-1965) de sua Comissão Executiva Estadual. Pela legenda, foi, antes do golpe, eleito deputado federal e senador, duas vezes em cada cargo. Hernani Maia tinha, contudo, uma trajetória diferente. Tendo nascido no Rio de Janeiro, fixou-se em Belo Horizonte, onde trabalhou como garçom. Tornou-se com o tempo presidente do sindicato de sua categoria, estando vinculado ao Partido Comunista, ainda que tenha se candidatado a vereador pelo PR e a deputado estadual pelo PTB, sendo, neste último caso, eleito para duas legislaturas (1955-1958 e 1959-1963). Logo após a redemocratização de 1945, já atuava ao lado do bancário e líder comunista Armando Ziller em prol da constituição de uma organização unificada de trabalhadores que, além de ser autônoma frente ao governo, atuaria como intersindical, isto é, congregando sindicatos das mais variadas categorias – concepção que esteve presente na criação do CGT em 1962. Nesse sentido, em 1946, quando da realização do I Congresso Nacional Sindical, Maia e Ziller, como membros do PCB, apoiaram a fundação da Confederação dos Trabalhadores do Brasil

---

<sup>40</sup> Cf. *Dicionário biográfico de Minas Gerais*, v. 1, verbetes Francisco de Clementino de San Tiago Dantas.

(CBT), sofrendo a resistência do grupo “ministerialista”, mais próximo das orientações do Ministério do Trabalho. Este, além de declarar a ilegalidade da CBT devido a seu caráter intersindical, realizou intervenções nos sindicatos a ela ligados e procurou esvaziá-la por meio da criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), cuja diretoria, desde então, de caráter ministerialista, constituiu uma “corrente amarela” no movimento sindical. Essa orientação na CNTI só foi quebrada em 1961, quando se elegeu para sua presidência Clodesmidt Riani – o organizador, como foi dito, do III Congresso Sindical de Minas Gerais, cuja sessão solene de encerramento se deu em Ouro Preto.<sup>41</sup>

Armando Ziller foi o principal anfitrião de Luiz Carlos Prestes quando este visitou Belo Horizonte entre os dias 30 de maio e 1º de junho de 1959, praticamente um ano antes da realização do Congresso Sindical. Inúmeras pessoas foram recebê-lo ou participaram de encontros com o líder comunista, dentre eles diversos líderes sindicais, o militante Elson Costa – que seria assassinado pela ditadura em 1975 -, o sargento reformado Antônio Horlandino de Araújo, identificado como “chefe da Guarda Vermelha”<sup>42</sup>, e o deputado Hernani Maia, que, além de manter uma conversa particular com o líder comunista durante uma hora, esteve acompanhado de seus pais. Nas palavras do agente do DOPS, “Dona Conceição Maia (progenitora do deputado Hernani Maia), acompanhada do seu marido” – no caso, Joaquim Germano Maia, nome não mencionado. Logo depois de sua chegada, Prestes proferiu uma conferência no Cine Horto para umas quatrocentas pessoas. Nela sintetizou sua plataforma política:

Política externa independente; política interna independente e defesa da indústria nacional; medidas de reforma agrária e elevação do nível de produção; ampliação da democracia para o avanço econômico e discriminação política e ideológica; contra a circular 113 da SUMOC com relação ao comércio exterior;

---

<sup>41</sup> Cf. *Dicionário biográfico de Minas Gerais*, v. 1, verbete Camilo Nogueira da Gama; v. 2, verbete Ernani Maia. Sobre a CTB e a CNTI, cf. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil*, p. 36-8. Em depoimento de 1991, Armando Ziller menciona a atuação de Hernani Maia quando da realização do congresso de trabalhadores em Minas Gerais, no ano de 1946: “Conseguimos fazer um belo congresso, perfeitamente democrático. O próprio Ernani, presidente do Sindicato dos Garçons, tinha mais projeção, falava muito e com mais facilidade que os outros. Em alguns casos, com esforço”. *Armando Ziller*. Belo Horizonte, Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2000, p. 176.

<sup>42</sup> A história risível que levou os agentes do DOPS a identificarem Horlandino como “chefe da Guarda Vermelha” é contada por Antônio Ribeiro Romanelli em suas memórias. Segundo o advogado, na última visita de Prestes a Belo Horizonte, Horlandino foi recepcioná-lo no aeroporto da Pampulha e ofereceu-se para carregar sua bagagem. Neste exato momento, um fotógrafo policial tirou uma fotografia em que atrás do líder comunista de baixa estatura aparecia um homem forte de quase dois metros de altura: “Foi o quanto bastou para que ele fosse classificado como o ‘anjo-da-guarda’ ou o ‘guarda-costas’ do Prestes. Assim constava em sua ficha política no DOPS”. De fato, a expressão “chefe da Guarda Vermelha” é assinalada pelo agente do DOPS várias vezes no documento que se descreve Cf. ROMANELLI. Antônio Ribeiro, 1964. *Minhas histórias do cárcere e do exílio*. Belo Horizonte: Mazza Ed., 1994, p. 44-5.

desenvolvimento planejado do Nordeste; luta pela elevação do nível dos trabalhadores em geral.<sup>43</sup>

Ademais, tratou de outros temas, tais como a atuação dos “monopólios estrangeiros”, a “política imposta pelo Fundo Monetário Internacional”, a “encampação da Companhia de Eletricidade do Rio Grande do Sul feita pelo governador Leonel Brizola”, o “pacto de união intersindical de São Paulo”<sup>44</sup>, a “revolução pacífica através do voto”, o “papel importante da Frente Parlamentar Nacionalista”<sup>45</sup>, a “reforma agrária”, o direito de voto a analfabetos e militares, a “luta pelo direito de posse de Juscelino”, “relações com a União Soviética e a China comunista” – e enfim: “histórico das duas faces atuais do governo: de um lado o general Lott em defesa do petróleo e do nacionalismo; de outro lado o ministro Lucas Lopes (entreguista notório) e Roberto Campos (reacionário e traidor)”.<sup>46</sup>

Em entrevistas à imprensa, Prestes não deixou de mencionar que o “contingente eleitoral comunista” havia crescido bastante, havendo na Câmara Federal cerca de vinte deputados ligados ao PCB distribuídos por vários partidos. E acrescentou ainda:

Lott é diferente. Patriota reconhecido. Nacionalista e defensor de princípios muito sadios (o voto do analfabeto, por exemplo), não se compara jamais a Jânio. Muito

---

<sup>43</sup> APM. DOPS. Pasta 0353. Luiz Carlos Prestes. A Instrução nº 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), segundo o CPDOC, foi acusada em comissão parlamentar de inquérito da Câmara Federal de contribuir para a desnacionalização da economia nacional.

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/frente-parlamentar-nacionalista-fpn>

<sup>44</sup> O Pacto de Unidade Intersindical (PUI) foi estabelecido em 1953, quando da greve dos 300 mil em São Paulo. cf. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil*, p. 38.

<sup>45</sup> Como informa o CPDOC, a Frente Parlamentar Nacionalista era uma “organização interpartidária criada em 1956 no Congresso Nacional. Funcionava como um grupo de pressão que condenava o imperialismo em geral e a ação do capital estrangeiro em particular, e reivindicava a regulamentação da remessa de lucros para o exterior e o controle estatal sobre a exploração dos recursos naturais básicos. Acabou sendo extinta em abril de 1964 em função da cassação da maioria de seus membros pelo regime militar recém implantado”. Resultou em boa medida do documento intitulado “Frente Nacionalista Brasileira”, apresentado em fins de 1956 num ato público realizado na Cinelândia, Rio de Janeiro. Esse movimento advinha das atividades da direção da União Nacional dos Estudantes (UNE), presidida na ocasião por José Batista de Oliveira Júnior, estudante que, pertencendo ao “grupo democrático”, tirou a instituição das mãos de dirigentes de direita ligados à UDN e identificados ao “peleguismo universitário”.

[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/glossario/frente\\_parlamentar\\_nacionalista](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/glossario/frente_parlamentar_nacionalista)

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/frente-parlamentar-nacionalista-fpn>

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/uniao-nacional-dos-estudantes-une>

<sup>46</sup> APM. DOPS. Pasta 0353. Luiz Carlos Prestes. Durante o governo Juscelino Kubitschek, Henrique Teixeira Lott foi, como se viu, o ministro da Guerra identificado com a legalidade. Lucas Lopes, nascido em Ouro Preto, e Roberto Campos foram os responsáveis pela elaboração do Plano de Metas. O primeiro assumiu o Ministério da Fazenda em 1958, deixando ao último o cargo que ocupava, isto é, a presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/lucas\\_lopes](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/lucas_lopes)

embora deva dizer que o atual ministro da Guerra tem se omitido no pronunciamento de questões importantes, como a atual crise econômica que atravessa o país. Ademais, foi infeliz em certas afirmativas, mormente quando disse que não aceita o voto dos comunistas. Ora, poderá ele impedir isso? Parece-me que não. O ministro da Guerra poderia, quando muito, não votar em comunista, mas impedir de ser votado pelo partido, não.

Enfim, a visita de Prestes apontava para a constituição de uma frente ampla de caráter nacionalista, composta por grupos diversos mas comprometidos com o processo democrático vigente. Não se tratava apenas de distinguir membros da esquerda daqueles que se definiam como comunistas, mas também de observar que, a despeito das divergências, estavam todos engajados numa concepção anti-imperialista da economia e na defesa dos direitos dos trabalhadores do campo e da cidade.

É nesse contexto que se deve compreender os movimentos ocorridos em Belo Horizonte nessa época. Para citar apenas o ano de 1961, vale destacar o I Encontro Estadual de Sindicalistas, o II Encontro Sindical de Trabalhadores Brasileiros, o Congresso Nacional dos Metalúrgicos, o Congresso Nacional dos Servidores Públicos, o Congresso Camponês e o I Congresso Nacional de Reforma Agrária. Também nesse ano foram realizadas diferentes passeatas, comícios e greves. A passeata dos tecelões grevistas da Indústria Marzagânia, chamada de “passeata da fome” porque seus salários estavam atrasados cinco meses, teve como principais líderes Clodesmidt Riani, presidente da CNTI que assumiria posteriormente o comando do CGT, bem como os deputados estaduais Sinval de Oliveira Bambirra, presidente da Federação Sindical dos Trabalhadores Têxteis, e Euro Arantes. Os mineiros de Morro Velho, em Nova Lima, também em greve, liderados por José Gomes Pimenta, o Dazinho, fizeram uma longa passeata até a sede do governo em Belo Horizonte, reivindicando aumento salarial e pagamento de taxa de insalubridade, fundamental para trabalhadores submetidos ao risco da silicose.<sup>47</sup> É nesse contexto também que se deve considerar o surgimento do Monop em Ouro Preto e a resistência sofrida pelo prefeito Benedito Gonçalves Xavier.

Ainda que o documento transcrito na certidão relativa a Camilo Nogueira da Gama – presidente do Diretório Regional do PTB quando de sua formulação - sublinhasse a orientação democrática do apoio trabalhista à Revolução Cubana, os agentes do DOPS, que já atuavam intensamente antes do golpe de 1964, tendiam a pasteurizar as diferentes posições, identificando-as

---

<sup>47</sup> cf. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil*, p. 44-53.

com uma suposta ameaça comunista – termo que incluía desde imaginárias conspirações totalitárias até qualquer espécie de movimento desejoso de aprofundar a democracia no Brasil, principalmente as de caráter sindical. Não espanta, nesse cenário, que tenha havido ampla espionagem das atividades exercidas por Francisco Julião, deputado federal ligado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), que desejava expandir as Ligas Camponesas estabelecidas em Pernambuco e na Paraíba para outras regiões do Brasil. Sua visita a Minas Gerais, em abril de 1962, foi acompanhada de perto pelo agente Amauri Lage, o informante 981, a mando do subinspetor João Batista. Segundo ele,

Historiando a permanência do deputado Julião em nosso estado posso afirmar a V.S. que o mesmo veio com a finalidade de dar início ao movimento chamado de Ligas Camponesas. No dia 21 de abril, por ser dia da Inconfidência Mineira, aproveitou-se o senhor Julião para, de uma localidade perto de Ouro Preto chamada de Morro dos Queimados [sic], lançar uma carta ao povo brasileiro, a qual determinou “Carta de Ouro Preto”, procurando desta forma, conforme citei em minha comunicação anterior, atingir mais simpatizantes para a sua causa. Cita o Sr. Deputado em sua missiva dirigida ao povo brasileiro as ótimas referências dadas à 2ª Declaração de Havana, citando-a como exemplo para o nosso povo. Afirmava, ainda, a farsa que representa para o Brasil o parlamento, alegando ainda que o próximo será ainda pior, pois será representado na sua maioria por elementos ligados a grupos latifundiários, se não for feita uma reforma de base. Como vemos, prega o Sr. Julião uma revolução socialista. Estas palavras do deputado foram ouvidas por uma pequena massa de camponeses, não apresentando aquela porção que esperava o citado deputado.<sup>48</sup>

Nos dias seguintes, Julião teria mantido contatos políticos e sindicais, reunindo-se com o mencionado Dazinho e com Antônio Pereira dos Santos, do Sindicato dos Tecelões. Receberia ainda a visita dos estudantes Ivan de Otero Ribeiro, Maurício Caldeira Brandt e “Nilton de Tal”, que desejavam realizar uma reportagem.<sup>49</sup> Em outro ofício, o mesmo agente declarava que Francisco Julião, após novos contatos realizados nos dias seguintes,

---

<sup>48</sup> APM. DOPS. Pasta 0198. Comunicações sobre diligências policiais em Minas Gerais.

<sup>49</sup> Ivan de Otero Ribeiro, na época com 26 anos, era ligado ao PCB e interessado nos temas relativos à questão agrária – temas aos quais continuou se dedicando como professor, apesar da perseguição sofrida durante a ditadura. Não é possível saber se o agente do DOPS errou o nome de Vinícius Caldeira Brandt, na ocasião presidente da UNE, ou se fazia referência ao antigo militante comunista Maurício Caldeira Brandt, que na época teria 46 anos.

compareceu ao auditório da Secretaria de Saúde e Assistência, onde participou da abertura do 1º Congresso dos Trabalhadores Favelados, para o qual foi levado pelo sr. José Gomes Pimenta, vulgo Dazinho, líder dos mineradores de Nova Lima.<sup>50</sup>

Procurando demonstrar o zelo com que efetuara sua investigação, Amauri Lage acrescentou: “Na citada reunião o sr. Julião foi sobejamente observado por elementos do DOPS, os quais também participavam do Congresso”. Depois do encerramento da sessão plenária do congresso, Julião dirigiu-se à residência do bancário Armando Ziller – localizada “na rua Marquês de Maricá, no Bairro de Lourdes com Santo Antônio” -, onde encontrou-se com o estudante Guido Rocha, da Faculdade de Ciências Econômicas (FACE), com o referido Dazinho, com Jacques Siqueira, do Sindicato dos Bancários, e com um “Juarez de Tal”. De acordo com o informante 981,

Após algumas ligações telefônicas efetuadas para diversos líderes sindicais, nos quais esclarecia a situação do movimento que eclodira no Norte e no Nordeste do país, resultante da morte de um líder das chamadas Ligas Camponesas, o sr. Julião parecia, conforme fui informado, bastante preocupado com a sequência dos acontecimentos, pois julgava que as coisas não corriam como era[m] esperadas, enfraquecendo bastante as manifestações que programavam para o 1º de Maio.

Algum tempo depois, “precisamente às 23 horas e 40 minutos”, chegaram à residência o advogado Antônio Ribeiro Romanelli, Vânia Bambirra e Theotonio dos Santos Júnior – os dois últimos, alunos da FACE que anos depois se tornariam expoentes da teoria da dependência, haviam se voluntariado para defender a Revolução Cubana. Após uma “reunião de portas fechadas”, Julião viajou para Corinto e depois compareceu à

primeira reunião plenária das já famosas Ligas Camponesas de Três Marias, onde mais uma vez expôs à sua maneira os acontecimentos ocorridos no Norte do país, solicitando de todos os presentes o maior empenho na divulgação dos princípios que norteiam as finalidades das Ligas Camponesas. Seguindo em suas palavras, esclareceu ainda que de Belo Horizonte seguiria para o Rio aonde pretendia manter contato com o governador Leonel Brizola para maior divulgação das realizações ligadas às reformas agrárias preconizadas no sul do país. Falou ainda sobre o 13º salário, alegando ser um meio que os homens públicos do governo encontraram para tornar mais demagógico o 1º de Maio que se avizinhava.

---

<sup>50</sup>



De volta a Belo Horizonte, o deputado participou do encerramento do mencionado congresso e

manteve ainda uma reunião com os elementos da mocidade trabalhista, com os quais traçou planos para a sua próxima visita que será no final de maio, na qual lançará a Liga Camponesa do Triângulo, da qual farão parte camponeses das cidades de Uberaba, Ituiutaba, Goerlândia, Araguari e adjacências.

A visita de Francisco Julião a Minas exemplifica como grupos políticos e sindicais de diferentes posições procuravam se articular em torno de causas comuns. O contato com o advogado Romanelli era compreensível uma vez que ele se tornaria o representante das Ligas Camponesas em Minas. Estudantes procuravam o deputado pernambucano interessados no problema da reforma agrária. A crítica ao uso demagógico do 13º salário relacionava-se à luta que o CGT - dirigido por Clodesmidt Riani, um petebista histórico articulado com trabalhistas mais à esquerda e comunistas – mantinha no momento para conquistar esse direito. Depois de muita pressão, aliás, o presidente João Goulart sancionou a lei que o instituiu em 12 de julho de 1962, alguns meses depois da visita de Julião a Belo Horizonte.<sup>51</sup>

Francisco Julião era figura de bastante projeção no cenário nacional. Armando Ziller, funcionário do Banco do Brasil, atuava intensamente nos sindicatos de sua categoria e na tentativa de constituir e fortalecer o CGT. Cassado em 1948, quando exercia o mandato de deputado estadual constituinte pelo PCB, desempenhava papel de liderança em Minas Gerais. Não por acaso, assim como hospedara Prestes em 1959, hospedava Julião em 1962. Clodesmidt Riani havia se tornado, aos 30 anos, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Hidrelétrica de Juiz de Fora. Como foi visto, assumiu papel importante na inovação da CNTI e na constituição do CGT. Ocupou o posto de deputado estadual por duas legislaturas seguidas (1955-1958 e 1959-1963) e, embora fosse eleito para a terceira, foi cassado pelo golpe de 1964. José Gomes Pimenta, o Dazinho, por seu turno, trabalhou por muitos anos como operário da mineração do ouro para a Saint John del Rey Mining Company, na Mina do Morro Velho, em Nova Lima. Militante da Juventude Operária Católica (JOC), foi secretário (1953-1954) e presidente (1961-1962) do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Exploração do Ouro e Metais Preciosos de Nova Lima. Tendo sido eleito deputado estadual pelo Partido Democrata Cristão (PDC) em 1962, com amplo apoio de estudantes, também foi cassado. Logo após o golpe, a Assembleia Legislativa não esperou o AI-1 para cassar, de maneira covarde e contrária ao regimento interno, três deputados trabalhadores: Riani, Dazinho e Sinval Bambirra. Este último fora presidente, por vários períodos, do Sindicato

---

<sup>51</sup>

cf. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil*, p. 57.

dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Belo Horizonte e do congênere do Estado de Minas Gerais. Fora eleito também em 1962. Os três deputados – os primeiros parlamentares cassados no Brasil depois do golpe de 1964 - eram líderes sindicais e não se achavam ligados ao PCB. Mas foram enquadrados na acusação de comunismo – o comunismo na versão estereotipada e difamadora tão presente nos escritos pouco criativos dos agentes policiais e militares.<sup>52</sup>

Coube ao inspetor João Batista acompanhar o Congresso dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte, que “contou com a presença de cerca de quatro mil pessoas, das quais mil achavam-se de pé nas partes laterais, em virtude de todos os assentos estarem tomados”.<sup>53</sup> Estavam presentes à mesa, além de Francisco Julião, Francia Nascimento, presidente da Federação dos Favelados; Sinval de Oliveira Bambirra, vice-presidente do Sindicato dos Empregados nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Minas Gerais e presidente da Federação dos Empregados nas Indústrias de Fiação e Tecelagem; Fanto de Almeida Drumond, ex-presidente do Sindicato dos Bancários de Minas Gerais; João Firmínio Luzia, presidente do Sindicato dos Marceneiros de Minas Gerais; Geraldo Bizzoto, vereador; Delmir Fernandes Vilela, presidente do Sindicato dos Hidrelétricos; Afonso Celso Lopes Guimarães, membro da Juventude Trabalhista; José Baião e o presidente da UNE Vinícius Caldeira Brant, estudantes da FACE e membros da União Nacional dos Servidores Públicos (UNSP); Marta Nair Monteiro, presidente da Associação dos Professores de Minas Gerais; o citado advogado Antônio Ribeiro Romanelli; José Tiago Cintra “e outras pessoas de menor expressão, militantes no seio das massas proletárias”.

Uma vez que o subinspetor ocupava posição hierárquica dentro do DOPS que lhe permitia adiantar algumas avaliações próprias, não deixou de salientar:

Esclareço a V. Excia. que essas pessoas mencionadas acima, constantes da mesa, na sua maioria já estiveram nos países da “Cortina de Ferro” e em Cuba e sempre aproveitam tais movimentos para doutrinar aos presentes os métodos comunistas.

---

<sup>52</sup> Cf. *Dicionário biográfico de Minas Gerais*, v. 1, verbete Sinval de Oliveira Bambirra; v. 2, verbetes José Gomes Pimenta, Clodesmidt Riani e Armando Ziller. Consulte-se ainda *Armando Ziller*, op. cit.; e LE VEN, Michel Marie. *Dazinho*. Um cristão nas Minas. Belo Horizonte: CDI, 1998. Segundo Dazinho, “a minha eleição, quem garantiu foram os estudantes, do estado inteiro, que estudavam aqui em Belo Horizonte, que levaram a campanha para o interior e conseguiram um, dez votos nos locais deles” (p. 113). O processo de cassação de Riani, Bambirra e Dazinho foi publicado depois de permanecer secreto por muitos anos. Cf. *Cadernos da Escola do Legislativo*, volume 8, número 13, 2005, p. 179-219.

<sup>53</sup> APM. DOPS. Pasta 0198. Comunicações sobre diligências policiais em Minas Gerais.

Opinando que os agentes vinham notando “ultimamente em concentrações dessa natureza que as massas têm perdido o respeito às autoridades”, disse tê-lo preocupado em especial o discurso do padre Francisco Lage, do qual anotou algumas frases:

“As dificuldades que atravessam os trabalhadores favelados, cabe a culpa aos donos dos bancos, aos ricos, que não passam de ladrões”. “O trabalhador acha-se freado e os seus representantes não têm direito de defendê-los em jornais, rádios ou televisões, face ao governo totalitário que vem o sr. Magalhães Pinto adotando em Minas”. “Os homens do governo acham-se a serviço do imperialismo americano”. “Vamos ver se o governo irá ter a coragem de enfrentar o problema da gastroenterite, como vem fazendo com ‘Vacina Sabin’, americana”.

E João Batista acrescentou:

Dizendo outros disparates, o sacerdote contou uma história de um amigo favelado, que lhe perguntou que quando eles assumissem o governo que iriam fazer com determinado gerente do Banco do Brasil, ao que respondeu o padre: “Nós o mandaríamos para ser o porteiro de tal banco”, tendo retrucado o favelado que referido gerente não serviria nem para ser porteiro. “Então irá ser favelado”, disse o padre. Prosseguindo, afirmou aos presentes que a vitória não está longe, “assumiremos o poder e faremos as reformas que o povo reclama”, disse o padre.

Os participantes do III Congresso Sindical de Minas Gerais – que, como se viu, terminou em sessão solene na Praça Tiradentes, sendo seguido de concentração da qual participaram o prefeito Benedito Gonçalves Xavier e o vereador Sebastião Francisco – e do Congresso dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte, com a presença de Francisco Julião, indicam a existência de movimentos sociais e partidários articulados nas esferas municipal, estadual e federal. O padre Francisco Lage Pessoa, que estudara e lecionara no Seminário de Mariana, atuava intensamente junto a moradores de favelas belo-horizontinas. Na década de 1950, apoiou greves de funcionários municipais ligados à limpeza pública, cercando a prefeitura num comício de duas mil pessoas. Apoiou também reivindicações de professoras reprimidas pelos governadores Juscelino Kubitschek e Bias Fortes, ambos do PSD. Vinha se tornando, como pároco da igreja de Nossa Senhora das Dores, no bairro Floresta, personagem tão conhecida que, quando sua mãe faleceu, em julho de 1959, os dois candidatos ao governo mineiro, Tancredo Neves e Magalhães Pinto, se encontraram no velório. Contribuiu para o estabelecimento da JOC na região, inserindo nela Dazinho e trazendo

a professora Wanda Rohlf para trabalhar consigo.<sup>54</sup> Candidatou-se, a convite de Camilo Nogueira da Gama, a deputado federal pelo PTB, recebendo, na campanha, o suporte de San Tiago Dantas – ocasião em que sofreu a oposição do padre e também candidato José de Sousa Nobre, amparado pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), órgão reacionário patrocinado pelos Estados Unidos. Estabeleceu parceria eleitoral com Dazinho, candidato a deputado estadual pelo Partido Democrata Cristão (PDC).<sup>55</sup> Trabalhou depois na assessoria do presidente João Goulart, atuando na criação de sindicatos rurais pelo Brasil e junto à recém-criada Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA) – órgão em cuja filial mineira trabalhou também Antônio Ribeiro Romanelli, que, como foi dito, também coordenava as Ligas Camponesas no estado. Diante da criação de centenas de sindicatos por todo o país, amparados pela promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, Lage contribuiu para a fundação da Confederação dos Trabalhadores Agrícolas (Contag), em dezembro de 1963.<sup>56</sup>

Mencione-se de passagem que um documento do DOPS, datado de 13 de junho de 1964 e assinado pelo coronel de brigada Manuel Francisco Pacheco, encarregado de IPM sobre atividades supostamente subversivas no meio educacional de Belo Horizonte, caracteriza Wanda Mary Rohlf como “moça de 32 anos de idade, solteira, professora secundária, lecionando português, inglês e latim no Colégio Helena Guerra, e ainda lecionando também no IMACO”.<sup>57</sup> Seria “pessoa muito

---

<sup>54</sup> Segundo Dazinho: “Posteriormente encontrei o Padre Lage, eu conheci o Padre Lage... eu cheguei à JOC empurrado pelo Padre Lage... Entusiasmei com a JOC [...] Mas o que me tocou, o que realmente me conduziu para esse caminho, foi a assistência eclesial que nós tínhamos do Padre Lage, que passou a ir a Nova Lima de vez em quando para dar formação aos militantes e conseqüentemente a obrigatoriedade que o cristão tinha de participar dos movimentos...”. LE VEN, Michel Marie. *Dazinho*. Op. cit., p. 83.

<sup>55</sup> De acordo com Dazinho, “O padre Lage era do PTB, era de esquerda. Era violento. Mas a nossa filiação partidária em partidos diferentes não teve nenhuma intervenção em nosso relacionamento de cristãos e de participantes da JOC. Ele, como assistente espiritual, e eu como militante. Nós chegamos a fazer dobradinha, ele para deputado federal, eu estadual. Então, trabalhamos juntos”. LE VEN, Michel Marie. *Dazinho*. Op. cit., p. 115.

<sup>56</sup> Cf., sobre a biografia do sacerdote Francisco Lage Pessoa, LAGE, padre. *O padre do diabo*. São Paulo: EMW Editores, 1988. Conquanto o agente do DOPS tenha se exasperado com as frases do padre Lage, este, em suas memórias, critica Francisco Julião por adotar um radicalismo prejudicial à organização dos movimentos sociais. Diferenciando as posturas do deputado pernambucano daquela adotada por ele e pelos que trabalhavam com João Goulart, afirma: “Quando Francisco Julião no Nordeste repetia sob aplausos às massas famintas: ‘Reforma agrária, na lei ou na marra!’, estava sendo a voz mesma dos injustiçados seculares. Por mais que nós do governo lutássemos contra tal radicalismo, havia, a meu modo de ver, um problema de método, na base das divergências. As Ligas Camponesas eram movimentos impressionantes de massas exploradas, que às vezes chegavam às raias do desvario, justamente porque eram dirigidas por outra gente: líderes como Julião, ou, pior, jovens estudantes radicais incontroláveis. Os sindicatos não: sua chefia nascia da própria turma, se renovava segundo leis determinadas; e sobretudo quem os dirigia era a assembleia geral” (p. 124-5). Esse tipo de crítica ao radicalismo aparece em várias passagens do livro, ainda que entremeando a narrativa de inúmeros e constantes confrontos travados pelo clérigo – que, ao fim, depois de alguns anos servindo à Igreja no exílio mexicano, decidiu deixar a batina. Na ocasião, na virada para a década de 1970, dom Paulo Evaristo Arns telefonou-lhe para dizer que, fosse naqueles dias, a Igreja não o teria abandonado. O contexto não era mais o de 1964-1968, quando a Igreja apoiou e sustentou o golpe mesmo quando em detrimento dos católicos progressistas.

<sup>57</sup> APM. DOPS. Pasta 0012. Investigação a suspeitos.

ligada ao agitador padre Francisco Pessoa Lage e também a outras de atitudes duvidosas, como sejam os professores Moacir Letersa, José de Anchieta Correa e Marilda Almeida Trancoso”. Teria sido afastado do referido colégio porque os pais a haviam acusado de usar “frases impudentes” e indicar “livros que chocavam as moças, mostrando e exemplificando com diferenças sociais”. Em certa ocasião teria chegado a afirmar que “o comunismo era um mal necessário”. Os livros que indicava “eram ‘Vidas secas’ e outros do povo”. Também no Colégio Sagrado Coração de Jesus fora alvo de pais em razão dos livros adotados, tais como os do padre Louis-Joseph Lebret, *O Evangelho e a revolução social*, do frei Carlos Josafat e determinadas encíclicas. No mesmo colégio, quando lecionava a cadeira de Estudos Sociais Brasileiros, “houve certa reação por parte das moças na aula em que foi ventilado o problema da empregada doméstica e também quando foi assuntado o fato do bispo Dom Sigaud e o manifesto dos bispos”.<sup>58</sup> Uma “reação violenta por parte de uma aluna e seu respectivo pai” teria também acontecido porque, na aula de português, a professora indicou o livro *Quarto de despejo*.<sup>59</sup>

Sinval Bambirra, além de presidir a Federação dos Empregados nas Indústrias de Fiação e Tecelagem, havia se tornado o braço direito de Clodesmidt Riani, presidente da CNTI. Quando o Congresso Sindical foi criado, Riani tornou-se seu presidente, Bambirra ocupou a secretaria e Delmir Fernandes Vilela, presidente do Sindicato dos Hidrelétricos, fez-se tesoureiro. A presença de Julião e dos estudantes apontava para um esforço de articulação entre os trabalhadores da cidade, os camponeses, os universitários e os secundaristas.<sup>60</sup> Um panfleto de setembro de 1962, assinado pelo Comitê de Funcionários Públicos Pró-Candidatos Populares, conclamava os cidadãos a votarem em candidatos comprometidos com as reformas de base, indicando, entre outros, Camilo Nogueira da Gama (PTB) para senador, Sinval Bambirra (PTB) para deputado estadual e o vereador Geraldo Bizzoto (PTB) para vice-prefeito de Belo Horizonte na chapa encabeçada por José Maria Rabelo (PSB) – os três tinham estado presentes em pelo menos um dos dois congressos apontados.<sup>61</sup>

O jornalista José Maria Rabelo foi criador, junto com Euro Arantes, do jornal *Binômio*. Em dezembro de 1961, quando o acima referido general Punaro Bley, comandante da 4º ID, visitou

---

<sup>58</sup> Trata-se provavelmente de *Reforma agrária – questão de consciência*, livro publicado em 1961 e escrito pelos bispos conservadores dom Geraldo de Proença Sigaud e dom Antônio de Castro Mayer, pelo economista Luiz Mendonça de Freitas e por Plínio Correia de Oliveira, presidente da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP).

<sup>59</sup> O livro *Quarto de despejo* consiste nos diários nos quais Carolina Maria de Jesus, moradora numa favela de São Paulo, narra seu sofrido cotidiano. O material foi descoberto pelo jornalista Audálio Dantas, sendo publicado em 1960.

<sup>60</sup> Sobre as biografias do padre Fernando Lage Pessoa e de Sinval de Oliveira Bambirra, consulte-se ainda DUARTE, Betinho. *Rua viva. O desenho da utopia*. Belo Horizonte: Rona, 2004, p. 223-7 e 600-09. Segundo o autor, após o golpe de 1964, Lage e Bambirra dividiram cela com Dazinho. Os dois primeiros também acabaram por encontrar-se no México, já exilados, com Francisco Julião. Não é fortuito, nesse sentido, que, após a anistia, parte desses militantes tenha atuado em prol da criação do Partido Democrático Trabalhista (PDT), fundado por Leonel Brizola.

<sup>61</sup> APM. DOPS. Pasta 0267. Comunismo.

Belo Horizonte, o periódico publicou uma matéria com o seguinte título: “O democrata de hoje é o fascista de ontem”. A matéria repercutiu. No dia 11 do mesmo mês, por exemplo, o deputado petebista Hernani Maia, em entrevista à Rádio Itatiaia, afirmou que “o general Punaro Bley é o mesmo militar que foi interventor muito tempo no Estado do Espírito Santo, no governo de Getúlio Vargas, e exatamente tem uma queda profunda para a direita, para a ditadura”. Inconformado com a situação, o general foi à sede do jornal e, tentando agredir Rabelo, acabou saindo ferido. Algumas horas depois, membros do Exército, a mando de Bley, depredaram a sede do *Binômio* e nela prenderam Euro Arantes e Clodesmidt Riani, ambos deputados. O subinspetor João Batista relatou o caso ao chefe do DOPS, Alberto de Sales Fonseca Júnior. Observe-se que na mesma entrevista, comentando sobre os movimentos de direita, Hernani Maia asseverou:

Agora, as forças da direita se aglomeram, a meu ver tardiamente, tentando golpear o país e as instituições. Estamos realmente na iminência de ter aborrecimentos. Os homens da direita se esquecem que o país não suporta mais um golpe da direita. Se a direita dominar o país será por uns quatro ou cinco meses. Aí que vem o perigo, porque virá o golpe da esquerda, de consequências imprevisíveis.<sup>62</sup>

Pela mesma época, em dezembro de 1961, o assustado agente 1896 informava, inconformado, que “o ‘PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL’ nunca obteve uma vitória tão grande como a alcançada com a realização do ‘I CONGRESSO NACIONAL DOS LAVRADORES E TRABALHADORES AGRÍCOLAS’”, que havia acontecido em Belo Horizonte entre os dias 15 e 17 de novembro. Os coordenadores do evento constituiriam a “fina flor dos comunistas”, tendo à frente o deputado Francisco Julião, além de figuras como Armando Ziller, Hernani Maia e Elson Costa, entre outros. Julião teria distribuído entre os organizadores “farto material de propaganda subversiva”, destacando-se “um disco que contém uma proclamação de FIDEL CASTRO, feita por ocasião da última tentativa de invasão de Cuba” – o qual “foi tocado na abertura e encerramento do congresso”. Por cautela o agente ingressou na comissão organizadora do evento com o intuito de saber de onde vinha o dinheiro para sua realização, estando quase certo de que a origem seria o Partido Comunista. Contudo, “por incrível que pareça”, o congresso fora custeado pelos governos federal e estadual, pela prefeitura de Belo Horizonte e por outras do interior (Raposos, Aimorés, Medina e Sacramento), por entidades como a Federação Bancária, o Sindicato dos Bancários, a

---

<sup>62</sup> APM. DOPS. Pasta 0276. Sindicalismo e reforma agrária. Vale mencionar que em seu livro de memórias o padre Lage afirma que, após o golpe, estando preso, recebeu de seu advogado a notícia de que Hernani Maia teria testemunhado que o clérigo recebera dinheiro do Vietnã do Norte. Quando o juiz lhe perguntou se o padre havia sido auxiliado por Camilo Nogueira da Gama, San Tiago Dantas e Austregésilo Mendonça, Maia teria confirmado. A estratégia do Tribunal Militar de Juiz de Fora era clara: associar padre Lage a algum país comunista para enquadrá-lo em crime contra a Segurança Nacional, aumentando sensivelmente sua pena. Padre Lage, contudo, não discute em que condições Hernani Maia teria testemunhado. LAGE, padre. *O padre do diabo*, op. cit., p. 161-2.

Federação de Tecelagem, a Federação Extrativa, o Sindicato dos Marceneiros e o Sindicato dos Metalúrgicos. Em Brasília, onde as conclusões do congresso foram apresentadas ao Governo Federal, Julião teria realizado uma “reunião secreta”, na qual, sublinhando que o momento era favorável, havendo apoio das autoridades, propusera a preparação de uma segunda edição do evento a ser realizada em Goiás. No encerramento, previsto para o dia 1º de maio de 1962, haveria uma marcha até a capital do país, onde, em frente ao parlamento, seria dado o “Grito da Independência”. Ainda segundo o agente 1896, Francisco Julião, visando completar o plano, seguiria para Cuba nos próximos dias e contava ainda com o apoio do “Camarada Prestes”, que se achava na Rússia. E teria finalizado alertando: “Apenas quero de vocês o maior segredo, pois se os planos forem descobertos estaremos perdidos” O agente concluía o relatório pedindo que Deus desse luz às Forças Armadas para enfrentar os comunistas. Fosse paranóia, intenção de promover-se no interior das estruturas de espionagem ou tentativa esperta de estimular um golpe, o fato é que ofícios dessa natureza, ao transformarem movimentos sociais de caráter democrático em organizações ameaçadoramente “comunistas”, iam estimulando a quebra do Estado de Direito de baixo para cima.<sup>63</sup>

Na “Carta de Ouro Preto”, lida em 21 de abril de 1962 no Morro da Queimada – que lembraria as figuras de Felipe dos Santos e de Tiradentes -, Francisco Julião convocou os ouvintes para realizarem “uma nova Inconfidência, uma Inconfidência Nacional ou Continental” que libertasse o Brasil e a América Latina do “jugo estrangeiro”.<sup>64</sup> Ressaltando o apoio recebido de várias partes, bem como o fato de ter já estabelecido as Ligas Camponesas em 16 estados brasileiros, acrescentou:

Somente um país do continente americano edifica uma nova sociedade, a sociedade socialista, tendo como base a dignidade e a justiça que os demais, inclusive os Estados Unidos, ainda não conhecem. Refiro-me a Cuba. Por isso, defendo a gloriosa revolução de Fidel Castro e te recomendo, companheiro e compatriota, que leias e sigas os ensinamentos da II Declaração de Havana, proclamada a 4 de fevereiro deste ano naquela cidade livre perante um milhão e quinhentas mil pessoas. Essa declaração é alta como os Andes, corajosa como Tiradentes, pura como a face da liberdade e generosa como um seio materno. É a constituição dos

---

<sup>63</sup> APM. DOPS. Pasta 0276. Sindicalismo e reforma agrária. O I Congresso Nacional de Lavradores de Trabalhadores Agrícolas do Brasil contou com a presença de personalidades tão distintas quanto o presidente João Goulart, o primeiro-ministro Tancredo Neves e o governador Magalhães Pinto. Nele, acentuaram-se as diferenças entre a proposta de uma reforma agrária gradual, encampada pelos comunistas, e a de uma reforma agrária radical, sugerida por Francisco Julião. Cf. SILVA, Osvaldo Heller da. *A foice e a cruz*. Curitiba, 2006, p. 201s.

<sup>64</sup> Fundação Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital Brasileira. *O Semanário*, n. 279, 3 de maio de 1962, p. 8 e 10.

<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=149322&pagfis=3956&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#>

povos latino-americanos para esta fase de sua história e de suas lutas pela emancipação econômica.

Em prol da reforma agrária, havia viajado duas vezes à União Soviética, “gloriosa pátria de Lenine”, uma vez à China de Mao-Tse-Tung, “bem mais cristã do que os países do Ocidente que se dizem cristãos”, três vezes a Cuba, território “livre do imperialismo, do latifúndio e do analfabetismo”, e uma vez à Bulgária e ao Uruguai. Definiu-se como “agitador social”, isto é, como alguém que coloca “diante do povo, para o debate franco, as questões cruciais, como a reforma agrária, por exemplo, que virá, de qualquer forma, na lei ou na marra, com flores ou com sangue”.

Agitadores sociais são os inconformados, os altivos, os iluminados, os patriotas de todas as épocas e de todos os povos, que penaram, ainda penam e penarão nos cárceres até que desapareça da face da terra a exploração do homem pelo homem.

Tornando-se um “homem em evidência” por tanto peregrinar pelo Brasil, recebendo centenas de cartas procedentes de diversos estados, passara a “meditar sobre o significado da eleição, da democracia representativa”, chegando, contudo, a uma “conclusão melancólica”:

é que a eleição, como se faz, e a democracia, como se pratica, no Ocidente “cristão” (cristão com aspas), não passam de uma grosseira farsa, de uma mistificação, de um engodo, de uma injeção de morfina para adormecer a cólera santa do povo.

No Brasil, um dos países onde predominava a “democracia cristã”, menos de um quinto da população havia votado no último pleito, pois os analfabetos estavam excluídos do processo eleitoral, embora fossem 90% das massas camponesas e 70% de toda a população. Além disso, o soldado e o marinheiro também não votavam. Assim, os candidatos não nasciam do povo, “mas de um conchavo, de um conluio feito pelos ajuntamentos interessados no seu próprio destino” – os partidos. Por trás destes, “manobrando os cordéis, há as forças que detêm o poder econômico”, isto é, latifundiários, grandes industriais, banqueiros, a burguesia intermediária e o imperialismo norte-americano.

Era nessas circunstâncias que se faziam as leis, as “leis deles”:

Se a nossa Constituição retira do analfabeto, do marinheiro e do soldado o direito do voto, se o sistema eleitoral estabelece desigualdade de tratamento para os partidos e os candidatos, se se permite a compra do voto, o roubo da consciência e



controle da propaganda, a falsificação da vontade e a corrupção generalizada, qual é a consequência de tudo isso? É que os camponeses sem terra e de pouca terra, a classe operária, o soldado, o marinheiro, os estudantes, a pequena burguesia, que formam a quase totalidade de nossa população, não se fazem representar no parlamento nem nas assembleias.

Não por acaso “80% das terras de lavoura e criação do país estão nas mãos de 2% apenas de brasileiros” – delas, somente 10% eram cultivadas. Esse “latifúndio improdutivo e subutilizado”, voltado para a “especulação imobiliária” e beneficiado por empréstimos do Banco do Brasil e outras instituições de crédito, estimulava o surgimento das Ligas Camponesas. Todo ano, “seis milhões de brasileiros até 16 anos de idade são levados ao cemitério”; a média de vida no Nordeste era de 27 anos; mais de trinta milhões não calçavam sapatos; mais de 90% das prostitutas eram camponesas e analfabetas.

Mais ainda, o “capitão de indústria” levava o “feudalismo para a fábrica”:

E como o latifúndio manda mais do que o industrial, dá-se essa coisa chocante: a indiferença e alheamento ou a resistência do industrial pela reforma agrária, embora esta seja a única maneira de criar um mercado interno forte e capaz de desafogá-lo da pressão externa. Ele prefere deixar-se devorar em silêncio pelo imperialismo, como a onça faz com o jacaré, ou entregar-lhe a parte do leão, temeroso de que a aliança com os humildes possa liquidar com a propriedade privada da terra e dos meios de produção e conduzir ao advento do socialismo. Por isso, preferem a “Aliança para o Progresso”.

De acordo com Julião, somente metade das crianças do país frequentava a escola, apenas um décimo concluindo o curso primário. Escassos 5% da população brasileira tinham acesso à universidade. Mas a minoria privilegiada que esquetejara Felipe dos Santos e enforcara Tiradentes vinha em romaria, no dia 21 de abril, “chorar sobre essas pedras as suas lágrimas de crocodilo”. Havia ainda as “amplas camadas da classe média” que necessitavam de uma reforma urbana – as inúmeras famílias atormentadas por uma inflação de 3,5% ao mês; os “pequenos comerciantes”, “pequenos industriais” e “artesãos” que sofriam com a “sangria do fisco e dos tubarões nacionais e estrangeiros”.

Por essas razões, o orador salientava:

A democracia que queremos para o Brasil é bem outra. Pouco importa o rótulo que tenha, desde que sirva ao povo. Que se chame cristã, popular ou socialista, contanto que traga no seu conteúdo a reforma agrária radical como o primeiro passo. Mas eu te pergunto, companheiro e compatriota, se é possível alcançar essa

reforma dentro deste sistema. Sabe toda a Nação que se prepara mais uma farsa. Já se explora com luxo de publicidade a indústria do anticomunismo. Para mantê-la faz-se uma caixinha de bilhões, forma-se a aliança da pequena minoria dos grandes contra a grande maioria dos pequenos, une-se a sagrada família, os técnicos em propaganda mistificam as massas, atiram-se as palavras mais audaciosas, correm rios de dinheiro, a Nação se agita, para depois de tudo isso a montanha parir um rato.

Tudo “para encobrir o saque das riquezas”, as “remessas de lucros”, os “empréstimos que não industrializam”. Aparecem demagogos a defender a “família cristã”, as “gloriosas tradições democráticas” e a “índole de povo pacífico” frente ao “regime do ‘paredón’”, aos “regimes exóticos”. No entanto, o “Brasil, ‘país cristão’, é subdesenvolvido, subalimentado, submetido, subtudo, porque a nossa pátria é, sobretudo, o país do sub”.

É o país onde “a previdência social é uma chantagem”, onde “a sindicalização rural ainda não existe”, onde “não se aplica ao camponês um único dispositivo da legislação trabalhista”. E mais:

Até o direito de o Partido Comunista registrar candidatos em sua própria legenda, como ocorre na Itália católica desse amável e simpático camponês que é o papa João XXIII, é negado sem nada que justifique, desde que esse partido existe de fato, tem imprensa, participa da vida política do país e faz alianças com outros partidos.

O discurso de Francisco Julião certamente apavoraria os agentes do DOPS e todos aqueles que, sendo ou não conservadores, tendiam a acreditar na propaganda anticomunista elaborada pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e pelo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), órgãos apoiados e financiados pelo governo norte-americano e por empresários nacionais e estrangeiros. Em linhas gerais, porém, Julião apontava para duas orientações: de um lado, a necessidade de se efetuarem as reformas de base, sem as quais a desigualdade social continuaria a manter uma democracia representativa bastante limitada; de outro, a crença, alimentada pelo sucesso recente da Revolução Cubana, de que era possível constituir uma sociedade socialista justa e igualitária. As várias tendências políticas da época, de uma forma ou de outra, dialogavam com ambas as orientações, negando-as, afirmando-as, tornando-as excludentes ou complementares. Isso explica porque grupos e indivíduos distintos, como políticos trabalhistas, militantes comunistas, membros da esquerda católica e componentes dos movimentos sociais, encontravam condições

favoráveis para se articularem em torno de um projeto reformista comum.<sup>65</sup> Mas explica também o fato de a propaganda anticomunista ao estilo IBAD/IPES ter encontrado terreno fértil para apagar contornos e diferenças com o intuito de identificar a esquerda no geral como uma ameaça à democracia.

---

<sup>65</sup> Mencione-se, a esse respeito, que a “Declaração do I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas sobre o caráter da reforma agrária”, datada de 17 de fevereiro de 1961 – a mesma que foi apresentada a João Goulart -, embora defendesse a tese de uma reforma agrária radical, manteve-se a certa distância das concepções socialistas defendidas por Francisco Julião na “Carta de Ouro Preto”. A declaração pode ser consultada na seguinte página: [http://r1.ufrj.br/cpda/als/corpo/html/discurso/decl\\_cnbh.htm](http://r1.ufrj.br/cpda/als/corpo/html/discurso/decl_cnbh.htm)

### 3. Ouro Preto e os grupos de esquerda

No mesmo ano de 1961, o estudante José Paulo Vasconcelos Gomes, membro do Diretório Acadêmico da Escola de Minas (DAEM), tornou público o projeto intitulado “Alfabetização de adultos: universitários, operários e lavradores para, juntos, construir o Brasil de amanhã”.<sup>66</sup> Nele, focava as famílias “desprovidas de recursos”, cujos pais não tinham meios para enviar os filhos à escola. O analfabetismo em Ouro Preto, segundo Gomes, alcançava 40% na cidade e 60% no restante do município, números “esclarecedores” quando se considerava que a região era mineradora e distava apenas cem quilômetros da capital. Os objetivos da campanha eram “mostrar ao povo a necessidade que tem de se instruir e as vantagens que isto traz”; “melhorar suas condições de higiene e saúde”; aprofundar a “formação moral e espiritual”; valorizar o sindicalismo; promover a assistência eleitoral; e “elevar o nível de vida”. Em relação ao sindicalismo, o presidente do DAEM assinalava:

Fazer ver a importância da função do sindicato, a vantagem e a necessidade de ser membro dele, para ter seus direitos assegurados contra ações nocivas aos mesmos. Mostrar que o sindicato é o defensor de seus interesses na luta contra a opressão e a injustiça social, provocada por grupos econômicos; que o sindicato existe para mantê-los unidos, pois é a união que faz a força; que o sindicato, quando bem governado, é capaz de grandes empreendimentos e decisões.

Acerca da assistência eleitoral, Gomes, que seria preso quando do golpe de 1964, sublinhava:

Mostrar sua responsabilidade de eleitor, a importância do título, as facilidades que lhe proporcionam na procura de novo emprego e as perturbações que sua ausência acarreta. Fazer com que participe da política nacional e que se interesse por ela.

Ainda que José Paulo Vasconcelos Gomes apresentasse uma concepção diferente sobre a democracia representativa, não teria de certo dificuldades para concordar com Francisco Julião em inúmeros pontos. Ademais, almejava politizar o meio estudantil, tirando-o “daquela monotonia e indiferença com que frequentam a Universidade sem se interessar pelos problemas que o cercam”.

---

<sup>66</sup> Cf. MACHADO, Otávio Luiz. *A Fundação Gorceix e o contexto da expansão da Escola de Minas nos anos 1960: primeiros documentos*. Frutal/MG: Ed. Prospectiva, 2013, p. 54-58.

Nesse contexto, os conflitos envolvendo a administração do prefeito Benedito Gonçalves Xavier, em Ouro Preto, não podem ser compreendidos apenas segundo a lógica das disputas faccionais de pequenos municípios, mas também como parte de um embate ideológico mais amplo. Em dezembro de 1961, quando se deu a tentativa de assassinato do vereador Paulo Elias, o diretório do PTB na cidade havia lançado um panfleto em defesa de seu principal líder, intitulado “Querem levar Ouro Preto à desonra. Manifesto do Povo de Ouro Preto”.<sup>67</sup> Logo de início, o documento fazia referência aos problemas da câmara:

Homens irresponsáveis, aproveitadores das coisas públicas (provamos), destituídos de qualquer espírito público, querem levar Ouro Preto, terra da liberdade, à desonra e ao caos econômico, somente para satisfazerem os seus apetites inconfessáveis e vaidades pessoais, contra um prefeito que trouxe grandes benefícios para o povo e tem sacrificado a sua própria saúde, a fim de honrar o mandato que recebeu do povo desta legendária cidade.

Segundo o panfleto, os vereadores oposicionistas “revogaram todas as leis de interesse público, colocando o prefeito sem leis para governar”; não aprovaram o orçamento de 1962, deixando o mandatário sem recursos para finalizar obras e para pagar os “servidores da municipalidade, cujos vencimentos foram aumentados de 50%”; recusaram-se a aprovar leis complementares que permitissem que a prefeitura acessasse os impostos transferidos pelo Estado e evitasse o aumento nas taxações locais; queriam ainda, para além da bancarrota do município, cassar o mandato do prefeito, “numa verdadeira afronta à dignidade da maioria do povo desta cidade”.

E, terminando com a acusação contra “homens impatriotas e inconformados que querem tirar do povo o direito de escolher livremente os seus legítimos representantes”, o panfleto trazia como palavras de ordem: “Viva a democracia representativa!”; “Deixem o prefeito trabalhar em paz!”; “Deixem Ouro Preto viver em paz!”; “Respeitem o mandato do povo!”.

A influência de Benedito Xavier, que buscava amparar-se junto a estudantes e operários, alcançava a vizinha cidade de Mariana, onde os conflitos políticos também respondiam ora ao facciosismo local, ora a questões ideológicas. Em 1956, por exemplo, o capitão Lourival Carneiro de Vasconcelos, delegado de polícia, informou ao DOPS acerca de tensão envolvendo a câmara.<sup>68</sup> De acordo com seu relato, no dia 23 de fevereiro, a sessão da Câmara Municipal de Mariana fora

---

<sup>67</sup> APM. DOPS. Pasta 0276. Sindicalismo e reforma agrária.

<sup>68</sup> APM. DOPS. Pasta 4757. Mariana.

interrompida pela chegada do vereador Aníbal de Freitas, que foi impedido pelo presidente da casa, Dante Guimarães Sampaio, de tomar assento sob o argumento de que havia renunciado ao cargo. Disso resultou um tumulto, que somente se encerrou quando policiais retiraram Freitas do recinto, tendo sido acompanhado por solidariedade pelos edis da Coligação Marianense, composta pela UDN e pelo PR. Dois dias depois, os insatisfeitos reuniram-se na sede do Marianense Futebol Clube e instituíram uma câmara à parte, elegendo inclusive presidente.

Acompanhando o ofício do capitão, seguiu a cópia datilografada de matéria publicada no *Estado de Minas* no dia 29 do mesmo mês e intitulada “Mariana com dualidade de câmaras”. O periódico narra o episódio da seguinte maneira:

Dois grupos antagônicos e inconciliáveis dividem a política de Mariana. A “esquerda”, chefiada pelo senhor Celso Arinos Mota, com predominância dos pessedistas, controla a edilidade com sete representantes, além de controlar a prefeitura. A “direita” conseguiu eleger apenas seis vereadores, sendo, portanto, a minoria.

Há tempos o vereador “esquerdista” Aníbal de Freitas incompatibilizou-se com o chefe do executivo, seu correligionário político, porque o prefeito entregou a outro elemento a execução de melhoramento na zona de influência daquele edil, motivo pelo qual o vereador passou para o grupo da “direita”, tornando-o maioria.

Em consequência foi cassado o mandado do edil Aníbal de Freitas à Câmara no dia da eleição da nova diretoria da casa.

Neste dia, o vereador Aníbal de Freitas viu tolhida sua liberdade de acesso ao recinto através da força policial daquela cidade, comandada por um sargento, tendo a mesma força, em face da excitação surgida e ante o propósito firme do edil em fazer valer os seus direitos, colocado na posição de fogo seus fuzis.

Nesse meio tempo convocaram os da “esquerda” o suplente do vereador que tivera o seu mandado cassado, e com o voto obtido mantiveram-se os “esquerdistas” no comando da câmara.

#### Conclusão

Irritados com o procedimento dos situacionistas, deliberaram os edis da “direita” constituir uma nova câmara, com a participação do senhor Aníbal de Freitas, elegendo na oportunidade para presidente da mesma o senhor doutor José Dias Batista. O vereador Aníbal de Freitas, em declarações feitas após os incidentes, alegou ser ilegal a deliberação da edilidade cassando seu mandado, pois que a mesma nem chegou a se reunir para alcançar a deliberação tomada. A situação política no município, em face dos fatos registrados, continua tensa.

Apesar das diferenças entre os relatos do delegado e do correspondente do jornal – que colocam dúvida sobre a existência de renúncia ou cassação –, o acontecimento de Mariana é significativo por vários motivos. Ressalta a luta aberta que envolvia a formação de maioria na câmara, visto que sem ela o prefeito poderia não ter condições de governar. Indica como a lógica faccional dos pequenos municípios era atravessada pela existência de zonas de influência, os distritos assumindo papel decisivo nas eleições. Mostra que as manobras e os conflitos políticos chegavam a tal ponto que soldados sentiam-se à vontade para levantar os fuzis em direção a um vereador eleito. Ajuda ainda a entender por que o diretório do PTB em Ouro Preto, no caso relativo ao prefeito Benedito Xavier, viria a afirmar que a oposição estava levando a cidade à desonra, pois casos acintosos eram divulgados na capital do estado. Por fim, a despeito do uso das aspas para designar a esquerda e a direita, o relato do correspondente não deixava de salientar a existência de certa polarização ideológica, vinculando o PSD e possivelmente o PTB com a primeira e a UDN e o PR com a última. Quando se analisam as composições das câmaras de Mariana e Ouro Preto, fica a forte sensação de que o PSD, possuindo ou não organicidade, constituía o fiel da balança.

É interessante observar que, nas eleições de 1962, embora o doutor Antônio dos Santos, candidato a prefeito apoiado por Benedito Xavier, tenha perdido o pleito para José Benedito Neves, sustentado por uma coligação entre UDN e PSD, os trabalhistas constituíram boa bancada na câmara. Foram eleitos vereadores Lourival Queiroz, Edmundo José Vieira e José Feliciano Rodrigues pela UDN; Theódulo Pereira, Vicente Ellena Tropia, Amadeu Barbosa e Felinto Elísio Nunes pelo PSD; e Kirki Jerônimo, Aderilho Fernandes, Júlio José Armando Fuertes Árias, Antônio Cardoso Roriz, Benedito Manuel Ferreira e Sebastião Francisco pelo PTB. Como havia três udenistas, quatro pessedistas e seis trabalhistas, formou-se maioria apertada em prol do prefeito eleito.<sup>69</sup> Este último assumiria posições bastantes conservadoras nos conturbados anos que marcariam seu mandato. Formado no Colégio Arquidiocesano em 1939, logo tornou-se professor da instituição, onde manteve bons contatos com o mencionado padre José da Rocha Filgueiras, candidato a prefeito pelo PTB em 1947, e com o padre José Pedro Mendes Barros, fundador do GLTA em 1938. O próprio José Benedito esteve à frente do grêmio entre 1940 e 1958, portanto, antes de ser prefeito.<sup>70</sup> Eleito por uma coligação conservadora, o novo prefeito mantinha também

---

<sup>69</sup> A identificação partidária de todos os eleitos pode ser verificada através da lista de candidatos a prefeito, vereador e juiz de paz enviada ao DOPS em 1962. APM. DOPS. Pasta 0205 – Eleições gerais em Minas Gerais.

<sup>70</sup> Em entrevista concedida em 1984 ao *Jornal de Ouro Preto*, órgão do GLTA, José Benedito Neves, depois de elogiar Filgueiras e Mendes, afirmou: “o GLTA foi a verdadeira alma do Colégio Arquidiocesano em sua fase inicial, quando exercia uma influência decisiva, de tal maneira que eu julgo imprescindível, em qualquer casa de ensino, a existência de um grêmio nos moldes do GLTA”. APMOP. *Jornal de Ouro Preto*, 14 de outubro de 1984, “José Benedito mostra os vestígios de uma época”, ano II, n. 18, p. 7. Curiosamente,

laços com os setores progressistas da Igreja e da Ação Católica, cujo principal expoente em Ouro Preto era o padre Mendes. Mas certamente não acompanhou as mudanças trazidas pelo Concílio Vaticano II (1962) e experimentadas pelo próprio Tristão de Ataíde.

Quando os eleitos tomaram posse em 31 de janeiro de 1963, o cenário político estadual e nacional apontava para a radicalização. Num relatório de 8 de junho do ano seguinte, dois meses após o golpe, o delegado Virgílio Soares Sousa revelou-se indignado com as investigações que fizera em Mariana a respeito de crimes praticados contra a Lei de Segurança Nacional. O inquérito marianense resultara daquele que havia sido estabelecido em Ouro Preto, no qual algumas testemunhas fizeram menção a “atividades subversivas” na cidade vizinha.<sup>71</sup> No cerne delas achava-se

Uma Frente Nacionalista Marianense, já com a organização do chamado GRUPO DOS ONZE, composto principalmente de elementos, na sua maioria, jovens, sob a inspiração e orientação do sr. Leonel Brizola, por correspondência e pela Rádio Mayrink Veiga.

O delegado explicava que o “aparecimento de infiltração comunista em Mariana” havia se ampliado em razão da atuação de Waldemar Jorge, delegado sindical dos ferroviários em Ponte Nova. O sindicalista era um dos líderes mais respeitados da região, tendo discursos publicados no *Jornal do Povo*, órgão do Partido Comunista do Brasil. Um panfleto elaborado em Belo Horizonte e dirigido aos “maçons” - um “apelo veemente e patriótico” -, conclamava os irmãos a elegerem Bento Gonçalves Filho para a Câmara Federal e Waldemar Jorge para a Assembleia Legislativa, sublinhando que este não havia sido eleito anteriormente “por razões de odiosa discriminação do DOPS”. Sua atuação política e sindical, marcada pelo estímulo a greves, era intensa, tanto entre os ferroviários e outras categorias, quanto no meio rural, onde defendia a reforma agrária. Em 1957, por exemplo, ao lado do deputado Hernani Maia, comparecera na cerimônia de criação da Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Município de Rio Casca.<sup>72</sup>

A Frente Nacionalista Marianense, presidida pelo também ferroviário José Bernardino de Sousa, organizara alguns encontros, num dos quais apresentou-se como orador o doutor Benedito Gonçalves Xavier, que, além de ex-prefeito de Ouro Preto, era, como se viu, presidente do Movimento Nacionalista de Ouro Preto (Monop). Fora dissertar sobre a “instalação de SAMDU e

---

a matéria não faz referência ao fato de o entrevistado ter sido prefeito de Ouro Preto durante o período em que se deu o golpe de 1964.

<sup>71</sup> APM. DOPS. Pasta 3866 – Frente Nacionalista Marianense e Grupo dos Onze.

<sup>72</sup> Sobre Waldemar Jorge: APM. DOPS. Pasta 4864. Ponte Nova – Sindicalismo e Comunismo; Pasta 3816. Comunismo, investigações e diversos; Pasta 3844. Inquérito Policial Militar.



SAPS em Mariana” – serviços de saúde e assistência social -, bem como sobre “reformas de base”. Segundo o delegado, Xavier era “político ambiciosa de fazer carreirismo”, aparecendo em “quase todos os inquéritos da região”. Informou ainda que, na mesma noite em que compareceu à reunião da Frente, “recebeu homenagem de seus amigos através de um banquete, como parte de um programa adrede preparado”.<sup>73</sup>

Se, após deixar a prefeitura, Benedito Xavier continuava a exercer sua liderança na região, na Câmara Municipal de Ouro Preto, Sebastião Francisco, conhecido como Maria Preta, seguia sua atuação como líder da minoria, embora agora na oposição. Nascido em Juiz de Fora no ano de 1918, negro, Sebastião Francisco residia em Ouro Preto havia muitos anos, sendo soldado reformado da Polícia Militar. O DOPS não tardou a obter informações a seu respeito, já que em certidão de 1958 relatava que “em documento apreendido na sede do ‘Jornal do Povo’, nesta Capital, em 22 de fevereiro de 1949, constava o nome de Sebastião Francisco como sendo distribuidor daquele jornal, Tribuna Popular e outros jornais comunistas em Ouro Preto”.<sup>74</sup> Na ocasião, havia sido encontrada uma carta datada de 28 de abril de 1948, escrita de próprio punho por Maria Preta, na qual dizia ao responsável em Belo Horizonte já haver saudado uma dívida relativa à compra de alguns exemplares do *Jornal do Povo*:

Prezado amigo

Em vista de ter recebido a sua carta, na qual me solicitava o pagamento de 20 jornais, importando em CR14,00

Levo ao conhecimento do nobre amigo que já resgatei a referida conta, como prova o recibo do correio anexo.

Outrossim, levo ao conhecimento do amigo que têm vindo por diversas vezes contas nas mesmas condições.

Saudações democráticas

Sebastião Francisco<sup>75</sup>

Logo após o golpe, uma ficha de identificação de 15 de abril afirmava sucinta e categoricamente: “Reformado da PM, vereador, comunista confesso, responsável por decisões subversivas de elementos comunistas e levadas a efeito por eles”.<sup>76</sup> Em março de 1966, a 4ª Região Militar (RM) sediada em Juiz de Fora – núcleo onde se iniciou o movimento de deposição do presidente João Goulart – encaminhava um pedido de busca referente ao líder trabalhista:

---

<sup>73</sup> APM. DOPS. Pasta 3866 – Frente Nacionalista Marianense e Grupo dos Onze

<sup>74</sup> APM. DOPS. Pasta 3813. Investigações diversas

<sup>75</sup> APM. DOPS. Pasta 3767. Jornal do Povo

<sup>76</sup> APM. DOPS. Pasta 5489. Fichas de identificação

### 1. DADOS CONHECIDOS:

- Sebastião Santos, vulgo Maria Preta, ex-vereador de Ouro Preto, indiciado em IPM por atividades subversivas, foi admitido como empregado na Cia. Alumínio Minas Gerais, em Salto (Ouro Preto). Este fato está causando receio pois em Salto o citado elemento terá oportunidade de agitar livremente os operários por falta de quem possa controlar suas ações.

### 2 – PEDIDOS:

- a. Veracidade
- b. Caso positivo, alertar a Cia. de Alumínios Minas Gerais.
- c. Seu verdadeiro nome
- d. Outros dados julgados úteis.<sup>77</sup>

A essa altura, Sebastião Francisco havia sido cassado, tendo, no entanto, retornado à câmara beneficiado por um mandado de segurança. Apesar de seu retorno, renunciou em 1965, só voltando a aparecer como vereador em 1971. Se a suspeita da 4ª RM procedia, talvez tenha tentado proteger-se obtendo emprego em Salto ou mesmo optado por atuar politicamente de outra maneira.

Seja como for, continuava a despertar o respeito dos militantes de esquerda. Como relata Victor Vieira de Godoy, aluno da Escola de Farmácia na época da ditadura, foi na década de 1960 que Antônio de Pádua Rodrigues, o Tônico, membro da União Colegial Ouro-pretana (UCO), promoveria o encontro entre o petebista e Hécio Pereira Fortes, secundarista e membro do GLTA que, nos anos posteriores ao golpe, procurou rearticular o PCB na cidade, integrou-se à Corrente Revolucionária (CR), dedicou-se à luta armada, ligou-se à Aliança Libertadora Nacional (ALN) de Carlos Marighela, sendo torturado e assassinado pela ditadura em São Paulo no ano de 1972, aos 22 anos<sup>78</sup>: “imediatamente Hécio passou a idolatrar Sebastião Maria Preta e João Barroso, sem perder

---

<sup>77</sup> APM. DOPS. Pasta 0067. Investigações a suspeitos

<sup>78</sup> Cf. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade: mortos e desaparecidos políticos*. Brasília: CNV, 2014, v. 3, “Hécio Pereira Fortes”. Outros jovens que viveram em Ouro Preto tiveram percurso semelhante. Dentre os membros do Grupo dos Onze de Mariana achavam-se Geraldo Goulart do Nascimento e seu filho Helber José Gomes Goulart, ambos ligados ao PCB. Helber também viria a compor a CR e a ALN, tendo sido preso, torturado e assassinado em 1973, aos 29 anos. Cf. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade: mortos e desaparecidos políticos*. Brasília: CNV, 2014, v. 3, “Helber José Gomes Goulart”. O mesmo ocorreu com Antônio Carlos Bicalho Lana, estudante nascido em Ouro Preto que também participou da CR e da ALN, tendo sido torturado e morto em São Paulo, em 1973, aos 24 anos. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade: mortos e desaparecidos políticos*, v. 3, “Antônio Carlos Bicalho Lana”. Os assassinatos de Hécio, Helber e Antônio Carlos foram de responsabilidade do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, que comandava o Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do II Exército em São Paulo.

ocasião para ‘épater la bourgeoisie’ ouro-pretana e consolidar sua fama de contestador”.<sup>79</sup> Aliás, logo após o golpe de 1964, no mês de novembro, foi lançado o primeiro número de *A voz do G.L.T.A.*, cuja equipe de direção era composta por Antônio de Pádua Rodrigues, Hécio Pereira Fortes, Victor Vieira Godoy e Júlio C. Chaves.

Nele, Tónico publicou um artigo intitulado “Analfabetismo no Brasil”, no qual, procurando tratar o tema em perspectiva histórica, dizia que a “continuidade da herança colonial compromete todos os esforços de desenvolvimento”. Tanis Pueréxy, por sua vez, em texto chamado “Quem quer levantar o dedo”, lembrava que certos lugares de Ouro Preto, como o Morro da Queimada, a rua da Fumaça e o Veloso, eram “paragens universais” com nomes trocados – “por exemplo, no Rio de Janeiro chamava-se Favela do Esqueleto”. Eram lugares com “frio, fome, inquietude, desespero, ódio, fraqueza moral, amor, desconfiança em si próprios e outras tantas características da humana gente”. Exigiam, pois, uma “renovação” - “E uma renovação que exclua totalmente as origens do nosso sentimento de culpa: inércia, egoísmo, farisaísmo, e um rosário de outras coisas que cada um conhece em si mesmo”.<sup>80</sup> No número seguinte, em dezembro, Antônio de Pádua dava sequência à análise sobre o analfabetismo salientando que os projetos educacionais não poderiam excluir a população adulta, nem desvincular-se de mudanças mais amplas, como as que diziam respeito à industrialização: “É indispensável, constitui fator de imperativo nacional, [realizar] as modificações das estruturas brasileiras. Caso contrário, qualquer plano, qualquer projeto não passará de simples paliativo”.<sup>81</sup> Em outubro e novembro de 1965, por sua vez, no sétimo número, Tónico voltava à carga com “Ou isto, ou aquilo”:

Não é possível. Basta de humilhações!

Ou colocamos as coisas nos devidos lugares, ou não sei o que acontecerá. A coisa é muito grave. Ninguém entende ninguém.

As palavras já não significam nada, é a própria mistificação. Em suma, é a prostituição.

“Bom dia”, “Democracia”, “Liberdade”, “Honra”, etc. etc....

Desvirtuaram tudo, as palavras perderam a sua essência.

Senão vejamos:

---

<sup>79</sup> GODOY, Victor Vieira. “Com Hécio no Café Pushkin”. In: FORTES, Hécio Pereira (Org.). *Hécio*. Belo Horizonte: Usina do Livro, 2017, p. 48. João Barroso, morador de Ouro Preto, atuou na ALN, chegando a deslocar-se para Governador Valadares e Ipatinga, onde, em 1970, mantinha contatos com Newton Moraes, militante que estudava na Escola de Minas e foi preso em 1971. Outro contato de Newton era justamente Antônio de Pádua Rodrigues. APM. DOPS. Pasta 4002. CODI BH. Moraes foi preso e torturado após frustrada tentativa de assalto a um banco em Belo Horizonte, sendo também expulso da Escola de Minas.

<sup>80</sup> *A Voz do G.L.T.A.*, n. 01, novembro de 1964, p. 3 e 5.

<sup>81</sup> *A Voz do G.L.T.A.*, n. 02, dezembro de 1964, p. 6.

“Bom dia”, perderam a consideração para com tal expressão.

Até na polícia, antes dos espancamentos, dos interrogatórios, ou cousas semelhantes, o inquisidor saúda as suas vítimas. Bom dia!

Mas as cousas não ficam aí, assumem proporções desastrosas.

“Democracia”, cada dia vestem-na de um jeito (embora cada sistema tenha a sua concepção, podendo encará-la como cousa inteiramente diversa). O que não se admite é que cada dia tenha uma interpretação nova.

“Honra”, na questão francesa com o Marrocos, os colonialistas tanto falaram de “Honra da França” para justificar tudo e qualquer coisa que levou um jornalista francês a dizer: “A rigor, honra, atualmente, não quer dizer nada, é apenas um equivalente de troço ou treco”.

Estão usando as palavras em vão, desvirtuando-as, colocando-as como que numa clandestinidade, tudo pelo mau uso deliberado.

Como poderão os homens entender-se se quebram a dignidade das palavras? Com que vocabulário poderão expressar os seus pensamentos e as suas convicções? Será com este?

Chega de esculachos, chega de massacres. Ou devolvemos as palavras a sua identidade, ou, ao primeiro reboço, o primeiro tiro, e a coisa ficará preta.

É hora de lançarmos um brado de alerta em defesa da integridade das palavras, para salvarmos a nossa própria.<sup>82</sup>

---

<sup>82</sup> *A Voz do GLT.A.*, n. 07, janeiro de 1965, p. 8. Nesse mesmo número, como em outros, encontra-se a contribuição de Alceu Amoroso Lima, o Tristão de Ataíde: “A voz do patrono”. Diga-se de passagem que exatamente nessa época o patrono do GLTA telefonou ao embaixador chileno requerendo que fosse aceito o asilo do advogado Antônio Ribeiro Romanelli, que na ocasião encontrava-se escondido no Rio de Janeiro.

#### 4. Ouro Preto e o golpe de 1964

O que havia dado a Tonico a sensação de que as palavras tinham se prostituído, para além do colonialismo, era o fato de, na madrugada de 31 de março para 1º de abril de 1964, as tropas do general Olímpio Mourão Filho terem partido de Juiz de Fora para dar início a um golpe militar que logo foi autoproclamado revolução democrática. Como ocorreu em quase todo o país, também em Ouro Preto o golpe desencadeou de imediato uma série de prisões e invasões domiciliares, especialmente nas repúblicas estudantis, em busca de elementos comunistas e de material subversivo. Muitos foram presos e remetidos ao DOPS, enquanto outros conseguiram fugir. No dia 27 de abril, o capitão Sebastião Lucas, delegado especial de polícia alocado na cidade, elaborou a “Relação nominal dos elementos residentes no município de Ouro Preto, que foram presos e enviados ao Departamento de Vigilância Social, em Belo Horizonte, como comunistas, agitadores e adeptos do partido vermelho” – o DSV era o novo nome do DOPS.<sup>83</sup> Dela constavam 24 nomes, dos quais 13 eram de estudantes da Escola de Minas. Na lista também estavam Benedito Gonçalves Xavier e os vereadores trabalhistas Sebastião Francisco e Júlio Armando Fuertes Árias; Anacleto Afonso Faria e João Evangelista Dias, ex-presidentes do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário; Luiz Severiano dos Santos, funcionário da Companhia de Força e Luz e também ligado ao referido sindicato; o operário Eurico Leão de Miranda, ligado ao Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Extração de Mármore, Calcários e Pedreiras de Cachoeira do Campo; o comerciante Aristides Cardoso Roriz; o metalúrgico e estudante Ney de Almeida; o funcionário público federal Adair Marinho Cota, que havia atirado no vereador Paulo Elias; e o bancário José Silvério Matos Giovanini. As prisões foram facilitadas porque, conforme informação do prefeito José Benedito Neves, o capitão, tendo sido já constituída a lista, ficou sabendo que “os membros de vários sindicatos locais estavam reunidos no SAMDU em companhia do médico Benedito Xavier”.<sup>84</sup>

Em outro documento da mesma data, o capitão Sebastião Lucas apresentou a

Relação nominal dos elementos e atuantes nesta cidade de Ouro Preto, que estão denunciados nesta delegacia como comunistas, agitadores, doutrinadores e simpatizantes das doutrinas comunistas, mas que não foram presos por terem

---

<sup>83</sup> APMOP. Fundo CMOP. Caixa 1960-1965. Pasta 1964.

<sup>84</sup> APM. DOPS. Pasta 3969. Inquérito Policial Militar

fugido da localidade, continuando, porém, sujeitos aos resultados das investigações policiais que prosseguem.<sup>85</sup>

Nela apareciam 18 foragidos. Dentre eles estavam os vereadores petebistas Antônio Cardoso Roriz, Kirki Jerônimo e Aderilho Fernandes; os professores da Escola de Minas Antônio Pimenta e Oswaldo de Magalhães Dias; o padre Luciano; os metalúrgicos Gerson Ferreira Lima, Gabriel de Paiva (empregado da Alcan) e Aírton Martins (também secundarista); o estudante de engenharia Jesus Honório de Paiva; Afonso Celso Lana Leite, estudante ligado ao PCB da cidade; e Márcio Milici Martins, funcionário da Companhia de Correios e Telégrafos (DCT). As duas listas indicam que a prioridade nas prisões recaiu sobre os políticos do PTB, sindicalistas considerados ameaçadores e estudantes da Escola de Minas.

No mesmo dia 27 de abril, por ordem do Ministério da Educação e Cultura e com base no artigo 8º do Ato Institucional Nº. 1 (AI-1), o diretor Joaquim Maia instaurou na Escola de Minas uma comissão de inquérito composta pelos professores Antônio Pinheiro Filho (presidente) e Moacir do Amaral Lisboa e pelo auxiliar Roque dos Santos Paiva.<sup>86</sup> Pinheiro, aliás, viria a ser diretor da instituição entre março de 1968 e maio de 1972, bem como o primeiro reitor da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), entre agosto de 1969 e setembro de 1971. A atuação na comissão dava início a sua identificação com a ditadura, bastante perceptível em Ouro Preto. No dia 4 de maio, com os mesmos fundamentos, o diretor José Badini instaurou na Escola de Farmácia sua respectiva comissão, composta pelos professores Vicente Ellena Tropa (presidente), Jair Pena e Antônio Fortes e pelo oficial administrativo Temístocles Correa de Magalhães. Embora esta última comissão tendesse a sofrer resistências internas, Tropa, que sucedeu Badini na direção, também passou a ser rapidamente identificado como homem da ditadura em Ouro Preto.

Por ordem da Secretaria de Segurança Pública, o delegado de polícia Virgílio Soares de Sousa Lima, acompanhado do escrivão José Fernandes Mota, instaurou, por sua vez, um IPM em Ouro Preto, desdobrado em outro relativo à Mariana. Para melhor levar a cabo sua missão, inteirou-se junto ao DOPS da lista de presos e indiciados que este órgão possuía – resultado, em boa medida, do trabalho do capitão Sebastião Lucas. Valeu-se ainda dos inquéritos estabelecidos na Escola de Minas e na Escola de Farmácia. Embora, segundo o delegado, os relatórios conclusivos de ambas as instituições não tivessem incriminado nenhum professor ou aluno - talvez por não disporem de

---

<sup>85</sup> APMOP. Fundo CMOP. Caixa 1960-1965. Pasta 1964.

<sup>86</sup> O artigo 8º do AI-1, de 9 de abril de 1964, dizia o seguinte: “Os inquéritos e processos visando à apuração da responsabilidade pela prática de crime contra o Estado ou seu patrimônio e a ordem política e social ou de atos de guerra revolucionária poderão ser instaurados individual ou coletivamente”.

“outros meios de prova a que a polícia está acostumada” -, acabaram por servir “e muito para esclarecer pontos, os quais se acentuavam com vários depoimentos constantes daqueles inquiridos, principalmente o realizado na Escola de Minas, sob a presidência do prof. Antônio Pinheiro Filho”.<sup>87</sup> Observe-se, contudo, que a incriminação dos docentes Antônio Pimenta e Oswaldo de Magalhães Dias, assim como dos estudantes de engenharia, deu-se antes do início dos trabalhos na comissão da Escola de Minas, já que o delegado da cidade os havia declarado foragidos. A investigação na escola, apesar dos esforços de professores como Walter Valadão de Sousa, não culpou ninguém, mas serviu como peça do quebra-cabeça. Em boa medida partiu das listas de Sebastião Lucas, tendo sido útil ao IPM empreendido por Virgílio Soares.

As testemunhas que depuseram no IPM do delegado Virgílio Soares foram Mário Ataíde; o comerciante Rodrigo Vicente Toffolo; o comerciante e vereador udenista Lourival Queiroz; o professor e prefeito José Benedito Neves; o ex-vice-prefeito José Pedro Xavier da Veiga; os estudantes Francisco Antunes de Oliveira, Nelson Silva, Celso Dias Coutinho e Cássio Humberto Lanari Júnior; e o agente da estação da Central do Brasil Antônio André da Luz – este último sendo também o informante das investigações realizadas em Mariana. O resultado da investigação, alcançado em 27 de maio, gerou uma lista de indiciados que incluiu novos nomes e excluiu outros propostos por Sebastião Lucas. Note-se de passagem que Lourival Queiroz, em depoimento dado a Virgílio Soares, disse ainda que “havia recebido do Serviço Secreto do Exército uma lista de elementos esquerdistas que deveriam ser presos”. Ou seja, era homem de confiança dos militares na cidade.<sup>88</sup>

Lista dos indiciados no IPM de Ouro Preto realizado pelo delegado Virgílio Soares

Políticos	
Benedito Gonçalves Xavier	Suplente de deputado estadual; médico
Antônio Carlos Roriz	Vereador
Sebastião Francisco, vulgo Maria Preta	Vereador
Júlio Armando Fuertes Árias	Vereador
Kirki Jerônimo	Vereador e estudante
Aderilho Fernandes	Vereador
Professores universitários	
Oswaldo Magalhães Dias	Escola de Minas
Antônio Pimenta	Escola de Minas

<sup>87</sup> APM. DOPS. Pasta 3869. Inquérito Policial Militar.

<sup>88</sup> APM. DOPS. Pasta 3869. Inquérito Policial Militar. Depoimento sobre Júlio Armando Fuertes Árias.

Estudantes	
Nuri Andrauss Gassani	Escola de Minas
Antônio Carlos Moraes Sarmiento	Escola de Minas
Eduardo Teles de Barros, vulgo Amazonas	Escola de Minas
Ney de Almeida	Escola de Minas
Wagner Geraldo da Silva	Escola de Minas
Márcio Antônio Pereira	Escola de Minas
Rômulo Freire Pessoa	Escola de Minas
José Paulo Vasconcelos	Escola de Minas
Frank Ulrich Helmut Falkenheim	Escola de Minas
Osamu Takanohashi	Escola de Minas
Haroldo Pereira da Silva	Escola de Minas
Jacques Herkovik	Escola de Minas
Nelson Maculan Filho	Escola de Minas
Sérgio Antônio Pretti Maculan	Escola de Minas
Paulo Roberto Hanan Barcelos	Escola de Minas
Bolívar Carneiro de Vasconcelos <sup>89</sup>	Escola de Minas
Metalúrgicos	
Gerson Ferreira Lima	---
Gabriel de Paiva	---
Aírton Martins	Metalúrgico e estudante secundarista
José Honório de Paiva	---
Pedreiro	
João Evangelista Dias	Ex-presidente do STICM
Comerciário	
Aristides Cardoso Roriz	---
Bancário	
José Silvério Matos Giovanini	Bancário e estudante
Outros	
Marcelo Guimarães de Melo	Geólogo do ITI**
Sérgio Nertan de Brito	Geólogo do ITI**
Ivan Tass	---

<sup>89</sup> Bolívar Carneiro de Vasconcelos, embora tenha aparecido na lista de estudantes indiciados, era policial e agente infiltrado do DOPS, como se verá adiante.



Márcio Milici Martins	Funcionário do DCT***
Padre Luciano	---

\*Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário

\*\*Instituto de Tecnologia Industrial

\*\*\* Departamento de Correios e Telégrafos

De todos os indiciados, segundo o delegado, somente Benedito Xavier e Sebastião Francisco eram fichados no DOPS. Porém, como se indicou acima, os estudantes Antônio Carlos Moraes Sarmiento, Eduardo Teles de Barros e Márcio Antônio Pereira haviam assinado ficha de filiação ao PCB em 1962. Em Mariana, Virgílio Soares indiciou o fotógrafo Geraldo Basílio Lima; o escriturário Carlos Antunes da Silva; o carpinteiro Gerson Firmino Costa Neto; os alfaiates João Batista Walter e Geraldo Goulart do Nascimento; o funcionário público municipal Helber José Gomes Goulart; o barbeiro Derly Pedro da Silva; o eletricista Manuel Vítor da Silva Filho; os ferroviários José Bernardino de Sousa, Helvécio da Costa Santos, Afonso Santos de Oliveira, Delfim Coelho Gomes e Antônio Walter; o motorista Jesus Firmino da Costa; e Álvaro Modesto de Sousa, vulgo Nonô. Praticamente todos apareciam na lista constante do relatório sobre a Frente Nacionalista Marianense e o Grupo dos Onze. Não estranha, por isso, que também no inquérito de Mariana fosse indiciado o médico Benedito Gonçalves Xavier.<sup>90</sup>

O ferroviário Afonso Santos de Oliveira, no depoimento dado no DOPS em 23 de abril, contou que, tendo praticamente 50 anos, nos últimos 29 trabalhara em Mariana como funcionário da Central do Brasil. Segundo ele,

Dias antes da revolução democrática que estamos atravessando, na sede recreativa dos ferroviários de Mariana, houve uma reunião de caráter subversivo; que, então, procurou o delegado local na mesma hora e pediu ao mesmo que impedisse a realização de tal sessão; que o mesmo não tomou nenhuma providência e, voltando à sede, os componentes da reunião, sob a direção de Antônio Walter, que discursavam no momento, o declarante pediu um aparte e falou sobre a disciplina profissional e militar; após as palavras do declarante, foi atacado brutalmente pelo Helvécio de Oliveira, também ferroviário, e outros cujos nomes não se recorda, só não chegando a matá-lo, o declarante, por intervenção de seu colega Delfim Coelho; após desvencilhar-se dos agressores, o declarante voltou ao delegado pedindo novas providências, as quais foram negadas; na delegacia, no momento em

<sup>90</sup> A lista das testemunhas e dos indiciados dos inquéritos realizados em Ouro Preto e Mariana encontra-se em APM. DOPS. Pasta 0005. Investigações a suspeitos.

que o declarante lá esteve, estava presente o advogado José Salim Mansur, o qual apoiou o delegado; que, dias após, houve uma outra reunião para a qual, por deboche, o declarante foi convidado, esta de caráter mais subversivo que a anteriormente citada: nela compareceram o dr. Benedito Xavier, o vereador Roriz e outro vereador conhecido por “Maria Preta”, todos de Ouro Preto; à vista do caráter da reunião, o declarante voltou ao delegado dizendo que aquela reunião não poderia ser realizada naquela sede, pois a mesma era para sessões recreativas, e não para reuniões comunistas; que o delegado respondeu-lhe que não iria tomar nenhuma providência e que o declarante nada tinha com isso; dias após, houve o movimento revolucionário e os elementos já citados, em sua quase totalidade, procuraram o declarante perguntando-lhe se tinha delatado às autoridades o acontecido, tendo sido dada resposta negativa.

Sendo ou não verídico, o depoimento de Oliveira trazia informações sobre a reunião da Frente Nacionalista Marianense e a dinâmica do Grupo dos Onze, revelando inclusive a presença dos vereadores trabalhistas Sebastião Carvalho e Antônio Carlos Roriz. O foco da articulação política em Mariana se dava mesmo em torno dos funcionários da Central do Brasil.

Mas não apenas, se for possível dar crédito ao testemunho do promotor de justiça da Comarca de Ponte Nova, o doutor Afonso Messias Soares, com 52 anos na época do golpe. Por trabalhar havia quase três décadas na região, Messias dizia conhecer muito bem “todo o ambiente político da cidade”, considerando-se, portanto, capacitado para identificar a agitação local com o já mencionado Waldemar Jorge – o sindicalista que teria ajudado a incendiar os ferroviários de Mariana – e com os bancários José Kleber Leite, Moretzohn José Barbosa e Fausto Cordeiro Machado, funcionários do Banco do Brasil. Para o promotor, os referidos

são os dirigentes de cúpula do Partido Comunista nesta cidade, os quais organizam os movimentos de agitação, greves e ocupações de terras, cujos movimentos são executados pelo chefe Waldemar Jorge, que dispõe de penetração fácil nos meios ferroviários e operários do município.<sup>91</sup>

É interessante observar, com base em tais palavras, como devia parecer assustador para os grupos de direita o potencial que a Frente Nacionalista Marianense e o Grupo dos Onze tinham para reunir militantes como Waldemar Jorge e Maria Preta. É digno de nota que, junto ao depoimento do procurador de Ponte Nova, aparecesse um telegrama endereçado ao Sindicato dos Bancários da

---

<sup>91</sup>

APM. DOPS. Pasta 0266. Comunismo.

mesma cidade, cujo conteúdo era o seguinte: “Congresso sindical marcado vinte nove junho três julho capital pt necessitamos urgentemente receber adesão desse sindicato e relação delegados pt Riani Bambirra Delmir pt”. Tratava-se do já mencionado III Congresso Sindical de Minas Gerais, cuja sessão solene de encerramento se deu, como foi visto, na Praça Tiradentes, em Ouro Preto. Clodesmidt Riani, Sinval Bambirra e Delmir Vilela eram, respectivamente, presidente, secretário e tesoureiro do evento. Não há dúvida de que os militantes da região de Ouro Preto, Mariana e Ponte Nova vinham endossando o esforço das lideranças sindicais de Belo Horizonte no sentido de expandir a organização de trabalhadores do campo e da cidade pelo interior de Minas Gerais.

O promotor Messias, temeroso da atuação política e sindical dos indiciados, continuou a carregar nas tintas. Para ele, Waldemar Jorge ameaçava parar a ferrovia em Ponte Nova “pelos motivos mais fúteis, inclusive por haver um funcionário da estrada sofrido busca por policiais em serviço nesta cidade, quando se achava portando arma ilegalmente”; era um “grande insuflador de animosidade entre patrões e empregados, tendo grande interferência em todas as questões trabalhistas no foro local”; mais ainda, “até no ambiente rural interferia procurando criar clima de subversão”; não recuava “nem mesmo ante a violência”, o que se verificou “quando pretendeu impedir uma passeata de estudantes contra o ditador ‘Fidel Castro’”. O bancário José Kleber Leite de Castro, por seu turno, “a pretexto de ser vereador sempre exerceu também nesta cidade atividades subversivas”; todos os seus atos “eram orientados na linha que interessava o Partido Comunista”. Moretzohn José Barbosa, também bancário, dizia publicamente “desejar a vitória do comunismo no Brasil”; acompanhado de Fausto Cordeiro Machado, pertencia ao quadro de fiscais da Carteira Agrícola do Banco do Brasil, fato não casual visto que a alta direção da instituição tendia a colocar comunistas em tais postos por facilitarem o acesso aos lavradores. Jesus de Sousa Mendes “chegou a participar de agitações nesta cidade nas greves bancárias e no Sindicato dos Ferroviários, onde se pregava a revolução comunista”. Por fim, havia ainda uma grande lista de “cripto-comunistas” cujos nomes fez questão de arrolar.<sup>92</sup>

É inegável, como mostra o caso da tentativa de assassinato de um vereador de Ouro Preto, que os conflitos políticos na década de 1960 eram travados através de violência mais direta e em prejuízo das soluções institucionais. E isto ocorria em todos os âmbitos, não apenas no municipal, onde ainda hoje se verificam Brasil afora práticas truculentas. Tratava-se, aliás, de um país onde a simples realização de uma greve ou a fundação de sindicato eram vistas como atividades subversivas que almejavam destruir a ordem. Percebe-se a dimensão do problema no testemunho,

---

<sup>92</sup> APM. DOPS. Pasta 0266. Comunismo. Encontram-se nesta pasta dois depoimentos do promotor Afonso Messias Soares, ambos datados de 10 de abril de 1964.

visto há pouco, de Afonso Santos de Oliveira, cujo conteúdo conservador talvez fosse autêntico, uma vez que era militar. Mas havia nele algo a mais: a acusação de conivência por parte do delegado de Mariana. Assim, Oliveira continuou a depor queixando-se de que, naquele mesmo dia, mais cedo, ao cumprimentar o dito delegado, fora

rispidamente tratado e, para não criar caso, abaixou a cabeça; [...] que hoje, mais ou menos às oito horas, entre a rodoviária local e a sua casa, uma menina de seus dez anos se acercou do declarante e lhe disse rapidamente: “Cabo Afonso, hoje eles vão te matar. Caia fora”; que, imediatamente, o declarante voltou à sua casa, pegou seus documentos, tomando “carona” num caminhão que o conduziu até Passagem de Mariana, e lá, à espera do ônibus que o trouxe para esta capital, entrou na instalação sanitária de uma casa já em ruínas e, de saída, um rapaz seu conhecido, filho do Ribas, residente em Ouro Preto, lhe disse que lá esteve um pessoal numa rural à sua procura, isso mais ou menos às 16:00 horas; que logo após tomou um ônibus que o trouxe a Belo Horizonte; que não sabe quem estava à sua procura; que aqui compareceu imediatamente a este departamento para prestar estas declarações.<sup>93</sup>

O cabo Afonso Santos de Oliveira, porém, não escapou ao indiciamento.

As variações nas listas de indiciamento sugerem tanto problemas de investigação quanto o exercício explícito do preconceito e do favorecimento. Alguns nomes chamam a atenção. Afonso Celso Lana Leite, estudante de veterinária da UMG, desapareceu das investigações de Virgílio Soares, embora fosse considerado foragido por Sebastião Lucas. O fato chama a atenção quando se constata que Lana veio a articular-se com o grupo do PCB que Hécio Fortes organizou em Ouro Preto, compondo posteriormente a Corrente Revolucionária (CR) e o Comando pela Libertação Nacional (Colina). O bancário José Silvério Matos Giovanini, secundarista do Colégio Alfredo Baeta, presente em ambas as listas, apesar de seu envolvimento com os estudantes, apresentava certas peculiaridades relativas aos costumes. Em depoimento recente, Antônio Carlos Martins Menezes, que também viria a viver na clandestinidade, conta que

o ídolo e guru de Hécio e, em breve, da minha incontida admiração era o Silvério – José Silvério de Mattos Giovanini –, funcionário do Banco do Estado de Minas Gerais na Rua São José e que nos iniciou na cultura de vanguarda na chamada “marginália” da cidade. Silvério fumava cigarros e cigarrilhas – o que lhe dava um ar de Messias, bebia, escutava Jazz, Rock e Beatles – uma revolução no Brasil

<sup>93</sup>

APM. DOPS. Pasta 0266. Comunismo.

daquela época. Aprendemos com ele a cantar músicas da Revolução Espanhola, a Guantanamera cubana e, glória (!), a Internacional Comunista para o desespero da “Reação de Ouro Preto” – professores e alunos da Escola de Minas, satirizados e espicados pela irreverência do Silvério e Hécio... Com Silvério como modelo e com o aval do Hécio, logo participávamos das corriolas da época. Ouro Preto era palco de personagens da Música Popular Brasileira, lembrando as noites em companhia de Vinícius, Vandrê, Tuca, Maria Fernanda, Leny Andrade, Fernando Brandt, Irany “Magrinha” e Bituca.<sup>94</sup>

Assim, a despeito de sua identificação com o pensamento e atividades de esquerda, Giovanini também causava desconfiança por adotar novos hábitos culturais que o colocavam no seio da marginalia – e isto antes da realização da primeira edição do Festival de Inverno de Ouro Preto, que ocorreria em 1967. Toffolo o identificou como “líder estudantil” e Francisco Antunes de Oliveira, aluno da Escola de Minas ligado à direita, afirmou ser ele repórter do jornal *Novos Rumos*.

É bastante curioso, nesse sentido, que o indiciado Bolívar Carneiro de Vasconcelos tenha tido o cuidado de livrar Giovanini de algum perigo mais expressivo. No testemunho que prestou em 13 de abril, o “estudante” de quase 33 anos de idade declarava-se informante do DOPS: “policial deste departamento desde 1957, sempre chegado aos movimentos estudantis, dos quais já fez centenas de comunicações a esta repartição”. Para ele, Giovanini era “pessoa de bons tratos, sempre preocupado com os seus estudos”. Seu pai, já falecido, fora farmacêutico; a mãe, além de professora, presidia o Apostolado da Oração da Igreja Nossa Senhora da Paz. Ambos compunham uma família em cuja casa o vigário do bairro “tomava refeições”. Por essas razões, Vasconcelos estranhava a prisão de José Silvério Giovanini e sua presença no DOPS, pois “foi sempre pessoa ligada aos meios religiosos”. Contudo, o testemunho do agente infiltrado trazia os elementos que explicavam sua benevolência: ele conhecia o rapaz desde sua infância, quando ambos moravam em Belo Horizonte, na Cachoeirinha.<sup>95</sup> Assim, o caso de Giovanini mostra outra faceta: as prisões, que por si mesmas já eram arbitrárias, dependiam, pelo menos em parte, do impacto causado pelas relações pessoais. Fosse para o bem, como neste caso, fosse para o mal.

Giovanini, no entanto, adotou estratégia bastante defensiva em seu próprio depoimento. Com 22 anos de idade, narrou sua tortuosa trajetória: chegara à capital com um ano, nela residindo no bairro da Cachoeirinha e depois no centro; tendo feito o primário em Belo Horizonte, cursou

---

<sup>94</sup> MENEZES, Antônio Carlos Martins. “Hotel Inglês”. In: FORTES, Délcio Pereira (Org.). *Hécio*, op. cit., p. 67.

<sup>95</sup> APM. DOPS. Pasta 0266. Comunismo.

parte do ciclo inicial do secundário no Colégio Dom Bosco, em Cachoeira do Campo, tendo de terminá-lo em Diamantina porque sua família se mudou novamente; o início do científico fizera na capital, para onde voltara, ao mesmo tempo em que prestou o serviço militar; após a morte do pai, sua mãe fora transferida para Ouro Preto, onde cursava o final do secundário no Colégio Alfredo Baeta. A passagem por Belo Horizonte certamente ajuda a entender o fato de Giovanini ter incorporado as inovações no comportamento juvenil. Apesar de aparentar rebeldia, também negou envolvimento com a esquerda, afirmando, por um lado, que sua boa conduta poderia ser atestada pelo gerente do Banco de Minas Gerais, onde trabalhava, e, por outro, que sua prisão certamente resultara de vingança praticada por algum comerciante a quem não concedeu cadastro favorável no exercício de suas funções bancárias. E acrescentou que

em Ouro Preto, atendendo a pedido da diretora do estabelecimento onde estuda, se candidatou a presidente da União Colegial Ouro-pretana (UCO), tendo sido derrotado, bem assim os seus colegas de chapa, saindo vitoriosa a chapa da “JEC” – Juventude Estudantil Católica – tida como a esquerdista, que, aliás, promoveu várias reuniões em Ouro Preto com a presença de líderes esquerdistas, havendo mesmo tumulto em algumas delas.

De toda forma, como se viu há pouco, José Silvério Giovanini era, conforme Antônio Carlos Martins Menezes, o “ídolo” e “guru” de Hélcio Fortes, que seria assassinado pela ditadura.

Caso distinto foi o do metalúrgico e estudante secundarista Aírton Martins, considerado foragido por Lucas e indiciado por Soares. O delegado de Ouro Preto, em ofício de 8 de julho de 1964, dizia que, embora o rapaz de 21 anos tivesse sido enquadrado na “OPERAÇÃO LIMPEZA levada a efeito nesta cidade”, apurações posteriores haviam demonstrado que ele nada tinha de comunista, nem professava “ideias de caráter extremista”. Na verdade,

o que se apurou sobre a pessoa do senhor Aírton Martins é que seu pai abandonou a casa quando tinha ele 16 anos de idade e que sua mãe sempre teve que trabalhar para sustentá-lo e mais quatro irmãos; e Aírton, logo que chegou à idade de trabalhar, embora estivesse estudando, com sacrifícios, procurou unir-se a vereadores do PTB de Ouro Preto, que, por estarem na liderança, prometeram-lhe um emprego na Caixa Econômica Federal. Que Aírton Martins chegou a trabalhar nesta delegacia de polícia como escrivão ad hoc, no período de abril de 1962 a julho de 1963.<sup>96</sup>

Aírton pode ter sido bem-sucedido ao convencer Sebastião Lucas, ou este talvez o beneficiasse por alguma razão, mas o certo é que seu vínculo com os vereadores trabalhistas permaneceria, como se verá adiante. Seja como for, quando o ofício do delegado foi encaminhado, Aírton Martins já havia sido libertado junto com Nuri Andrauss Gassani. Ambos pareceram “não serem pessoas comprometidas com qualquer atuação subversiva”.<sup>97</sup>

O comerciante Aristides Cardoso Roriz, nascido em Mariana e com quase trinta anos na época do golpe, presente nas listas dos dois policiais, requereu atestado de antecedentes junto ao Departamento de Vigilância Social (DVS) em 16 de julho com o intuito de “encaminhar processo para defesa de direitos em juízo”. O delegado que analisou o pedido declarou que “o requerente está indiciado em IPM presidido pelo dr. Virgílio Soares de Sousa Lima. O investigador nº 537, que o auxiliou, informa em relatório, sobre o requerente: - ‘agitador, ligado a outros comunistas da cidade, pichador, perigoso, atrevido, detido pela delegacia local em 6-4-64’”.<sup>98</sup> O pedido foi indeferido. Aristides havia passado pelo DOPS e foi posto em liberdade no dia 2 de junho, tendo ficado detido, portanto, por dois meses. Quando de sua soltura, a “Comissão de Triagem” do “Comando Revolucionário” exigiu que permanecesse em Ouro Preto e não deixasse a cidade sem autorização prévia, ficando sob responsabilidade de José Cardoso Roriz, contador residente em Belo Horizonte.<sup>99</sup> Aristides encaminhou outro requerimento em 1967 porque desejava tirar carteira de habilitação. Provavelmente tentava saber se sua situação era perniciosa. O pedido foi indeferido novamente, pois o funcionário responsável informou o seguinte ao delegado: “Trata-se de elemento prontuariado neste departamento. Está indiciado em IPM por atividades subversivas. Data vênia, sou pelo seu indeferimento, uma vez que, para obter carteira de motorista, só é obrigado o nosso atestado para os estrangeiros”.<sup>100</sup> Seu caso é paradigmático, pois parte expressiva dos presos de Ouro Preto percorreram o mesmo caminho, sendo levados ao DOPS, fichados, liberados sob condição e acompanhados pelos investigadores.

Destaque-se que Aristides era irmão do vereador trabalhista Antônio Cardoso Roriz, que, conquanto aparecesse como fugitivo na lista de Sebastião Lucas, havia sido preso pelo DVS em Belo Horizonte. No relatório de Virgílio Soares, Rodrigo Vicente Toffolo disse não considerar o edil subversivo, sabendo apenas que “cuidava da assistência social”. O delegado, contudo, sublinhou que fora encontrado um cartão do vereador endereçado a “‘seu prezado companheiro’ dep. Sinal

---

<sup>97</sup> APM. DOPS. Pasta 0405. Nuri Andrauss Gassani.

<sup>98</sup> APM. DOPS. Pasta 0308. Antecedentes políticos e sociais.

<sup>99</sup> APM. DOPS. Pasta 5489. Fichas de identificação.

<sup>100</sup> APM. DOPS. Pasta 0309. Antecedentes políticos e sociais.

Bambirra”.<sup>101</sup> Em relação a Aristides, o depoimento de Toffolo foi mais crítico, já que o acusava de ter participado de pichações feitas na noite do golpe. Outra testemunha, Mário Ataíde, afirmou conhecê-lo havia tempos “por ter exercido o cargo de repórter fotográfico do jornal ÚLTIMA HORA”, ainda que não lhe parecesse ter a profissão de jornalista. Mais ainda,

a última vez que o viu foi numa palestra realizada no cinema Vila Rica, proferida por C. Lacerda; que, quando a palestra estava pelo meio, detonou [sic] no cinema três bombas fortíssimas; que imediatamente correu ao local e quando lá chegava cruzou com Aristides Cardoso Roriz, que saía correndo do cinema.<sup>102</sup>

Alguns dos depoimentos de que se valeu o delegado Virgílio Soares foram encontrados, sendo um deles justamente o do jornalista Mário Ataíde, de 46 anos. Morador na capital, apesar de ter residido em Ouro Preto por mais de duas décadas, Ataíde, que trabalhava na *Tribuna da Imprensa*, contou a história referida acima, lembrando que o indiciado “possuía ideias bastante esquerdistas, bem à feição do jornal em que trabalhava”. Quando do incidente envolvendo a palestra de Carlos Lacerda, ocorrido em 1962, chegou, ao encontrar o delegado na entrada do cinema, a pedir que corresse atrás de Aristides porque só poderia ter sido ele o “provocador das referidas explosões” – mas o “moço” conseguiu fugir. Ataíde mencionou ainda que no momento de eclosão das bombas estava sentado ao lado do padre José Feliciano da Costa Simões.<sup>103</sup>

Outro caso que merece ser mencionado é o do operário Eurico Leão de Miranda, que constou da lista de Lucas, mas não na de Virgílio Soares. Ele, com 42 anos, e seu colega João Bosco Ribeiro, com 50, foram os únicos indiciados em IPM realizado em Cachoeira do Campo, distrito de Ouro Preto, pelo próprio Soares.<sup>104</sup> Ligado ao Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Extração de Mármore, Calcários e Pedreiras e suspeito de ser simpatizante do comunismo, Miranda foi solto após ter ficado um mês na prisão, sob a condição de não poder sair do local em que morava sem prévia autorização.<sup>105</sup> Em novembro de 1965, em busca de emprego, requereu atestado de antecedentes ao DVS. O chefe responsável apresentou o seguinte despacho:

Em vista do relatório DVS-031, IPM nº 19, ID4/25, verifica-se, através dos depoimentos dos próprios chefes do indiciado, que o mesmo não pode ser considerado como elemento subversivo ou corrupto, tendo o sr. dr. delegado que

---

<sup>101</sup> APM. DOPS. Pasta 3869. Inquérito Policial Militar.

<sup>102</sup> APM. DOPS. Pasta 3869. Inquérito Policial Militar.

<sup>103</sup> APM. DOPS. Pasta 0266. Comunismo.

<sup>104</sup> APM. DOPS. Pasta 0006 – Lista de nomes.

<sup>105</sup> APM. DOPS. Pasta 5489. Fichas de identificação.



presidiu o inquérito pedido o arquivamento dos autos respectivos. Em sendo assim, expeça-se o atestado requerido conforme foi pedido.<sup>106</sup>

O mesmo ocorreu com João Bosco Ribeiro, que havia presidido o referido sindicato.<sup>107</sup> Assim como o colega, e na mesma época, requereu atestado com o intento de obter emprego, obtendo despacho idêntico. Apesar de os dois operários terem se livrado da prisão e obtido atestado de bons antecedentes, o fato de estarem procurando emprego talvez tivesse a ver com sua militância sindical e política. De toda forma, os atestados informavam que ambos trabalhavam na Fazenda do Cumbi, pertencente à Enrico Guarneri Indústria & Comércio S.A. Vale lembrar, por um lado, que o médico Benedito Gonçalves Xavier havia trabalhado em Cachoeira do Campo e, por outro, que os sindicalistas atuavam no mesmo ramo – o de extração de minério - do conhecido Dazinho, o qual, antes do golpe, percorrera inúmeras cidades com o intuito de fundar ou fortalecer sindicatos. É possível que tais aspectos tenham pesado na perseguição aos trabalhadores da região.

É interessante observar que algo escapou ao DVS nesse caso. Num relatório secreto de 1961, David Hazan, o investigador 546, relatou ao chefe do DOPS que a comissão organizadora do I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, acima referido, havia divulgado um manifesto de convocação assinado, entre outros, por Hernani Maia, Clodesmidt Riani, Sinval Bambirra, Armando Ziller, Delmir Fernandes Vilela, José Gomes Pimenta (o Dazinho) e João Bosco Ribeiro – o sindicalista de Cachoeira do Campo. Segundo o investigador,

as Ligas Camponesas, fundadas no Nordeste do Brasil pelo deputado federal Francisco Julião, têm preocupado o Exército de nossa pátria e nossas autoridades por constituírem um foco de agitações, chegando ao ponto de, por esse motivo, aquela região ser considerada pelo governo dos Estados Unidos da América do Norte como a que maior perigo oferece, no que diz respeito à agitações “vermelhas”, na América do Sul.<sup>108</sup>

Tendo sido criada a Associação dos Trabalhadores Agrícolas de Minas Gerais (ATAMG), assumiu sua presidência o dito Hernani Maia, “que sempre se interessou pelos problemas da ‘Reforma Agrária’”. O deputado teria ido a Cuba para conhecer as mudanças ali implementadas visando estudá-las, adaptá-las à realidade brasileira e, por fim, apresentar à Assembleia Legislativa “um projeto instituindo a reforma agrária em nosso Estado”.

---

<sup>106</sup> APM. DOPS. Pasta 3867. Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Extração de Mármore, Calcários e Pedreiras de Cachoeira do Campo.

<sup>107</sup> APM. DOPS. Pasta 5298. Relação de sindicatos.

<sup>108</sup> APM. DOPS. Pasta 0111. Ligas Camponesas.

Pela mesma época, começaram a surgir, sob o nome de associações, as ligas camponesas em Minas, em parte devido ao trabalho de Jofre Correia Netto, comumente denominado “Fidel Castro brasileiro”. Durante a fundação da Liga de Três Marias, fizeram uso da palavra, entre outros, Maia, Netto e o advogado Antônio Ribeiro Romanelli. O deputado trabalhista, ao discursar, disse “que esperaria pela solução do problema agrário somente até dezembro, quando então fundaria ligas camponesas”. No dia 14 de maio, em conferência proferida na Rádio Cultura de Uberlândia, Hernani Maia asseverou que

a reforma agrária não é comunista, nem do PTB, e se a reforma agrária é comunista, que Deus dê muitos anos de vida aos comunistas; que quem menos produz são os generais, pois eles não plantam, mas comem; que mais de dez mil trabalhadores rurais não têm terra e o que possuem é apenas o cabo da enxada, de manhã à noite e sem direito a nada, nem ao menos a férias, configurando isso exatamente a exploração do homem pelo homem.

A presença do operário e sindicalista João Bosco Ribeiro em meio a tais conexões mostra que a região de Ouro Preto não estava de fato alheia aos debates mais importantes travados no período.

Nas investigações que culminaram no indiciamento das 35 pessoas referidas em Ouro Preto, todas homens, o ex-prefeito foi descrito, como seria de se esperar, como liderança local articulada com gente perigosa. Rodrigo Vicente Toffolo sublinhou:

no tocante a Benedito Gonçalves Xavier, ex-prefeito local, segundo ouviu dizer, recepcionou o deputado Francisco Julião quando de sua estada nesta cidade e era, ainda segundo comentários, ligado a Sinval Bambirra, Clodesmidt Riani, Bento Gonçalves, Austregésilo Mendonça, tendo participado de reuniões de ferroviários em Ponte Nova e Mariana.<sup>109</sup>

Toffolo, evitando maiores comprometimentos, não deixou de apontar para as conexões em torno de Xavier. Bento Gonçalves Filho, político de longa carreira ligado ao marechal Lott, era deputado federal pelo Partido Social Progressista (PSP). No final da década de 1950, tornou-se presidente da Frente Parlamentar Nacionalista, que, como se viu, contestava a invasão do capital

---

<sup>109</sup>

APM. DOPS. Pasta 3869 – Inquérito Policial Militar.

estrangeiro, criticava a remessa de lucros e defendia o monopólio estatal do petróleo.<sup>110</sup> Austregésilo Ribeiro de Mendonça, por sua vez, era médico com atuação no campo da psiquiatria, tendo lecionado na UMG. Depois de ter ocupado o cargo de secretário da Saúde e Assistência Social, elegeu-se deputado federal pelo PTB, tornando-se vice-presidente do partido. A trajetória de ambos efetivamente dizia algo sobre Benedito Xavier, o presidente do Movimento Nacionalista de Ouro Preto que, como veio a constatar o delegado Virgílio Soares, estendia sua influência, já como suplente de deputado estadual, através da Frente Nacionalista Marianense, mantendo ainda contatos com os ferroviários ligados a Waldemar Jorge.

Porém, o que parece ter escandalizado os setores conservadores da cidade foi o fato de Xavier e outros políticos do PTB terem recepcionado Francisco Julião quando este leu a “Carta de Ouro Preto” no Morro da Queimada. O vereador Lourival Queiroz destacou que, na ocasião, o padre Veloso “durante uma missa fez um sermão em que condenava a receptividade encontrada nesta cidade pelo deputado Francisco Julião”. O prefeito José Benedito Neves, porém, procurou relativizar a versão. Segundo ele, o doutor Antônio Santos, que havia concorrido a prefeito pelo PTB na última eleição, embora tivesse sido convidado a ir ao comício no Morro da Queimada, desistiu de fazê-lo ao apurar que o dito nada tinha a ver com seu partido e com sua candidatura. Assim, impediu também que Benedito Xavier fosse ver Julião, tendo ambos preferido ir ao Rio de Janeiro. Ainda que a testemunha não o dissesse, aparentemente a ida ao Rio consistiu numa estratégia para, ao mesmo tempo, não assustar os eleitores ouro-pretanos, nem melindrar o convidado.

Quem não foi poupado no IPM de Ouro Preto foi o vereador Sebastião Francisco, caracterizado pelo delegado, segundo suas “observações pessoais”, como “frio e calculista, macio no falar, parecendo perigoso”. De acordo com Soares, o indiciado atuava “junto dos ferroviários de Ouro Preto e Mariana, onde tem seu nome citado no inquérito realizado naquela cidade”. Toffolo o classificou como “líder da classe operária”. Lourival Queiroz o considerava “seriamente

---

<sup>110</sup> Sobre a Frente Parlamentar Nacionalista, já comentada acima, diz o padre Lage em sua memória: “Ao todo seriam uns setenta os deputados que, com Brizola à frente e Arraes (governador de Pernambuco) em sólido apoio, juravam defender as causas do povo, formando o que se convencionou chamar Frente Parlamentar Nacionalista, que congregava gente de todos os quadrantes, desde a ‘bossa nova’ da UDN, passando pelos comunistas ortodoxos e pró-chineses, até o PTB (onde também se achavam outros, e os mais numerosos, em posições contrárias às nossas). Além de defender decididamente as reformas de base a que se propunha o governo Goulart, na Câmara e fora dela, tinha a Frente objetivos mais amplos, como campanhas de mobilização popular, em união com a UNE (União Nacional dos Estudantes) e as lideranças operárias, sobre problemas como a redução das remessas de lucros das empresas estrangeiras para seus países de origem, a venda ou compra, por parte do governo, de certas atividades econômicas multinacionais, problemas regionais específicos, que requeriam a atenção de todos os brasileiros”. LAGE, padre. *O padre do diabo*, op. cit., p. 134-5.

comprometido com a subversão, pois seu único desejo era conseguir, como acabaria conseguindo, a completa desarmonia entre chefe e empregados, no caso prefeito e operários”, valendo-se para isso de “mentiras e movimentos desonestos” que se assemelhavam “às táticas comunistas tão usadas em fazer a guerra do grande contra o pequeno ou do empregado contra o patrão”. O prefeito José Benedito Neves declarou que Maria Preta “por várias vezes procurou jogar a pessoa do depoente contra os operários da prefeitura”, defendendo melhorias para eles, mas nas sombras impedindo que elas ocorressem. Francisco Antunes de Oliveira, por seu turno, disse que Sebastião era “ligado aos estudantes, principalmente com Kirki Jerônimo, estudante de direito em Petrópolis e vereador à Câmara de Ouro Preto”.

De fato, Kirki, nascido em São Paulo e com a idade de 25 anos na época do golpe, dividia seu tempo entre o curso em Petrópolis, suas atividades como vereador na câmara ouro-pretana e seu trabalho na agência da Caixa Econômica Federal (CEF) – onde também foi alvo de sindicância específica.<sup>111</sup> Foi designado por Toffolo como sindicalista, que disse o mesmo sobre Júlio Armando Fuertes Árias. Sobre este acrescentou que, segundo “uma lista apreendida no SAMDU local”, ele seria responsável pela “ligação entre Ouro Preto e Rio de Janeiro”.<sup>112</sup> Francisco Antunes afirmou não saber se Fuertes era comunista ou não, embora fosse “muito ligado ao ex-prefeito Benedito Xavier”, mas achou pertinente mencionar que “muita gente se admira com o que ganha como motorista ou vereador, e tem uma casa muito bem arrumada e mobiliada”. Sendo verdade ou não, os dois vereadores pareciam ser concebidos como conexões entre os movimentos sociais e políticos locais e a esquerda fluminense. Enfim, fechando a lista dos edis, praticamente nada de relevante se disse sobre Aderilho Fernandes – apenas que estava foragido.

O relatório do delegado Virgílio Soares mostrou-se bastante exíguo no que diz respeito aos professores, mas inseriu algumas informações importantes. As únicas palavras que constam a respeito dos dois docentes indiciados são as seguintes:

As atividades dos professores de Ouro Preto foram apuradas em inquérito a cargo de comissão presidida por oficial do Exército e as investigações que presidem a este inquérito se basearam no primoroso trabalho elaborado pela comissão formada por professores da Escola de Minas de Ouro Preto. As atividades dos dois

---

<sup>111</sup> Há dois documentos datados de 13 de abril de 1964 nos quais o interventor da CEF em Minas, José Lamartine de Godói, pede ao DOPS informações sobre Kirki Jerônimo e outros funcionários. Cf. APM. DOPS. Pasta 0266 – Comunismo.

<sup>112</sup> APM. DOPS. Pasta 3869 – Inquérito Policial Militar.

professores mencionados mereceram dessa comissão os seus cuidados e aparecem neste inquérito por serem mencionados em depoimentos colhidos nestes autos.

Pode-se inferir do que foi dito que a investigação dos docentes ouro-pretanos foi efetuada em IPM à parte presidido por oficial do Exército – embora não fique claro se ele se deu no âmbito desta última instituição. É possível que se tratasse da comissão de investigação ID-4 mencionada na documentação da Escola de Minas. Alguns meses depois, mais precisamente em 22 de setembro, o coronel Dióscoro Gonçalves Vale, comandante da ID-4 em Belo Horizonte, informou que políticos, professores e alunos indiciados haviam cometido crimes da competência da Justiça Militar, apurados em “averiguações policiais mandadas proceder por este comando no inquérito policial militar de que foi encarregado o 1º ten. Jair Nascimento Álvares, do 12º Regimento de Infantaria”.<sup>113</sup> Uma vez que neste documento a investigação é identificada como “IPM-26 (DVS-033)”, tudo indica que a instância do Exército e o DOPS trabalharam conjuntamente. Por outro lado, ainda que a comissão instaurada na Escola não tenha resultado em culpabilização direta, seus trabalhos foram o fundamento para que os dois docentes fossem indiciados pelo delegado do DVS. Enfim, a falta de menção à comissão da Escola de Farmácia reforça a hipótese de que divergências internas criaram obstáculos à investigação. Vale lembrar que Vicente Ellena Tropa, Jair Pena e Antônio Fortes já haviam servido a câmara, o último assumindo temporariamente como suplente. Apesar das diferenças políticas, Pena havia sido vice-prefeito na gestão de Benedito Xavier e Fortes era tio do adolescente Hélcio, diretor do GLTA. Mesmo na Escola de Minas, José Pedro Xavier da Veiga, ex-vice-prefeito que atuava como bibliotecário, recusou-se cuidadosamente a compor a comissão de inquérito, alegando ser um sexagenário “um pouco tendente à benevolência”. Não deixou, porém, de salientar que “no caso presente a responsabilidade é muito grande, pois, nas atuais circunstâncias, poderia o inquérito atingir a jovens ou a pessoas já em plena atividade”.<sup>114</sup> É

---

<sup>113</sup> APMOP. Fundo CMOP. Caixa 1960-1965. Pasta 1964. Um documento do DOPS sobre o professor Oswaldo Magalhães Dias, datado de 10 de novembro de 1975 ajuda a entender melhor a imbricação de vários níveis de investigação em Ouro Preto: “Conforme certidão arquivada, consta que na época do movimento revolucionário de 1964, o epigrafado era professor da Escola de Minas e Metalúrgica de Ouro Preto, tendo sido indiciado em IPM para apuração de atividades subversivas na cidade de Ouro Preto. Simultaneamente respondeu inquérito feito por determinação do sr. ministro da Educação e Cultura. No mencionado IPM, as atividades dos professores foram apuradas a cargo da comissão presidida por oficial do Exército. No relatório não foram incluídos os depoimentos das testemunhas nem as declarações do epigrafado e outros professores. O referido relatório termina com a frase: ‘Os demais não oferecem perigo à segurança nacional’ – entre os demais subentende-se o marginado prof. Oswaldo Magalhães Dias”. APM. DOPS. Pasta 0006. Investigações a suspeitos.

<sup>114</sup> Cf. CARVALHO, Natália Andrade. *Em busca do “credo vermelho”*: operação limpeza e “subversão” na Escola de Minas de Ouro Preto logo após o golpe de 1964. Mariana/MG: ICHS, 2011, p. 26. Segundo a autora, “faz-se necessário ressaltar que a comissão possuía estreita ligação com a ‘Comissão de Investigações ID-4’ e com o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de Belo Horizonte. Ela solicitava informações através de ofícios destinados ao DOPS sobre prisões eventualmente ocorridas nos quadros daquela escola. Os ofícios seriam entregues pessoalmente à comissão em encontro realizado no

digno de se notar que, conquanto Veiga fosse testemunha arrolada no IPM de Ouro Preto, o delegado Virgílio Soares quase não se utilizou de seus depoimentos.

O professor Antônio Pimenta morava em Belo Horizonte, embora fosse docente da Escola de Minas. Logo depois do golpe, apareceu associado no DOPS à Ação Popular (AP). Numa das listas de investigados, informava-se ao lado de seu nome: “Relação de AP na caderneta de Marilda de Almeida Trancoso, abril de 64. Militante de AP”. Marilda era autora de uma cartilha de alfabetização de adultos intitulada *Uma família de operários*, “fartamente distribuída entre os favelados de Belo Horizonte”.<sup>115</sup> Da lista constavam também nomes como os de Aloísio Pimenta, reitor da UMG desde fevereiro de 1964, do professor Francisco Iglésias, do padre Lage e de José Gomes Pimenta, o Dazinho.<sup>116</sup> No interrogatório que lhe foi feito no dia 4 de julho, Dazinho informou “que o dr. Antônio Pimenta é engenheiro e prof. da Escola de Minas, mas não pode afirmar que o mesmo é membro da AP”. Mais adiante, contou que, precisando entrar em contato telefônico com Clodesmidt Riani na noite de 30 para 31 de março, “valeu-se da casa de seu amigo dr. Antônio Pimenta e que o mesmo se achava ausente nessa noite”. Tais informações foram suficientes para que, em certidão datada de 7 de dezembro de 1967, o escrivão declarasse que Dazinho “usava o telefone da residência do marginado e era pessoa de suas relações”.<sup>117</sup> Em um dos depoimentos dados com o fim da ditadura, o sindicalista de Nova Lima, avaliando que, embora o PDC tivesse em São Paulo quadros como Franco Montoro e Plínio de Arruda Sampaio, era muito frágil em outros estados, informou sobre seu ingresso no partido: “Minha entrada lá foi imposta. O pessoal mais ou menos ligado à Igreja [é] que entrou para o Partido para ver se o melhorava. Eu não lembro dos nomes, senão de Antônio Pimenta”.<sup>118</sup>

Oswaldo Magalhães Dias formou-se em 1950 na Escola de Minas, instituição da qual se tornou professor depois. Pegou, como estudante, a greve de seis dias de 1947 em que os discentes reivindicavam a aplicação da lei nº 7 aprovada no Congresso Nacional, relativa à segunda época. A Universidade do Brasil, à qual a escola estava ligada na ocasião, negou a reivindicação sob o argumento de que era autônoma, mas os professores na prática a concederam. Viveu ainda um

---

próprio DOPS. Atuava também em parceria com o delegado de Ouro Preto, pois era essencial identificar os alunos que haviam sido presos pela Delegacia de Polícia de Ouro Preto”.

<sup>115</sup> APM. DOPS. Pasta 0012. Faculdade de Arquitetura.

<sup>116</sup> A lista de 171 nomes encontra-se em APM. DOPS. Pasta 0011. Movimento estudantil.

<sup>117</sup> APM. DOPS. Pasta 0003. Ação Popular; Pasta 0502. Antônio Pimenta.

<sup>118</sup> LE VEN, Michel Marie. *Dazinho*. Op. cit., p. 108. Note-se que, sendo impugnada pelo DOPS, a candidatura de Dazinho em 1962 só foi possível com a apresentação de declarações abonadoras por parte do jornalista Edgar da Mata Machado, político ligado à UDN e que se oporia à deposição de João Goulart; do pároco da Igreja de Santo Antônio, em Belo Horizonte; do bispo auxiliar dom Serafim Fernandes de Araújo; e do padre Oswaldo Barbosa Pena, pároco de Nova Lima (p. 112).

período em que os estudantes questionavam a autoridade dos professores catedráticos porque estes abusavam, deixando de exercer suas funções. Morou cinco anos na Venezuela e voltou em fevereiro de 1961. Tinha feito amizade com Sebastião Francisco, que “tinha ideias muito avançadas sobre a União Soviética” e “sobre o comunismo soviético”. Quando Maria Preta “ficou tuberculoso” e foi reformado na Polícia Militar, o presidente da “indústria de Saramenha” o levou “para lá com a condição de ele deixar a política, e ele deixou”. Oswaldo havia dormido na casa de Aristides Pereira, que era seu parente e pai de Márcio Antônio Pereira, discente “um pouco entusiasmado com o movimento político do João Goulart e parece que comunista”. Depois Sebastião e Márcio foram presos. Oswaldo tinha também “franqueza de falar, de dar opinião nas coisas”. Em conversa com Salathiel Torres, diretor da Escola de Minas entre 1956 e 1962, disse: “Tem de haver mais consideração com as pessoas; haver simplesmente uma exploração do homem pelo homem não está certo; tem que ter leis que protejam as pessoas menos favorecidas”. Quando foi inquirido pela comissão de inquérito em 1964, perguntaram-lhe sua opinião a respeito de Cuba e Venezuela, tendo respondido: “o que eu acho é que as coisas têm de mudar”. Não era, contudo, comunista, nem defensor da luta armada. Foi chamado pelo diretor Rômulo Soares Fonseca (1964-1968), que lhe disse que o SNI havia pedido que todos os seus passos fossem acompanhados. Segundo Oswaldo, Antônio Pimenta era ligado a uma “entidade católica” e também estava na lista do inquérito.<sup>119</sup>

As questões formuladas pelos membros da comissão expressavam bem a maneira como a direita concebia o debate político:

“É sindicalizado?” “Defendia ou apoiava a política orientada pelo governo deposto com o movimento civil e militar, patriótico e vitorioso em 1ª de abril de 1964?” “Contribuiu com o seu apoio direto ou indireto ao movimento acima referido?” “Tomou parte ou foi convidado a tomar parte em reuniões ou comícios promovidos para combater ideias subversivas ao verdadeiro regime tradicional brasileiro, isto é, democrático, republicano e cristão?” “É favorável à manutenção do tradicional regime republicano brasileiro?” “É pela implantação no país de uma espécie desses governos ditos socialistas, que nasceram e se vão mantendo sob a égide da chamada “cortina de ferro”?” “Que regime de governo julga seria ideal para o Brasil?” Por fim, solicitava-se que fosse enviada qualquer outra informação que por ventura viesse ajudar nas averiguações.<sup>120</sup>

---

<sup>119</sup> “Depoimento de Oswaldo Magalhães Dias concedido ao pesquisador Otávio Luiz Machado em Belo Horizonte. [https://www.youtube.com/watch?v=47pNn\\_TO0CQ&t=673s](https://www.youtube.com/watch?v=47pNn_TO0CQ&t=673s)

<sup>120</sup> Cf. CARVALHO, Natália Andrade. *Em busca do “credo vermelho”*. Op. cit., p. 33.

Para além das críticas ao sindicalismo e à “cortina de ferro”, chama a atenção a referência ao “tradicional regime republicano brasileiro”, tido por “democrático” e “cristão”. Quando esse slogan é comparado com a atuação dos diferentes movimentos sociais que antecederam o golpe, percebe-se que, seja por receio ao sindicalismo, seja por medo de concepções mais radicais como a de Francisco Julião, a direita vinha tentando consolidar a ideia de que a república e a democracia no Brasil possuíam uma tradição própria fundada no cristianismo. Na prática, isso significava afirmar que essa democracia deveria manter-se dentro de certos limites, que não aceitavam a organização dos trabalhadores do campo e da cidade, nem atividades que prejudicassem as relações supostamente harmoniosas existente entre patrões e empregados. Tratava-se, em formulação conhecida, não de compreender a luta de classes como um conceito a sugerir que o conflito era inerente à sociedade, mas sim declarar que eram os movimentos sociais que geravam a luta de classes. Sem eles, a tradicional paz republicana seria retomada.

Que esse tipo de propaganda vinha deixando setores da sociedade em pânico é algo que pode ser notado pelo modo como o padre José Feliciano da Costa Simões, que mais tarde ficaria conhecido por sua defesa do patrimônio de Ouro Preto, respondeu às solicitações da comissão. Natural de Ouro Preto, pároco da matriz de Nossa Senhora do Pilar desde 1963, o padre Simões, então com 33 anos, declarou: Prezado Senhor: Respeito o Ato Institucional em o Art. 8º e estarei sempre pronto a bem servir, também, a minha pátria. Afirmando-lhe, em consciência, que os elementos suspeitos, conhecidos por mim são os mesmos já sentidos pela alta direção da própria Escola. Alguns já se formaram e outros guardam a semente do mal ainda em Ouro Preto. Creio que, neste momento de inquérito, todos os simpatizantes vão declarar-se democratas autênticos. Com a permissão de V. Excia. quero transcrever de o *Estado de Minas*, 5 de maio, um trecho do artigo de José Clemente, que ditará o meu pensamento: “Não consegui nunca andar atrás de documentos ou a vigiar passos de comunistas. Nem também tínhamos provas. Dessas a que os inquéritos dão importância, para incriminar qualquer deles. Mas tudo era tão claro! Porque o comunista mais escondido, não se esconde. É identificável pelo que diz ou escreve, assim como um japonês o é pelo rosto. O comunismo está dentro dele e tem de manifestar-se. Os seus atos podem ser escondidos, mas o que lhes vai por dentro brota sempre – ainda que tenham cautelas. Em regra sempre vimos em “nacionalistas” exaltados e vociferantes contra os Estados Unidos – aquilo que eles realmente são: comunistas mesmo ou ardentes simpatizantes. Não importa que não pertençam ao P.C., tal fichamento é requinte, é bobagem. A “pedra de toque” é falar com eles em Estados Unidos. É o mesmo que mostrar a cruz ao capeta. Espumam de raiva. Identificam-se de fato. Os que escrevem (e como escrevem!) dão vazão



aos que sentem. [?] válvula de escape. Seja o que for que escrevam: romances, estudos sociais ou econômicos, análises políticas, reportagens, poesias, crítica cinematográfica, de pintura ou música”. Com os meus protestos de admiração estarei sempre às ordens.<sup>121</sup>

As observações próprias e a escolha a dedo do referido artigo atingiam não apenas os que se concebiam como comunistas, mas também os políticos “nacionalistas” ligados a Benedito Gonçalves Xavier, bem como parte dos alunos do Colégio Arquidiocesano que, sob a orientação do padre Mendes, passaram a publicar em novembro do mesmo ano *A voz do GLTA*. Depoimentos desse tipo, embora não tenham levado a Escola de Minas a denunciar alunos e professores no final do inquérito, certamente agradaram muito o delegado Virgílio Soares. Havendo pessoas presas no DOPS, as palavras do padre Simões não deixavam, mesmo que indiretamente, de colocar em risco a integridade e a vida de alguns moradores da cidade. O depoimento era um bom exemplo do que se denominava tradição republicana, democrática e cristã, a qual Francisco Julião havia criticado em sua “Carta de Ouro Preto”.

Mas num ponto o padre Simões estava em parte certo: alguns “simpatizantes” se apresentaram como “democratas autênticos”. Tentaram driblar os inquisidores os estudantes Antônio Carlos Moraes Sarmiento, Eduardo Teles de Barros, vulgo Amazonas, e Márcio Antônio Pereira, que em 1962 assinaram ficha de filiação no Partido Comunista Brasileiro – cuja nome, adotado em 1961 para facilitar o registro eleitoral, expressava a adoção de uma política de frente única em prol da revolução nacionalista e democrática. Barros depôs que

absolutamente nunca ouviu dizer que em Ouro Preto houvesse um chefe comunista e que os elementos presos o foram tão somente por não serem conservadores, pois se os incluísse entre os comunistas segundo o seu modo de ver o próprio PAPA PAULO VI devia ser incluído entre eles.<sup>122</sup>

Perguntado sobre a “política de Leonel Brizola”, afirmou que, conhecendo-a apenas por jornal, considerava-a “de baderna e agitação”.<sup>123</sup> Mais ainda, não apoiava as reformas sociais do governo Goulart por “considerá-las como politicagem imunda e suja”.<sup>124</sup> Disse, sem se comprometer, que na manhã de 1º de maio a cidade amanhecera cheia de pichações: “abaixo o

---

<sup>121</sup> Cf. CARVALHO, Natália Andrade. *Em busca do “credo vermelho”*. Op. cit., p. 41-2.

<sup>122</sup> Cf. CARVALHO, Natália Andrade. *Em busca do “credo vermelho”*. Op. cit., p. 51.

<sup>123</sup> Cf. CARVALHO, Natália Andrade. *Em busca do “credo vermelho”*. Op. cit., p. 51.

<sup>124</sup> Cf. CARVALHO, Natália Andrade. *Em busca do “credo vermelho”*. Op. cit., p. 53.

latifundiário – impeachment para Magalhães – cadeia para Lacerda, Adhemar e Magalhães - Justiça social e paz - Abaixo os gorilas - Tudo pelas reformas de base - Legalidade com Jango”.<sup>125</sup>

Antônio Carlos Moraes Sarmiento e Márcio Antônio Pereira, por sua vez, também negaram conhecer algum chefe comunista na cidade. Sarmiento, seguindo a mesma linha de Barros, afirmou que, “conquanto não se preocupasse com as reformas, pareciam-nas de natureza demagógica”. Márcio avaliou-as como “necessárias a atender a justiça social”, mas que “deveriam ser feitas mantendo as liberdades civis, não ferindo o direito de propriedade e portanto de maneira mais técnica visando resultados mais eficientes”.<sup>126</sup> Aquele declarou também que não lia os materiais comunistas que recebera e haviam sido apreendidos. Este disse que, tendo lido Marx, Aristóteles, a Bíblia e Platão, concluíra que “o próprio MAX não é aplicável atualmente nem mesmo na Rússia”.<sup>127</sup>

Virgílio Soares, porém, tratou de apontar a suposta periculosidade dos três alunos, dizendo-se valer também das investigações de David Hazan, o delegado que o auxiliava, do major Sílvio de Sousa, da Polícia Militar, do major José Aurélio Resende Costa, do ID-4, e do agente Nelson Sarmiento, também do ID-4. Além disso, havia, em relação a Antônio Carlos “um elevado número de propaganda e documentos apreendidos em poder do mesmo quando de sua prisão e busca realizada no quarto da casa de família em que mora em Ouro Preto”. Em seu depoimento de 15 de abril, dado ao delegado no DOPS, disse cuidadosamente que, na qualidade de 2º vice-presidente do Centro Social da Escola de Minas – uma “entidade apolítica” -, era responsável pela “direção do bar”. Embora, segundo o depoente, não fosse ligado a movimentos estudantis, havia sido preso, levado para o DOPS e depois para a Penitenciária de Neves. Reconhecia a existência do material apreendido, mas ressaltava tê-lo recebido sempre gratuitamente porque as editoras o enviavam.<sup>128</sup> O medo em relação a Sarmiento, contudo, era grande. Francisco Antunes de Oliveira, seu colega de direita na Escola de Minas, chegou a asseverar:

Antônio Carlos Moraes Sarmiento é elemento que sempre declarou ser comunista, constando em comentários, sem nenhuma prova, que teria ele um transmissor e que em certa época alguém da cidade teria ouvido o mesmo Antônio Carlos pelo rádio

---

<sup>125</sup> Cf. CARVALHO, Natália Andrade. *Em busca do “credo vermelho”*. Op. cit., p. 59.

<sup>126</sup> Cf. CARVALHO, Natália Andrade. *Em busca do “credo vermelho”*. Op. cit., p. 53.

<sup>127</sup> Cf. CARVALHO, Natália Andrade. *Em busca do “credo vermelho”*. Op. cit., p. 55-6. Observe-se que o erro na escrita do nome de Marx, ocorrido duas vezes no mesmo trecho, tende a indicar o grau de desconhecimento do escrivão dos depoimentos, Roque dos Santos Paiva, que, tendo sido escrevente em cartórios da cidade, servira como auxiliar de portaria na Escola de Minas.

<sup>128</sup> APM. DOPS. Pasta 0266. Comunismo.

falando em linguagem que tinha a aparência de algum código que não chegara a ser decifrado.<sup>129</sup>

Seguindo uma linha parecida, o vereador Lourival Queiroz não só afirmou que Márcio Antônio Pereira era “doutrinador comunista”, como também acrescentou que “tinha contatos diretos com o Kremlin, em Moscou, de onde recebia instruções”. Francisco Antunes avançou na desconfiança dizendo que

Segundo foi informado um livro de Márcio foi emprestado a uma pessoa, e esta, no interior do livro, encontrou um cartão impresso em língua, digo, em idioma russo e no qual constava o nome de Antônio Pereira ou apenas Pereira, cortado portanto o cartão, saindo comentários que Márcio era agente da Rússia; que sabe que Márcio era a favor do comunismo russo e contrário ao comunismo chinês.

Esse ambiente de disse-me-disse atravessava todo o relatório derivado do IPM de Ouro Preto e fala muito sobre a elaboração de um clima paranoico a respeito da suposta ameaça comunista, sendo mesmo risível não fossem as consequências. Descrevendo Eduardo Teles de Barros, o Amazonas, o edil Lourival Queiroz mencionou que ele discorria “sobre as vantagens em ser comunista, isso, segundo toda a população sabe, era questão de rotina, sempre procurando doutrinar seus companheiros”.

Eduardo Teles de Barros, Wagner Geraldo da Silva, Nuri Andrauss Gassani e José Paulo Vasconcelos Gomes foram responsáveis pelas pichações que protestavam contra o golpe. Wagner era tido como o representante do jornal *Novos Rumos* na cidade. Gomes, o autor, em 1961, do projeto “Alfabetização de adultos”, foi preso pelas pichações e por terem encontrado material subversivo na república em que morava. Foi defendido pelo padre José Pedro Mendes Barros, o fundador do GLTA, que na ocasião tinha 51 anos. Sublinhando que, além de vigário, era professor da Escola Técnica de Mineração e Metalurgia, do Colégio Arquidiocesano e da Escola Normal – as três instituições sediadas em Ouro Preto -, Mendes atestou “em consciência” não ser José Paulo Vasconcelos Gomes simpático ou ligado à “doutrina comunista”, pois era “católico praticante” e muitas vezes o ajudava na missa. Preocupado em livrar Gomes de maiores consequências, especialmente porque havia sido apreendido material em sua república, o padre disse que este devia pertencer a “algum de seus colegas”. Terminado o depoimento, porém, quis fazer uma retificação: “Em tempo: que o declarante retifica onde ficou constando que o material apreendido deve ser de

---

<sup>129</sup>

APM. DOPS. Pasta 3869 – Inquérito Policial Militar.

algum colega de José Paulo, pois, na verdade, não sabe a quem pertence o mesmo”. Ou seja, o padre percebera que, ao livrar Gomes, ia incriminando outro estudante e logo alterou sua versão. Nem todos os vigários tiveram o receio de jogar os jovens no covil dos lobos.<sup>130</sup>

Informações sobre a atuação dos pichadores aparecem nos depoimentos dos discentes Francisco Antunes de Oliveira, Nelson Silva, Celso Dias Coutinho e Cássio Humberto Lanari Júnior, este último filho de conhecido integralista da região.<sup>131</sup> Eles compunham os “voluntários da revolução”, isto é, um grupo de civis que ajudou as autoridades a invadir casas e prender colegas. Além de estudantes, era composto também por gente como o vereador Lourival Queiroz e o próprio prefeito José Benedito Neves.<sup>132</sup> Lanari e seu amigo Fernando Kruger chegaram a entrar em disputa com os alunos que estavam fazendo as pichações. Os voluntários fizeram questão de lembrar que, depois de soltos, os estudantes “subversivos” continuavam a reunir-se na República Cassino. Certa noite, Lanari chegou a tirar os sapatos para entrar silenciosamente na república, onde teria ouvido Andrauss dizer numa reunião “que os colegas seus que haviam fugido durante a revolução eram covardes”. Coutinho salientou que a ação dos estudantes de direita em prol das prisões havia causado uma hostilidade tal que se visava “criar no seio estudantil um movimento de isolamento dos voluntários”.<sup>133</sup>

Os depoimentos do IPM mostram que, apesar da truculência militar e policial, as atividades de contestação não haviam acabado. Tratando de Rômulo Freire Pessoa, o prefeito Neves contou que depois do golpe mandou chamá-lo à prefeitura, na qualidade de presidente do DAEM,

---

<sup>130</sup> APM. DOPS. Pasta 0266. Comunismo.

<sup>131</sup> Cássio Humberto Lanari Júnior era neto de Amaro Lanari, que chegou a compor a cúpula da Ação Integralista Brasileira (AIB). Seu pai, Cássio Humberto Lanari, foi condenado por “atividades subversivas” ligadas ao integralismo em 1938. APM. DOPS. Pasta 2814. Cássio Humberto Lanari. As três gerações se formaram na Escola de Minas, respectivamente em 1909, 1938 e 1966.

<sup>132</sup> No depoimento sobre Márcio Antônio Pereira, Lourival Queiroz afirma que “auxiliou várias prisões como voluntário”. APM. DOPS. Pasta 3869 – Inquérito Policial Militar. Em depoimento recente, Marco Antônio Victoria Barros, o “Play”, relata: “Ouro Preto estava em polvorosa. A direita civil, unida à polícia, formando uma milícia, saía armada à caça dos ‘terríveis’ comunistas. Lembro-me que o professor de matemática José Benedito Neves fazia parte dessa cruzada de justiceiros cristãos, à caça de ateus comunistas”. “PLAY”, Marco Antônio. “Ao meu amigo e companheiro Hélcio”. In: FORTES, Délcio Pereira (Org.). *Hélcio*, op. cit., p. 98.

<sup>133</sup> APM. DOPS. Pasta 3869 – Inquérito Policial Militar. O isolamento dos voluntários é confirmado por depoimentos recolhidos por Otávio Luiz Machado. Cf. MACHADO, Otávio Luiz. *Um pequeno guia sobre o movimento estudantil e o golpe de 1964 em Ouro Preto, Minas Gerais*. Frutal/MG: Ed. Prospectiva, 2003. Os “voluntários da revolução” lembram os jovens que compuseram os *Bragança's boys* em Belo Horizonte. Cf. ROMANELLI, Antônio Ribeiro, 1964. *Minhas histórias do cárcere e do exílio*. Op. cit.. São mencionados também nos depoimentos de Dazinho, que se refere a eles como “aqueles rapazes da ‘Faixa Amarela’”, “uma linha auxiliar da polícia”: “É um Golpe que foi muito bem aceito, e não só aceito mas fortalecido pela sociedade civil...” LE VEN, Michel Marie. *Dazinho*. Op. cit., p. 121.

a fim de pedir-lhe evitasse a reunião do diretório com a finalidade de hipotecar solidariedade aos estudantes da UNE que haviam declarado greve nacional, e ainda, em nome da tranquilidade da família ouro-pretana, lhe pedia evitasse qualquer reunião da qual poderiam sair moções contra o movimento revolucionário e contra o qual estava a UNE e bom número de colegas seus; que Rômulo Freire Pessoa escutou em silêncio as ponderações do depoente e afinal disse que não poderia receber de braços cruzados uma ditadura no Brasil e nenhum movimento que fosse contra os ideais deles, que outro não era senão a defesa das reformas pregadas pelo presidente João Goulart, acrescentando não concordar de modo algum com a tomada de poder pelos GORILAS.

Vale observar que, não constando das listas do delegado Sebastião Lucas, Rômulo acabou sendo indiciado por Virgílio Soares. Ainda que desejasse manter a tranquilidade da família ouro-pretana, é possível que o prefeito tenha sido o causador de mais um indiciamento. Afinal, os dois outros testemunhos que poderiam incriminá-lo eram mais amenos. O voluntário Lanari dizia sobre Rômulo que, “além de passar um telegrama à UNE hipotecando apoio ao movimento de greve geral tão logo eclodiu a revolução, nada fez que possa ser interpretado como subversivo ou de ideias comunistas”. E Francisco Antunes o definiu como “elemento que se diz socialista e contra o comunismo, nada sabendo o depoente de comprometedor contra ele”.

O último estudante que pareceu causar algum perigo foi Sérgio Antônio Pretti Maculan, o qual, segundo o voluntário Francisco Antunes de Oliveira, teria dito que “João Goulart era o melhor presidente que o Brasil teve e, diante de estar o depoente em desacordo com ele, negou-se a discutir o assunto, taxando-o de reacionário”. No depoimento que deu depois de preso, em 16 de abril, Maculan disse morar na República Pureza com mais dez alunos da EMOP, negando qualquer participação em movimentos subversivos – apenas fazia parte de “uma comissão do Diretório Acadêmico da Escola de Minas, cuja finalidade era estudar o poder aquisitivo do salário do engenheiro”.<sup>134</sup> Frank Ulrich Helmut Falkenhein e Osamu Takanoashi, estudantes de engenharia de origem, respectivamente, alemã e japonesa, foram considerados pelo delegado elementos não perigosos, embora o último participasse de pichações e afixação de cartazes. Quanto ao primeiro, seu pai era, segundo o delegado, um “antigo militante nazista do corpo dos SS”. Sobre Haroldo Pereira da Silva, morador na República dos Deuses, havia apenas a declaração de Francisco Antunes, para o qual o indiciado teria dito que “era comunista até a hora da morte”.<sup>135</sup> Praticamente nada havia em relação a Jacques Herkovic e a Nelson Maculan Filho, irmão de Sérgio Antônio, cujo

---

<sup>134</sup> APM. DOPS. Pasta 0266. Comunismo.

<sup>135</sup> APM. DOPS. Pasta 3869. Inquérito Policial Militar.

pai era deputado trabalhista. Nelson, em depoimento no DOPS, não só negou qualquer participação em movimentos de esquerda, como também afirmou ser “católico, apostólico [e] romano por tradição”, não entendendo, por isso, por que fora preso com outros colegas na República Pureza no dia 5 de abril, por volta das 15 horas.<sup>136</sup> Contra os demais nada foi apurado, o que coloca mais dúvidas sobre os critérios de indiciamento adotados pelo delegado Virgílio Soares.<sup>137</sup>

Também nada foi apurado a respeito de Márcio Milici Martins, funcionário do DCT, e dos metalúrgicos Gabriel de Paiva, Airton Martins e José Honório de Paiva. Sobre o padre Luciano, o delegado afirmou: “Consegui fugir para a França. Ninguém o conhece bem”. Mas chama a atenção que Rodrigo Toffolo tenha dito saber, “por intermédio do padre Simões, que ele ouvira em confissão, o seguinte: ter o sr. Gerson Lima, nesta cidade, recebido um telefonema de pessoa não identificada, e através do qual era solicitado a comparecer a Belo Horizonte”. Toffolo achava também que o referido metalúrgico empreenderia “represálias” contra o pároco. Seja como for, o pânico de padre Simões, aparentemente, já ultrapassava até os limites confessionais. Por seu turno, João Evangelista de Sousa, membro do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário, teria recebido uma circular do “conhecido agitador Mário Correa” encaminhando-lhe documentos.<sup>138</sup>

O último mencionado no relatório de Virgílio Soares foi Marcelo Guimarães de Melo, ex-presidente do DAEM que trabalhava no Instituto de Tecnologia Industrial (ITI), órgão ligado ao governo estadual. Valendo-se do inquérito da Escola de Minas, o delegado citou o depoimento do padre Francisco Barroso Filho:

Exatamente no dia 30 de junho de 1962, na casa paroquial de Antônio Dias de Ouro Preto, às 10 horas, fui procurado pelo então presidente do DA, o universitário MARCELO, com a finalidade principal de apresentar-me o seu protesto (delicado embora) por ter eu me referido à UNE e ao então presidente eleito Vinícius Caldeira Brandt, colocando tanto aquela entidade estudantil como aquele “ilustre” presidente ao lado dos esquerdistas, dos comunistas mesmo. Protestou ainda o sr.

---

<sup>136</sup> APM. DOPS. Pasta 0266. Comunismo.

<sup>137</sup> De forma geral, os depoimentos dos estudantes foram bastante defensivos, como era de se esperar em tais circunstâncias. Paulo Roberto Hanam Barcelos, outro indiciado, com 21 anos, negou participação em atividades de esquerda e disse que, embora não tivesse sido preso no dia 5 de abril, procurou espontaneamente o delegado de Ouro Preto por estar sendo procurado, sendo depois transferido para o DOPS com os demais. Em seu testemunho, conta que, “em 1962, tendo sido decretada uma greve geral dos alunos da Escola de Minas sob a chefia do Diretório Acadêmico, o declarante participou de tal movimento, porém, como grevista apenas, já que nenhum movimento de liderança teve nela; que não sabe porque foi preso, pois, durante toda a sua vida estudantil, jamais liderou qualquer movimento que pudesse perturbar a ordem pública”. APM. DOPS. Pasta 0266. Comunismo.

<sup>138</sup> APM. DOPS. Pasta 3869 – Inquérito Policial Militar.

MARCELO contra a minha afirmativa de que “Nacionalismo tem sido capa de disfarce de que se tem servido o comunismo”.

De fato, a tópica segundo a qual o comunismo se escondia por detrás da capa do nacionalismo, defendida tanto pelo pároco do Pilar, padre Simões, quanto pelo de Antônio Dias, padre Barroso, consistia em parte do discurso que defendia os fundamentos cristãos da tradição republicana e democrática brasileira. O voluntário Francisco Antunes denunciou que Marcelo sempre estivera à frente de reivindicações, “não só dos estudantes como dos operários da cidade, sendo ainda elemento filiado à JUC”. E Cássio Humberto Lanari Júnior completou:

certa ocasião houve nesta cidade um congresso da SICEG (Sociedade de Intercâmbio Cultural e Estudos Geológicos), da qual participou o sr. Marcelo Guimarães Melo, do ITI em Belo Horizonte, ex-estudante da Escola de Ouro Preto; que na referida ocasião um grupo do qual fazia parte Marcelo tentou mudar a feição do congresso, o qual era puramente de caráter técnico, procurando interpelar o diretor da Saramenha por que motivo não deixava seus operários serem sindicalizados; que, como a atitude do grupo de Márcio [sic] era abordar motivos completamente alheios ao congresso, foi-lhe cassada a palavra, ou melhor, foi-lhe proibido abordar assuntos políticos, razão por que se retirou ele do congresso; que, quando da greve da UNE a respeito da participação de 1/3 dos alunos nas congregações das escolas, Marcelo foi o líder da greve em Ouro Preto que nesta ocasião, à revelia do Diretório Acadêmico, distribuiu panfletos aos operários da firma que explora pirita em Ouro Preto, provendo reivindicações, para o que Marcelo não [tinha] o consentimento do diretor e nem poderia ter, já que o assunto era completamente estranho aos meios estudantis.

O comentário de Lanari, que contrapunha um enfoque estritamente técnico a abordagens políticas, consistia num tipo de crítica bastante comum dirigida aos estudantes de esquerda. Ainda que a defesa do “caráter técnico” consistisse também em posicionamento político, a tendência era que membros do PCB, da Ação Popular ou simples defensores das reformas de base fossem acusados de politização desnecessária e de envolvimento em assuntos estranhos. O contexto que desencadeou o golpe desenvolveu-se como forte debate entre subversivos e reacionários também dentro dos meios universitários. Um problema, porém, se colocava para os que apostavam no engajamento: a formatura dos alunos levava parte expressiva dos quadros engajados para fora da cidade. Marcelo Guimarães de Melo havia se formado em 1962; Márcio Antônio Pereira formou-se em 1964; Antônio Carlos de Moraes Sarmiento, Eduardo Teles de Barros, Nuri Andrauss Gassani, Nelson Maculan, José Paulo Vasconcelos Gomes e Rômulo Freire Pessoa, em 1965; Wagner

Geraldo da Silva, em 1966; Sérgio Antônio Pretti Maculan, em 1967. Nesse cenário, mesmo quando se leva em consideração a chegada de novos discentes, torna-se mais claro o papel desempenhado pelo GLTA, especialmente por secundaristas como Hércio Pereira Fortes e Antônio de Pádua. Em testemunho recente, Marco Antônio Victoria Barros, que chegara a Ouro Preto com 15 anos, recorda:

Conheci o Hércio em 1964, logo após o golpe civil militar. Lembro dele andando com o jornal *Última Hora* no bolso, conversando com Sarmiento (estudante de engenharia), Antônio de Pádua e Márcio Pignataro, que depois veio a ser preso. Comentava-se muito sobre o grupo dos 11 do Brizola, as ligas camponesas do Francisco Julião e de possível resistência ao golpe pelas forças legalistas do exército.<sup>139</sup>

---

<sup>139</sup> “PLAY”, Marco Antônio. “Ao meu amigo e companheiro Hércio”. In: FORTES, Dêlcio Pereira (Org.). *Hércio*, op. cit., p. 98. Em outro depoimento, concedido a Otávio Luiz Machado, Marco Antônio Victoria Barros, que foi presidente da União Colegial Ouro-Pretana, afirma que a lista dos que seriam presos com o golpe foi definida numa reunião no Hotel Toffolo. Lamenta que o prefeito José Benedito Neves não tenha, na ocasião, saído em defesa do padre Mendes, fundador do GLTA.

<http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com.br/2008/03/depoimento-de-marco-antnio-victoria.html>



## 5. A cassação dos vereadores trabalhistas em Ouro Preto

Como foi visto anteriormente, os deputados estaduais Clodesmidt Riani, Sinval de Oliveira Bambirra e José Gomes Pimenta, o Dazinho, foram os primeiros parlamentares cassados no Brasil após o golpe de 1964, num processo amplamente irregular que se iniciou na Assembleia Legislativa de Minas Gerais no dia 3 de abril e se encerrou no dia 9 do mesmo mês, data em que a Junta Militar impôs o Ato Institucional Nº 1. No caso de Ouro Preto, houve também profundo desrespeito pelo regimento interno da câmara municipal, mas, sendo a postura inicial marcada por certo cuidado, é inegável que o AI-1 eliminou qualquer dúvida existente. A ata do dia 5 de abril, referente à 6ª sessão extraordinária, apresentava o seguinte sumário: “Assunto do dia, constante de apreciação da situação atual do país, motivada pela crise político-militar”. Nela, os vereadores foram informados pelo presidente da casa que, “por ocasião de prisões efetuadas nesta cidade de elementos subversivos por parte do Departamento de Ordem Política e Social”, haviam sido detidos edis do PTB. Aberta a palavra, Vicente Ellena Tropa, professor da Escola de Farmácia, apresentou requerimento para que a reunião se tornasse uma “sessão secreta”, o que contou com a anuência de todos. Já em recinto fechado, o udenista Edmundo José Vieira propôs fosse oficiado ao DOPS que

os senhores Sebastião Francisco e Júlio Fortes são membros deste legislativo, devendo os mesmos receber o tratamento próprio e que, se cousa alguma for apurada contra os mesmos, sejam eles, de imediato, colocados em liberdade para que, livremente, exerçam os seus mandatos, devendo tal medida ser aplicada a qualquer outro vereador que se encontra ou venha encontrar-se em situação idêntica.<sup>140</sup>

A proposta foi aprovada unanimemente. Na 7ª sessão extraordinária de 17 de abril, contudo, a situação mudara completamente. O ofício encaminhado ao DOPS se dera num momento em que, apesar das prisões, ainda não estavam claros os rumos que o país iria tomar. Os vereadores adotavam um tom cauteloso, temerosos inclusive com a possibilidade de que parlamentares pertencentes a outras bancadas passassem também por algum constrangimento. Após a cassação dos deputados mineiros e a imposição do AI-1, a principal preocupação dos edis ouro-pretanos foi a de mostrarem incondicional apoio à “revolução”. O sumário da reunião parecia ameno: “Concessão de títulos de cidadania ouro-pretana a diversos”. Tal amenidade, porém, já fazia parte da estratégia de cassação, que se iniciava pela convocação dos vereadores, inclusive os presos e foragidos, sem que se explicitasse o real intento. Reunidos os edis Felinto Elísio Nunes (PSD), presidente da casa,

<sup>140</sup>

APMOP. Atas da Câmara Municipal – 05 de abril de 1964.

Amadeu Barbosa (PSD), Vicente Ellena Tropa (PSD), Lourival Queiroz (UDN), Edmundo José Vieira (UDN), José Feliciano Rodrigues (UDN) e Artur Drummond Guimarães (PSD), que substituíam Theódulo Pereira por este estar de licença, foi informado pelo primeiro que a reunião havia sido convocada para tratar das festividades do dia 21 de abril. Tropa logo apresentou um projeto de lei no qual sugeria a concessão do título de cidadão ouro-pretano ao marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, ao doutor José Maria Alckmin, ao general Olímpio Mourão Filho, ao general Carlos Luís Guedes, ao coronel José Geraldo de Oliveira e [...] dom Oscar de Oliveira, “os quais tiveram atuação firme, enérgica e digna de aplausos no movimento político-militar ultimamente desencadeado no país”.<sup>141</sup> Da 6ª para a 7ª sessão extraordinária, a “crise” havia se transformado em “movimento”.

No dia 29 do mesmo mês, outra sessão extraordinária encaminhou a cassação. A composição havia se alterado: o presidente Felinto Elísio Nunes, Amadeu Barbosa, José Feliciano Rodrigues, Edmundo José Vieira e Artur Drummond Guimarães compareceram novamente; Vicente Ellena Tropa se ausentou; e Eurico de Oliveira Dias (PTB), Benedito Manuel Ferreira (PTB) e José César Gomes (UDN) se apresentaram. Gomes possivelmente substituíam a ausência pontual de Lourival Queiroz; Ferreira apenas ocupava o assento para o qual havia sido eleito; e Dias se colocava no lugar de Sebastião Francisco, que havia pedido licença no dia 12.<sup>142</sup> De fato, a presença dos dois últimos edis mencionados deixa claro que a bancada trabalhista era ideologicamente diversificada – como de resto em todo o país. O sumário da ata dessa sessão indicava com mais clareza o contexto: “Comparecimento, dispensa da ata anterior, telegrama do Departamento de Vigilância Social, ofício do sr. delegado especial de polícia de Ouro Preto, requerimento do vereador Edmundo José Vieira, projeto de resolução, encerramento”.

O telegrama do DVS deixava claro que o presidente da câmara havia escrito para a referida repartição pedindo informações sobre os vereadores trabalhistas. Dirigido a Felinto Elísio Nunes e datado do dia 27, dizia:

Atenção vosso ofício 13 corrente vg informo-vos Sebastião Francisco consta ficha este departamento pt Kirki Jerônimo está sendo procurado havendo contra ele

---

<sup>141</sup> APMOP. Atas da Câmara Municipal – 17 de abril de 1964.

<sup>142</sup> Há certas lacunas que precisam ser melhor compreendidas. Segundo listagem constante no APMOP, Eurico de Oliveira Dias ocupou a vaga de Sebastião Francisco porque este havia pedido licença no dia 12 de março. São, contudo, desconhecidas as condições em que tal licença foi requerida. A mesma listagem informa também que em 29 de abril, data da sessão que se descreve neste momento, Walter Valadão de Sousa, o estimulado docente da Escola de Minas cujo depoimento procurou incriminar colegas e alunos, assumiu a vaga de Vicente Tropa para um período de quatro meses. Ele não aparece, contudo, na ata da sessão camarária desse dia.

comissão sindicância Caixa Econômica Federal pt Não dispomos no momento elementos para informar sobre demais pessoas mencionadas mesmo ofício vg que constam fichas aqui pt seria conveniente ouvir também autoridades policiais essa cidade pt Saudações Fábio Bandeira Figueiredo chefe DVS<sup>143</sup>

O ofício, como se vê, respondia à pergunta feita pelo presidente da câmara sobre a existência de vereadores ouro-pretanos fichados ou indiciados no DOPS. Naquele momento, as prisões que sucederam ao golpe já haviam sido feitas. Na mesma sessão, foi também lido ofício da Delegacia Especial de Ouro Preto, datado de dois dias antes e assinado pelo capitão Sebastião Lucas:

Em resposta ao vosso ofício sem número desta data, junto a este remeto a esta egrégia câmara municipal uma relação nominal dos elementos presos por esta delegacia por terem sido acusados de comunistas, agitadores e simpatizantes do partido vermelho, e outra relação dos elementos que, embora acusados pelas mesmas ideias extremistas, não foram presos por terem fugido da cidade, mas continuam sujeitos aos resultados das investigações policiais e conseqüentemente a serem processados.

Tratava-se, como visto, das listas de presos e foragidos efetuadas pelo delegado local.

Após a leitura de ambos os ofícios, o vereador Edmundo José Vieira apresentou um requerimento para que a reunião se tornasse secreta, “dado o caráter reservado da mesma e considerando que os documentos lidos pelo sr. presidente são da alçada exclusiva dos srs. vereadores”. Sua proposta, portanto, consistia em afastar o público para que os edis pudessem covardemente proceder à cassação sem se exporem. O requerimento, discutido amplamente, foi aprovado por unanimidade, já que se considerou “a situação em que se encontra o país, com focos de elementos subversivos em quase todas as repartições públicas, inclusive câmaras federal, estadual e municipal”. Já em reunião secreta, José Feliciano Rodrigues, sublinhando o “alto papel” que cabia à câmara naquele momento, sugeriu, “à semelhança do que vem ocorrendo em quase todas as comunidades brasileiras”, que se fizesse “o expurgo de todos os elementos perigosos existentes nesta casa” Pediu, então, ao presidente que interrompesse os trabalhos “para que os vereadores conjuntamente elaborem um projeto de resolução dispondo sobre a cassação dos mandatos daqueles que a maioria julgar inconveniente ao legislativo”. Assim foi feito e, após quarenta minutos, o vereador Rodrigues, bastante envolvido com a questão, apresentou um projeto de resolução que foi aprovado por todos:

---

<sup>143</sup>

Considerando que a atual situação do país exige de todos os democratas, de modo especial dos que exercem qualquer mandato manado do povo, trabalho, vigilância, sacrifício e união para que o mesmo possa caminhar na senda do progresso, trazendo a todos paz social, incentivo para produção, sob o império da lei e da justiça; considerando que a pátria acaba de sair de uma revolução que destituiu do poder com energia não só os governantes iníquos, mas quantos cooperaram para implantação do regime comunista em nosso país, e que, assim, não pode prescindir de apoio integral de todo cidadão e máxime daqueles que representam o povo nas câmaras; considerando que o comando revolucionário tem exigido clareza nas definições, não admitindo dúvidas ou omissões, que sempre prejudicam a coletividade, pedindo pronunciamentos quanto à atitude por ele tomada em face da anarquia então reinante em todo o território nacional, provocado pelo governo deposto; considerando que o Ato Institucional proclamado pelas Forças Armadas, a quem se deve em grande parte o triunfo da revolução, que trouxe para a nacionalidade esperança de dias melhores, impõe perdas de mandatos e de direitos políticos àqueles que, direta ou indiretamente, colaboraram para a derrocada das instituições democráticas, pregando a indisciplina, fomentando greves injustas, fomentando comícios onde se pregava a queda do regime, com alterações vitais na Constituição, de modo especial no que tange ao direito de propriedade e às garantias individuais; considerando que os poderes da República em todas as esferas têm feito o expurgo de seus quadros daqueles que, por ato ou omissão, não cumpriram o dever para com a pátria, levando-a ao abismo com a entrega de seu comando a potência estrangeira, que visa a escravidão do homem, tirando-lhe a liberdade, destruindo-lhe a personalidade, reprimindo-lhe os sentimentos religiosos, para só imperar a vontade do Estado totalitário, de Estado sem Deus, onde a família, no conceito cristão, desaparece, não recebendo mais a formação direta dos pais mesmos, apenas a orientação marxista do Estado, com o intuito exclusivo de materializá-la; considerando que o Estado de Minas Gerais, desde as primeiras horas que antecederam a revolução, se pôs em luta contra os princípios pregados pelo governo deposto e seus auxiliares, não permitindo que o chefe dos marzoqueiros, o ex-deputado Leonel Brizola, aqui pregasse a desordem, pondo-o, e à sua comitiva, para fora de seu território, quando então, mais uma vez, se mostrou a bravura da mulher montanhesa; considerando que Ouro Preto, palco de tantos acontecimentos históricos, não se omitiu nas horas amargas da pátria, colocando-se em estado de alerta por meio dos poderes executivo e legislativo; considerando que o ex-deputado Francisco Julião, líder comunista, aqui esteve, trazido, como é de conhecimento público, não só pelo ex-prefeito dr. Benedito Gonçalves Xavier, mas

também pelos vereadores Sebastião Francisco, Kirki Jerônimo, Aderilho Fernandes e Antônio Cardoso Roriz, para proferir no Morro da Queimada uma proclamação subversiva aos camponeses, pretendendo fundar neste município a “Liga Camponesa”, de caráter comunista; considerando que nas reuniões da câmara municipal, antes de deflagrada a revolução, os citados vereadores se manifestaram ostensivamente a favor das ideias difundidas pelo governo deposto, de modo especial pelos preconizados pelo agitador Leonel Brizola, aquele notório da subversão e da corrupção; considerando que os ditos vereadores, iniciada a revolução, não mais compareceram às reuniões da câmara, seja porque estavam implicados no movimento de destruição da democracia e da implantação no Brasil do regime opressor comunista, seja porque não quiseram arcar com a responsabilidade pelo menos pública, o que vale a dizer que se omitiram no momento mais grave para o país, estando assim sujeitos à sanção do item V do art. 50 da lei nº. 28 de 22 de novembro de 1947, alterada pela lei 855 de 26 de dezembro de 1951; considerando que a câmara deu aos referidos edis várias oportunidades para que demonstrassem que não compartilhavam do movimento destruidor das instituições democráticas, e que, entretanto, delas não se serviram, mostrando-se, pelo contrário, adversários ferrenhos dos que conclamavam os partidos para se unirem em defesa do bem comum; considerando que os aludidos vereadores se retiraram do plenário várias vezes para que não houvesse quórum quando representantes de outros partidos apresentavam moções de aplausos àqueles que se opunham aos desmandos do Governo Federal, sob a chefia do ex-presidente João Belchior Marques Goulart, o maior responsável pela situação caótica da República, que se viu entregue a toda sorte da corrupção, a tal ponto que o povo já havia perdido o entusiasmo pelos homens públicos, julgando-os todos iguais, uma vez que os recrutados pelo ex-chefe da nação só trouxeram desilusão à coletividade, pois se esqueceram desta para cuidarem de si mesmos, fazendo rápidas fortunas à custa do erário público, que se enfraqueceu tanto que a moeda brasileira se tornou desprezível diante das demais de outros países; considerando que, além do mais, seis vereadores eram articuladores neste município da trama descoberta e sufocada pelas Forças Armadas no memorável arroubo de 31 de março do corrente ano; considerando que esta articulação se caracteriza pela pregação marxista junto à classe menos esclarecida (obreira), quer pelo pichamento de muros, ruas e passeios com “slogans” copiados dos figurinos de Moscou e Cuba, quer pela farta distribuição de literatura e panfletos subversivos nos meios operários e estudantis, como é público e notório em todas as camadas deste município; considerando que, justamente por tais razões, alguns deles foram presos e outros ainda se acham foragidos, numa demonstração inequívoca da sua

culpabilidade; considerando que o espírito da revolução visa erradicar elementos como esses ora citados dos quadros políticos e administrativos da nação, numa defesa natural e necessária do regime democrático, que por eles esteve continuamente ameaçado; considerando que o poder legislativo municipal constitui parte integrante das instituições democráticas vigentes no país, e por isso não pode comportar em seu seio elementos de tão alta periculosidade, resolvem os vereadores in fine assinados apresentar à apresentação da câmara o seguinte projeto de resolução: a Câmara Municipal de Ouro Preto decreta e promulga a seguinte resolução: Art. 1º Ficam cassados os mandatos dos vereadores Sebastião Francisco, Júlio José Armando Fuertes Árias, também conhecido por Júlio Fortes, Kirki Jerônimo, Aderilho Fernandes e Antônio Cardoso Roriz, todos do Partido Trabalhista Brasileiro. Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, entrará em vigor esta resolução na data de sua publicação. Sala das Sessões, em 29 de abril de 1964. Assinado: José Feliciano Rodrigues, Walter Valadão de Sousa, Artur Drummond Guimarães, Edmundo José Vieira, José César Gomes, Amadeu Barbosa e Benedito Manuel Ferreira.

Apesar dos inúmeros clichês e da rusticidade conceitual típicos de documentos dessa natureza formulados na época, parece improvável que o projeto tenha sido elaborado durante os quarenta minutos de recesso na reunião secreta da câmara. Tudo indica que uma primeira versão já se encontrava pronta, possivelmente apresentada pelo vereador José Feliciano Rodrigues, sendo na ocasião avaliado e talvez alterado pontualmente pelos presentes. Sua contradição era flagrante: argumentava-se que a “revolução” havia sido feita em defesa da democracia, mas que seus realizadores não estavam dispostos a agir democraticamente com aqueles que não aderissem prontamente. Assim, o projeto de resolução revelava tanto adesão convicta associada a certa paranoia, quanto o medo de os vereadores serem perseguidos se não perseguissem. De resto, fazia-se menção explícita ao AI-1, confundiam-se regimes totalitários com a defesa das reformas de base, tomava-se a vinda de Francisco Julião como indesculpável e contrapunha-se o sagrado direito à propriedade privada ao simples exercício do direito de fazer greve e reivindicar melhores salários e condições de vida. Havia ainda outra inconsistência: falava-se de seis vereadores subversivos, mas apenas cinco estavam sendo cassados.

O tom categórico e estereotipado da resolução aprovada na Câmara Municipal de Ouro Preto, certamente marcado pelo AI-1 e pela “operação limpeza” resultante do golpe, não foi ratificado por uma reação subserviente por parte dos cassados. A despeito da tensão gerada pelos golpistas, houve resistência em Ouro Preto. Como se sabe, por algum tempo permaneceu a sensação

de que certa normalidade voltaria a vigorar com a realização de eleições diretas para presidente. Pensava-se que, feita a limpeza, os militares abririam passagem para o exercício de uma espécie de democracia devidamente depurada e vigiada. As incertezas quanto ao futuro do golpe contribuíram para que os cassados reagissem. Artur Pedro de Freitas e Leôncio Bartolomeu Guimarães, ambos do PTB, já haviam formalmente assumido duas das vagas dos cassados, respectivamente em 13 de maio e 19 de julho. No dia 21 deste último mês, porém, “Antônio Cardoso Roriz e outros” procuraram impetrar um mandado de segurança contra a câmara por esta ter efetuado cassação ilegal de mandatos.<sup>144</sup> Visto que o distribuidor e o primeiro juiz de direito achavam-se ausentes, o caso foi encaminhado ao doutor Moacir Andrade, segundo juiz, tendo início no dia três de agosto. O advogado dos autores era Osmar Barbosa, que atuava em escritório constituído também por Antônio Sadi e João Cancio de Souza Novais.

A petição de 21 de julho, feita em nome de Roriz, Sebastião Francisco, Júlio José Armando Fuertes Arias e Aderilho Fernandes, argumentava que. “após a eclosão do movimento revolucionário de 1º de abril, os impetrantes estiveram presos a disposição do Departamento de Vigilância Social (antigo DOPS)”, o que os impedia de comparecer às sessões camarárias. Contudo, haviam sido cassados de modo arbitrário e não conheciam o fundamento de tal decisão, pois a Câmara se recusava a apresentar-lhes a certidão da reunião em que se dera o episódio – atitude que violava a Constituição Federal, cujo inciso que assegurava a expedição de certidões visando a defesa de direitos não havia sido derogado pelo AI-1. Segundo o advogado, os impetrantes teriam sabido “por vias não oficiais” que a câmara adotara como fundamento para a cassação a falta dos referidos vereadores “sem justificção a duas reuniões obrigatórias anuais ou a três reuniões extraordinárias consecutivas”. Fosse este o caso, a arbitrariedade seria evidente, pois Sebastião, Arias e Roriz estavam presos e o último, além do mais, achava-se oficialmente de licença.<sup>145</sup> Quanto a Aderilho, “tão desarrazoada foi a cassação de seu mandato que até a polícia assim o reconheceu, dando-lhe o incluso atestado, onde declara textualmente: ‘Finalidade: reintegração no cargo de vereador, cassado arbitrariamente pela Câmara Municipal de Ouro Preto’!”. Outras irregularidades se somavam a essas. A reunião extraordinária da cassação tinha sido convocada “sem prévia declaração de motivos”. O vereador Roriz havia sido cassado com o voto de seu próprio suplente: “Era a prepotência, a exorbitância e o abuso estimulados pelos pruridos revolucionários...”

---

<sup>144</sup> Uma cópia completa do mandado de segurança encontra-se no arquivo corrente da Câmara de Ouro Preto, aqui designado como ACOP.

<sup>145</sup> Como se viu há pouco, a listagem do APMOP informa que Sebastião Francisco havia se licenciado também no dia 12 de março por um período de três meses, mas essa informação não aparece na petição que dá início ao mandado de segurança.

Citando juristas variados, tais como Seabra Fagundes, Frank Goodnow, Tito Prates da Fonseca, J. Matos de Vasconcelos, Castro Nunes, J. Guimarães Menegale, Giovanni Salemi, Roger Bonnard e Temístocles Cavalcanti, bem como a própria Constituição, o advogado lembrava que a “exorbitância do poder discricionário” constituía “ato ilícito” e encontrava-se, portanto, sob o “controle jurisdicional”. De acordo com o advogado Osmar Barbosa,

faz sentir GIOVANNI SALEMI (“La giustizia amministrativa”) que as autoridades administrativas de qualquer categoria podem violar os direitos do administrado, seja “pela falta de conhecimento do direito objetivo”, havendo, assim, erro involuntário, seja em virtude das injunções políticas, caso em que o erro será deliberado.

Com base nesse argumento, o doutor requeria “medida liminar” que suspendesse de imediato a cassação, a notificação da câmara por meio de seu presidente para informar sobre o assunto em pauta, a manifestação do promotor de justiça e a anulação definitiva do ato arbitrário. Para que se pusessem a salvo os direitos dos clientes, demandava que a câmara lhe fornecesse seu regimento interno, a “íntegra de possíveis leis ou decretos invocados como pretensa justificativa da cassação dos mandatos”, a íntegra da ata que concedera licença a Roriz e a “imediata expedição de certidão aos impetrantes, constando o inteiro teor da ata da sessão que cassou o mandato dos mesmos”. A petição, enfim, sem carecer de muito esforço, explicitava a total irregularidade das cassações, bem como os estratagemas pouco dignos adotados pelos que cassaram os colegas de maneira secreta e distante do público. Afinal, segundo Barbosa, ao referir-se ao caráter tempestivo da impetração, na convocatória “a cassação dos mandatos figurou, com visível má-fé, entre ‘outros assuntos de interesse da municipalidade’”.

O atestado policial relativo a Aderilho Fernandes, mencionado na petição, fora expedido pelo DOPS em 27 de julho. Informava que o edil não possuía antecedentes políticos ou sociais que o desabonassem, trazendo como finalidade para sua expedição a reintegração ao cargo de vereador. Aderilho, nascido em Ouro Preto, possuía na época 41 anos. Ao atestado apareciam anexados os outros documentos indicados pelo doutor Osmar Barbosa. O presidente da câmara, Felinto Elísio Nunes, talvez crendo que seu conteúdo encerraria logo o processo judicial, enviou dois dias depois uma cópia da ata da cassação. O juiz Moacir Andrade, em 17 de agosto, recusou a liminar, citou a câmara e mandou requisitar os demais documentos demandados pelo advogado dos impetrantes. A câmara, por meio de documento datado de 1º de setembro, juntou aos autos sua defesa, que se iniciava com uma informação categórica:



Tão logo estourou a revolução de 31 de março do corrente ano, pondo termo à anarquia [...] em que se encontrava o país, esta edilidade, num dever de consciência, convocou os senhores vereadores para, conjuntamente com o sr. prefeito municipal, tomar, em colaboração com as autoridades estaduais e federais, medidas necessárias à segurança do povo e à manutenção da ordem no âmbito municipal.

Ou seja, como diversos indícios apresentados acima sugeriam, José Benedito Xavier e os vereadores conservadores de Ouro Preto haviam se reunido e se articulado com gente da polícia e do exército para organizar a perseguição daqueles que eles consideravam os subversivos da cidade. De acordo com Felinto Elísio Nunes, que assinava a defesa, tinham sido convocadas, com a suposta intenção de proteger o povo, quatro sessões extraordinárias nos dias 05, 17, 24 e 29 de abril, às quais haviam faltado os cassados. Mais ainda, “por imperativo do momento e a fim de que ficasse habilitada a agir eficazmente”, a câmara incluiu em seu regimento interno, na parte referente à cassação de mandatos, o “ato institucional de 9 de abril de 1964”. Ademais, os impetrantes mostravam-se sempre “contrários ao regime democrático e inadaptados ao meio em que vivem”, pois eram “defensores acerbos do governo deposto, tendo por ‘leader’ o cunhado do ex-presidente, notório agitador”. Tanto isso era verdade que em março,

ao ser posta em votação uma moção pedindo harmonia e compreensão entre os possíveis candidatos à presidência da república Ademar de Barros, Carlos Lacerda e Juscelino K. de Oliveira, visto que a pátria se encontrava conturbada, não só política, mas econômica e financeiramente, os impetrantes, chefiados pelo sr. Sebastião Francisco, retiraram-se do recinto da câmara afrontosamente para que não houvesse quórum e assim não fosse votada, fazendo apologia dos srs. João Goulart e Leonel Brizola.<sup>146</sup>

Havia ainda informações comprometedoras. Dados remetidos pelo DOPS afirmavam que, enquanto Arias e Sebastião estavam presos no DVS de Belo Horizonte como “adeptos do partido vermelho”, Roriz e Aderilho, embora foragidos, tinham sido denunciados como “simpatizantes das doutrinas comunistas”. Documentação fornecida pelo exército dizia também que os cassados estavam indiciados ou eram possíveis indiciados. E mais:

---

<sup>146</sup> ACOP. Mandado de segurança. A certidão que Felinto Elísio Nunes anexou para comprovar essa ação supostamente subversiva da bancada trabalhista informa que Sebastião Francisco opôs-se à aprovação do apelo à harmonia proposto por Edmundo José Vieira porque ela ia “de encontro à pregação dos grandes homens Leonel Brizola, João Goulart e Miguel Arrais”. Quando a bancada do PTB se retirou, com ela foram o vereador Benedito José Ferreira e o suplente Eurico de Oliveira Dias. Como se viu, ambos acabaram compondo com as bancadas da UDN e do PSD quando da cassação de seus colegas de partido.

É público e notório nesta cidade que os requerentes, bem como o ex-prefeito deste município, promoveram a vinda a esta cidade do agitador Francisco Julião no dia 21 de abril de 1962, conduzindo-o ao morro da Queimada, onde proferiu um discurso contra o regime vigente, contra as forças democráticas, contra a pátria, contra a religião cristã, endeusando os regimes comunistas da Rússia, China e Cuba, numa verdadeira afronta ao povo brasileiro e à Inconfidência Mineira, como se pode verificar no exemplar de *Binômio* anexado ao mandado de segurança requerido pelo sr. Kirki Jerônimo, em curso pelo cartório do 1º ofício.

De fato, ao mesmo tempo em que a maioria dos cassados entrara com o mandado pelo terceiro ofício, Kirki Jerônimo havia encaminhado o seu pelo primeiro, de forma que todos os vereadores atingidos estavam recorrendo legalmente.<sup>147</sup> Contra eles pesava sempre a vinda de Francisco Julião ao Morro da Queimada, onde lera a “Carta de Ouro Preto”, aqui reproduzida através de *O Semanário*, mas que havia repercutido em outros periódicos, como o famoso *Binômio*, do qual o general Punaro Bley não guardava boas lembranças.

Com base em tais acusações, o presidente da câmara recordava que a Constituição só permitia a concessão de mandado de segurança para a proteção de “direito líquido e certo”: “Os impetrantes demonstraram a liquidez e a certeza do seu direito? Absolutamente não. Quais as provas apresentadas? Nenhuma”. Além disso, “não provaram haver recorrido do ato da câmara, ficando mesmo evidenciada sua conformidade com as perdas dos mandatos pelo decurso do prazo de recurso, pois não o fizeram”. Quando muito, apenas lhes caberia defender seu “suposto direito” recorrendo ao juízo pelas vias ordinárias. Enfim, cometido o ato de exceção por parte da câmara, associada ao exército e ao DOPS, esperava ela que os cassados tivessem plena confiança em seus colegas edis para tentarem resolver o problema através de recurso remetido à própria edilidade. Tratava-se de argumento juridicamente inconsistente e sem amparo nenhum na realidade.

Entre as certidões anexadas por Nunes estava a que dizia respeito à reforma do regimento interno, registrada no dia 29 de abril:

---

<sup>147</sup> Parte do mandado de segurança impetrado por Kirki Jerônimo encontra-se em APMOP. Fundo CMOP. Caixa 1960-1965. Pasta 1964. Embora seu advogado fosse outro – José Cardoso Lemos, cujo escritório localizava-se em Belo Horizonte – e apresentasse petição distinta, ainda que retomando argumentos parecidos com os apresentados pelos colegas cassados, a defesa da câmara foi basicamente idêntica. A petição de Kirki data de 27 de julho.

A Câmara Municipal de Ouro Preto decreta e promulga a seguinte resolução: Art. 1º O item I do artigo 94 do regimento interno da câmara passará a ter a seguinte redação: I – Perda de mandato do prefeito, vice-prefeito e vereadores, nos casos previstos na lei 26 de 22 de novembro de 1947 e no Ato Institucional de 9 de abril de 1964. § único – Se a perda do mandato for baseada em casos previstos no Ato Institucional de que fala o item I, bastará a maioria simples da câmara para se aprovar a resolução. Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entrará a presente resolução em vigor na data de sua publicação.<sup>148</sup>

Assim, percebe-se que os vereadores da Câmara Municipal de Ouro Preto, liderados pelo presidente Felinto Elísio Nunes, forjaram uma espécie de pequeno golpe dentro no grande golpe articulado pelas Forças Armadas e por grupos conservadores do país. Apesar da tensão e perseguição que se seguiram à deposição de Goulart, os camaristas mostraram-se cautelosos num primeiro momento, como indica a sessão secreta do dia 5 de abril. O ponto de inflexão deu-se quatro dias depois, com a imposição do AI-1. Embora uma atitude de coragem pudesse se manifestar, por exemplo, por meio da preservação dos mandatos dos edis petebistas e de seu efetivo direito de defesa, preferiu-se, por medo ou adesão, indicar rapidamente aos militares golpistas total subserviência. Nas comemorações do dia 21 de abril, o primeiro depois do golpe, Vicente EllenaTropia e seus colegas regozijavam-se com as homenagens feitas à nata da “revolução”. Organizou-se, então, uma estratégia: seriam convocadas três sessões extraordinárias nas quais os acusados não poderiam comparecer por estarem presos ou foragidos; foram requisitadas informações ao DOPS e à delegacia de polícia da cidade; uma primeira versão do projeto de resolução que cassaria os trabalhistas foi esboçada; um canal de negociação com os petebistas Benedito Manuel Ferreira e Eurico de Oliveira Dias foi aberto visando assegurar em definitivo a maioria e de preferência a unanimidade; na data da terceira reunião, o regimento interno foi alterado arbitrariamente através da inclusão do AI-1 e da autorização para cassar com maioria simples; o projeto foi, enfim, apresentado ao conjunto dos presentes em recesso de quarenta minutos, após o qual a cassação foi aprovada em sessão secreta. Tudo realizado por homens que se consideravam “adaptados” à democracia.

Outra das certidões anexadas pela câmara era a que fora emitida pelo “Ministério da Guerra, I Exército, 4ª RM, 4ª DI, ID-4, Quartel General”. Nela, em 27 de agosto, o coronel Dióscoro Gonçalves Vale afirmava que Sebastião Francisco estava indiciado em IPM sob responsabilidade do tenente Jair Nascimento Alves, do 12º RI, e que Júlio Armando Fuertes Arias, Aderilho Fernandes,

Antônio Cardoso Roriz e Kirki Jerônimo estavam sendo investigados do mesmo inquérito, sendo “possíveis indiciados”. Quase um mês depois, em 22 de setembro, a câmara requereu nova certidão que atualizasse a situação. Nesta última, o referido coronel dizia que as “averiguações policiais” feitas pelo tenente haviam atestado que os crimes cometidos em Ouro Preto eram daqueles que atingiam o Estado e a ordem política e social, sendo, portanto, da competência da Justiça Militar. Estavam indiciados os “civis” Antônio Roriz Cardoso, dr. Benedito Gonçalves Xavier, Sebastião Francisco, Júlio Armando Fuertes Arias, Kirki Jerônimo, Aderilho Fernandes, Nuri Andrauss Gassani, Antônio Carlos Morais Sarmiento, Eduardo Teles de Barros, Wagner Geraldo da Silva, Márcio Antônio Pereira, José de Paulo Vasconcelos, Osamu Takanohashi, Haroldo Pereira da Silva, Sérgio Antônio Pretti Maculan, João Evangelista Dias, Aristides Cardoso Roriz e José Silvério Giovanini. Era o resultado de um conjunto de perseguições e investigações iniciadas quando o prefeito José Benedito Neves e o vereador Lourival Queiroz, dentre outros, uniram-se às forças policiais para prender vereadores, estudantes, professores e outros trabalhadores. Nesse percurso que envolveu tantos denunciadores, coube um papel importante ao delegado Virgílio Soares, que com tanta gratidão se referiu ao inquérito da Escola de Minas. Uma semana depois de emitida essa certidão, Felinto Elísio Nunes a encaminhou ao juiz Moacir Andrade, solicitando que fosse juntada aos autos.

Alguns dias antes, em 14 de setembro, o promotor de justiça de Ouro Preto manifestou-se dando razão aos impetrantes:

Entendo que a resolução é nula por desobediência às formalidades que deveriam ser cumpridas quanto ao primeiro fundamento – faltarem os impetrantes a três reuniões extraordinárias consecutivas – e nula por incompetência quanto ao segundo fundamento – motivos políticos.

Se assim entendo é porque

a) a resolução da câmara tomada numa única sessão realizada no dia 29 de abril, cujo motivo determinante foi o de apreciar e votar a cassação dos mandatos dos impetrantes, esta declaração de motivo não constava da ata de convocação [...] ferindo assim dispositivos expressos da lei (artigo 92 da Constituição do Estado de Minas Gerais, artigo 57 da lei 28 e artigo 40 do regimento interno da câmara), e infringiu o princípio constitucional assegurado de ampla defesa a todos os acusados (artigo 141 § 25 da Constituição Federal).

a) a competência para suspender direitos políticos e cassar mandatos legislativos pelo Ato Institucional era facultado aos chefes do comando revolucionário e que passou a ser privativo do presidente da república até 60 dias após sua posse (artigo

10 § único do Ato Institucional). E se era da competência privativa do presidente da república a cassação dos mandatos legislativos, é lógico que de nenhum valor é a reforma do regimento interno da câmara, que incluiu entre os seus dispositivos, na parte referente à perda do mandato, o Ato Institucional.

Opino, pois, pela concessão do mandado de segurança.

O parecer do promotor já apontava para a tendência que vigoraria durante todo o período de ditadura militar: a incorporação de atos de exceção e casuísmos às estruturas judiciais existentes, dando ao regime aparência de legalidade. Contudo, chama a atenção a clareza com que, mesmo incorporando as arbitrariedades do golpe, o magistrado demonstrou não apenas a incompetência da decisão da câmara, como também seu desnecessário excesso.

Se os membros do judiciário se sentiam à vontade para indicar certos abusos sem confrontar os militares golpistas, depreende-se que os vereadores de Ouro Preto não corriam risco de vida caso se eximissem de cassar os colegas. Fizeram-no talvez por medo, mas fundamentalmente com o objetivo de destruir os grupos opositores locais. Era esta, aliás, a lógica do golpe de 1964: desmontar as estruturas democráticas mais arraigadas que vinham se constituindo. Esse aspecto fica ainda mais claro quando se observa que os indiciados há pouco citados aguardaram via de regra o julgamento da Justiça Militar em liberdade, acabando por ser absolvidos em 1967. Efetivamente, não parece exagero afirmar, como se afirmou, que a cassação constituiu um pequeno golpe dado por edis que eram comerciantes, industriários, professores ou simplesmente membros de grupos conservadores. Ainda que se possa destacar a existência de conflitos violentos tipicamente locais, como revela a tensão em torno da tentativa de impeachment de Benedito Xavier, havia também, na atitude dos vereadores liderados por Felinto Elísio Nunes motivações ideológicas e de classe. A sentença do juiz Moacir Andrade, datada de 14 de outubro, destacou “a excelente argumentação do ilustrado agente do Ministério Público”, acrescentando que, no caso de Roriz, havia ainda o indiscutível fato de que estava de licença. Concedendo o mandado de segurança aos edis cassados, recorreu à segunda instância “de ofício”, isto é, por exigência da própria lei.

Cabe observar que, quando se toma em mãos o documento através do qual Felinto Elísio Nunes agrava da sentença, tentando revertê-la ainda na primeira instância, nota-se no alto o timbre com os nomes dos dois advogados que assessoravam a câmara na disputa: José de Araújo Dias e Edmundo José Vieira. É curioso que, tendo em seu projeto de resolução relativo à cassação destacado que o golpe também havia sido dado para combater a corrupção, os camaristas tenham escolhido o escritório de um deles para defendê-los – escritório localizado à rua Conde de Bobadela, 7, e que possuía o número de telefone 294. Vale sublinhar que, além de o udenista Vieira

ser vereador, seu colega Dias era vice-prefeito. Retomou-se o argumento de que os impetrantes não haviam demonstrado “a liquidez e a certeza do seu direito”. Fez-se referência à última certidão emitida pelo coronel Dióscoro Gonçalves Vale para se corroborar que a câmara afastara de seus quadros “elementos notoriamente perigosos, todos eles ligados ao nocivo esquerdismo que conduzia a pátria a acorrentar-se ao comunismo ateu”. O agravo não era assinado sequer por seu sócio, mas pelo próprio Edmundo José Vieira. O juiz confirmou a sentença no dia 5 de fevereiro de 1965, acrescentando: “Em tempo: retardei este por acúmulo de serviço criminal”.

Na segunda instância, José Maria de Lima Torres, subprocurador geral do Estado, ratificou que a câmara havia praticado um “ato de usurpação” ao querer aplicar por conta própria o AI-1. Em relação à acusação de que os cassados seriam elemento perigosos, argumentou: “Não se vai discutir o mérito da cassação, não se vai procurar saber se foi em si justa ou injusta” – cabia, na verdade, verificar se as formalidades legais e o direito de defesa tinham sido respeitados:

E é evidente que os impetrantes não tiveram a mínima oportunidade de defender-se.

No dia 29 de abril foi modificado o regimento interno para o fim já referido neste e no mesmo dia se apresentou, discutiu e votou ‘à là diable’, “enquanto o diabo esfrega um olho”, o projeto de resolução que se transformou no ato legislativo de cassação de mandatos.

As garantias que a lei outorga e que não pode deixar de conferir ao mais impenitente dos criminosos ali se mandou às urtigas.

E mais abaixo, depois de afirmar que aos cassados havia sido recusado um direito “que Deus não recusou ao primeiro homem que pecou”, acrescentou:

Pois foi ali, na velha cidade de Ouro Preto, onde brotaram ideias de liberdade, onde se tramou contra a tirania, onde os desmandos de Cunha Meneses, o “Fanfarrão Minésio”, os seus peculatos, as suas malversações se castigavam impiedosamente nos versos das “Cartas Chilenas”, foi ali mesmo que o sagrado direito de defesa se cancelou para que se decretasse uma decisão que o judiciário não podia permitir sobrevivesse.

Sejam punidos os criminosos, compareçam eles à barra dos tribunais, respondam pelos males que fizeram.

Não os julguemos, porém, e menos os condenemos sem que possam dizer uma palavra, uma só que seja, de explicação ou justificação de seus atos.

O parecer, indiscutivelmente, desmoralizava os camaristas que haviam se aproveitado da situação para forjar seu próprio golpe. Porém, não deixa de causar certo mal-estar a leitura de um texto cujo teor contradizia frontalmente a violência disseminada que a ditadura vinha espalhando pelo país, a tortura tornando-se prática institucionalizada. As próprias prisões efetuadas logo após o golpe não tinham nenhum amparo legal. O AI-1, o primeiro de vários atos institucionais funestos, correspondia a ataque deliberado contra a legalidade e qualquer direito de defesa. Seja como for, os mandados de segurança obtidos pelos vereadores cassados de Ouro Preto também devem ser inseridos no momento em que foram alcançados – momento de indefinição quanto à duração e intensidade do golpe de 1964. Em tais condições, o desembargador Edésio Fernandes, relator do processo, remeteu-o ao plenário, onde foi proferido o acórdão. Em 8 de junho de 1965, por unanimidade, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais confirmou a concessão do mandado de segurança, valendo-se basicamente dos mesmos argumentos que haviam sido formulados pelo promotor ouro-pretano. Por outro lado, a ressalva que já aparecera na primeira instância foi retomada pelos desembargadores a seu próprio modo:

Se os vereadores se incluíam entre aqueles que difundiam a perigosa contaminação do vírus de uma falsa ideologia, em boa hora repelida da formação democrática de nosso povo, então seria o caso de se apurar pelos meios legais e competentes a sua responsabilidade.

Essa ambiguidade, que defendia a formalidade dos meios jurídicos e, ao mesmo tempo, reconhecia as razões alegadas do golpe, tendia a legitimá-lo. Por esse caminho, parte expressiva da magistratura, especialmente suas elites, foram se acomodando ao desmonte das instituições democráticas.<sup>149</sup>

Após a decisão em primeira instância, os edis trabalhistas puderam retomar seus postos, gerando uma situação certamente tensa. Na sessão de 8 de maio de 1965, realizada após a eleição da nova mesa diretora, que também era presidida por Felinto Elísio Nunes (PSD), compareceram José Feliciano Rodrigues (UDN), Edmundo José Vieira (UDN), Theódulo Pereira (PSD), Walter Valadão de Sousa (PSD), Vicente EllenaTropia (PSD) , Sebastião Francisco (PTB) e Aderilho Fernandes

---

<sup>149</sup> Através da Resolução 20/03, datada de 22 de dezembro de 2003, a Câmara Municipal de Ouro Preto concedeu a reabilitação dos vereadores cassados em 1964. Seu artigo 2º afirma: “Para os efeitos que se fizerem necessários, inclusive para a reparação econômica com base na Lei Federal nº 10.559/02 ou por outra norma federal ou estadual da mesma finalidade, ficam reconhecidos como praticados por motivos políticos, e não por falta de decoro parlamentar, os atos de cassação a que se refere o artigo anterior”. A despeito da importância dessa decisão da câmara, destaque-se que, ao defenderem na justiça a cassação, os vereadores que a efetuaram não destacaram a falta de decoro parlamentar, mas sim a alegada ausência nas sessões e, em especial, justamente os motivos políticos.

(PTB).<sup>150</sup> Todos eram membros efetivos da câmara, com exceção de Valadão, que atuava como suplente substituindo Lourival Queiroz. Recorde-se de passagem que Tropa e Valadão, ambos pessedistas apoiadores do golpe, eram respectivamente professores da Escola de Farmácia e da Escola de Minas. No início dos trabalhos, Theódulo Pereira, futuro reitor da UFOP, solicitou que as sessões fossem feitas no sábado, o que facilitaria seu comparecimento. Theódulo era um jornalista que completara 51 anos de idade. Formado em Direito pela UMG, tornou-se, com o tempo, secretário de redação dos Diários Associados de Minas Gerais, empresa de Assis Chateaubriand responsável pelos jornais *O Estado de Minas* e *Diário da Tarde*, pela *Rádio Guarani* e pelas emissoras *TV Itacolomi* e *TV Alterosa*. A par de diversas atividades jornalísticas, atuou como empresário, sendo um dos dez sócios da Companhia Industrial Ouro-Pretana, que abrigava fábricas de tecido, serviços de energia elétrica e telefonia. Entre novembro de 1956 e janeiro de 1960, foi presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais. Fundou o PSD em Ouro Preto e chegou a compor seu diretório estadual. Foi, enfim, professor de Direito, Organização das Indústrias e Estatística da Escola de Minas em 1960-1968, assumindo a reitoria da UFOP no período 1976-1979, quando a transformou em instituição federal.<sup>151</sup> Seu perfil era o oposto daquele apresentado por Maria Preta.

No transcorrer da sessão, quando se discutia a aprovação das contas de José Benedito Neves, Sebastião Francisco manifestou-se afirmando que o prefeito não havia executado três leis aprovadas pela câmara. Segundo o edil trabalhista, os presentes eram testemunhas

de que nenhum projeto do sr. prefeito, vindo a esta casa, tenha negada a sua aprovação pela bancada do PTB; isto vem provar também que o sr. prefeito não tem encontrado oposição nesta câmara, que todos os projetos, sem exceção de um sequer, tem sido aprovado por nós, porque nós assumimos um compromisso nesta casa de votar tudo aquilo que foi de interesse do município, venha o projeto de qual vereador vier, ou do prefeito, o qual origem que o mesmo tinha [sic], mas, contanto que o mesmo esteja dentro daquele compromisso que nós assumimos nesta casa tem sido aprovado por nós.

---

<sup>150</sup> APMOP. Atas da Câmara Municipal – 08 de março de 1965.

<sup>151</sup> *Dicionário biográfico de Minas Gerais*, v. 2, verbete Theódulo Pereira. Em depoimento gravado há alguns anos, o professor Oswaldo Magalhães Dias, um dos indiciados depois do golpe, afirmou que Theódulo era uma pessoa cordata e que trabalhava com Assis Chateaubriand. Na reitoria, elaborou o primeiro estatuto da universidade. “O Theódulo ajudou muito a Escola de Minas, era um idealista, ele gostava de idealizar tudo o que fosse para engrandecer Ouro Preto, levar prestígio para Ouro Preto; ele era chefe político do PSD”; “ele elogiava o Juscelino, isso tudo”. Aparentemente, o professor Oswaldo não atribuíra ao colega da Escola de Minas as desventuras pelas quais passou após o golpe. “Depoimento de Oswaldo Magalhães Dias concedido ao pesquisador Otávio Luiz Machado em Belo Horizonte. [https://www.youtube.com/watch?v=47pNn\\_TO0CQ&t=673s](https://www.youtube.com/watch?v=47pNn_TO0CQ&t=673s)



Entretanto, Maria Preta dizia lamentar

Que o prefeito esqueça que existem dois poderes que administram a cidade, que é o poder deliberativo, constituído pela câmara municipal, e o executivo. O sr. prefeito tem negado inclusive de aplicar uma lei humana e justa que tem relação com os operários da municipalidade. Diz ainda que não usa do operário para fazer demagogia política, porque inclusive foi ele que [...] apresentou um projeto na gestão passada isentando os operários da prefeitura, que tivessem mais de 5 anos de serviços, do imposto predial; entretanto, poderão ir a qualquer operário ou a qualquer funcionário e perguntá-los [sic] se ele, edil Sebastião Francisco, foi pedir algum voto em troca do projeto que apresentou nesta casa, que beneficiou a todos eles sem exceção nenhuma, e que tem por costume não pedir voto, e sim apresentar o que fez na câmara e esperar o julgamento dos que nele confiam; e, portanto, a sua posição nesta câmara é justamente honrar o mandato a ele confiado, sem levar em consideração que seja o prefeito da UDN, do PTB, ou seja do PSD. Porque, na gestão do prefeito passado, nesta casa, ele teve ocasião de se calar muitas vezes quando havia nesta casa crítica justa à sua administração, inclusive diversas vezes entrou em choque com ele ex-prefeito por causa justamente do atraso de pagamento dos operários desta prefeitura, e que o ex-prefeito teve a hombridade de dizer para os operários que ele, vereador Sebastião Francisco, havia chamado-lhe a atenção por diversas vezes e que ele ex-prefeito assumia inteira responsabilidade pelo ato que estava cometendo; continua dizendo que a sua atuação nesta câmara hoje não é defender um princípio dele, é defender mais a dignidade da própria câmara, é defender aquilo que nós votamos aqui, a nossa participação no poder administrativo. O sr. prefeito, por exemplo no art. 2º do orçamento de 1964, ele pede para pagar os operários de acordo com o salário mínimo a entrar em vigência naquela época e para os funcionários mandar uma mensagem diferente, propondo também um aumento. Ele foi a esses operários em palanque, pois isto é um direito que lhe assiste, ele usa a arma que pode; e o vereador Sebastião Francisco diz que não vai discutir sobre estes méritos; disse ele sr. prefeito que queria dar aos operários um padrão de vida decente, queria dar até uniforme para os mesmos; prometeu aos operários que iria fazer uma cooperativa e aquele restante iria pagar o salário mínimo. Diz o edil Sebastião Francisco que os operários esperaram um ano e esse salário mínimo novo veio [sic]; o que fizeram os operários? O que faria o sr. prefeito se estivesse colocado no lugar desses operários? O que faríamos qualquer um de nós se sentíssemos estes problemas dentro das nossas casas, com a impossibilidade de dar um pouco mais de alimentos para os nossos filhos? Iríamos

então recorrer à justiça, procurar a lei, para ver se tem ou não direito, porque o prefeito atual tem um ano e pouco para ficar aqui na prefeitura, e [virão] outros, e estes direitos dos operários se manterão aqui na prefeitura, é um direito que eles terão para a posteridade, para continuarem como servidores da prefeitura; entretanto, o sr. prefeito não lhes paga, eles vão à justiça, e o que o sr. prefeito faz? Aqueles operários mais categorizados, que tinham uma gratificação para diferenciar com o salário do simples servente, ele prefeito corta esta gratificação dos referidos operários. Continuando, o vereador Sebastião Francisco exclama: Isto é humano? Diz que não quer apelar pelo espírito cristão do sr. prefeito não, absolutamente, pois cristianismo é uma coisa muito acima da mediocridade do povo, da nossa mediocridade, mas quer apelar para ele prefeito, pelo espírito público, para respeitar o que se resolveu nesta câmara, o que ele prefeito pediu; porque se não tivesse dinheiro, ele mandaria uma mensagem para a câmara ou ele viria aqui e explicava a situação, e então a câmara diria aos operários que a prefeitura não tem condições de pagar; mas a prefeitura tem condições de pagar, pois houve um saldo de 64 para 65 de mais de Cr\$10.000.000 (dez milhões de cruzeiros); diz ele edil Sebastião Francisco foi [um] que no 1º ano de gestão o sr. prefeito pediu a ele sugestão se devia ou não pagar o 13º (décimo terceiro) salário aos operários; naquela época, nós vivíamos de comum acordo, porque inclusive eu tive o trabalho de arranjar uma lei de indústrias e profissões para ele, que só com esta lei arrecadou mais de Cr\$25.000.000 (vinte e cinco milhões) daquilo que ele previa para sua receita do exercício de 1964; diz que queria ajudá-lo, foi criticado inclusive por companheiros seus, que disseram ser ele um adesista, mas afirma que queria apenas colaborar com a administração do sr. prefeito, porque a missão do vereador é esta, pois não ganhou nada; ser vereador não é profissão, e sim sacrifício; muitas vezes paga-se saldo duro de ser vereador honesto, ser correto, de nunca pretender nada de prefeitura e de nunca ter sido beneficiado com sequer um centavo da prefeitura; e diz que afirma isto porque nunca se beneficiou com nada da prefeitura, quando tinha condição no governo passado de beneficiar; mas diz que então não era sua missão aqui. E que a sua missão aqui foi a de sempre cumprir o seu mandato e honrar esta casa que pertence, e que amanhã poderá deixar nela nada mais do que o seu trabalho executado. Continuando a sua explanação, o vereador Sebastião diz que aprovelem as contas, não há importância, mas que levem ao conhecimento do sr. prefeito a situação desses homens que continuam recebendo Cr\$34.400; os outros que não assinaram uma lista, que não reclamaram o direito de não levar mais um pouco de pão para os seus filhos, não tiveram aumento nenhum; diz o vereador que isto é uma medida unilateral, uma medida pessoal, medida contra o preceito constitucional e contra inclusive a dignidade desta câmara, e que

o prefeito para isto tem de fixar o ordenado; entretanto, ele aumentou para os outros agora nestes exercícios, quando no exercício de 1965 tem no art. 2º também ele pedindo autorização para pagar Cr\$42.000, que é salário vigente na época em que foi aprovada a lei, e esta lei foi pedida para entrar em vigor em 1º de janeiro, mas até fevereiro nem sequer foi cumprida quanto aos operários, e que foi uma questão de sobrevivência eles terem recorrido ao judiciário, e que não recorreram para greve, não usaram da violência e que inclusive ele edil Sebastião Francisco sempre os aconselhou que se mantivessem calmos, que fossem à justiça apenas e que esta decidisse, e que se eles não tivessem direito ao salário, então a câmara votaria uma lei enquadrando estes operários no quadro de funcionários da prefeitura. Entretanto, srs. vereadores, o sr. prefeito aumentou para os outros e diz que não paga esse salário mínimo, e pergunto aos srs. vereadores qual a posição desta câmara, se irão a ele fazer sentir que ele tem que dar satisfação a esta câmara, que ele tem que cumprir estas leis, ou então será melhor que não compareçamos aqui e que deixemos o negócio correr, porque vir aqui fazer papel de idiota e de imbecil, é melhor que se não vote lei nenhuma e que o sr. prefeito faça o que bem entender. Diz que, com relação às outras leis não cumpridas, deu o seu parecer também contrário, mas que esta dos operários é a fundamental porque ela tem o sentido humano, tem o sentido de dar não aquilo que é dele, mas aquilo que eles têm direito, pois é um dever deles trabalharem e também de receberem a recompensa pelo trabalho feito. Pede aos srs. vereadores que se coloquem na posição destes operários, que saiam inclusive do comodismo, e então não têm direito de mendigar votos a este povo, por que se vêm mendigar votos para que? Então é para defender interesses particulares, pois, se não podem cumprir com o mandato, se não podem manter a dignidade desta câmara, então é melhor que não seja vereador. Diz que ele Sebastião Francisco, por exemplo, se coloca nesta posição. Em seguida faz a leitura do seu parecer contrário a estas contas em pauta, dizendo que encontrou outras coisas nas contas, mas são coisas que não quer trazer para ser discutidas aqui e que ficarão apenas no seu arquivo.

Ao fazer a leitura de seu parecer, Sebastião Francisco informou votar contra a aprovação das contas porque o prefeito havia deixado de cumprir as três mencionadas leis, relativas a imposto sobre turismo, à criação do Departamento de Amparo à Criança Pobre e ao aumento dos servidores da municipalidade. O presidente da câmara colocou o assunto em discussão e, não havendo nenhuma manifestação, Maria Preta voltou à carga dizendo que, se quisesse “usar de métodos escusos, bastaria que ele se retirasse de sua bancada para não dar número”. Não se valeria desse “ardil” porque isto está na consciência de cada um dos vereadores”. As contas foram então

aprovadas em primeira discussão por sete votos a um. Em seguida, Theódulo Pereira tomou a palavra

dizendo que votou favoravelmente à aprovação das contas do sr. prefeito em decorrência do voto da maioria da comissão e entende que este plenário deve votar justamente os pareceres das comissões, porquanto os membros que elas compõem representam esta casa. Entretanto, diante das informações prestadas em plenário pelo vereador Sebastião Francisco, requer ao sr. presidente, ouvida a casa, sejam solicitadas ao sr. prefeito informações por que não é pago o salário mínimo aos seus funcionários.

Logo depois, o pessedista Vicente Ellena Tropia manifestou-se afirmando que “inicialmente se congratula com a casa pela presença novamente entre os vereadores do seu companheiro de bancada Theódulo Pereira”, que voltava de licença. Prosseguiu requerendo que o presidente respondesse o ofício do deputado Gilberto Faria<sup>152</sup>, agradecendo-lhe as emendas apresentadas em prol da concessão de subvenções a “diversas entidades de Ouro Preto” e pedindo-lhe apresentasse outra em benefício de bandas musicais da cidade, pelas quais vinha tendo crescente interesse: “ainda ontem faziam um apelo ao Rotary Club no sentido de que fizessem uma campanha para que o Governo Federal amparasse todas as bandas civis das comunidades brasileiras”. Edmundo José Vieira, vereador e advogado da câmara na ocasião, disse, por sua vez, que tinha duas notícias a partilhar: a primeira era que, tendo visitado, junto do prefeito José Benedito Neves, o presidente da CEMIG, foi comunicado de que esta se estabeleceria finalmente na cidade; a segunda se referia à “paralisação do recebimento do imposto de transmissão inter-vivos”.<sup>153</sup>

A sessão de 8 de maio de 1965, curiosamente registrada em seus mínimos detalhes, fala bastante sobre a intensidade dos conflitos sociais que atravessavam a câmara. A predominância do PSD permanecia, bem como seus vínculos com indivíduos e grupos sociais bem estabelecidos, como o deputado banqueiro Gilberto de Andrade Faria ou os Diários Associados. O prefeito de Ouro Preto era acompanhado por seu colega de partido, Edmundo José Vieira, em encontros com

---

<sup>152</sup> Gilberto de Andrade Faria foi um político e banqueiro nascido em Belo Horizonte que casou-se em segundas núpcias com a filha de Tancredo Neves, Inês Neves, mãe do futuro governador de Minas Aécio Neves. Filiado ao PSD e depois à ARENA, exerceu o mandato de deputado federal em duas legislaturas, entre 1963 e 1971. Participou da direção do Banco da Lavoura, fundado por seu pai, assumindo depois a presidência do Banco Bandeirantes. Cf. *Dicionário bibliográfico de Minas Gerais*, v. 1, verbete Gilberto de Andrade Faria.

<sup>153</sup> O imposto de transmissão inter-vivos (ITBI), referente à compra e venda de imóveis, foi estabelecido na Constituição de 1934, tornando-se sua cobrança competência dos municípios a partir de 1961.

autoridades estaduais. O Rotary Club servia de ponto de encontro das famílias consideradas importantes na localidade, praticando uma espécie de assistencialismo que tendia a contribuir na eleição deste ou daquele candidato. E Sebastião Francisco continuava a representar sua principal base eleitoral, composta pelos operários da prefeitura. O gesto contemporizador de Theódulo Pereira, que pediu se levasse em consideração a queixa de edil trabalhista, mostrava que sua liderança estava em ascensão. Na legislatura seguinte, aliás, seria eleito presidente da casa. Mas deve-se lembrar também que a sessão se dava num momento em que os petebistas cassados haviam recuperado os mandatos depois de terem sido presos ou se evadirem – e isto em razão de um pequeno golpe ministrado por seus colegas, cuja ilegalidade, como se viu, seria atestada pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais. A votação da prestação de contas do prefeito sugeria, porém, que Aderilho Fernandes vinha adotando postura mais cautelosa e que Maria Preta corria o risco de certo isolamento.

Que Sebastião Francisco fizesse um discurso acalorado contra o prefeito é algo que não surpreende. A tensão desencadeada pelas prisões e cassações certamente deixaram no ar uma mescla de sentimentos de medo, raiva e indignação. Depois dos acontecimentos que se seguiram ao golpe, fazia sentido que o trabalhista procurasse aproximar-se de sua base de apoio buscando alguma proteção. A revolta dos operários da prefeitura talvez lhe parecesse indispensável para sua sobrevivência física e política. Também o tom ameaçador com que terminava seu discurso, afirmando que guardaria em seu arquivo informações não expostas na sessão, criava a sensação de que tinha munição para atacar os adversários, especialmente o prefeito. Quando se lembra que a câmara tentara votar um impeachment contra o ex-prefeito José Benedito Xavier, ganha mais sentido a crítica de que Neves não cumprira leis votadas pelos vereadores. É nítido ainda que Maria Preta respondia publicamente à crítica de que havia sido desleal com o prefeito manipulando os trabalhadores contra ele – crítica que apareceu no relatório do delegado Virgílio Soares na voz do edil Lourival Queiroz e do próprio José Benedito Neves. Era o prefeito que não cumpria o que havia defendido em palanque e tinha sido aprovado na câmara. Ademais, a força do discurso de Sebastião Francisco advinha da insatisfação dos próprios operários, parte deles tendo entrado na justiça para defender seus direitos apesar da retaliação do prefeito. Por fim, havia um claro viés de classe no embate envolvendo os operários, pois o que se discutia era o direito de receberem o salário mínimo e o décimo terceiro. Em inúmeras atas dos primeiros anos da década de 1960 surgia a questão de se conceder aumento a funcionários e operários num contexto marcado por crescente inflação. Em que pese o clima de terror causado pelo golpe, o processo aberto pelos operários da prefeitura e o discurso de Sebastião Francisco mostravam que os grupos de oposição não haviam desaparecido.

Talvez não tenha sido por acaso que, na sessão de 19 de junho, Edmundo José Vieira tenha pedido ao presidente “para solicitar ao responsável pela confecção das atas que as faça mais resumidas”.<sup>154</sup>

Nesta mesma sessão, foi lida mensagem do prefeito “dando conhecimento à câmara das despesas decorrentes com o funeral do vereador Júlio José Armando Fuertes Arias”, em relação ao qual Sebastião Francisco, seu colega de partido, fez registrar um ato de pesar. Colocado em segunda votação o projeto de aprovação das contas do prefeito, Maria Preta disse manter a mesma posição, queixando-se da falta de resposta ao pedido de esclarecimento requerido por Theódulo Pereira. Edmundo José Vieira tomou então a palavra para dizer que o prefeito pretendia ir à câmara para esclarecer o assunto e que o judiciário havia rejeitado a ação dos operários. E acrescentou que “não é contra se pagar um salário digno aos operários, entretanto, ressalva que a lei votada pela câmara não é uma lei que obriga a fazer, e sim que autoriza”. Sebastião Francisco voltou à carga dizendo que, embora o primeiro juiz de direito tivesse interpretado de certo modo a ação dos operários, o segundo o havia feito de maneira “inteiramente contrária, dando inclusive ganho de causa a três trabalhadores”. Lembrou que a lei aprovada pela câmara sobre o salário mínimo havia sido pedida pelo próprio prefeito, repetindo a queixa de que este “aumentou os vencimentos de todos os operários, só não aumentando dos que buscaram seus direitos na justiça, e que isto é uma falta de humanidade”.<sup>155</sup> Vieira replicou afirmando que cabia à casa, ao analisar as contas do prefeito, avaliar se o dinheiro público havia sido bem empregado, “e não tratar de assunto peculiar ao pessoal”. Depois de ambos trocarem mais algumas palavras, decidiu manifestar-se Kirki Jerônimo:

Diz que no início do período legislativo sofreu uma recriminação num determinado sentido, sobre um dos seus deslizes. E que, como não quer mais incidir em erros, e como dizem “que errar é humano, mas persistir no erro é deplorável”, não pretende sofrer a 2ª recriminação. Por isto examinou mais cuidadosamente as contas do sr. prefeito e, segundo o seu entendimento, não achou com condições de em sã consciência aprová-las; por isso, quanto à votação, alia-se ao seu colega de bancada Sebastião Francisco, se portando tal como deve, evitando assim o seu 2º erro.

A pedido de Maria Preta, a aprovação das contas foi adiada. De toda forma, as palavras explícitas de Kirki Jerônimo fazem crer que a personalidade forte de Sebastião Francisco demandava total disciplina de seus seguidores – o que, como se sabe, não abrangia toda a bancada

---

<sup>154</sup> APMOP. Atas da Câmara Municipal – 19 de junho de 1965.

<sup>155</sup> Para que se tenha uma ideia do que significava a importância de Cr\$42.000, salário proposto pelo prefeito a ser pago aos operários a partir de 1º de janeiro de 1965, é interessante mencionar que as despesas efetuadas com os funerais do vereador Fuertes Arias, indicadas na sessão de 07 de julho do mesmo ano, somaram Cr\$477.500 – ou seja, dez vezes mais.

petebista. Os dois, contudo, permaneciam unidos e combativos. Após várias manifestações em homenagem ao falecido Fuertes Arias, Kirki apresentou um projeto de lei “concedendo título de cidadão honorário ouro-pretano ao cônego José Pedro Mendes Barros, como homenagem aos serviços prestados à municipalidade pelo mesmo”. É certo que tais meios de reconhecimento eram relativamente banalizados – na sessão de 07 de julho, por exemplo, o mesmo título foi concedido ao cantor Sílvio Caldas. No entanto, a proposta parecia ser um desagravo ao padre Mendes, o fundador do GLTA, bem como parte de um esforço maior de manter os setores de esquerda articulados. As contas do prefeito acabaram sendo aprovadas por unanimidade nas sessões seguintes, aparentemente porque este deixou de retaliar os que haviam entrado na justiça e concedeu um novo abono.

Nos meses seguintes, as sessões assumiram certa normalidade burocrática, suspensa esporadicamente por uma ou outra manifestação de Sebastião Francisco relativa aos vencimentos dos trabalhadores da prefeitura. Na reunião de 29 de novembro, contudo, foi apresentado o pedido de renúncia do vereador petebista, que estava ausente. Seu registro se deu de maneira lacônica: “Em seguida o sr. secretário faz a leitura de um requerimento do vereador Sebastião Francisco renunciando ao cargo de vereador a esta câmara. Após consultar a casa, o sr. presidente aceita a renúncia do edil Sebastião Francisco”.<sup>156</sup> Como se viu mais acima, em março de 1966, a 4ª RM de Juiz de Fora procurava saber se procedia a informação de que Maria Preta havia sido contratado pela Companhia Alumínio Minas Gerais para trabalhar no distrito de Salto. A razão da renúncia pode ter tido relação com problemas financeiros ou de saúde. Porém, é difícil dissociá-la da imposição do Ato Institucional nº 2 (AI-2), que, explicitando que os militares abandonavam a ideia do estabelecimento de uma democracia vigiada e pretendiam manter-se no poder por muito tempo, estabeleceu eleições indiretas para presidente, abriu novos caminhos para a eliminação de direitos políticos e extinguiu os partidos existentes. Em sua introdução, o AI-2 trazia afirmações brutais: “a revolução investe-se [...] no exercício do poder constituinte, legitimando-se por si mesma”; “não se disse que a revolução foi, mas que é e continuará”. Em seu artigo 19, dizia-se que ficavam excluídas da “apreciação judicial”, entre outras, “as resoluções das assembléias legislativas e câmaras de vereadores que hajam cassado mandatos eletivos ou declarado o impedimento de governadores, deputados, prefeitos ou vereadores a partir de 31 de março de 1964 até a promulgação deste ato”.<sup>157</sup> Em tais condições, a situação de Maria Preta tornava-se profundamente vulnerável. A renúncia parece ter antecedido outra cassação – dessa vez sem possibilidade de recurso judicial.

---

<sup>156</sup> APMOP. Atas da Câmara Municipal – 29 de novembro de 1965.

<sup>157</sup> Ato Institucional Nº 2, de 27 de outubro de 1965. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-02-65.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm)

Contudo, o AI-2 não impediu que os antigos vereadores trabalhistas cassados se rearranjassem de acordo com as circunstâncias locais e nacionais. Nas eleições de 1966, para além do falecido Fuertes Arias, somente Sebastião Francisco não ocupou cargo eletivo. Kirki Jerônimo e Aderilho Fernandes foram reeleitos, enquanto Antônio Cardoso Roriz tornou-se vice do prefeito Genival Alves Ramalho. Entre os eleitos para a câmara aparecia Aírton Martins, o jovem de família pobre que o delegado Sebastião Lucas procurou inocentar sob o argumento de que sua aproximação dos políticos trabalhistas se dera por necessidade material. O vínculo ia além do que imaginava o delegado. Também aparecia Rodrigo Vicente Toffolo, o comerciante que na época do golpe chegou a contar para as autoridades oficiais informações de confessionário obtidas pelo padre Simões. Destacava-se ainda a presença de José Ovídio Forte, pai de Hélcio Pereira Fortes e irmão de Antônio Fortes, professor da Escola de Farmácia que, àquela altura, achava-se já engajado numa ferrenha luta contra Vicente EllenaTropia. A presidência da câmara, como se disse, foi assumida por Theódulo Pereira.

O aprofundamento do golpe teve também a ver com grupos de extrema direita. A *Folha de S. Paulo*, embora editada em outro estado, publicou, no dia 02 de dezembro de 1964, uma curiosa notícia intitulada “Proibida em Ouro Preto ‘Declaração de Morro Alto’”. Nela se lia o seguinte:

Autoridades policiais de Ouro Preto impediram a venda, naquela cidade, da “Declaração de Morro Alto”, com que um grupo de universitários pretende combater o Estatuto da Terra, de autoria do governo federal. O novo delegado, coronel Sebastião Lucas, por sua vez, tem manifestado desejo de pedir demissão do cargo, por falta de apoio e por motivos de saúde

O livro “Declaração de Morro Alto” contém pregação contrária à reforma agrária preconizada pelo marechal Castelo Branco e a proibição se deu porque o delegado de polícia temia a perturbação da ordem, quando um grupo de congregados marianos para lá se dirigiu, disposto a fazer circular a edição.<sup>158</sup>

Grupos de direita de Ouro Preto, representados pela ação de universitários conservadores, vinham se opondo à proposta de reforma agrária formulada pelo governo golpista, cujo objetivo era o de domesticar os trabalhadores rurais organizados nas últimas décadas, inclusive através das Ligas Camponesas. A oposição ao Estatuto da Terra, tornado lei em 30 de novembro de 1964 – dois dias, portanto, antes da notícia publicada – foi encabeçada por reacionários e integralistas, cuja presença em Ouro Preto pode ser constatada pela atuação da família do referido estudante Cássio Humberto

---

<sup>158</sup> A notícia foi publicada na página 5 do Primeiro Caderno e pode ser consultada no acervo digital da *Folha de S. Paulo*.



Lanari Júnior. Servia-lhes de guia a “Declaração do Morro Alto”, assinada por dom Geraldo de Proença Sigaud, arcebispo de Diamantina, autor de um *Catecismo anticomunista* e crítico feroz do clero progressista; dom Antônio de Castro Mayer, bispo de Campos de Goitacases e fundador do periódico *Catolicismo*, onde foi publicada a declaração; Plínio Correia de Oliveira, congregado mariano que presidia a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP); e o economista Luiz Mendonça de Freitas.

Baseado no livro *Reforma agrária – questão de consciência*, escrito pelos mesmos autores e publicado em 1961, a declaração apresentava-se contra o “agro-reformismo socialista e espoliativo” que teria permanecido apesar da derrota do janguismo, sempre com o intuito de causar a “morte do direito de propriedade”, de fazer perecer a “classe dos proprietários rurais” e de promover a “escravização dos trabalhadores agrícolas ao Poder Público”.<sup>159</sup> Em defesa da agricultura brasileira, da qual procediam as “divisas com que se tem feito nossa industrialização”, os autores propunham fossem sanados alguns defeitos, dentre os quais estava a “situação dos trabalhadores rurais”, em alguns lugares “deficiente e até desumana e injusta”. Por isso, sugeriam a adoção de algumas medidas, tais como a “proteção contra o alcoolismo, o jogo, a prostituição e a prática de uniões ilegítimas”; “salários proporcionados ao trabalho e às necessidades do trabalhador e de sua família”; remuneração que tornasse possível transformá-lo em proprietário, sendo “diligente e parcimonioso”; melhoria das habitações; assistência médica; e elevação do nível de instrução. O que constituía um equívoco era abolir as grandes ou mesmo médias propriedades rurais com o intento de tornar os camponeses proprietários. Tal “programa demagógico” não levaria em conta que o extenso território do país e as condições de seu solo demandavam a coexistência de estabelecimentos de tamanhos variados: “Transformar nossa estrutura agrária em um vasto conglomerado de pequenas propriedades amparadas pelo Estado é, pois, sob todos os pontos de vista, um erro gravíssimo”.

Nos casos em que fosse adequado efetuar a partilha da terra, ela não deveria ser feita pelo próprio Estado, mas por meio de “companhias provadas de colonização”, privilegiando-se as áreas incultas pertencentes ao próprio poder público. A desapropriação de propriedades privadas era injusta não apenas por existirem muitas terras públicas, mas também em razão do baixo preço pago a título de indenização. Uma orientação nesse sentido achava-se eivada de consequências políticas:

---

<sup>159</sup> SIGAUD, dom Geraldo de Proença; MAYER, dom Antonio de Castro; OLIVEIRA, Plínio Corrêa de; FREITAS, Luiz Mendonça de. “Declaração do Morro Alto”. *Catolicismo*, nº 167, novembro de 1964.

O agro-reformismo confiscatório e demagógico, ao pleitear estas medidas, se manifesta inspirado pela doutrina socialista, a qual, negando a inviolabilidade sagrada do direito de propriedade e visando estabelecer uma sociedade em que todos os níveis sociais e econômicos se igualem, outra coisa não é senão uma rampa de acesso que conduz ao abismo comunista.

Eis a “questão de consciência”: 95% dos brasileiros eram católicos, e “a doutrina católica é fundamentalmente incompatível com as desapropriações reclamadas entre nós pelo agro-reformismo confiscatório e socialista, que atentam contra o 7º e o 10º Mandamentos da Lei de Deus – ‘Não roubarás’ e ‘Não cobiçarás as coisas alheias’”. Assim, aqueles que recebessem terras desapropriadas estariam na condição de “receptadores de bens roubados”, “não podendo receber os Sacramentos da Confissão e da Eucaristia ou o Sacramento dos Enfermos”.

Adotar soluções como o “cooperativismo” - empreendimento privado e contrário ao “dirigismo” estatal - impediria a realização de uma “aventura imoral e anticristã”. Era necessário mesmo ressaltar:

*É característico das sociedades cristãs o constarem de classes sócio-econômicas definidas e harmonicamente hierarquizadas. Essas classes, apoiadas na continuidade familiar, mas abertas ao ponderado acesso de valores novos, de nenhum modo se confundem com o regime de castas, totalmente estanques, desequilibradamente hierarquizadas, e reciprocamente inimigas, que caracterizou tantas nações pagãs.*

A luta de classes, a abolição da família e da hierarquia social é inerente ao comunismo e às formas mais francas e coerentes do socialismo.

Dessa maneira, se o trabalhador rural fosse “coadjuvado subsidiariamente” pelo proprietário, “e ambos pelo Poder Público”, estaria aberto “o caminho para o progresso cristão, construtivo e pacífico de que carece nosso grande país”. Era com base nesses princípios que se apresentava um programa relativo à “estrutura do mercado de produtos agrícolas”, à “política de preços mínimos”, à “industrialização rural”, aos “armazéns, silos e sua complementação”, ao “crédito”, aos “fertilizantes e inseticidas”, à “mecanização”, ao “seguro agrícola”, à “política de preços”, à “colonização e zoneamento agrícola”, aos “planos de safras”, aos “abusos da iniciativa particular” e à “política salarial”

Enquanto os congregados marianos da TFP, aliados a estudantes locais, diziam ter sido cristo um defensor da propriedade privada, políticos, professores, universitários e militantes de esquerda

não podiam deixar de questionar os pressupostos da declaração. É interessante que a *Folha de S. Paulo* tenha destacado a falta de saúde e apoio do delegado Sebastião Lucas, que alguns meses antes elaborava listas de presos e foragidos em nome da “revolução”. Definitivamente, o golpe não apaziguou a cidade – pelo contrário. Apesar da desmobilização causada pelas perseguições iniciais, os grupos de esquerda começaram aos poucos a se reorganizar, podendo a chegada dos marianos da TFP gerar conflitos abertos. O AI-2 procurou criar novos meios de repressão, perseguição e desmobilização visando consolidar o poderio militar.

É verdade que, ao resultar na fundação da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o AI-2 produziu um bipartidarismo no qual a oposição se transformava numa espécie de saco de gatos. Isto é visível na realização do primeiro comício do MDB em Ouro Preto no dia 7 de setembro de 1966.<sup>160</sup> A concentração, que contou com aproximadamente trezentas pessoas, deu-se em contexto de eleições, sendo o doutor Antônio dos Santos, ex-promotor de Ouro Preto, candidato a deputado estadual, e a doutora Eponina Ruas, autora de reconhecido livro sobre o patrimônio municipal<sup>161</sup>, candidata a prefeita. Com o objetivo de divulgar e preparar o evento, ocorrido na parte da noite, chegou à cidade, às 14 horas, o deputado federal padre Sousa Nobre, que anos antes havia concorrido duramente em Belo Horizonte contra o padre Lage. Às 15 horas, chegou um “especial” da viação Pássaro Verde “conduzindo estudantes desta capital, entre os quais se viam esquerdistas, comunistas e agitadores dizendo serem da UNE e Movimento contra a Ditadura, implantada no país pelas autoridades constituídas”.<sup>162</sup> Também estavam presentes, entre outros, o senador Camilo Nogueira da Gama, o deputado federal Tancredo Neves e o estudante Carlos Roberto Pereira, do DCE. Os agentes do DOPS mencionaram que “de um modo geral todos os oradores atacaram as Forças Armadas e o Governo Federal”, alguns deles não poupando “nem mesmo pessoas do presidente da república e governador”.

O estudante Carlos Roberto pediu um minuto de silêncio pelo assassinato do sargento Manuel Raimundo Soares “por parte da Ditadura Militar instalada no país”.<sup>163</sup> Pediu também “terra

---

<sup>160</sup> APM. DOPS. Pasta 0329. Investigação a estudantes.

<sup>161</sup> Trata-se de *Ouro Preto: sua história, seus templos e monumentos*, que em 1964 chegou à terceira edição. No livro, a autora é identificada como “farmacêutica pela Escola de Ouro Preto, doutor em Medicina pela Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil e membro da Academia Ouro-Preтана de Letras.

<sup>162</sup> APM. DOPS. Pasta 0329. Investigação a estudantes.

<sup>163</sup> Manuel Raimundo Soares participou da manifestação dos sargentos no Rio de Janeiro, em 11 de maio de 1963, recebendo pena disciplinar. Dedicou-se à organização sindical e política dos suboficiais do Exército. Quando do golpe, desertou de seu quartel em Campo Grande (MT) para não ser preso e ingressou na clandestinidade. Foi capturado em Porto Alegre (RS) em março de 1966, sendo torturado e morto cinco meses depois, aos 30 anos. Seu corpo foi encontrado boiando no Rio Jacuí, gerando repercussão. O

para os camponeses, liberdade para o povo brasileiro e cessação ao terrorismo cultural”; e, “atacando violentamente as autoridades e Forças Armadas”, finalizou lendo dois manifestos. Tancredo, proferindo “violentos ataques”, afirmou:

Este governo instalado em nome de uma revolução feita a 1º de abril, a pretexto de acabar com a corrupção, acabou por instalar no Brasil a pior corrupção, corrupção da consciência que difama o povo de nossa pátria; República e povo; voto e povo; democracia e povo. Portanto, no Brasil não houve revolução, pois esta é feita pelo povo, e a 1º de abril o que se viu foi a tomada do poder pelos militares, que derrubaram o governo constituído.<sup>164</sup>

O deputado federal José Herculino de Sousa Lopes, que havia composto a antigo PTB, também discursou clamando: “Em um futuro próximo, neste mesmo local, se não formos nós, serão os nossos filhos, virão aqui e dirão alto e bom som: Tiradentes, não foi em vão que o seu sangue foi derramado, nós também conquistamos a liberdade e por isto reverenciamos este local”. Quando o deputado estadual Aníbal Teixeira tentou discursar, “foi estrepitosamente vaiado pelos estudantes de Belo Horizonte, que, cantando o hino nacional, não o deixaram falar”; mais ainda, abandonaram em protesto o comício. A repulsa a Teixeira certamente advinha do fato de ele ter sido um dos parlamentares que participaram da cassação feita contra Riani, Bambirra e Dazinho na Assembleia Legislativa. Este era o MDB, repleto de contradições.

De acordo com os agentes, “terminada a concentração foi improvisado um pequeno comício à porta do DA, ocasião em que falaram Euro Luiz Arantes e o estudante José Mateus do DCE”. Como se viu acima, Arantes havia sido preso em 1961, junto com Clodesmidt Riani, no episódio em que Punaro Bley empastelou o *Binômio*. Também não escapou aos agentes o material levado à concentração:

Recolhemos nas proximidades do palanque cartazes que estudantes desta capital ali depositaram tão logo terminou o discurso o estudante Carlos Roberto, que integrava a caravana estudantil, cujos dizeres são os seguintes:

ABAIXO A DITADURA – POR UM GOVERNO DEMOCRÁTICO DOS TRABALHADORES – ABAIXO A FALSA [sic] ELEITORAL – ALIANÇA OPERÁRIO CAMPONESA ESTUDANTIL – ABAIXO O CONGELAMENTO SALARIAL – LIBERDADE NÃO SE PEDE, CONQUISTA-SE – ABAIXO OS IPMs – GLÓRIA AO SARGENTO MANOEL SOARES, ASSASSINADO PELA

---

assassinato ficou conhecido como “caso das mãos amarradas”. Cf. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*: mortos e desaparecidos políticos. Brasília: CNV, 2014, v. 3, “Manoel Raimundo Soares”.

<sup>164</sup> APM. DOPS. Pasta 0329. Investigação a estudantes.

DITADURA – TERRA PARA O CAMPONÊS – NESSAS SEDIÇÕES O POVO  
NÃO TEM VEZ E NÃO TEM HORA – ABAIXO A FALSA [sic] DO DITADOR –  
TODA DITADURA TEM UM DITADOR QUE É UMA FERA.

O MDB, enfim, embora congregasse políticos como Sousa Nobre, que havia sido apoiado pelo IBAD antes do golpe, e Anísio Teixeira, um dos algozes dos deputados sindicalistas da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, também atraía políticos contestadores da ditadura, fossem de esquerda ou direita, bem como estudantes e militantes inconformados com a situação do país.

Apesar do clima gerado pelo AI-2, os acusados de Ouro Preto foram absolvidos pela Justiça Militar. O processo correu na 4ª RM, cuja secretaria mantinha em arquivo, sob a numeração 113/67, dois volumes referentes a “Márcio Antônio Pereira e outros”.<sup>165</sup> Deles constavam o pronunciamento do promotor Gilson R. Gonçalves sobre o caso, datado de 14 de dezembro do dito ano:

O presente inquérito apurou fatos ocorridos nos meios estudantil e político de Ouro Preto, Minas Gerais, indiciando como comunistas uma série de elementos e anexando ao inquérito publicações de cunho vermelho. Entretanto, nenhum fato tipicamente subversivo foi apurado. Das publicações anexadas, uma parte delas está garantida pelo artigo cento e cinquenta, parágrafo oitavo, da Constituição Federal, e outra parte, não amparada pela Carta Magna, serviria apenas para robustecer outras provas existentes. Acontece que estas outras provas não existem. Ser comunista não é crime perante nossas leis. Agir como tal e praticar atos de interesse das organizações comunistas é que são figuras delitivas. Este inquérito fala-nos bastante de comunistas (ideologia) e nada de subversão (prática do comunismo etc.). Pelo acima exposto e examinando tudo mais que consta nos autos, chegamos a uma única conclusão: requerer o arquivamento do presente inquérito, como de fato o requeremos, visto não haver figura tipicamente delituosa a processar.

O juiz Waldemar Lucas Rego Carvalho, seguindo pelo mesmo caminho, achou por bem, doze dias depois, determinar o arquivamento por não encontrar ilícito penal no resultado do inquérito do “bacharel Virgílio Soares de Sousa Lima, delegado de polícia”.

---

<sup>165</sup>

APM. DOPS. Pasta 0596. Márcio Antônio Pereira.

## 6. O AI-5 e as alternativas de resistência

Apesar do arquivamento, a oposição à ditadura não havia cessado em Ouro Preto. Pode-se dizer que os militantes do município adotaram três caminhos distintos: acomodar-se à situação; travar sua luta por meios institucionais; e engajar-se na luta armada. Em certa medida, tais alternativas mantinham relação com a radicalização do regime quando da imposição do Ato Institucional nº 5 (AI-5) em 13 de dezembro de 1968. Marcado pela intensificação dos protestos juvenis e estudantis em várias partes do mundo, inclusive no Brasil, pelas greves de Osasco e Contagem e pela percepção do aumento da resistência nos meios políticos e parlamentares, expressa na difícil cassação do deputado federal Márcio Moreira Alves, o AI-5 concedeu ao presidente da república poderes excepcionais para fechar o Congresso, intervir em estado, suspender direitos políticos, cassar mandatos e suspender o *habeas-corpus*.

No dia seguinte ao anúncio do AI-5, a Câmara Municipal de Ouro Preto reuniu-se sob a presidência de Theódulo Pereira, futuro reitor da UFOP que havia atuado como prefeito durante os meses de outubro e novembro porque o titular havia se licenciado.<sup>166</sup> Em meio à sessão,

O sr. presidente comunica à casa que o sr. presidente da república sancionou, em data de 13 de dezembro do corrente mês, o Ato Institucional nº 5, pelo qual ficaram derogadas várias das garantias individuais e coletivas e que a Constituição brasileira assegurava a todos os cidadãos; por este ato institucional ficou o presidente da república armado de instrumento no sentido de preservar um regime, preservar a instituição e evitar que o país entrasse num período de agitação que estava sendo formulado em todo o país através de organizações de toda ordem. E por um ato complementar que tomou o número 38, o sr. presidente da república determinou que o Congresso Nacional ficasse em recesso. O Ato Institucional nº 5 concede ao sr. presidente da república várias prerrogativas, entre elas a de intervir no estados, nos municípios, inclusive colocar também em recesso as assembleias legislativas e as câmaras municipais; como vêem, é um instrumento da maior gravidade. E como os srs. vereadores são mandatários do povo, eleitos em pleito regular, recomenda a todos absoluta coesão e absoluto silêncio em torno de comentários a este instrumento, porque passamos agora por uma situação grave no país, em que as garantias individuais foram suspensas e os atos praticados pelo poder público em decorrência desse ato não são apreciáveis pelo poder judiciário, inclusive não existe instituto “*habeas-corpus*”. E como homens políticos devem ter

<sup>166</sup>

APMOP. Atas da Câmara Municipal – 14 de dezembro de 1968.

cuidado nas conversas públicas, evitando qualquer comentário que possa comprometer.

Logo depois, o edil José Feliciano Rodrigues sugeriu que a câmara enviasse um “telegrama de apoio, parabéns e congratulações com o sr. presidente da república pelo ato por ele praticado, no sentido de zelar pela ordem, pelo respeito público às nossas leis”. Theódulo respondeu assertivamente sugerindo que o telegrama fosse feito pela mesa. Porém, ressaltou que, “como se trata de um documento político da maior gravidade, cujos termos terão de ser medidos a fim de se preservar a pátria, o regime, o lar e a família”, deveria ser apreciado na sessão seguinte.

Na reunião do dia 23, estiveram presentes, além de Theódulo Pereira e José Feliciano Rodrigues, os vereadores José Geraldo Pereira, Aderilho Fernandes, José Ovídio Fortes, Rodrigo Vicente Toffolo, Benedito Manuel Ferreira e José Teixeira de Carvalho<sup>167</sup>. O presidente da casa propôs que Rodrigues fosse o responsável por enviar o telegrama, enquanto Pereira, apoiado por Carvalho, sugeriu que o documento fosse também remetido ao governador Israel Pinheiro,

pois, como sabemos, ele vem recebendo outras mensagens de igual teor, providenciando posteriormente a sua remissão ao sr. presidente da república, e que, inclusive, assim procedendo, teria muito mais significação, muito mais força, sendo feito dessa maneira.

Aderilho, então, tomou a palavra para dizer que a intenção de seus colegas era “a melhor” porque tinha “o sentido de obedecer a uma hierarquia”. Sendo assim, concordava “plenamente com o proposto”.

José Ovídio Fortes, pai de Hélcio, pediu que o telegrama fosse redigido pela mesa, submetido a votos e enviado. Theódulo, em seguida, leu a minuta que ele mesmo havia preparado:

A Câmara Municipal de Ouro Preto analisou em termos altos a situação do país em face dos atos institucionais e complementares ora em vigor, aprovando moção de confiança nas altas autoridades do país por intermédio de V. Excia., esperando que o governo, com os instrumentos de que dispõe, possa conjurar as dificuldades que se apresentaram e confirmar a sua tradição democrática e cristã, firmando suas

---

<sup>167</sup> APMOP. Atas da Câmara Municipal – 23 de dezembro de 1968. Todos os indicados haviam sido eleitos no pleito de 1966, sendo acompanhados de Leôncio Bartolomeu Guimarães, Kirki Jerônimo, Airton Martins e Lourival Queiroz.

responsabilidades de liderança na América Latina e prosseguindo na senda do seu progresso social e econômico.

Toffolo louvou a medida tomada pela câmara e Rodrigues pediu que o telegrama fosse enviado também ao ministro da Justiça. Colocado o assunto em votação, decidiu-se que o documento, “com a redação já lida pelo sr. presidente da casa”, seria remetido apenas para o governador – o que provocou a discordância de Rodrigues, que mantinha a opinião de que o telegrama deveria “se dirigir diretamente ao chefe da nação”. Assim, entre o medo, a impotência e a bajulação, a Câmara de Ouro Preto saudou o AI-5 como instrumento necessário à preservação da “tradição democrática e cristã” do país. Observe-se que a minuta, ao referir-se à América Latina, já trazia uma menção indireta à ideia do Brasil potência.

Em tais condições não estranha que antigos petebistas tenham migrado para a ARENA. Em informe produzido pela ID-4 em 14 de outubro de 1969, o DVS ficou sabendo que o diretório regional deste partido em Ouro Preto, recentemente eleito, contava “com treze (13) elementos, sendo que cinco deles são pessoas de antecedentes desabonadores”: Benedito Gonçalves Xavier, Sebastião Francisco, Antônio Cardoso Roriz, Kirki Jerônimo e Airton Martins.<sup>168</sup> A transferência para a agremiação diretamente identificada com a ditadura consistia em estratégia de sobrevivência na política local para um grupo bastante visado. Apesar de alterações ocorridas com o tempo, o objetivo parece ter sido alcançado: nas eleições seguintes, Maria Preta, Roriz e Martins foram conduzidos à vereança, enquanto Xavier tornou-se prefeito pela segunda vez, tendo como vice Rodrigo Vicente Toffolo, cujo papel para sua prisão fora decisivo. Kirki, por sua vez, voltou à câmara na legislatura seguinte, ocasião em que Roriz foi eleito pela segunda vez vice do prefeito Genival Alves Ramalho.

Durante a legislatura 1973-1977, Aderilho Fernandes e Sebastião Francisco assumiram como suplentes por períodos curtos. Em novembro de 1974, quando Kirki Jerônimo se licenciou, Toffolo tomou posse, o que indica que o grupo continuava ligado à ARENA. É claro que o partido da situação, tanto quanto o MDB, possuía facções diversas e conflitantes. Alguns anos mais tarde, em 1982, num contexto de abertura e pluripartidarismo, Antônio de Pádua Rodrigues, que em 1964 escrevera em *A voz do GLTA* lamentando que as palavras haviam perdido seu sentido, analisava, agora no *Jornal de Ouro Preto*, as eleições daquele ano. Para ele, o então prefeito Alberto Caram



tinha cometido inúmeros erros.<sup>169</sup> Tendo sido seu nome lançado à prefeitura em 1975 pelo próprio presidente da ARENA local - o já reitor da UFOP Theódulo Pereira -, cabia-lhe a tarefa de manter o acordo entre Genival Ramalho e as “diversas facções” do partido, dividindo a gestão municipal entre elas. Contudo, não cumpriu o compromisso e, afastando-se de alguns líderes, procurou “esvaziar politicamente o ex-vereador Sebastião Francisco, não lhe proporcionando, na sua administração, algum cargo que lhe garantisse maior projeção política”. Desde a adoção do pluripartidarismo em 1979, inúmeros arenistas, dentre eles Maria Preta, ingressaram no PDS. As palavras de Antônio de Pádua sugerem que o antigo combatente de esquerda vivia seus dias de declínio político, mais preocupado com disputas locais do que com questões ideológicas. Vale lembrar que em 1982, Benedito Gonçalves Xavier venceu sua terceira eleição para prefeito, agora pelo PMDB.

Os antigos políticos trabalhistas cassados em 1964 representam, pois, a alternativa que levava à acomodação diante do avanço da repressão institucional. No extremo oposto estavam os jovens que optaram pela luta armada e vincularam-se à Corrente Revolucionária. A esse respeito, é esclarecedor o depoimento dado por Marco Antônio Victoria Barros, o *Play*, no 12º Regimento de Infantaria, em 19 de junho de 1969, depois de ser preso.<sup>170</sup> Com 21 anos de idade, Barros declarou-se estudante do curso pré-vestibular da Faculdade de Filosofia da UFMG. Contou que em 1965, quando residia em Ouro Preto, conheceu Hélcio Pereira Fortes, membro do PCB, com o qual distribuía boletins e panfletos. Junto deles militavam também Antônio Carlos Bicalho Lana, Arnaldo Fortes Drummond, Lincoln Ramos Viana e José Pauli Resende. No início de 1968, segundo o depoimento, em visita a Ouro Preto, o secundarista Ricardo Apgaua, morador em Belo Horizonte, encontrou-se com os membros locais do PCB, aos quais falou sobre a existência nele de uma cisão e “que estruturava-se uma nova organização clandestina que atuaria no sentido de obter a derrubada do governo pelo método da luta armada”.

Barros transferiu-se para a casa do avô, na capital, e reencontrou-se com Apgaua na sede do DCE da UFMG. Este lhe indicou uma república, onde passou a residir. Na mesma época conheceu Mário Roberto Galhardo Zanconato, que lhe explicou que a Corrente “era uma organização clandestina aliada ao ‘GRUPO MARIGHELA’ e conseqüentemente adotava os mesmos princípios de luta para a consecução da reformulação do atual regime”. Algum tempo depois, *Play* mudou-se para outra república, localizada no edifício Arcanjo Maleta. Desde então, “passou a militar efetivamente na CORRENTE”, mais precisamente em seu comitê estudantil, cujo responsável era

---

<sup>169</sup> □ RODRIGUES, Antônio de Pádua. “Caram e os seus erros políticos”. *Jornal de Ouro Preto*, 8 de julho de 1982, p. 3. O exemplar encontra-se no APMOP.

<sup>170</sup> APM. DOPS. Pasta 0028. Corrente Revolucionária.

Sérgio Bittencourt Siqueira. Apgaua e Zanconato constituíam a direção do movimento na época, quando seu trabalho “cingia-se àquele referente à arregimentação de pessoal”. Barros mudou-se uma terceira vez, ampliando sua participação clandestina na organização. Em certa ocasião, o colega José Adão Pinto solicitou-lhe “que dirigisse um treinamento de marcha e tiro no qual tomariam parte alguns militantes do setor operário da Corrente”, o que ele fez orientado por Degule de Freitas Castro e partindo da Cidade Industrial.

Nessa fase, a organização era composta por Zanconato (coordenador geral), Hércio Pereira Fortes (dirigente do comitê operário), Gilney Amorim Viana (dirigente do comitê de servidores) e Sérgio Bettencourt Siqueira (dirigente do comitê estudantil). Uma vez que Barros e Antônio Carlos Bicalho Lana viram-se em “dificuldades financeiras”, dirigiram-se à capital do país para procurar ajuda junto a José Pauli Resende, que achava-se exercendo o cargo de professor de matemática da Universidade Federal de Brasília e concordou em remeter-lhes mensalmente certa quantia para auxiliar em sua subsistência. Em outubro de 1968, *Play* participou de assalto a uma drogaria, mudando-se para outra república. Voltou a participar de um assalto, desta vez dirigido a uma firma. Pela mesma época, ocorreu em sua casa uma reunião com vários militantes da Corrente, na qual Zanconato expôs um plano “confeccionado pela direção da organização clandestina”, que resultou no assalto ao Banco Minas Gerais e na prisão de alguns colegas. Na fuga, “logo após trombarem contra um caminhão na estrada que conduz a Ibité”, os militantes que participaram da ação “abandonaram o veículo”. Barros “procurou ganhar a floresta que margeia a estrada, quando foi agarrado por um morador das redondezas”; “bastante assustado”, atirou para cima “com a única finalidade de amedrontar aquele que o segurava”, não pretendendo atingi-lo, como de fato não atingiu.

Zanconato chegou a escalá-lo para compor a operação que visava resgatar os colegas presos do pronto-socorro, mas a atividade foi suspensa em razão da “grande possibilidade de fracasso”. Após o acontecido, a direção do movimento, ainda formada por Zanconato e Hércio, “determinou que se fizesse a crítica do desempenho dos militantes face aos constantes fracassos das ações já realizadas”, para a qual realizou-se uma reunião com boa parte dos membros da organização em frente à Igreja de Nossa Senhora da Conceição, no bairro Floresta. Na ocasião, Zanconato “propôs a extinção da organização, considerando a não profundidade ideológica de seus militantes”, mas nova reunião foi marcada para o dia seguinte, “no interior de um barraco anexo ao convento dos padres dominicanos”. Nela, foi reformulada a estrutura da “entidade clandestina”, que dividiu-se em dois escalões. O primeiro “congregaria todos os militantes considerados em melhores condições de executarem trabalhos efetivamente revolucionários”. Subdividia-se em três setores: o de armas e

explosivos, responsável pela aquisição desse tipo de material; o de instrução, “que tinha finalidade de instruir política e militarmente a organização”; e o de expropriação, dedicado a “planejar e executar todas as ações de roubo visando angariar fundos para o desencadeamento da revolução armada”. O segundo escalão “congregava todos aqueles que seriam utilizados em trabalhos de massa (agitação e propaganda), bem como os que não se encontravam psicologicamente preparados a desempenharem uma atividade de natureza violenta”, devendo servir também como “estágio preparatório” para que alguns chegassem ao nível superior. Subdividia-se em três comitês: o operário, o estudantil e o de servidores. A Corrente mantinha ainda “algumas casas (aparelhos) com a finalidade de moradia e homizio de militantes”. Marco Antônio Victoria Barros participava do setor de expropriação; porém, foi dele afastado “por falta de condições ideológicas”.

Em entrevista concedida em 2004, Ricardo Apgaua conta que em 1965, estando em Ouro Preto, conheceu Hélcio Pereira Fortes, estudante da Escola Técnica de Ouro Preto integrado ao movimento estudantil.<sup>171</sup> Em 1966, ambos participaram juntos de congressos em Minas e no Rio de Janeiro. Hélcio havia impressionado Apgaua por ter “mantido o PCB unido em Ouro Preto” após o golpe, “apesar de não ter qualquer contato com a estrutura do partido”. Os pecebistas da cidade “vinham atuando no movimento estudantil tanto da Escola de Minas, como na Escola de Farmácia e na Escola Técnica”. Ali militavam César Maia, Lincoln Ramos da Silva, Pedro Carlos Garcia Costa, Abelardo Magalhães, Athaulpa Valença Padilha, Yonne Lima, entre outros. No movimento secundarista estavam Antônio Carlos Bicalho de Lana (Cauzinho), Marco Antônio Victoria Barros (*Play*), Maria Angélica do Amaral e Antônio de Pádua Rodrigues. As reuniões do grupo, ao qual Apgaua se vinculou, aconteciam em repúblicas e algumas vezes “em casas de militantes, no Centro Acadêmico da Escola de Minas (CAEM), no Grêmio Literário Tristão de Ataíde (GLTA) e na casa do Hélcio”. Na época do VI Congresso do PCB, em dezembro de 1967, Ricardo Apgaua, atuante do movimento secundarista, Mário Roberto Galhardo Zanconato, “líder do partido no movimento estudantil universitário”, Gilney Amorim Vianna, ligado ao movimento operário, e José Júlio Araújo aproximaram-se da vertente representada por Carlos Marighela e começaram a montar “uma estrutura voltada para a luta armada” – a Corrente Revolucionária. Segundo Apgaua,

A nova organização estabeleceu, como objetivo estratégico, combater a ditadura e constituir um governo nacionalista e democrático. A nossa proposta coincidiu com

---

<sup>171</sup> O depoimento de Ricardo Apgaua concedido a Otávio Luiz Machado encontra-se no blog “Seja realista: peça o impossível”. Destaque-se a grande importância da vasta pesquisa realizada por Machado sobre os estudantes e as repúblicas de Ouro Preto. <http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com.br/2007/07/depoimento-de-ricardo-apgaua.html>

a dos companheiros paulistas que liderados pelo Carlos Marighela tinham deixado o partido. Eles fundaram a Ação Libertadora Nacional (ALN) [...]

Visando manter um contato com os movimentos sociais, a Corrente trouxe “de Ouro Preto para Belo Horizonte, para dar um apoio na estruturação do movimento sindical”, aqueles que eram considerados “os mais bem preparados da organização”. Assim, Hércio, Lana e Barros, entre outros militantes, foram para a Cidade Industrial, onde distribuíam panfletos nas portas de fábrica. Alcançando papel relevante no Sindicato dos Metalúrgicos, a Corrente atuou nas greves de 1968 em Contagem:

Penso que, até hoje, se subestima o papel destas greves na decisão da ditadura de editar o Ato Institucional número 5 (AI-5). O então ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho, teve que vir a Belo Horizonte e humilhar-se numa negociação direta entre o governo e as lideranças do movimento. O Jarbas Passarinho teve que enfrentar um duelo verbal, dentro do sindicato, com as lideranças da instituição, numa espécie de assembleia, onde os líderes mais importantes do movimento estavam presentes. Houve, até mesmo, um debate público entre o Hércio e o ministro. É bem verdade que, apesar de não ser um homem que trabalhasse na fábrica, de ser um quadro da Corrente trabalhando dentro do movimento sindical e do movimento dos metalúrgicos, ele, de fato, tinha se transformado em uma liderança entre os trabalhadores.

A organização da luta armada em Minas Gerais, segundo Apgaua, implicou o estabelecimento de eixos estratégicos, em geral “cidades com unidades militares de peso e confluências de estradas importantes”, tais como Juiz de Fora, Montes Claros e Governador Valadares. A aproximação com Marighela abriu a possibilidade de fornecimento de instrução militar em Cuba, o que ocorreu com Cauzinho e o próprio Apgaua. Antes disso, contudo, as “possibilidades de treinamento eram muito limitadas”, os militantes deslocando-se para fazendas do interior, onde praticavam tiro ao alvo e “exercícios táticos elementares de emboscadas”. A estrutura “era muito amadora”:

As ações, planejadas e executadas pela Corrente, espelharam a nossa falta de experiência. Foram poucas, mal planejadas e de resultados duvidosos. Da maior parte delas, tenho informações a partir de terceiros, já que delas não participei. Já não estava no Brasil. Mas, apesar disto, fui acusado, pela polícia, de ter participado de algumas. Cheguei a participar de alguns planejamentos de ações que só se realizaram após a minha saída. Houve assalto a uma loja de armas da qual não se levou nem um só revólver e de onde se saiu com um companheiro ferido. Houve

assalto a uma pedreira para a obtenção de explosivos que jamais foram utilizados. Em um assalto a banco, com ocupação da região central de Ibirité, na região metropolitana de Belo Horizonte, foram presos dois companheiros por não se ter planejado a rota de fuga.

Dessa forma, em meio a coragem, dúvidas e amadorismo, alguns jovens de Ouro Preto adotaram a alternativa da luta armada, pagando por isso um alto preço. Como já foi referido inúmeras vezes, Hércio Pereira Fortes e Antônio Carlos Bicalho Lana foram torturados e assassinados pelos agentes da repressão.<sup>172</sup>

Uma terceira alternativa de atuação política resultante do cenário criado pelo AI-5 consistiu no embate institucional, fundamentalmente no âmbito das instituições educacionais. Quando, em 21 de agosto de 1969 a UFOP foi criada a partir da fusão da Escola de Minas e da Escola de Farmácia, o conflito nestas instituições já era bastante intenso – aquela era dirigida por Antônio Pinheiro Filho e esta por Vicente Ellena Tropa, ambos responsáveis pelas comissões de inquérito estabelecidas logo após o golpe de 1964. Pinheiro assumiu como primeiro reitor da universidade, cargo que ocupou entre agosto de 1969 e setembro de 1971. Seguiram-lhe no posto Orlando de Magalhães Carvalho, Geraldo Parreiras, José Campos Machado Alvim e Theódulo Pereira, o presidente da ARENA local que esteve à frente da reitoria de janeiro de 1976 a junho de 1979, ano em que foi criada na universidade uma terceira unidade, o Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS).

Que homens como Pinheiro, Tropa e Theódulo eram vinculados à ditadura – os dois primeiros de maneira mais acintosa e persecutória – era algo amplamente sabido na cidade. Se Theódulo adaptara-se sem problemas ao golpe e chegou a orientar os vereadores ouro-pretanos no dia seguinte à imposição do AI-5, Pinheiro e Tropa haviam cumprido de maneira bajulatória e convicta suas funções, colocando em risco a integridade dos professores e alunos das escolas que dirigiam. A oposição que se lhes fazia foi sentida com clareza quando Orlando de Magalhães Carvalho ocupou a reitoria *pro-tempore* em setembro e outubro de 1971. Com 60 anos à época, Carvalho havia sido professor da Faculdade de Direito da UFMG, instituição onde fez carreira e da qual tornou-se reitor no período 1961-1964. Tendo atuado também como jornalista, foi fundador da

---

<sup>172</sup> Sobre a Corrente Revolucionária em Minas Gerais, cf. VITRAL, Thiago Veloso. *Corrente Revolucionária de Minas Gerais: resistência ativa à ditadura civil militar em Minas Gerais (1967-1969)*. Belo Horizonte: programa de Pós-Graduação em História da UFMG, 2013 (dissertação de mestrado). Cf. também FORTES, Dêlcio Pereira (Org.). *Hércio*, op. cit., onde são encontrados depoimentos de Arnaldo Fortes Drummond, José Adão Pinto, Sônia Maria Ferreira Lima, César Maia. Gilney Amorim Viana, Marco Antônio Victoria Barros, Ricardo Apgaua, Antônio Carlos Martins Menezes, Antônio Mendes Barros, Aluísio Fortes Drummond, Victor Vieira de Godoy, Gilberto Dias Calais, entre outros colegas e militantes.

UDN mineira, junto de Milton Campos, em cujo governo (1947-1951) trabalhou. Foi autor de vários livros, dentre eles *Características e distorções da universidade no Brasil* (1977) e *A atualidade do pensamento político de Milton Campos* (1979), este último indicando a proximidade que mantinha com o primeiro governador mineiros após o fim do Estado Novo.<sup>173</sup>

Embora apresentasse trajetória ligada à direita, parece que sua atuação na UFOP revestiu-se de certa ambiguidade, visto que chegou a ser apoiado por estudantes de esquerda críticos de Pinheiro e Tropa. Mencione-se de passagem que em 1965 Milton Campos havia pedido demissão do cargo de ministro da Justiça e Negócios Interiores justamente por discordar da imposição do AI-2. Seja como for, em 8 de outubro de 1971, o DOPS divulgava entre as instâncias de repressão a informação de que o reitor da UFOP “teria se acercado de elementos esquerdistas de Ouro Preto”, mais especificamente dos professores da Escola de Farmácia José Ramos Dias, “que seria fichado como comunista”; Vicente Maria de Godói, “que seria intelectual de esquerda”; e Antônio Fortes, “tio do terrorista HÉLCIO ANTÔNIO FORTES” [sic].<sup>174</sup> Além do mais, “vários alunos estariam sendo ligados, liderados e aliciados pelos três elementos acima”. Tratava-se de Dietrich Sebald Ritter von Kostrich, o suposto “líder das badernas” que “já teria levado três professores a demitirem-se” e achava-se “respondendo a uma comissão de inquérito por desacato à autoridade do diretor”; Antônio Marques Varela, indivíduo “fichado no DOPS”, “amigo íntimo” de Dietrich e “mentor do grupo”; José de Lourdes Mota e Cláudio Magalhães, ambos ex-presidentes do “DA da Faculdade de Engenharia”; Rogério Peret, “esquerdista atuante, autor de boletins subversivos e cartas anônimas”; Cláudio Fontana, “amigo íntimo” de Varela e Dietrich, “a quem teria fornecido um documento gracioso para ser juntado ao processo a que responderia na faculdade”; e Vítor Vieira de Godói, filho do referido professor Vicente. O documento dizia ainda que o diretor anterior, Vicente EllenaTropa, e o atual, Benedito Cândido da Silva, teriam “recebido cartas anônimas, telefonemas e até ameaças pessoais” por parte dos “esquerdistas de Ouro Preto”.

Na posse de Orlando de Magalhães Carvalho “teria estado presente toda a esquerda da Faculdade de Direito da UFMG”, inclusive os professores Washington Albino de Sousa e Eduardo Osório Cisalpino, “e outros de ideologia discutível”.<sup>175</sup> Na ocasião, os estudantes haviam afixado “faixas de desagravo” ao diretor da Faculdade de Engenharia, Antônio Pinheiro Filho – que deixava

---

<sup>173</sup> *Dicionário biográfico de Minas Gerais*, v. 1, verbete “Orlando Magalhães Carvalho”.

<sup>174</sup> APM. DOPS. Pasta 4021. Investigações diversas.

<sup>175</sup> Eduardo Osório Cisalpino, que se tornaria reitor da UFMG em 1974, era médico e docente da referida universidade. Na época era membro do Conselho Universitário. Cf. *Dicionário bibliográfico de Minas Gerais*, v. 1, verbete “Eduardo Osório Cisalpino”. Washington Peluso Albino de Sousa era jurista, professor da Faculdade de Direito da UFMG, tendo atuado na chefia de gabinete da Secretaria do Interior do governo Milton Campos.

a reitoria -, com os dizeres “Conseguimos a nomeação do reitor, outras virão [em] breve”. Acusando Carvalho de flertar com a secretária e agir de maneira corrupta, o informante lamentava que, “pela primeira vez após a revolução, em Ouro Preto, elementos da esquerda (universitários) estariam mais ‘à vontade’, ou seja, mais ‘abertos’, mais ‘descontraídos’ e mais ‘confiantes’. Algo estaria acontecendo em Ouro Preto”.<sup>176</sup>

De fato, professores e estudantes vinham agindo de maneira mais ativa e ostensiva, mas isso já ocorria havia alguns anos. Os conflitos na Escola de Farmácia acumulavam-se desde a gestão de Tropicia, que foi intensamente abordado enquanto esteve na direção e mesmo depois que saiu dela. Muito possivelmente a informação que o DOPS fazia circular tinha origem em denúncia feita por ele. Tratava-se de figura especialmente criticada pela oposição da cidade, já que havia contribuído para as perseguições desencadeadas pelo golpe, tivera participação na cassação arbitrária dos edis trabalhistas, mostrou-se logo bajulador do regime propondo fossem os golpistas homenageados no 21 de abril, fora designado para presidir a comissão de sindicância na Escola de Farmácia e, logo depois, ao tornar-se seu diretor, procurou enquadrar discentes e docentes. Passou anos envolto numa guerra sem trégua, sempre recorrendo aos órgãos de repressão e governo, que, no entanto, não o acolheram como desejava. Não por acaso, depois de muitas incursões administrativas, uma correspondência sua foi protocolada no Ministério da Justiça em 5 de janeiro de 1973.<sup>177</sup> Vinha, através da Subcomissão Geral de Investigações em Minas Gerais, endereçada ao ministro Alfredo Buzaid.

Na missiva, datada de 24 de junho do ano anterior, Tropicia iniciava manifestando “o seu reconhecimento e aplauso” pela atuação do ministro, dizendo então que desejava relatar as “graves ocorrências que se desenrolam na velha e histórica Ouro Preto, especificamente na mais que centenária Faculdade de Farmácia e Bioquímica”. Lembrando que havia sido vereador por “cinco legislaturas consecutivas”, “em época tumultuada do país, sem conseguir uma inimidade sequer”, sublinhava ter assumido a direção da escola em 1966 por nomeação do presidente da república, deixando “um marco de realizações” – e isto “a despeito da oposição odiosa e sistemática que, gratuitamente, desencadearam contra mim cinco professores, meus companheiros de infância, de cátedra e de congregação”. Não duvidava que tal atitude resultava de “inveja, despeito e possivelmente dissidência política”. Procurando contornar o problema fazendo vistas grossas, acabou por ser enredado numa “gama de memoriais, requerimentos, denúncias injuriosas e desrespeitosas” que o “acusavam bárbara e frontalmente por uma série de pretensas irregularidades

---

<sup>176</sup> APM. DOPS. Pasta 4021. Investigações diversas.

<sup>177</sup> Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. BR RJANRIO.TT.O.IRR.PRO.295.

administrativas na escola”. Dado que apenas nove dos doze catedráticos participavam da congregação, seus opositores tinham maioria, o que dificultava a implementação da reforma universitária efetuada pelo Governo Federal em 1968. No início do ano seguinte, um inspetor do Ministério da Educação e Cultura (MEC) visitou a instituição e “considerou infundadas todas as denúncias”, aproveitando para implementar de fato a nova congregação prevista pela reforma.

A resistência, entretanto, prosseguiu “já então com um aliciamento aberto e ostensivo de alunos”, atitude que levou Tropa a abrir um inquérito contra o discente João Francisco Castelão Júnior, transferido, como punição, para outro estabelecimento de ensino. Com a reforma da congregação, seus opositores perderam maioria e passaram “a não aceitar nem acatar as decisões” nela tomadas, ausentando-se algumas vezes. Em tal contexto, o diretor encaminhou mudanças no regimento interno. No final de 1969, Tropa abriu sindicância contra o professor Jair Pena, um de seus detratores, sob o argumento de que ele “lecionara apenas parte do programa” e havia “alterado criminosamente a sua caderneta de registro de aula, com matéria não lecionada”. Tendo sido afastado temporariamente, Pena “impetrou mandado de segurança contra ato do diretor, conseguindo uma liminar que sustou o encaminhamento do processo ao Ministério da Educação até que fossem esclarecidas as razões do seu afastamento”. Pela mesma época, sendo contínuas as denúncias, o diretor substituto da Diretoria do Ensino Superior dirigiu-se à escola para apurá-las, verificando “serem infundadas as acusações” e concluindo que eram feitas para dificultar a administração. Com base nessa vitória, Tropa aplicou, em março de 1970, “penas disciplinares de 8 dias” aos professores José Ramos Dias, Antônio Fortes, Jair Pena, José Pedro Ponciano Gomes e Vicente Maria de Godói, bem como aos alunos Rogério Peret Teixeira e Dietrich Sebald Ritter von Kostrich, “de 30 dias a cada um”.<sup>178</sup>

Alguns dias depois, tendo deixado o mandato que terminava, soube que a Escola de Farmácia havia sido comunicada a respeito de novas denúncias encaminhadas ao MEC pelo aluno Dário Fontana, presidente do diretório acadêmico “aliciado também pelos citados professores” e que não teria obtido o aval da assembleia estudantil. Logo em seguida tomou conhecimento “de vários mandados de segurança impetrados pelos citados professores e alunos contra o diretor cujo mandato se extinguiu”. Tais ocorrências levaram novamente a Diretoria de Ensino Superior, agora chamada Departamento de Assuntos Universitários (DAU), a enviar assessores jurídicos para

---

<sup>178</sup> Tais punições, datadas respectivamente de 19 e 21 de março de 1970, foram informadas por Tropa ao DOPS, que recebeu cópia delas. APM. DOPS. Pasta 1021. Faculdade de Farmácia e Bioquímica de Ouro Preto. As portarias foram acompanhadas de uma correspondência endereçada ao coronel Adolfo Murgel, secretário de Segurança Pública de Minas Gerais, na qual o missivista informava também que, tendo terminado seu mandato à frente da direção da escola, passara o cargo ao vice-diretor, professor José Badini. Terminava “agradecendo a consideração e atenção que V. Ex. tem dispensado a esta casa”.



apreciar as acusações. Em ofício de 6 de outubro de 1970, o diretor do DAU, professor Newton Sucupira, “traçou as normas a serem seguidas pelo novo diretor, já nomeado e empossado, prof. dr. Benedito Cândido da Silva”. A partir desse ano, “surgiu, dentro e fora da faculdade, uma série de boletins sob a denominação de ‘Cartas Chilenas’ e ‘Reação’, volantes anônimos que circularam periodicamente com o fito único e exclusivo de desmoralizar a administração e os corpos docente e discente da Faculdade”.<sup>179</sup> Segundo Tropa, o conteúdo de tal material mostrava que havia sido orientado pelos docentes opositores e pelos discentes Peret, Dietrich, Antônio Marques Varela e Cláudio Fontana, “secundados por alguns outros alunos com menor responsabilidade e auxiliados por acadêmicos da Faculdade de Engenharia da UFOP”, entre os quais se achavam José de Lourdes Mota, Cláudio Magalhães e Cláudio Lacerda. Estes,

na qualidade de ex-presidentes do diretório acadêmico daquela faculdade, constituem ainda o resquício de agitação esquerdista que tumultuou e vem tumultuando a vida universitária de Ouro Preto dentro do esquema traçado por Lincoln Ramos Viana, Pedro Carlos Garcia Costa, Newton Moraes e outros felizmente já expurgados pelo governo da revolução.<sup>180</sup>

---

<sup>179</sup> Um exemplar de *Reação*, com críticas duríssimas a Vicente Ellena Tropa e a Ilka da Costa Simões secretária da Escola de Farmácia e irmã do pároco do Pilar que contou a Rodrigo Toffolo segredos de confissão, encontra-se em APM. DOPS. Pasta 1026. Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais e movimento estudantil. Na primeira página do segundo número, datado de 1971, informa-se que o chefe do Departamento de Assuntos Universitários, coronel Newton Sucupira, havia anunciado em Brasília a criação de comissões de inquérito para averiguar denúncias encaminhadas ao MEC. Na página da CAPES, diz-se que a Plataforma Sucupira, meio de armazenamento e processamento dos dados dos programas de pós-graduação do Brasil, tem esse nome “em homenagem ao professor Newton Sucupira, autor do Parecer nº 977 de 1965. O documento conceituou, formatou e institucionalizou a pós-graduação brasileira nos moldes como é até os dias de hoje”. <http://www.capes.gov.br/avaliacao/plataforma-sucupira>

<sup>180</sup> Os alunos mencionados formavam o núcleo do PCB de Ouro Preto, a partir do qual, como se viu, se constituiu parte da Corrente Revolucionária. Lincoln Ramos Viana e Pedro Carlos Garcia Costa foram suspensos da Escola de Minas em 17 de novembro de 1969, ficando proibidos de se matricular em qualquer curso superior pelo período de três anos. Documentos a esse respeito encontram-se em APM. DOPS. Pasta 0323B465. Movimento estudantil. Antônio Pinheiro Filho era na ocasião diretor da escola e reitor da UFOP. Em depoimento de 2002 concedido a Otávio Luiz Machado. Costa lembra que a suspensão o impediu de fazer os exames finais que ocorriam naqueles dias, o que fez com que perdesse o semestre. E acrescentou: “E depois disso a portaria só foi publicada em março de 70. Conclusão: em 69 eu perdi um semestre, em março de 70 eu fui suspenso por três anos. Até mesmo a forma de agir da direção da universidade foi extremamente maldosa e capciosa. Porque ele me suspendeu em novembro e deixou para editar a portaria em março. Ou seja, neste caso ele me prejudicaria como me prejudicou por mais um semestre ainda no ano de 1973, porque me impediu naquele semestre, já que eu não poderia me matricular para o primeiro semestre de 1973. Então na realidade foi uma suspensão de três anos que corresponderam a quatro anos da minha vida como elemento de perda e afastamento com a Escola de Minas de Ouro Preto. Porque eu não pude mais atuar e seguir nesta área”. Costa não deixou de mencionar que “na escola, naquela época, estava cheio de agentes da repressão ao movimento estudantil e ao movimento político. Basta dizer que um tenente da polícia, que durante muito tempo também foi delegado de polícia em Ouro Preto era nosso colega. Ele foi estudante de engenharia civil e se formou em engenharia civil. [...] Mas além dele existia[m] outros, que era[m] até mais perigosos porque você não detectava que ele era um agente da polícia, já que atuavam infiltrados e disfarçados”. Costa destacou ainda que “toda a mobilização política em Ouro Preto ela tem início na vida de Diretório e Centro Acadêmico da Escola de Minas, e especialmente na ligação com o DCE da Universidade Federal de Minas

De acordo com Tropa, o “mais rancoroso dos alunos relacionados, e que até a presente data continua criando as maiores dificuldades para as administrações escolares”, era Dietrich, cidadão nascido em Teschen, na Silésia austríaca, naturalizado brasileiro em 1965 e matriculado na Escola de Farmácia em 1968. Provocava, sob a “forma de guerrilha”, os “maiores absurdos” contra colegas, professores, diretores e membros do pessoal administrativo, conseguindo o afastamento de docentes como Carlos Américo Fattini, Júlio Weiberg, Tanus Jorge Nagem e Altivo Márcio Ribeiro. Tratava-se de “homem já maduro e amadurecido, portador de personalidade psicopática”, que vinha “procedendo, inexplicavelmente, na conquista de melhores notas e promoções”. Por fim, Tropa, sublinhando que vinha se dedicando à escola, com “alto espírito de idealismo”, desde 1947, dizia estar “inteiramente desolado, angustiado e desencantado”. Não compreendia as razões que haviam engendrado “tão violenta e permanente campanha”, que inclusive já atingia seu sucessor:

Várias investidas desses mesmos elementos, com objetivos de subverter a ordem, já sofreu o atual diretor e sofrerá caso não se tome uma medida drástica no sentido de erradicar de uma vez por todas os elementos causadores de tamanho mal à nossa mais que centenária faculdade.

Dietrich tinha praticamente 30 anos quando Tropa escreveu a correspondência que se dirigiu para o Ministério da Justiça.<sup>181</sup> Quando Peret estava sendo investigado, Dietrich foi ouvido como testemunha. Nesta ocasião, entregou à comissão um documento considerado desrespeitoso, o que resultou em sua suspensão por trinta dias sem que houvesse sindicância específica contra ele. Esta foi aberta logo após o estabelecimento da punição. O aluno entrou, então, com mandado de segurança na Justiça Federal, obtendo liminar e depois, em maio de 1970, vencendo a causa por ter sido, na qualidade de testemunha, transformado em réu. Continuou a atuar criticamente. Em documento enviado ao novo diretor Benedito Cândido da Silva um ano mais tarde, queixava-se de que Altivo Márcio Ribeiro comumente faltava às aulas e que, quando comparecia, chegava atrasado. Segundo o aluno, num período de 35 dias, entre janeiro e maio de 1971, “nenhuma aula iniciou-se no horário fixado” e “das 16 aulas programadas foram ministradas somente 3 (três) aulas”. E terminava afirmando que esta era a “colaboração que julgo poder trazer ao trabalho que V. Excia. vem desenvolvendo em prol da nossa escola, do futuro desempenho profissional dos alunos e deste grande país, o nosso Brasil”. Foi o suficiente para que o referido docente e o diretor forjassem outra

---

Geraiis”. <http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com.br/2008/03/depoimento-de-pedro-carlos-garcia-costa.html>

<sup>181</sup> Um amplo conjunto documental relativo a Dietrich Kostrich encontra-se em APM. DOPS. Pasta 0317. Investigação a suspeitos. Aí encontram-se informações sobre a suspensão do aluno, bem como do mandato de segurança que impetrou contra ele.

comissão de inquérito, composta pelos professores Zilmar de Andrade Miranda e José Batista Pereira. A comissão, contudo, absolveu-o em 20 de outubro do mesmo ano. No seguinte mês de março, o diretor remeteu documentação ao DOPS argumentando que a comissão, além de cometer irregularidades, havia possivelmente absolvido o aluno por ter sido coagida. Antes disso, Dietrich, tendo alcançado a vitória na justiça, requereu não só que o DOPS lhe fornecesse uma certidão contendo possíveis antecedentes, como também que estes fossem anulados.

Descobriu-se que uma carta desabonadora, datada de 26 de agosto de 1970 e assinada por uma aluna chamada Juvenilha Lacerda de Almeida, havia sido encaminhada a David Hazan, chefe do DOPS. Valendo-se do papel timbrado da Escola de Farmácia, a missiva fazia referência ao jornal *Cartas Chilenas*, identificando-o como voltado a “desmoralizar a administração e os corpos docente e discente da escola”, promover a “subversão da ordem”, “tumultuar a vida escolar e administrativa” e provocar o afastamento de Weiberg, Fattini, Ribeiro e Nagem. Denunciava, além de Dietrich, o discente Antônio Marques Varela. Seus termos são bastante parecidos e até mesmo idênticos àqueles utilizados na correspondência enviada por Tropicia ao Ministério da Justiça. E isto porque o então diretor havia de fato manipulado a aluna. Na documentação do DOPS, consta uma declaração de Juvenilha feita de próprio punho, na qual a armação era denunciada:

Eu, Juvenilha Lacerda de Almeida, brasileira, solteira, declaro, para fins de direito, por livre e espontânea vontade, que a carta dirigida ao delegado chefe do DOPS – Belo Horizonte – Minas Gerais, assinada por mim em 26 de agosto de 1970, trata-se de termos que foram escritos em papel da Escola Federal de Farmácia e Bioquímica de Ouro Preto, ditados e sugeridos pelo sr. dr. Vicente Ellena Tropicia. Declaro ainda que nada tenho contra meus colegas Dietrich Sebald Ritter von Kostrich e Antônio Marques Varela e que todas as acusações contidas na carta acima referida foram lidas pelo sr. dr. Vicente Ellena Tropicia, e que não são de maneira alguma da minha opinião, e que ele dr. Vicente Ellena Tropicia foi quem induziu-me a assiná-la, e que eu pessoalmente levasse essa carta ao DOPS. Quero reforçar mais uma vez que fui iludida e forçada pelo sr. Vicente Ellena Tropicia, e que hoje me arrependo de tal atitude impensada por minha inexperiência e boa fé.

Junto à carta de Juvenilha encontra-se uma declaração fornecida pelo cartório do crime de Ouro Preto, de 20 de março de 1972, informando que Dietrich movia uma ação de difamação contra Tropicia, a qual estava em fase de instrução. Quatro dias depois, o ex-diretor da Escola de Farmácia escreveu a correspondência para o Ministério da Justiça. É interessante observar que na certidão emitida pelo DOPS sobre Dietrich, datada de 4 de janeiro de 1972, apareciam as denúncias da carta

de Juvenilha. Ou seja, Tropia havia maquinado toda a ação com o intuito de produzir o fichamento do aluno no órgão de repressão. Observe-se que o pedido de emissão de certidão foi inicialmente rejeitado em 6 de dezembro de 1971, sendo depois aceito, em 21 de janeiro de 1972, em reconsideração causada por despacho do diretor do DOPS.<sup>182</sup>

Tropia voltou à carga enviando outra missiva a Alfredo Buzaid em 20 de novembro de 1972.<sup>183</sup> Nela dizia que, depois de ter escrito o memorando de 24 de julho, havia sido convencido por alguns colegas da universidade a “desistir daquele intento”. Porém, quando o reitor Geraldo Parreiras o incumbira de “verificar os nomes das pessoas que seriam escolhidas para paraninfar as turmas de formandos”, descobriu que os da Escola de Farmácia “já haviam convidado o poeta Vinícius de Moraes (cassado pela revolução)”. Dois meses mais tarde, tomou conhecimento que os alunos responsáveis pelas desordens haviam convidado o professor José Ramos Dias, “contrariando o ponto de vista da maioria dos alunos que compõem a última série”. Procurou logo o reitor “para informar-lhe do assunto, esclarecendo na ocasião o quanto seria pernicioso e desaconselhável para a vida universitária de Ouro Preto os nomes escolhidos”. Depois de conformadas as “duas correntes de opinião” através da interferência do vive-diretor da escola, ficou decidido que Dias seria o paraninfo e Antônio Marques Varela o orador. Na Escola de Minas teria ocorrido o mesmo, isto é, a “minoría festiva” escolheu o engenheiro Carlos Walter como paraninfo e o aluno José de Lourdes Mota como orador.

O assunto lhe interessava porque José Ramos Dias era “o líder e o responsável por todos os movimentos que ocorrem e vêm ocorrendo desde 1967 nesta cidade”, contando com a colaboração de alguns professores e infiltrando-se entre os alunos. Por outro lado, os “boletins anônimos” *Cartas Chilenas* e *Reação* haviam sido elaborados por Varela, em alguns casos com o auxílio de Mota. Mais ainda:

O prof. José Ramos Dias está sem[pre] atrás de todos os movimentos que ensejam a desordem, a subversão, a destruição das autoridades constituídas. Espírito maquiavélico, traça esquemas para outros cumprirem. Homem frustrado, covarde, não comparece, sistematicamente, às reuniões do colegiado da faculdade desde 1967, com receio de ser desmascarado.

---

<sup>182</sup> À luz da análise da documentação, não deixa de causar espanto que Vicente Ellena Tropia, depois de ter colocado em risco a integridade física de alunos e professores, tenha sido homenageado pela cidade de Ouro Preto quando se atribuiu seu nome ao largo que se situa diante do antigo prédio da Escola de Farmácia.

<sup>183</sup> Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. BR RJANRIO.TT.O.IRR.PRO.295.

Todos esses indivíduos e seus companheiros foram denunciados pelos signatário deste, por várias vezes, aos órgãos de segurança deste país.

As escolhas mencionadas, portanto, eram “um desafio aos princípios que nortearam e norteiam, graças a Deus, os ideais da revolução de 1964”.

Para tal situação, continuava Tropia, muito havia contribuído o ex-reitor Orlando de Magalhães Carvalho, cujos passos infelizmente vinham sendo seguidos por Geraldo Parreiras. Este gastava muito com festividades, beneficiava de maneira inadequada a Fundação Gorceix, dava atenção demais aos alunos e possuía um assessor incompetente que, morando em Belo Horizonte, apenas encaminhava o expediente a Edmundo José Vieira, consultor jurídico da UFOP. Cometia diversas irregularidades, aproveitando-se do fato de que ainda não havia se constituído o conselho universitário. Fazia estas e mais denúncias “dentro daquele espírito que norteou a minha administração (1966-1970) à frente da Faculdade de Farmácia, tão do desagrado daqueles professores e alunos por mim denunciados aos órgãos de segurança deste país”. E assim Tropia parecia habilitar-se à reitoria, sempre disposto a bajular as autoridades e fornecer-lhes informações. Mencione-se de passagem que, àquela altura, Edmundo José Vieira - que, sendo vereador, defendeu a câmara contra os edis trabalhistas cassados – havia conseguido tornar-se consultor jurídico da universidade.

Com 55 anos, Tropia era um homem de Ouro Preto. Morador da rua Randolfo Bretas, estudara o primário no Colégio Pedro II, o secundário no Ginásio Alfredo Baeta e o superior na Escola de Farmácia, instituição para a qual foi convidado a lecionar em 1947, tendo sido aprovado em concurso somente em 1958. Chegou à direção em 1966, atuando também como assessor do reitor Antônio Pinheiro Filho. Quando criticava Carvalho e Parreiras, certamente o fazia sentindo-se representante do grupo de Pinheiro. Havia fundado a Companhia Telefônica Ouro Preto em 1959, tendo nela boa influência. Era também sócio fundador do Rotary Club, cuja presidência assumira duas vezes. Fora por vários anos secretário da Associação Comercial da cidade, fazendo parte ainda do conselho diretor da Santa Casa. Havia sido redator da *Tribuna de Ouro Preto*, “semanário que circulou por vários anos”. Sócio proprietário do Cinema Salvador Tropia Ltda. e do restaurante Taverna do Chafariz, foi vereador de 1947 a 1966, “tendo exercido os cargos da mesa diretora e comissões do legislativo municipal”. Entre tantas outras atividades exercidas, apontava em seu currículo as homenagens recebidas no V e VI Festival de Inverno de Ouro Preto, bem como a ‘placa de bronze afixada no hall da Faculdade Federal de Farmácia e Bioquímica, como homenagem dos formandos de 1968’ e a “medalha de ordem do mérito nacional, agraciado pela Academia Nacional de Farmácia”. Dentro e fora da escola, pois, contava com admiradores e apoiadores.

Apesar de tantos serviços prestados, inclusive ao golpe e à repressão, não recebeu o tratamento que esperava. Em 9 de março de 1976, um funcionário do ministério dirigiu-se ao chefe de gabinete nesses termos:

Os requerimentos do professor Vicente Ellena Tropa sobre fatos ocorridos na Faculdade Federal de Farmácia e Bioquímica da Universidade Federal de Ouro Preto são de 1972. Não receberam, neste ministério, qualquer apreciação e, pelo tempo decorrido, o processo pode ser arquivado.<sup>184</sup>

E foram de fato. Eles demonstram que, a despeito da violência repressiva, alunos e docentes das unidades que originaram a UFOP não abandonaram a alternativa do embate institucional mesmo depois do AI-5, ainda que enfrentassem homens como Pinheiro e Tropa, desde sempre ligados à ditadura e dispostos a colocar em risco a integridade de seus colegas e discentes. Em boa medida, é visível que os conflitos envolveram a Reforma Universitária de 1968, que alterou as estruturas administrativas acadêmicas pondo fim ao regime de cátedra, mas abriu as portas ao ensino privado sem qualidade.

Talvez a irritação de Jair Pena tivesse algo a ver com isso, pois, afinal, tendo sido vereador, vice-prefeito e professor catedrático, não devia ser fácil acomodar-se à nova estrutura departamental. A insatisfação dos estudantes, em várias partes do Brasil, com a arrogância e falta de compromisso de docentes de cátedra já vinha de algum tempo. Embora a carta escrita por Dietrich Kostrich contra o professor Altivo Márcio Ribeiro, que faltaria regularmente às aulas, carregasse forte tom irônico e contestador ao referir-se a este “grande país, o nosso Brasil”, assumia, já no início da década de 1970, uma agressão dirigida a docentes que tendiam a se conceber como autoridades inquestionáveis. Porém, é inegável também que questões ideológicas e diretamente relacionadas à insatisfação com a ditadura encontravam-se presentes na atuação de docentes e discentes das escolas de Farmácia e de Minas e em jornais como *Cartas Chilenas* e *Reação*. Como já foi referido, Jair Pena e Antônio Fortes haviam sido designados para, ao lado de Tropa, compor a comissão de sindicância da Escola de Farmácia logo após o golpe, mas tudo indica que ela não teve o mesmo fôlego da congênere estabelecida na Escola de Minas. Nos anos que se seguiram, ambos se opuseram intensamente ao então diretor Tropa, contra quem muita insatisfação havia sido acumulada na cidade. Participara do pequeno golpe orquestrado na câmara contra os trabalhistas, procurara desde cedo tirar proveito da situação com bajulações e alinhamento incondicional,

---

184

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. BR RJANRIO.TT.O.IRR.PRO.295.

denunciava inimigos aos órgãos de repressão, manifestava-se usando a linguagem estereotipada dos golpistas. Nessas circunstâncias, a tortura e o assassinato de Hércio Fortes e de outros jovens ouropretanos não deve ter ajudado muito. É interessante observar que, no período de abertura, mais especificamente em 1979 e 1980, quando a correlação de forças começava a mudar, a direção da Escola de Farmácia foi ocupada por dois dos opositores de Tropa: Vicente Maria de Godói e José Ramos Dias - este último, como se viu, considerado o líder de toda a desordem.

Como ocorreu no resto do Brasil, Ouro Preto não foi mais a mesma depois do golpe de 1964. O desapareço pela democracia partilhado, ainda que em graus e de maneiras diferentes, por membros do clero e por homens como Rodrigo Vicente Toffolo, José Benedito Neves, Felinto Elísio Nunes, Edmundo José Vieira, José Feliciano Rodrigues, Antônio Pinheiro Filho, Vicente Ellena Tropa e Theódulo Pereira, entre outros, tinha claramente relação com o medo de se ver ruir um tipo de autoridade inquestionável parecida com aquela experimentada pelos catedráticos: acima de tudo, a autoridade do patrão sobre o empregado, do proprietário sobre o trabalhador, do rico sobre o pobre, dos bem colocados sobre os descolocados. Era isto que significava a versão tradicional e cristã da democracia defendida contra o comunismo. Não era a democracia dos cidadãos, dos sindicatos, da diversidade de ideias e do respeito às instituições. Era a falsa democracia da obediência, do assistencialismo, do castigo servil e do desprezo pelas regras do jogo. O golpe se estabeleceu para conservar esta última e, frente a ele, principalmente depois do AI-5, alguns se acomodaram dentro das estruturas vigentes, outros deram a vida e o sangue, e muitos travaram a incessante luta cotidiana contra o despotismo ávido por legitimar-se.

## **PARTE II**

### **A CIDADE E O CONTEXTO DENTRO DA UNIVERSIDADE**



## 1. Da cidade às repúblicas: disputas em torno do movimento estudantil em Ouro Preto

Pensar como os estudantes de Ouro Preto se mobilizaram durante a ditadura brasileira implica considerações que envolvem a dinâmica repressiva nacional, os movimentos de oposição e as especificidades da cidade histórica mineira, fundada sob a binária identidade de tradição e sedição. Na esteira da chamada “Operação Limpeza”, logo após o golpe de 1964, iniciaram-se pelo país perseguições aos sindicatos, organizações de trabalhadores rurais e universidades, locais identificados como focos do trabalho de disseminação de ideias comunistas<sup>185</sup>. Além de serem espaços favoráveis à propagação das concepções de esquerda, desde o final dos anos 1950 influenciadas pelo contexto internacional e nacional – especialmente pelas novas possibilidades de revolução comunista, com a Revolução Cubana, e pelo fortalecimento do Partido Comunista do Brasil (PCB) a partir da reunião de forças com as bandeiras nacionalistas –, as universidades tiveram um crescimento efetivo no mesmo período. O historiador Rodrigo Patto Sá Motta aponta que “houve um notável aumento do número de estudantes nos vinte anos seguintes à Segunda Guerra Mundial: eram 30 mil matriculados em 1945 e 142 mil em 1964”<sup>186</sup>. Tais fatores contribuíram para a emergência da classe estudantil como um dos principais sujeitos históricos do cenário político brasileiro. A visibilidade gerada em torno do ambiente universitário, por outro lado, determinou o grau das ações repressivas que seriam desencadeadas desde os primeiros dias do golpe de 1964.

Estima-se que entre vinte e trinta mil pessoas foram presas no momento da deposição do governo de João Goulart. Apesar de não termos dados precisos, avalia-se que havia um número expressivo de professores e estudantes nesta apuração. Somente na pequena cidade de Ouro Preto, dentre os procurados e presos no início de abril de 1964, 15 (quinze) eram estudantes e 2 (dois) eram professores. No mesmo mês, através do Ato Institucional nº 1, foram gestados os procedimentos de investigação que resultariam nas Comissões de Inquérito e Sindicância, criadas para apurar responsabilidades de docentes, discentes e servidores em “crimes contra o Estado” e estabelecer uma “severa vigilância sobre quaisquer atividades que possam comprometer a causa da paz social e a reintegração da ordem jurídica, democrática”<sup>187</sup>. As comissões universitárias então

---

<sup>185</sup> □ Conforme Rodrigo Patto, “a expressão ‘Operação Limpeza’ foi utilizada por agentes do Estado e seus apoiadores para expressar a determinação de afastar do cenário público os adversários recém-derrotados – comunistas, socialistas, trabalhistas e nacionalistas de esquerda, dentre outros”. MOTTA, Rodrigo Patto Sá Motta. *As universidades e o regime militar*. Cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

<sup>186</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá Motta. *As universidades e o regime militar*. Cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

<sup>187</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá Motta. *As universidades e o regime militar*. Cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

criadas se diferenciavam tanto nos nomes adotados, quanto nas formas de ação. Porém, todas tinham o mesmo objetivo de acatar a “sugestão” do Ministro da Educação e Cultura e efetivar, arbitrariamente, expurgos no meio universitário, afastando da juventude “da revolução” os suspeitos e acusados de adesão e propagação do “perigo vermelho”.

Na Escola de Minas de Ouro Preto, as ações da Comissão de Inquérito (CI), apesar de não compreenderem uma punição efetiva através da sua investigação, como ocorreu nas comissões instaladas nas Universidades de São Paulo e do Rio Grande do Sul, por exemplo, levaram ao reconhecimento de agentes da “subversão” no estabelecimento de ensino. Além disso, a colaboração expressa com os trabalhos da CI, tanto de outros estudantes da Escola, quanto de autoridades ouropretanas, expressou desde o início o autoritarismo próprio de uma sociedade conservadora, na qual estavam arraigadas as concepções propagadas pelo discurso anticomunista<sup>188</sup>. Como veremos abaixo, o imaginário do “perigo vermelho” também encontra ambiente propício em Ouro Preto, por meio de uma rede de colaboração de pessoas “distintas” da sociedade, que atuaram no sentido de aniquilar a “semente do mal”, diretamente relacionada ao movimento estudantil, supostamente composto por “baderneiros e subversivos”.

---

<sup>188</sup> É importante salientar que ao fazermos referência ao discurso anticomunista, que se disseminava e se fortalecia desde início dos anos 1960, não pretendemos enquadrar todas as correntes de esquerda no Brasil em um único núcleo estruturador: o comunismo. Utilizamos tal expressão para demonstrar que naquele período a conglomeração de toda e qualquer defesa de justiça social e igualdade entre as classes sociais recebia o estigma da “doutrina maldita”. Para mais informações sobre a indústria do anticomunismo e suas fases no Brasil, consultar: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A "indústria do anticomunismo". *Anos 90 (UFRGS)*. Porto Alegre: v. 15, 2002.

### 1.1 Prisões, monitoramento e resistência: a “Operação Limpeza” e as manifestações de 1964

Na manhã de primeiro de abril de 1964, as ruas de Ouro Preto amanheceram movimentadas. As calçadas da cidade estavam ocupadas por pichações, que traduziam o repúdio ao golpe recém-instalado: “abaixo o latifundiário – impeachment para Magalhães – cadeia para Lacerda, Adhemar e Magalhães – Justiça social e paz – Abaixo os gorilas – Tudo pelas reformas de base – Legalidade com Jango – Universidade para todos”<sup>189</sup>. O episódio não seria o único na história da cidade após o golpe de 1964. Antes desta data, já havia certo envolvimento de estudantes, especialmente da Escola de Minas, com movimentos e partidos favoráveis às reformas de base e ao governo de João Goulart<sup>190</sup>. Todavia, a crescente politização estudantil pós-64 pode ser identificada nas diferentes mobilizações realizadas por estudantes universitários e secundaristas no decorrer dos anos 1960 e 1970. Ações que, de uma forma mais ampla, além de se inserirem no contexto de luta contra a ditadura, questionavam a própria estrutura autoritária dos estabelecimentos de ensino.

Poucos dias após o episódio das pichações, repúblicas estudantis da cidade foram invadidas e vários estudantes foram presos pelo delegado especial de polícia de Ouro Preto, capitão Sebastião Lucas, e remetidos à Delegacia de Vigilância Social (DVS)<sup>191</sup>. Ainda no mês de abril, foi elaborada pelo delegado uma “Relação nominal dos elementos residentes no município de Ouro Preto, que foram presos e enviados ao Departamento de Vigilância Social, em Belo Horizonte, como comunistas, agitadores e adeptos do partido vermelho”<sup>192</sup>. Há indícios de que a decisão sobre

---

<sup>189</sup> Arquivo Permanente da Escola de Minas de Ouro Preto. Caixa 256. Pasta Comissão de Inquérito de 1964, Doc. 36, Folha 55. Documento 2.

<sup>190</sup> Os estudantes Antônio Carlos Moraes Sarmiento, Eduardo Teles de Barros e Márcio Antônio Pereira haviam se filiado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) já em 1962. Arquivo Público Mineiro. Acervo DOPS/MG. Pasta 0053, Rolo 005. Partido Comunista - Lista de nomes. Documentos 170-171.

<sup>191</sup> Em interrogatório efetuado pelo delegado da DVS, Thacyr Omar Menezes Sia, os alunos da Escola de Minas de Ouro Preto Sérgio Antônio Pretti Maculan e Nelson Maculan Filho afirmaram terem sido presos no dia 05 de abril de 1964, na República Pureza. Relataram ainda que, no momento da prisão, com o delegado estavam outros policiais e alguns civis. Apesar da rápida ação das forças repressivas na cidade, alguns estudantes conseguiram fugir. Arquivo Público Mineiro. Acervo DOPS/MG. Pasta 0266, Rolo 018. Comunismo. Documentos 135-136/141.

<sup>192</sup> Vale salientar que no mesmo dia o capitão Sebastião Lucas preparou também a “Relação nominal dos elementos e atuantes nesta cidade de Ouro Preto, que estão denunciados nesta delegacia como comunistas, agitadores, doutrinadores e simpatizantes das doutrinas comunistas, mas que não foram presos por terem fugido da localidade, continuando, no entanto, sujeitos aos resultados das investigações policiais que prosseguem”. Nela havia 18 nomes, dos quais constavam o estudante da Escola de Minas Fernando Gomes Jardim e os professores, também da Escola, Oswaldo Magalhães Dias e Antônio Pimenta. Ambos os documentos foram encontrados em: Arquivo Público Municipal de Ouro Preto. Fundo CMOP. Caixa 1960-1965. Pasta 1964. Cópia das relações também podem ser encontradas em: CARVALHO, Natália Andrade.

as prisões tenham sido tomadas com a ajuda de autoridades da cidade, reunidas no Hotel Toffolo, estabelecimento de uma família tradicional ouro-pretana. Dos 24 nomes arrolados na listagem, 14 eram de estudantes de engenharia, sendo 13 da Escola de Minas e 1 estudante secundarista.

<b>Estudantes arrolados na “Relação nominal dos elementos residentes no município de Ouro Preto, que foram presos e enviados ao Departamento de Vigilância Social, em Belo Horizonte, como comunistas, agitadores e adeptos do partido vermelho”</b>	
Antônio Carlos Moraes Sarmiento	Estudante de engenharia
Márcio Antônio Pereira	Estudante de engenharia
Eduardo Teles de Barros	Estudante de engenharia
Nuri Andraus Gassani	Estudante de engenharia
José Paulo Vasconcelos Gomes	Estudante de engenharia
Osamu Takanohashi	Estudante de engenharia
Frank Ulrich Helmut	Estudante de engenharia
Paulo Roberto Hanan Barcelos	Estudante de engenharia
Wagner Geraldo da Silva	Estudante de engenharia
Haroldo Pereira da Silva	Estudante de engenharia
Jacques Herskovic	Estudante de engenharia
Nelson Maculan Filho	Estudante de engenharia
Sérgio Antônio Pretti Maculan	Estudante de engenharia
Ney de Almeida	Estudante Metalúrgico <sup>193</sup>

Na mesma data de elaboração das listas citadas, 27 de abril de 1964, através das Portarias nº 17 e 18, foi instaurada pelo diretor da Escola de Minas, professor Joaquim Maia, uma Comissão de Inquérito, em obediência ao Art. 8º do Ato Institucional nº 1 (AI-1): “Os inquéritos e processos visando à apuração da responsabilidade pela prática de crime contra o Estado ou seu patrimônio e a ordem política e social ou de atos de guerra revolucionária poderão ser instaurados individual ou

---

*Em busca do “credo vermelho”: operação limpeza e “subversão” na Escola de Minas de Ouro Preto logo após o golpe de 1964.* Mariana/MG: ICHS, 2011, p. 73-74.

<sup>193</sup> Em solicitação do dia 08/05/1964, enviado ao DVS, dona Lígia de Almeida, mãe de Ney, suplicava pela soltura do filho para que pudessem passar juntos o dia das mães. No documento, informa que ele cursava “dois ginásios” na cidade, comprovando que o filho era estudante secundarista na data da prisão. Arquivo Público Mineiro. Acervo DOPS/MG. Pasta 5489, Rolo 097, Documento 870.

coletivamente”<sup>194</sup>. Foram designados como membros da comissão os professores Antônio Pinheiro Filho e Moacyr do Amaral Lisbôa e o servidor Roque dos Santos Paiva<sup>195</sup>. O então presidente das investigações, Antônio Pinheiro, tornar-se-ia diretor da instituição em 1968, e o primeiro reitor da Universidade Federal de Ouro Preto, em 1969. O papel de Roque dos Santos também seria fundamental no monitoramento dos discentes, visto que ocupava o cargo de auxiliar de portaria. É importante lembrar que, nesta época, os cursos da Escola de Minas ainda eram ministrados no prédio da Praça Tiradentes, no antigo Palácio dos Governadores.

Das primeiras ações desencadeadas pela comissão, destaca-se a distribuição de 220 circulares e 560 questionários a serem respondidos em caráter de urgência por docentes, discentes, servidores e “todas as pessoas de maior destaque da sociedade ouropretana”<sup>196</sup>. Formado por nove perguntas, o questionário em si era uma forma de coação à identificação de pessoas como “comunistas” e “subversivas”. Além de conter perguntas relativas à participação em sindicatos, reuniões e ações de apoio ao governo deposto e a governos socialistas, bem como sobre qual seria o governo ideal para o país, o documento informava que o não preenchimento ou devolução no prazo seria considerado “ato de rebeldia a uma ordem emanada do Governo”<sup>197</sup>.

Por outro lado, havia colaboração espontânea aos trabalhos da comissão, que recebeu diversas cartas de apoio e manifestações sobre suspeitas de “agitadores”, enviadas por autoridades da região. Dentre estas, a carta do padre José Feliciano da Costa Simões, pároco da matriz de Nossa Senhora do Pilar, expressava a visão de setores da Igreja e também de membros “ilustres” da sociedade ouro-pretana através do repúdio à ameaça comunista que rondava o meio universitário.

Respeito o Ato Institucional em o Art. 8º e estarei sempre pronto a bem servir, também, a minha pátria. Afirmo-lhe, em consciência, que os elementos suspeitos, conhecidos por mim, são os mesmos já sentidos pela alta direção da própria Escola. Alguns já se formaram e outros guardam a semente do mal ainda em Ouro Preto<sup>198</sup>.

---

<sup>194</sup> Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-01-64.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm).

<sup>195</sup> Vale salientar que a Portaria nº 17 indicava como membro da comissão o bibliotecário José Pedro Xavier da Veiga, que justificou sua recusa ao diretor da Escola por sua atuação de combate na imprensa ao que chamou de “orientação do desgoverno, ora derrubado”. Assim, acreditava que suas convicções poderiam impedi-lo de agir com “completa imparcialidade”. Arquivo Permanente da Escola de Minas de Ouro Preto. Caixa 256. Pasta Comissão de Inquérito de 1964, Doc. 3, Folhas 03-04. Documento 3.

<sup>196</sup> Arquivo Permanente da Escola de Minas de Ouro Preto. Caixa 256. Pasta Comissão de Inquérito de 1964, Doc. 14. Folha 22. Documento 4.

<sup>197</sup> Arquivo Permanente da Escola de Minas de Ouro Preto. Caixa 256. Pasta Comissão de Inquérito de 1964, Doc. 9. Folha s 13 e 14. Documento 5.

<sup>198</sup> Arquivo Permanente da Escola de Minas de Ouro Preto. Caixa 256. Pasta Comissão de Inquérito de 1964, Doc. 26, Folha 41. Documento 6.

Em outras cartas havia denúncia nominal de alunos da instituição, como a efetuada por Francisco Barroso, vigário cooperador da paróquia de Antônio Dias, ao declarar: “Tomo liberdade de informar, ainda, que tive conhecimento de que os universitários Jairo José Siqueira e Guilherme de Almeida Gazzola seriam suspeitos de esquerdismo”<sup>199</sup>. Ademais, Francisco Barroso foi elogiado no relatório final da comissão por seu “marcante cunho de sinceridade, desassombro e patriotismo”, ao demonstrar que, “desde muito tempo, êsse trabalho de agitação política no Corpo Discente da Escola de Minas já vinha sendo feito por uma minoria a serviço da UNE, da UEE e, quem sabe, de outras entidades agitadoras, ou de políticos profissionais a serviço do Govêrno desposto”<sup>200</sup>.

Após quase um mês de trabalho, no dia 20 de maio, a Comissão de Inquérito concluiu no seu relatório que os estudantes de engenharia de Ouro Preto participavam ativamente de movimentos políticos, sendo que os membros do Diretório Acadêmico (DAEM) atuantes até o golpe seriam influenciados por organizações estudantis “subversivas”, tais como UEE e UNE. Durante os trabalhos, chegou-se a realizar uma vistoria na sede do DAEM à procura de “material subversivo” que comprovasse o envolvimento dos estudantes com ideias comunistas. Devido à desconfiança levantada pela ausência de cópias de correspondências e publicações que eram de conhecimento de todos, os membros do diretório recém-extinto – Rômulo Freire Pessôa, Adão Marcos Conrado, Nelson Maculan, Geraldo Celso Ferreira e Ronald Vasimon Ferreira – foram intimados a depor em sessão conjunta, na qual negaram qualquer envolvimento em manifestações e com uniões estudantis<sup>201</sup>.

Ao final das investigações, a comissão concluiu que, mesmo que alguns estudantes de engenharia tivessem sido denunciados na delegacia como adeptos da “doutrina vermelha”, outros tantos tiveram uma atuação “patriótica, meritória e abnegada”, provando que não só de “atos condenáveis” a Escola de Minas era formada. Decidiu-se, assim, por não se condenar ou absolver plenamente aqueles que foram denunciados como incursos no Art. 8º do AI-1. De fato, parece que os membros da comissão decidiram agir com parcimônia com o intento, sobretudo, de zelar pela

---

<sup>199</sup> Arquivo Permanente da Escola de Minas de Ouro Preto. Caixa 256. Pasta Comissão de Inquérito de 1964, Doc. 94, Folhas 138-140. Documento 7. Apesar do posicionamento de alguns padres da cidade, em seu relatório, a comissão condenou os “membros da JUC [Juventude Universitária Católica] de Ouro Preto, que, em franca oposição à atitude definida e desassombrosa dos congregados marianos, trouxe a esta cidade e Pe. Telentino, o Pe. Viegas e suspeitíssimo Frei Josafat, com suas dialéticas nitidamente marxistas. Tais pronunciamentos, de certo, poderiam ser úteis aos trabalhos da comissão, e sobretudo no esclarecer até que ponto os estudantes filiados àquela entidade estariam implicados na política esquerdista do governo deposto, ou melhor, contaminados pelos preguiçosos do mal”. Arquivo Permanente da Escola de Minas de Ouro Preto. Caixa 256. Pasta Comissão de Inquérito de 1964, Folhas 276-291. Documento 8.

<sup>200</sup> Arquivo Permanente da Escola de Minas de Ouro Preto. Caixa 256. Pasta Comissão de Inquérito de 1964, Folhas 276-291. Documento 8.

<sup>201</sup> Em ofício nº 072/64, de 07 de abril, logo após as prisões de estudantes na cidade, foram comunicadas ao diretor da Escola de Minas as demissões de todos os membros do Diretório Acadêmico, com exceção do presidente Rômulo Pessôa, que não estava presente e, assim, não assinara seu afastamento. Arquivo Permanente da Escola de Minas de Ouro Preto. Of. nº 072/64. Caixa 153. Documento 9.

imagem da instituição. Mesmo que reconhecessem a “presença do perigo vermelho” entre os estudantes de engenharia, a melhor justificativa encontrada foi a de que estes eram jovens manipulados, “vítimas de verdadeiros abutres”, “estranhos a classe estudantil”, que queriam esfacelar a “Ordem e o Progresso”. Destacando o sentimento de “brasilidade” e “sublimado idealismo” da juventude, corrompida pelos tenebrosos elementos comunistas e brizolistas, assim como os “parcos elementos disponíveis” levantados, a comissão preferiu se abster de dar uma palavra final sobre o caso dos estudantes acusados<sup>202</sup>.

Ainda visando “apurar as responsabilidades subversivas” na cidade de Ouro Preto, no mesmo período foi instaurado, por ordem da Secretaria de Segurança Pública do Estado, um Inquérito Policial Militar (IPM), presidido pelo delegado de polícia de 3ª classe Virgílio Soares Sousa Lima. A ligação estreita entre diversas instâncias de investigação relativas a atividades esquerdistas na cidade seria também constatada na condução deste inquérito, que se baseou na lista elaborada pelo capitão Sebastião Lucas e não poupou elogios ao trabalho realizado pela sindicância nas escolas de Minas e de Farmácia de Ouro Preto<sup>203</sup>. Dentre os 14 estudantes indiciados, apenas um não constava na lista de presos e foragidos do dia 27 de abril: Rômulo Freire Pessôa, presidente do diretório recém-extinto, que também havia sido investigado pela Comissão de Inquérito.

O foco das investigações do IPM recaiu sobre atividades relacionadas com o comunismo no início da década de 1960, as pichações realizadas nas calçadas da cidade, o envolvimento do DAEM com organizações estudantis tidas como “subversivas” e o contato com elementos “estranhos” à classe estudantil. Após a inquirição de várias testemunhas - personalidades da sociedade ouro-pretana, professores e estudantes -, o relatório, publicado no dia 19 de junho de 1964, concluiu que, entre os estudantes acusados de “subversão”, aqueles com maior periculosidade eram Nuri Andraus Gassani<sup>204</sup>, Antônio Carlos de Moraes Sarmento, Eduardo Teles de Barros, “vulgo Amazonas”, Wagner Geraldo da Silva e Márcio Antônio Pereira<sup>205</sup>.

---

<sup>202</sup> Arquivo Permanente da Escola de Minas de Ouro Preto. Caixa 256. Pasta Comissão de Inquérito de 1964, Folhas 276-291. Documento 8.

<sup>203</sup> Em carta enviada no dia 04 de maio de 1964 ao prefeito de Ouro Preto José Benedito Neves, consta o estabelecimento de uma comissão de inquérito para investigar o corpo docente, discente e administrativo da Escola de Farmácia, também com base no artigo 8º do AI-1. Tal comissão era formada pelos seguintes membros: os professores Vicente Ellena Tropa (presidente), Jair Penna e Antônio Fortes e pelo oficial administrativo Themístocles Corrêa de Magalhães. Arquivo Público Municipal de Ouro Preto. Fundo CMOP. Caixa 1960-1965. Pasta 1964, p. 74. Apesar de comprovada sua existência, não foi possível acessar quaisquer documento de tal comissão, nem mesmo referente à finalização dos trabalhos. Em junho do mesmo ano, em telegrama enviado ao diretor da Escola, professor José Badini, o diretor de Educação Superior, Raymundo Moniz Aragão, solicitava, por ordem do Ministro da Educação, que se instaurasse uma nova comissão de inquérito para investigar os “frequentes rumores de ação subversiva de estudantes estrangeiros”. Arquivo da Escola de Farmácia. Telegrama ao Diretor da Escola de Farmácia de Ouro Preto. Data: 16/06/1964. Documento 2.

<sup>204</sup> Nos depoimentos tomados pela Comissão de Inquérito, Nuri foi o único aluno que admitiu ter participado das pichações pela cidade no decorrer do golpe. Sobre a ação, afirmou que considerava “uma forma legal de manifestação, porquanto não houve nenhuma objeção por parte da autoridade policial que

Apesar das prisões, investigações e perseguições realizadas por uma rede repressiva que se instituía em Ouro Preto e possuía vínculos com órgãos de segurança da capital, ainda no ano de 1964 estudantes universitários e secundaristas se uniram em protestos pela cidade. As ações ocorreram em razão de rumores sobre a possível extinção da UNE e logo após o discurso do ministro Flávio Suplicy de Lacerda no V Fórum Universitário, no qual ele assinalava o caráter anticomunista da “formação” universitária proposta pelo regime através da Lei nº 4.464/1964<sup>206</sup>: “Os comunistas [...] sabem melhor ainda do que nós que há dois meios infalíveis, que se empregam em separado ou em conjunto, para fazer surgir da Universidade o Estado comunista: a massificação do estudante e a omissão do professor, um desleixo e um crime”. A “Lei Suplicy” determinava que, apesar da obrigatoriedade da ocorrência dos órgãos estudantis nos estabelecimentos de ensino superior, as entidades então existentes teriam suas atividades encerradas. As entidades oficiais a serem criadas seriam proibidas de praticar quaisquer ações de cunho político-partidário e/ou que causassem “desordem” no andamento das atividades acadêmicas. Para o ministro, o fechamento de uniões e diretórios estudantis implicava a eliminação de qualquer resquício do “mal encarnado” nas ideias comunistas, de “um vírus [que] não vale pelo tamanho e nem pela quantidade, mas por ser vírus, que infecciona”<sup>207</sup>.

Assim como antes, a resposta das forças de segurança da cidade indicava decisivamente o tom das ações que seriam desferidas contra quaisquer atos dos estudantes considerados “agitadores” da ordem e da tranquilidade. Entre 24 e 25 de outubro, foram presas 42 pessoas, dentre estudantes da Escola Técnica e, na maioria, da Escola de Minas. O responsável pela operação, o delegado Sebastião Lucas, foi taxativo ao reiterar que o “mal” rondava o ambiente estudantil, “estando a classe de estudantes, principalmente os de engenharia, infestada de elementos agitadores e comunistas, inimigos da paz entre os homens”. Salientava, contudo, que entre os estudantes da Escola de Farmácia não havia indício de agitação, constatando “o elevado espírito de disciplina e a potência moral” dos alunos ali matriculados<sup>208</sup>.

---

presenciara o fato”. Além dele, foram acusados de envolverem-se no episódio os estudantes Eduardo Teles de Barros e Wagner Geraldo da Silva. Arquivo Permanente da Escola de Minas de Ouro Preto. Caixa 256. Pasta Comissão de Inquérito de 1964, Doc. 43, Folhas 63-66. Documento 10.

<sup>205</sup> Arquivo Público Mineiro. Acervo DOPS/MG. Pasta 3869. Rolo 049.

<sup>206</sup> Lei nº 4.464/1964. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4464-9-novembro-1964-376749-publicacaooriginal-1-pl.html>.

<sup>207</sup> SANFELICE, José Luís. O movimento civil-militar de 1964 e os intelectuais. *Caderno CEDES* vol.28 no.76 Campinas Sept. /Dec. 2008. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-32622008000300005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622008000300005).

<sup>208</sup> As diferenças entre as ações dos estudantes das duas escolas serão melhores discutidas posteriormente. Arquivo da Escola de Farmácia de Ouro Preto. Ofício nº 162/64. 04/11/1964. Documento 3.



## 1.2 O golpe à liberdade: a repressão nas comemorações do 21 de abril

Ainda que Ouro Preto guardasse semelhança com outros municípios brasileiros no que dizia respeito tanto à estruturação da sociedade, quanto às formas de luta que surgiam contra a ditadura, havia elementos particulares que lhe conferiam certa notoriedade política. Antiga capital de Minas Gerais, a cidade se beneficiava da reputação oriunda de sua elevação a patrimônio nacional em 1938 e da memória constituída em torno da Inconfidência Mineira e de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, reconhecido até hoje como o principal herói brasileiro<sup>209</sup>. A associação da noção de liberdade com a figura do alferes e a tentativa de identificação do mesmo com a ditadura acarretariam, em 09 de dezembro de 1965, a elevação de Tiradentes a “patrono cívico da Nação Brasileira” através da Lei Nº 4.897<sup>210</sup>.

Após o golpe, as comemorações de 21 de abril tornaram-se cenário de defesa e tentativa de legitimação da ditadura. Por isso mesmo, foram também alvo de mobilizações de estudantes e trabalhadores da região. Episódios exemplares ocorreram nos anos de 1966 e 1980, mas a data foi sempre marcada por manifestações recorrentes, pichações e panfletagens, que levaram ao endurecimento da repressão na cidade durante as festividades. As operações iniciavam-se dias antes com a invasão de repúblicas estudantis e a busca de “agitadores”, numa verdadeira “limpeza do terreno” a fim de se evitarem protestos<sup>211</sup>.

O ano de 1966 tornou-se um marco de fortalecimento do movimento estudantil pós-golpe. Em Minas Gerais, as passeatas realizadas nas ruas de Belo Horizonte, a eclosão de greves estudantis, as reuniões clandestinas com a participação de lideranças da UEE, da UNE e de membros de DCEs e diretórios acadêmicos de diversas universidades mineiras geraram inúmeras prisões e intervenções violentas das forças repressoras. Em meio a este cenário e atentos à visibilidade nacional alcançada pelo evento, os estudantes organizaram manifestações de protesto para o dia 21 de abril, em Ouro Preto, com a presença de discentes de várias partes do estado.

A presença do então ministro da Guerra, Arthur da Costa e Silva, combinada com a revolta gerada diante dos últimos acontecimentos na capital, converteu a ocasião em um dia histórico de luta do movimento estudantil de Minas. Conforme depoimento de Nilmário Miranda, atual secretário estadual de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, e estudante à época, foi a

---

<sup>209</sup> Sobre a elaboração e apropriação da memória em torno do herói nacional, consultar: FURTADO, João Pinto. *O manto de Penélope*. História, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-89. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

<sup>210</sup> Para consulta da referida lei, acessar: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4897-9-dezembro-1965-368995-publicacaooriginal-1-pl.html>.

<sup>211</sup> □ “Depoimento de Lincoln Ramos Viana a Otávio Luiz Machado”. Projeto “A atuação do Diretório Acadêmico da Escola de Minas de Ouro Preto - o desenvolvimento e o radicalismo entre 1956 e 1969”. 26 de julho de 2002. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2006/04/15/lincoln-ramos-viana/>.

partir da mobilização em torno do dia 21 de abril e das discussões realizadas que se formou “uma chapa da UEE/MG (União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais) muito combativa”<sup>212</sup>.

Em 1980, as preparações dos protestos do dia de Tiradentes envolveram a convergência de diferentes grupos de oposição à ditadura, representativos do contexto aberto na luta pela anistia, que será melhor analisada adiante. Organizava-se para a mesma data a eclosão de uma nova greve estadual de professores, partindo de Ouro Preto, uma vez que o governo do estado descumprira o acordo firmado após o movimento de 1979<sup>213</sup>. Esperava-se ainda a chegada de estudantes de Viçosa, que também estavam em greve. David Maximiliano de Souza, ex-aluno da Escola de Minas (turma de 1979), professor secundário na época e um dos organizadores do movimento grevista, confirma que foi planejada uma ação conjunta entre estudantes e trabalhadores da região, em um momento de abrangência de lutas contra a ditadura

E nesta condição eu busquei discutir com os estudantes e com os representantes da UNE sobre a maneira a ser dada acerca da participação dos estudantes neste ato. E seria um ato mais amplo do que um ato de professores. Seria uma série de protestos em conjunto, trabalhadores e estudantes, mas que marcaria o início da greve dos trabalhadores da educação de Minas Gerais no dia 21 de abril de 1980<sup>214</sup>.

No dia 17 de abril, ainda na fase preparatória, quando as lideranças que organizavam a manifestação estavam reunidas no DA da Escola de Minas, chegaram informações de que a casa de David Maximiliano fora invadida e que material explosivo havia sido apreendido. O interesse das forças de segurança pelo professor vinculava-se a sua atuação na Libelu (Liberdade e Luta), braço

---

<sup>212</sup> □ “Depoimento de Nilmário Miranda a Otávio Luiz Machado”. Projeto “A Corrente Revolucionária de Minas Gerais”. 07 de fevereiro de 2003. Disponível em: <http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com.br/2008/03/depoimento-de-nilmario-miranda-otvio.html>.

<sup>213</sup> No movimento grevista de 1979, houve uma passeata no dia 29 de maio, reunindo cerca de 4 mil professores na Praça da Liberdade, em Belo Horizonte, que lutavam por melhores condições de trabalho nas escolas públicas de Minas. A reação policial foi imediata, de extrema violência, e gerou a solidariedade de diversos grupos de trabalhadores, que engrossaram as paralisações e mobilizações em diversas cidades do interior estado. Sobre o movimento docente no final dos anos 1970 em Minas, consultar: OLIVEIRA, Wellington de. *A trajetória histórica do movimento docente em Minas Gerais: da UTE ao Sind-UTE*. 2006. 411f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006.

<sup>214</sup> No mesmo depoimento, David Maximiliano revela que, na ocasião, todos os operários da Alcan Alumínio do Brasil que se mobilizavam para compor os protestos do dia 21 de abril foram demitidos. “Depoimento de David Maximiliano de Souza a Otávio Luiz Machado”. Projeto “Reconstrução histórica das repúblicas estudantis da UFOP”. 16 de janeiro de 2003. Disponível em: <http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com.br/2008/04/depoimento-de-david-maximiliano-de.html>.

estudantil da Organização Socialista Internacionalista (OSI)<sup>215</sup>. Ainda neste dia, várias repúblicas estudantis foram invadidas por policiais que estavam à sua procura.

Os vestígios de que tais bombas teriam sido “plantadas” na casa de David indicam não só a articulação da resistência ao regime nas mobilizações de 1980, mas também que a rede repressiva continuava a operar na cidade. Dentre as testemunhas da invasão estaria o professor Nicodemus de Macedo Filho, que também ocupara diversos cargos de gerência na Alcan, empresa na qual a mobilização de operários e metalúrgicos contava com o apoio de estudantes<sup>216</sup>.

A operação repressiva se estenderia nos próximos dias. Na noite do dia 19 de abril, em meio às festividades tradicionais nas repúblicas estudantis, reuniram-se na República dos Deuses representantes da UNE, líderes da greve de Viçosa, além de diversos membros do DA da Escola de Minas. Na manhã seguinte, os principais articuladores dos protestos foram presos por agentes do DOPS/MG. Sobre o ocorrido, Armando Lopes Farias, ex-morador da citada república e representante da Escola de Minas na UEE, declarou que todas as pessoas presentes na casa foram presas, indiscriminadamente. Conforme seu relato, todos foram fichados, mas apenas nove continuaram na prisão, sendo enviados à delegacia da cidade de Mariana para lá permanecerem até o fim das comemorações do 21 de abril<sup>217</sup>.

Diante de todas as ações bem-sucedidas da repressão e do fechamento das estradas que dão acesso à cidade, o discurso de João Baptista Figueiredo transcorreu sem grandes transtornos. Na ocasião, o último presidente militar ressaltou que seu governo possuía “o mesmo sonho dos Inconfidentes” e visava realizar cotidianamente o “ideal dos nossos heróis”. Na defesa de seu projeto de abertura, marcado pela aprovação da limitada, restrita e recíproca Lei de Anistia, Figueiredo foi categórico ao reafirmar que quem dele se desvirtuava eram “profetas da desgraça sempre iminente — mas que, mercê de Deus, temos evitado”<sup>218</sup>. A abertura proposta, contudo, não

---

<sup>215</sup> A OSI foi criada em 1976, sendo composta por dissidentes da Fração Bolchevique Trotskista (FBT) e do Grupo Primeiro de Maio. Com viés trotskista, teve papel importante no movimento estudantil através da Libelu, especialmente na reorganização da UNE. Formado por estudantes universitários e secundaristas, o braço estudantil da organização, segundo Markus Sokol (trotskista e um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores - PT), foi criado por ingressantes da OSI na USP a partir de uma “chapa para disputar o Diretório Central dos Estudantes, que foi chamada de Liberdade e Luta, Libelu”. Consultar: <http://www.revistaforum.com.br/2011/10/19/a-libelu-ganhou-o-poder/>.

<sup>216</sup> □ “Depoimento de David Maximiliano de Souza a Otávio Luiz Machado”. Projeto “Reconstrução histórica das repúblicas estudantis da UFOP.” 16 de janeiro de 2003. Disponível em: <http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com.br/2008/04/depoimento-de-david-maximiliano-de.html>.

<sup>217</sup> MACHADO, Otávio Luiz. *Escola de Minas de Ouro Preto: memórias dos seus ex-alunos*. Frutal-MG: Editora Prospectiva, 2013, p 206-220. “Depoimento sobre a invasão do DOPS na República dos Deuses” – Armando Lopes Farias.

<sup>218</sup> FIGUEIREDO, João Baptista de Oliveira. Discurso em comemoração ao dia da Inconfidência Mineira. Praça Tiradentes. Ouro Preto – MG. 21 de abril de 1980. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jb-figueiredo/discursos/1980>.

excluía o monitoramento constante, a coerção, o cerceamento da liberdade de manifestação e outros tipos de arbitrariedade<sup>219</sup>.

---

<sup>219</sup> É válido destacar que, entre março de 1979 e março de 1985, período em que Figueiredo ocupou o cargo de presidente da República, foram identificados pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) vinte casos de mortos e/ou desaparecidos políticos. Destes, pelo menos dezesseis ocorreram após a promulgação da Lei de Anistia, sendo que a maioria das graves violações de direitos humanos nesse período foram desferidas contra trabalhadores do campo e estrangeiros, monitorados pela *Operação Condor*. Apenas as mortes de Solange Lourenço Gomes e Gustavo Buarque Schiller não se enquadram na ação direta da repressão efetivada pelo último presidente militar, mas estão inseridas no contexto de violência e arbitrariedades cometidas pelas forças repressivas da ditadura. Ambos cometeram suicídio em decorrência da tortura praticado por agentes do Estado brasileiro. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório*. Volume III: Mortos e Desaparecidos Políticos, 2014, p. 1918-1992. Disponível em: [http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume\\_3\\_digital.pdf](http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_3_digital.pdf).

### 1.3 “Abaixo à ditadura!”: as repúblicas estudantis de Ouro Preto como focos de mobilização

Além de estar no centro de conflitos políticos no decorrer da sua história, a cidade de Ouro Preto é também cenário de um ambiente estudantil singular. O sistema de repúblicas já contava com grande expressividade na época do golpe de 1964. Em levantamento recente, estima-se a existência de, aproximadamente, 73 repúblicas estudantis na cidade no período entre 1964 e 1988. São casas onde estudantes dividem suas responsabilidades, criam laços de amizade, partilham os estudos e estabelecem redes de sociabilidade nas diversas e tradicionais comemorações. Por vezes, foram e são, também, espaços hierárquicos, antidemocráticos, violentos e de práticas de humilhação. Em meio a essa ambiguidade, foram também locais de orientação, de convivência diária com a alteridade política, com diversas visões e entendimentos do que acontecia no Brasil e no mundo. Nelas ocorreu também a intensificação de discursos comunistas e anticomunistas. No período pré e pós-golpe, o microcosmo republicano representou as diversas dinâmicas da sociedade brasileira, segmentando-se nas categorias de colaboração, resistência e “acomodação” diante do regime imposto<sup>220</sup>. Apesar dessa segmentação, houve um movimento crescente de engajamento, que transformou as repúblicas em verdadeiros focos de mobilização estudantil durante a ditadura.

Durante as prisões de 1964, as invasões das repúblicas resultaram na descoberta de livros e boletins considerados de orientação comunista. Embora apreendidos, não puderam ser utilizados nas investigações porque as autoridades ouro-pretanas foram descuidadas ao efetuar os autos de apreensão. Até mesmo exemplares técnico-científicos, escritos em idiomas considerados suspeitos, teriam sido confiscados. Além do material encontrado, especialmente nas Repúblicas Baviera, Pureza e dos Deuses, denúncias sobre reuniões clandestinas em que se discutiam ações e arregimentava-se a classe estudantil para lutar contra o regime imposto foram relacionadas no IPM conduzido pelo delegado Virgílio Soares. Os estudantes Nelson Silva, Celso Dias Coutinho e Cássio Humberto Lanari Júnior, admitiram que se infiltraram em uma dessas reuniões, na República Cassino<sup>221</sup>, quando teriam escutado Nuri Gassani afirmar aos presentes que aqueles “que haviam

---

<sup>220</sup> Em sua análise sobre as universidades durante a ditadura, o historiador Rodrigo Patto Sá Motta trabalha com o conceito de acomodação como componente estrutural da cultura política brasileira. Indo além da tipologia binária resistência versus colaboração, o autor identifica que o “regime militar foi influenciado também por esse quadro cultural, e essa realidade contribuiu para amortecer a violência política em determinados momentos, envolvendo certos agentes sociais em jogos de acomodação com o Estado autoritário. É importante destacar que a ambiguidade e a flexibilidade se manifestaram nos dois ‘lados’, tanto da parte dos líderes intelectuais quanto dos agentes estatais, em jogo de mão dupla, implicando benefícios mútuos também”. Para uma discussão mais aprofundada, consultar: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar. Cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 21.

<sup>221</sup> □ Apesar de a República “Cassino” ser citada por algumas das testemunhas como local frequentado por “elementos ligados a atividades subversivas”, tal república seria fundada somente em

fugido durante a Revolução eram covardes”<sup>222</sup>. A república de Nuri, citado como um dos principais articuladores da oposição estudantil ao golpe em Ouro Preto, foi ainda identificada como espaço principal de mobilização dos estudantes: “de modo geral os elementos ligados às atividades subversivas na cidade, no que tange aos estudantes [...] têm andado em grupos e frequentam reuniões na ‘republica Cassino’”<sup>223</sup>.

Em 2003, Nelson Maculan Filho, preso e indiciado em 1964, revelou em depoimento que o período pós-golpe proporcionou-lhe vivenciar “uma crescente politização” dos colegas das repúblicas, “com um viés claro de tendência esquerdista”. Tal politização também foi assinalada no relatório da Comissão de Inquérito da Escola de Minas, que chegou a dividir os estudantes da instituição em quatro grupos distintos: o dos anticomunistas, identificado como “pequeno e atuante”; o de reservados e indiferentes, caracterizado como “o mais numeroso”; o de nacionalistas, definido como “um pouco confuso”; e o dos extremistas<sup>224</sup>. Diante da participação ativa de alunos na incriminação de colegas, as repúblicas tornaram-se palco de conflitos e disputas. Logo após a libertação dos presos, em abril de 1964, em reunião realizada no DA da Escola de Minas, ficou decidido que os “voluntários da revolução” seriam excluídos, repudiados e isolados do círculo republicano<sup>225</sup>.

No final dos anos 1960 e início dos 1970, a mobilização política nas repúblicas ficaria novamente em evidência. Nas investigações sobre a participação dos estudantes Lincoln Ramos Viana e Newton Moraes em organizações da esquerda armada, as repúblicas onde residiam, Canaan e Pureza, respectivamente, foram novamente evocadas como locais onde os contatos e a arregimentação de estudantes eram realizados. Newton admite em interrogatório que a sua entrada para a Ação Libertadora Nacional (ALN), em 1969, se deu através da relação com Arnaldo Cardoso Rocha (codinome Flávio) em encontros realizados na República Pureza<sup>226</sup>. Arnaldo, companheiro

---

1973. Conforme a relação de ex-alunos elaborada pelo pesquisador Otávio Luiz Machado, NuriGassani era ex-morador da República Canaã, fundada em 1920. Consultar: MACHADO, Otávio Luiz. *Repúblicas e entidades estudantis de Ouro Preto: trajetórias e importância*. Frutal-MG: Editora Prospectiva, 2013.

<sup>222</sup> Arquivo Público Mineiro. Acervo DOPS/MG. Pasta 3869. Rolo 049. Documento 12.

<sup>223</sup> Depoimento de Celso Dias Coutinho no IPM/Ouro Preto. Arquivo Público Mineiro. Acervo DOPS/MG. Pasta 3869. Rolo 049. Documento 12.

<sup>224</sup> Arquivo Permanente da Escola de Minas de Ouro Preto. Caixa 256. Pasta Comissão de Inquérito de 1964, Folha 289.

<sup>225</sup> MACHADO, Otávio Luiz. *Escola de Minas de Ouro Preto: memórias dos seus ex-alunos*. Frutal-MG: Editora Prospectiva, 2013, p. 159-167. Depoimento: “Repúblicas de Ouro Preto e o golpe de 1964”, de Nelson Maculan Filho. O estudante Celso Coutinho também denunciou ao DOPS que os “voluntários” estavam sendo isolados por “elementos comunistas, simpatizantes do credo vermelho ou acusados e presos por atividades subversivas”. Depoimento de Celso Dias Coutinho no IPM/Ouro Preto. Arquivo Público Mineiro. Acervo DOPS/MG. Pasta 3869. Rolo 049. Documento 12.

<sup>226</sup> Arquivo Público Mineiro. Acervo DOPS/MG. Pasta 0043. Rolo 004. Documentos 11-12.

de luta de Lincoln na Corrente Revolucionária de Minas Gerais e, posteriormente, dirigente da ALN, seria torturado e morto por agentes da ditadura brasileira em março de 1973<sup>227</sup>.

Não por acaso determinadas repúblicas foram apontadas constantemente como moradias de estudantes que se mobilizavam de diferentes formas contra o regime militar. Há indícios de que, à época da deposição de João Goulart, fundou-se a União das Repúblicas Socialistas Ouro-pretanas (URSO), formada por estudantes das repúblicas Canaan, Castelo dos Nobres e Pureza<sup>228</sup>. Em depoimento realizado no ano de 2003, César Epitácio Maia, ex-prefeito do Rio de Janeiro e ex-morador da república Pureza, revelou que os responsáveis pelo gerenciamento das ações da URSO eram os estudantes Nelson Maculan Filho, Nuri Andraus Gassani, Sérgio Antônio Pretti Maculan e Jacques Herskovic – todos presos e indiciados logo após o golpe. Maia também faz referência ao engajamento político existente em torno dessas repúblicas, que possuíam um grande acervo de livros sobre o comunismo mundial e material da Editorial Vitória, vinculada ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e colocada na ilegalidade em 03 de abril de 1964. Diante da violência já sofrida e do monitoramento constante do movimento estudantil, tais publicações “ficavam escondidas dentro das ‘repúblicas’ ou fora, em sacos plásticos”. Era a partir das leituras e discussões que os líderes republicanos inseriam os calouros na dinâmica política do país, através da seguinte classificação: iniciante, simpatizante, membro no PCB, reestruturado e fortalecido na cidade desde 1965<sup>229</sup>.

Portanto, as repúblicas ouropretanas identificadas como centros de mobilização de estudantes contra a ditadura e os ex-moradores investigados e punidos de formas variadas no decorrer dos anos 1960 e 1970 são os seguintes:

<b>Repúblicas denunciadas ou investigadas pelos órgãos de</b>	<b>Ano de</b>	<b>Alunos investigados e/ou presos</b>
---	---------------	--

<sup>227</sup> Em 2013, os restos mortais de Arnaldo foram exumados por peritos do Centro de Medicina Legal da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (USP). A diligência, acompanhada pela Comissão Nacional da Verdade, desmentiu a versão oficial do regime de que ele havia sido morto ao resistir à prisão, comprovando a existência de pelo menos cinco projéteis em seu corpo. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório*. Volume III: Mortos e Desaparecidos Políticos, 2014, p. 1189-1193. Disponível em: [http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume\\_3\\_digital.pdf](http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_3_digital.pdf).

<sup>228</sup> As repúblicas citadas foram elencadas no depoimento de César Epitácio Maia, então estudante de engenharia em Ouro Preto. Maia salientou ainda não se recordar se a república Reino de Baco compunha a URSO. Mas foi taxativo ao afirmar que a república Vaticano, localizada no mesmo casarão onde se localizava a Pureza, “era marcada pela contradição, pois tinha pessoas da esquerda e da direita”, sinalizando que possíveis conflitos foram gerados dessa relação. “Depoimento de César Epitácio Maia a Otávio Luiz Machado”. Projeto “Reconstrução histórica das repúblicas estudantis da UFOP”. 28 de janeiro de 2003. Disponível em: [http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com.br/2008/03/depoimento-de-cesar-maia\\_19.html](http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com.br/2008/03/depoimento-de-cesar-maia_19.html).

<sup>229</sup> □ “Depoimento de César Epitácio Maia a Otávio Luiz Machado”. Projeto “Reconstrução histórica das repúblicas estudantis da UFOP”. 28 de janeiro de 2003. Disponível em: [http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com.br/2008/03/depoimento-de-cesar-maia\\_19.html](http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com.br/2008/03/depoimento-de-cesar-maia_19.html).

<b>repressão</b>		
República Castelo dos Nobres	1919	Pedro Carlos Garcia Costa <sup>230</sup>
República Canaan	1920	Eduardo Telles de Barros Filho, Nuri Andrauss Gassani, Lincoln Ramos Viana
República Pureza	1941	Nelson Maculan Filho, Jacques Herscovid, Sérgio Antônio Pretti Maculan, César Epitácio Maia, Newton Moraes
República Baviera	1958	Márcio Antônio Ferreira, Frank Ulrich Helmuth Falkenheim, Osamu Takanohashi, José Paulo Vasconcelos Gomes
República dos Deuses	1963	Haroldo Pereira da Silva, Wagner Geraldo da Silva, Armando Lopes Faria

Em Ouro Preto, a resistência estudantil às arbitrariedades do regime imposto em 1964 foi ininterrupta, mesmo com as constantes prisões, perseguições, incursões em repúblicas e violações executadas dentro das escolas. Como espaços primordiais de organização da luta contra a ditadura militar, as repúblicas estudantis ocuparam durante todo o período um papel importante na articulação dos atores sociais da cidade, que se uniram em protestos e mobilizações. A formação da URSO e o engajamento político crescente em tais ambientes – que os tornou alvo principal da repressão -, são exemplos disso. Os movimentos em torno da liberdade, democracia e justiça social, planejados para acontecerem durante as comemorações do 21 de abril e marcados pelos significados da Inconfidência, projetaram importantes ações dos estudantes em âmbito estadual e manifestaram anualmente o desafio à dinâmica repressiva nacional. Mais que isso, esses locais de encontros e intervenções foram vitais na constituição de abordagens e formas de luta de sindicalistas, políticos, trabalhadores da indústria, professores, estudantes universitários e secundaristas.

<sup>230</sup> Pedro Carlos Garcia Costa e Lincoln Ramos Vianna foram os únicos alunos de Ouro Preto a serem enquadrados no Decreto-Lei nº 477, de 1969. Apesar de seu caso ser analisado posteriormente, a importância de listar Pedro como morador da Castelo dos Nobres está em demonstrar a existência de um círculo determinável de repúblicas que agrupavam os estudantes contrários à ditadura brasileira.



#### 14. “Mais fortes são os valores do povo”: o envolvimento de estudantes secundaristas de Ouro Preto na luta contra a ditadura<sup>231</sup>

O apoio de estudantes secundaristas ao governo de João Goulart foi identificado desde o estopim do golpe, quando estudantes como Ney de Almeida foram inseridos na relação de pessoas caracterizadas como “comunistas” em Ouro Preto. Ainda em 1964, o envolvimento de alunos da Escola de Minas e da Escola Técnica Federal de Ouro Preto (ETFOP)<sup>232</sup> na luta contra a ditadura resultou na prisão de 42 estudantes das duas instituições pelo delegado da cidade. Mas foi a partir do ano seguinte que ações conjuntas mais efetivas foram desencadeadas.

Um mês após as prisões de outubro, lançava-se o primeiro número do jornal *A voz do G.L.T.A.*, jornal do Grêmio Literário Tristão de Ataíde do qual participavam como diretores Antônio de Pádua Rodrigues, Hércio Pereira Fortes, Victor Vieira Godoy e Júlio C. Chaves. Hércio, que era estudante da Escola Técnica, foi um dos principais responsáveis pela rearticulação do PCB em Ouro Preto no ano de 1965 e estaria no centro da relação entre secundaristas e estudantes das escolas superiores. Em depoimento sobre a importância de seu papel no fortalecimento da militância ouro-pretana pós-1964, Ricardo Apgaua, secundarista da capital, salientou:

Nos meus primeiros encontros com o Hércio, fiquei impressionado. Ele tinha, depois do golpe, mantido o PCB unido em Ouro Preto, apesar de não ter qualquer contato com a estrutura do Partido. Promovera círculos de estudos e uma série de atividades de formação de militantes, de estudos políticos, de filosofia e de marxismo. Ele fez, de Ouro Preto, uma verdadeira fábrica de quadros políticos<sup>233</sup>.

Ricardo Apgaua confirma que, sob a coordenação de Hércio, participaram também da reorganização do PCB os estudantes secundaristas Antônio Carlos Bicalho Lana (“Cauzinho”),

---

<sup>231</sup> A frase entre aspas remete a episódio relatado por Victor Godoy, no qual Hércio Pereira Fortes, estudante natural de Ouro Preto, teria descido as ladeiras da cidade, após certas “discussões transcendentais” com seu grupo de amigos, aos gritos de “mais fortes são os valores do povo!”. GODOY, Victor Vieira. “Com Hércio no Café Pushkin”. In: FORTES, Délcio Pereira (Org.). *Hércio (Alex, Toninho, Ernesto, Gomes, Nelson, Fradinho)*. Belo Horizonte: Usina do Livro, 2017, p. 50.

<sup>232</sup> Fundada em 1944, com o objetivo de suprir uma demanda específica da região por cursos na área de mineração e metalurgia, funcionou em prédio anexo à Escola de Minas até 1964, quando foi transferida para o 10º Batalhão de Caçadores do Exército Brasileiro, fato que merece ser melhor investigado, assim como denúncias de perseguição e repressão a alunos dentro da instituição. Foi transformada no ano de 2002 em Centro Federal de Educação Tecnológica de Ouro Preto e, em 2008, tornou-se Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.

<sup>233</sup> □ “Lembranças da Corrente Revolucionária de Minas Gerais: entrevista de Ricardo Apgaua a Otávio Luiz Machado”. Ouro Preto: LPH/UFOP. Projeto “A Corrente Revolucionária de Minas Gerais”, 2004. Disponível em: <http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com.br/2007/07/depoimento-de-ricardo-apgaua.html>.

Marco Antônio Victoria Barros (“Play”), Antônio Mendes Barros (“Toninho”), Marília Angélica do Amaral e Antônio de Pádua Rodrigues. Dentre os estudantes de engenharia que militaram no partido e, posteriormente, encabeçariam a chapa vitoriosa do DAEM estavam César Eptácio Maia, Lincoln Ramos da Silva, Pedro Carlos Garcia Costa e Athaulpa Valença Padilha. As reuniões do grupo ocorriam ora na sede do GLTA, nos órgãos estudantis da Escola de Minas e na casa de Hécio, ora nas repúblicas, especialmente na Pureza e na Castelo dos Nobres<sup>234</sup>. As principais ações dos pecebistas na cidade se deram em torno de denúncias das arbitrariedades da ditadura através de boletins e panfletos distribuídos à população, bem como da articulação junto aos operários da região.

A crise do comunismo soviético, que se transmutou em intensa fragmentação do PCB desde o fim dos anos 1950, intensificada com a inação do Comitê Central frente ao golpe, convergiu na articulação de diversas dissidências gestadas no VI Congresso do partido, realizado em 1967<sup>235</sup>. Em Minas Gerais, grande parte da militância se reuniu na Corrente Revolucionária, organização que operava em Belo Horizonte e aglutinou os principais líderes do PCB ouro-pretano. Foi por meio da Corrente que Antônio Bicalho e Hécio Fortes iniciariam suas trajetórias nas ações de luta armada contra a ditadura, que culminariam no assassinato de ambos pelos agentes dos órgãos repressivos brasileiros<sup>236</sup>. Os dois tiveram um papel importante nas greves de 1968, em Contagem, quando a Corrente incorporou o movimento. Conforme o depoimento de Ricardo Apgaua, a organização procurou não se desvencilhar dos movimentos sociais, aliando a opção pela luta armada com o aprofundamento do contato com as mobilizações operárias. Para isso, foi importante o deslocamento, de Ouro Preto para a capital, daqueles considerados os mais bem preparados da organização. Sua missão seria a de apoiar a estruturação do movimento sindical nos moldes que já vinha sendo feito na cidade pelo grupo encabeçado por Hécio. Em Contagem, o grupo iniciou o

---

<sup>234</sup> Além deles, Ricardo Apgaua relembra que Abelardo Magalhães, também estudante da Escola de Minas, e Yonne Lima, estudante da Escola de Farmácia, integraram o PCB a partir de 1965.

<sup>235</sup> □ Em 1956, após a revelação dos crimes cometidos pelo “pai” do comunismo mundial, Josef Stálin, divulgados no relatório de Nikita Krushev, o partido brasileiro mergulhou em um intenso conflito entre as diversas fileiras que o compunham. Um verdadeiro embate entre camaradas, que gerou novas reflexões de como a organização deveria pensar e agir; uma revitalização de ideias e práticas, que ocasionaram o próprio redimensionamento do que era “ser comunista”, além de diversas cisões em suas fileiras. Tais rupturas se aprofundariam após a decisão do dirigentes do partido de continuar com a política de “caminho pacífico” para a revolução, mesmo diante do golpe de 1964. Para mais informações sobre esse processo, consultar: SILVA, Camilla Cristina. *Embate entre camaradas: reconfigurações do imaginário comunista pelas páginas do jornal Imprensa Popular (1956-1958)*. 2014. 136f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana.

<sup>236</sup> Sobre as circunstâncias da morte de Hécio Pereira Fortes e Antônio Carlos Bicalho Lana, cf. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório*. Volume III: Mortos e Desaparecidos Políticos, 2014, p. 839-845/1423-1426. Disponível em: [http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume\\_3\\_digital.pdf](http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_3_digital.pdf).

trabalho de conscientização política dos operários, distribuindo o jornal *1º de Maio* na porta das fábricas e incitando a reação ao regime ditatorial<sup>237</sup>.

Apesar de os casos dos dois estudantes terem sido minuciosamente apurados pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), pouco se pesquisou sobre o início de suas trajetórias, ainda em Ouro Preto. Como visto, Hércio foi peça chave na rearticulação do PCB na cidade, quando Antônio Carlos também passou a integrar suas fileiras. Mas, desde 1963, ainda com 15 anos, quando ingressou na Escola Técnica, Hércio já era membro do partido. A inquietação e a inteligência do estudante são destacadas em diversos depoimentos de colegas da época e também demonstradas por sua atuação como redator da publicação do GLTA, fundador do Cine Clube de Ouro Preto e também do *Jornal de Ouro Preto*, ainda na adolescência. Amante do cinema e da literatura – era aficionado da obra de Machado de Assis e leitor assíduo de Máximo Gorki, Jorge Amado, Friedrich Engels e Karl Marx –, expressava-se frequentemente em público para expor suas reflexões sobre a exploração do operariado e a necessária conscientização política na luta por seus direitos<sup>238</sup>. Sua entrada no GLTA, ocorrida pela influência de seu então professor o padre José Pedro Mendes Barros, fortaleceu tal engajamento político. Em relato recente, o ex-estudante da Escola de Farmácia Victor Vieira Godoy ressalta que, “aos poucos, justiça social e política foram tornando-se uma obsessão para Hércio e tudo na sua vida passou a ter uma conotação ideológica”<sup>239</sup>.

O envolvimento com o movimento estudantil e operário se fortaleceu com o ingresso na Escola Técnica e na União Colegial Ouro-pretana (UCO). Além das relações com estudantes das escolas de Farmácia e Minas, participou do trabalho de conscientização e arregimentação dos trabalhadores da Alcan. A atuação de Hércio teve tanto destaque na região que, em 1967, Mário Alves, ex-dirigente do PCB e fundador do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), esteve em Ouro Preto para conhecê-lo pessoalmente.

Sua trajetória na cidade natal se confundia em vários aspectos com a de Antônio Carlos Bicalho Lana. Também estudante da Escola Técnica, este último participava das discussões do grupo de amigos de Hércio, integrou o PCB rearticulado e ingressou na Corrente no mesmo período. Estiveram juntos na primeira ação armada da organização, ocorrida em 25 de outubro de 1968, uma expropriação da Drogaria São Felix, localizada na capital. Na listagem de membros da Corrente, elaborada pelo historiador Thiago Veloso Vitral, Antônio Carlos é caracterizado como

---

<sup>237</sup> “Lembranças da Corrente Revolucionária de Minas Gerais: entrevista de Ricardo Apgaua a Otávio Luiz Machado”. Ouro Preto: LPH/UFOP. Projeto “A Corrente Revolucionária de Minas Gerais”, 2004. Disponível em: <http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com.br/2007/07/depoimento-de-ricardo-apgaua.html>.

<sup>238</sup> □GODOY, Victor Vieira. “Com Hércio no Café Pushkin”. In: FORTES, Délcio Pereira (org.). *Hércio (Alex, Toninho, Ernesto, Gomes, Nelson, Fradinho)*. Belo Horizonte: Usina do Livro, 2017, p. 47.

<sup>239</sup> □GODOY, Victor Vieira. “Com Hércio no Café Pushkin”. In: FORTES, Délcio Pereira (org.). *Hércio (Alex, Toninho, Ernesto, Gomes, Nelson, Fradinho)*. Belo Horizonte: Usina do Livro, 2017, p. 50.

integrante do “Comitê Estudantil (Secundarista) / Setor de Expropriação (1º Escalão)” e Hécio como integrante do “Comitê operário / Comitê Estudantil (Secundarista) / Setor de Instrução (1º Escalão)”<sup>240</sup>. Sua posição como membro do mais alto patamar do setor de expropriação renderia a Antônio Carlos, ainda no final de 1968, uma viagem a Cuba para fazer o curso de treinamento de guerrilha.

As inquietações iniciais de Antônio Carlos Bicalho Lana parecem ter emergido do questionamento da própria configuração social em que vivia. Seu pai era dono de um armazém na cidade, o qual empregava vários trabalhadores. Rememorando sua experiência em Ouro Preto na entrega dos restos mortais do estudante para os familiares, Suzana Lisbôa comenta sobre o discurso de um membro sindical da época, que enfatizou a preocupação e a constante supervisão que ele fazia no armazém, além de seu envolvimento com os funcionários do estabelecimento:

E diz que o Causinho ia lá para ver se os trabalhadores estavam sendo bem tratados, tinha que ter horário de almoço, horário de lanche, isso o sindicalista falando, lembrando que a lembrança que ele tinha do Causinho era que era um homem muito gentil com eles, trabalhadores. Que eles ficavam impressionados, e ele foi o que fez várias reuniões políticas com os trabalhadores e estimulou os trabalhadores a criarem o Sindicato, ali naquele momento eles manifestaram isso<sup>241</sup>.

Mesmo que não tenham sido arrolados na lista de “subversivos” elaborada pelo delegado Sebastião Lucas em 1964, talvez por conta da pouca idade que tinham à época (ambos possuíam 16 anos), Hécio e Antônio Carlos engajaram-se de forma efetiva na luta contra a ditadura ainda quando residiam em Ouro Preto. Mas foi a partir da mudança para Belo Horizonte, da participação na Corrente e, com o seu desmantelamento, na ALN, que os estudantes passaram a ser visados de forma contundente pelos órgãos de segurança. Os assassinatos dos dois ouro-pretanos, com quase dois anos de diferença – Hécio foi morto em janeiro de 1972 e Antônio Carlos em novembro de 1973 – foram encenados pela ditadura sob a justificativa de “mortes em tiroteio”, invalidada por diferentes pesquisas e pelos trabalhos recentes da Comissão Nacional da Verdade e da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”. Mortos pelos agentes do Estado brasileiro em São

---

<sup>240</sup> VITRAL, Thiago Veloso. *Corrente Revolucionária de Minas Gerais: Resistência ativa à ditadura civil militar em Minas Gerais (1967-1969)*. 2013. 158f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013, p. 147-149.

<sup>241</sup> SÃO PAULO, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”. Depoimento de Suzana Lisbôa. 44ª Audiência Pública sobre os casos de Sônia Maria de Moraes Lopes Angel Jones e Antônio Carlos Bicalho Lana, 2013. Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos/antonio-carlos-bicalho-lana>.

Paulo, os estudantes foram enterrados como indigentes no Cemitério Dom Bosco, em Perus, e, posteriormente, seus restos mortais foram transladados para Ouro Preto<sup>242</sup>.

Destacando a importância da memória e a necessidade de que se conheça a história do movimento estudantil ouro-pretano, Marco Antônio, o *Play*, foi categórico ao enfatizar a importância do reconhecimento das trajetórias dos dois militantes:

Eu acho que o Antônio Carlos Bicalho Lana e o Hécio Pereira Fortes foram os cidadãos ouro-pretanos que mais entraram a fundo neste processo de combate ao regime de exclusão, de combate a ditadura. E como se diz, se doaram a luta e são exemplos de abnegação. São exemplos de tudo. São pessoas que mais se indignaram até a última instância sobre o que estava acontecendo no Brasil. A contribuição deles é valorosa. E nós precisamos resgatar isso, principalmente para a juventude ouro-pretana para entender que aquilo ali teve um passado que foi construído. Muita coisa foi mantida ali através de um processo de luta desse pessoal anterior lá. Esta memória tem que ficar para que as pessoas estudem e aprendam e não deixem que os mesmos erros ocorram. Que isto aí contribua para que os mesmos erros não ocorram e que elas se coloquem bem diante das novas posições do governo<sup>243</sup>.

(Re)conhecer que no passado recente o Estado brasileiro empreendeu uma política sistemática de violações aos direitos fundamentais e de graves violações de direitos humanos, muitas das quais permanecem no presente, torna-se ainda mais primordial na atual conjuntura, sendo indispensável que se continue a adotar medidas em prol de memória, verdade e justiça no Brasil. No plano local, a elaboração e publicização de memórias e da história sobre como a sociedade ouro-pretana lidou com a ditadura possibilitam que se registrem, no presente e para o futuro, as contradições de uma cidade que, recorrendo à marca da tradição, sempre se definiu como berço da liberdade.

---

<sup>242</sup> Além dos estudantes ouro-pretanos, Helber José Gomes Goulart, natural de Mariana e também militante da ALN, foi morto por agentes do Estado brasileiro no ano de 1973, sendo enterrado no Cemitério de Dom Bosco, em Perus. Dados como desaparecidos, os restos mortais de Hécio, Antônio Carlos e Helber foram identificados, respectivamente, apenas em 1975, 1991 e 1992, e transladados para suas cidades de origem. Para mais informações, consultar: [http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume\\_3\\_digital.pdf](http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_3_digital.pdf).

<sup>243</sup> “Depoimento de Marco Antônio Victoria Barros a Otávio Luiz Machado”. Projeto “Reconstrução Histórica das Repúblicas Estudantis da UFOP”, Ouro Preto, 2003. Disponível em: <http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com.br/search?q=marco+antonio>

## 2. A atuação do Movimento Estudantil na Escola de Farmácia e na Escola de Minas de Ouro Preto: uma análise das distintas formas de resistência e repressão

A Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) foi criada através do Decreto-Lei nº 778, em 21 de agosto de 1969, com a junção das centenárias, e até então independentes, Escola de Farmácia e Bioquímica e Escola de Minas de Ouro Preto<sup>244</sup>. Fundada no contexto da recém-inaugurada reforma universitária do regime militar, instituída especialmente pela Lei n.º 5540/1968, a universidade passaria a contar com novos cursos e um campus na cidade de Mariana, ainda no final dos anos 1970. A referida lei não seria a única medida tomada no sentido de reestruturação da educação brasileira, que vinha sendo pensada desde o início dos anos 1960 no governo de João Goulart e defendida por diferentes atores do meio educacional.

Porém, a concepção modernizadora do governo deposto em relação às universidades foi vinculada pela ditadura aos propósitos autoritários e conservadores. Para o historiador Rodrigo Patto Sá Motta, mesmo que houvesse um “setor moderno da coalização golpista”, que defendia a necessidade de determinadas reformas, estas só eram admitidas “sob a condição de despolitizar os debates e reprimir quaisquer tentativas de arregimentação social”<sup>245</sup>. No que foi denominado como “modernização autoritária” do espaço universitário, o projeto de reforma que seria moldado pelo menos desde 1965 compreendia a extinção do sistema de cátedras, substituindo-o pelos departamentos; a reorganização da carreira docente e dos cursos de graduação, divididos entre os ciclos básicos e profissionais; o fomento à pesquisa e à pós-graduação; a racionalização de recursos e massificação do ensino, com significativo viés tecnicista; e o incentivo às instituições privadas<sup>246</sup>.

---

244

Para acessar o decreto de criação da UFOP, consultar: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1960-1969/decreto-lei-778-21-agosto-1969-374757-publicacaooriginal-1-pe.html>.

<sup>245</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Os olhos do regime militar brasileiro nos *campi*. As assessorias de segurança e informações das universidades. *Topoi*, v. 9, n. 16, jan.-jun. 2008, p. 31.

<sup>246</sup> A Lei n.º 5540, de 28 de novembro de 1968, promulgada durante o governo Costa e Silva e sob a coordenação do Ministro da Educação e Cultura, Tarso Dutra, foi responsável pela reforma no ensino superior e sua articulação com o ensino médio. Porém, desde 1965 vinham sendo gestadas mudanças no ensino universitário, notadamente pelas seguintes medidas: Lei nº 4.881-A/1965 – estrutura a carreira docente e institucionaliza a pós-graduação; Constituição de 1967 – restringe o ensino gratuito, sendo substituído pela concessão de bolsas de estudo sempre que possível; os acordos MEC-USAID, assinados entre 1965 e 1967- firmados entre Brasil e Estado Unidos, fundavam comissões de planejamento do ensino superior, médio e primário, formadas majoritariamente por norte-americanos que se encarregariam do projeto para a educação brasileira; Relatório do Grupo de

Datada de 04 de abril de 1839, a Escola de Farmácia foi a primeira instituição de ensino superior fundada na cidade de Ouro Preto. Apenas em 1950, durante o governo de Eurico Gaspar Dutra, a Escola foi federalizada, sendo subordinada à Divisão do Ensino Superior do Ministério de Educação e Cultura<sup>247</sup>. A partir daí houve um significativo desenvolvimento da instituição, com a construção de novos imóveis e reformas no prédio onde estava situada, a realização de concursos para novas cátedras e a criação do Instituto Farmacotécnico e Bioquímico da Escola de Farmácia de Ouro Preto, em 1960. Após o golpe de 1964, foram realizadas pelo menos duas reformas curriculares, sendo que em 1971 adotou-se a Portaria 287/69, na qual tornava-se obrigatória a disciplina de Educação Física. A importância deste dado está na identificação do professor de Educação Física que passou a atuar nas Escolas, Hilton Mourão Malheiros, que seria o responsável pela Assessoria de Segurança e Informação da UFOP. Em 1978, o curso de Nutrição recém-criado passou também a compor o Departamento da Escola de Farmácia da UFOP<sup>248</sup>.

Fundada em 1876, a gestação da Escola de Minas de Ouro Preto<sup>249</sup> teve iniciativa direta de D. Pedro II. Em viagem à Europa, entre 1871 e 1872, entrou em contato com o então diretor da Escola de Minas de Paris, Auguste Daubrée, solicitando um estudo sobre como conhecer e explorar as riquezas minerais do Brasil. As sugestões de Daubrée levaram ao convite feito pelo Imperador, em 1872, para que coordenasse o ensino sobre geologia no país. Após a recusa e o comprometimento de indicar um responsável para tal tarefa, somente em dezembro de 1873 recomendou o mineralogista Claude-Henri Gorceix para o cargo. Após dois anos de estadia no Brasil, Gorceix conseguiu efetivar seu projeto para a Escola, mesmo diante das inúmeras dificuldades enfrentadas, especialmente referentes ao baixo número de alunos no início.

---

Trabalho instituído pelo decreto nº 62.937, de 2 de julho de 1968 - propostas de reformulação do ensino universitário, com marcante intervenção do Estado. Para mais informações, consultar: SANTANA, Flávia de Angelis. *Movimento estudantil e ensino superior no Brasil: a reforma universitária no centro da luta política estudantil nos anos 60*. 2014. 348f. Tese (Doutorado em História Social). - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

<sup>247</sup> Para acesso à Lei nº 1.254, de 04 de dezembro de 1950, consultar: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/1950-1969/L1254.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L1254.htm).

<sup>248</sup> DIAS, José Ramos. *Apontamentos históricos da Escola de Farmácia de Ouro Preto - 1989*. 3 ed. Ouro Preto: Imprensa Universitária, 1988. 317p.

<sup>249</sup> No decorrer dos anos, o nome da Escola foi alterado. Em 1960, pela Lei nº 3.843 passou a denominar-se Escola de Minas de Ouro Preto (EMOP), nomeação que se utiliza ao longo deste relatório. Para acesso à referida lei, consultar: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/1950-1969/L3843.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L3843.htm).

Em trabalho minucioso realizado sobre a Escola de Minas, o historiador José Murilo de Carvalho constata que “os primeiros vinte anos de vida foram atribulados. A iniciativa era atacada de vários lados e não foram raras às vezes em que a extinção da Escola foi proposta, até mesmo no parlamento”<sup>250</sup>. Após a proclamação da República, a aproximação de Gorceix com o imperador deposto gerou severas desconfianças de professores e estudantes que compunham o aguerrido movimento republicano da cidade. Devido aos conflitos políticos e às queixas sobre tentativas de afastá-lo do cargo, Gorceix deixou a instituição em 1891, sendo que, sem o apoio de D. Pedro II, a Escola passou a se manter pela influência política de seus ex-alunos, que galgaram cargos importantes na República. Em homenagem ao “espírito” do seu criador, que trazia ideias inovadoras para o ensino no projeto da Escola, foi criada, em 1960, a Fundação Gorceix, com o objetivo de desenvolver a pesquisa, conceder auxílio financeiro e alojamentos aos alunos, estes últimos também estendidos aos professores.

Os diversos problemas enfrentados pela instituição ao longo de sua história - que lhe trouxeram instabilidades econômicas e políticas -, além das desconfianças sobre a qualidade de seu ensino, levaram a Congregação da Escola de Engenharia a propor a criação da Universidade Federal de Ouro Preto em 10 de outubro de 1968. Embora a proposta fosse logo acatada pela ditadura, decorreu-se um longo período de incertezas sobre a organização da universidade, que só seria encerrado com a aprovação do seu estatuto em 1972. No entanto, o caráter autoritário desse ato, que, segundo José Murilo de Carvalho, teria sido “quase imposto pelo MEC”, assim como outras medidas expedidas pela ditadura, como o desrespeito à lista tríplice para diretor da Escola de Minas enviada ao governo, causou grande apreensão nos primeiros anos da união dos estabelecimentos de ensino<sup>251</sup>. Mesmo com a junção, a relação entre as Escolas continuou confusa, persistindo na prática um expressivo distanciamento.

Do ponto de vista institucional, a importância nacional e o poder econômico que a Escola de Engenharia detinha, apesar dos diversos períodos de crise que compõem sua história, seriam evidenciados após a formação da universidade. Em 1974, em reunião com representantes do MEC e da reitoria da UFOP, o Diretório Acadêmico “Jovelino Mineiro”, da Escola de Farmácia, apresentou questionamentos sobre a inferioridade com que esta

---

<sup>250</sup> CARVALHO, José Murilo. *A Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010, p. 45.

<sup>251</sup> A sessão “Diversos” do jornal *Estado de Minas*, em 02 de maio de 1973, trazia a seguinte notícia: “Por ato do Presidente Médici, foi exonerado do cargo de diretor-geral da Escola de Minas e Metalurgia de Ouro Preto o prof. Antônio Moreira Calaes. A escola vai passar por uma reformulação administrativa”. Arquivo Central da UFOP. Recorte de Jornal. Matéria “Diversos”, do Estado de Minas. 02/05/1973. Documento 2.



instituição era tratada em relação à Escola de Minas. No documento, de 22 de janeiro, o DA demandava que se eliminassem

as placas que existem afixadas nas casas da UFOP, com a inscrição ‘PROPRIEDADE DA ESCOLA DE MINAS’. Porque isto? Hoje não somos todos iguais? Deveriam constar como propriedade da UFOP, ou se assim não fôr, dividir as casas entre as duas Unidades que a ela pertencem. Igualdade de tratamento é o que desejamos. Somos todos universitários, apenas em campos diferente, portanto devemos viver como amigos e sem separações chocantes<sup>252</sup>.

É válido ressaltar que, antes da formação da UFOP, os estudantes de ambas as escolas já se organizavam em repúblicas. As primeiras repúblicas pertencentes à Escola de Farmácia datam da década de 1950: Pronto Socorro e Maracangalha, fundadas em 1953 e 1958, respectivamente. Também do mesmo período datam as iniciativas mais efetivas de auxílio-moradia aos estudantes da Escola de Minas, quando foi criada a Casa do Estudante, em 1953, com o objetivo de captar todos os recursos destinados a Ouro Preto conseguidos pela influência de seus ex-alunos em cargos econômicos e políticos importantes no país. Conforme Otávio Machado, havia nesse período um questionamento de que a “destinação de seus esforços” deveria contribuir apenas para o desenvolvimento da Escola de Minas, não sendo dividida com outras instituições de ensino, como a Escola de Farmácia e a Escola Técnica. Apesar de a primeira república estudantil da cidade, a Castelo dos Nobres, datar de 1919, somente em 1958 uma casa adquirida pela Escola de Minas foi cedida a esta. Com a criação da UFOP, o sistema republicano se desenvolveria consideravelmente, com a aquisição e construção de novas casas, além da expansão do conjunto de repúblicas particulares.

O distanciamento entre as instituições ficaria também evidente na atuação de seus estudantes durante a ditadura. Especialmente até final dos anos 1960, mesmo depois da junção das escolas na UFOP, parecia haver um esforço mínimo de atuação conjunta entre os alunos, tanto pelo sentimento de injustiça assumido pelos estudantes de Farmácia, quanto pelas diferenças significativas nas formas de ação diante do que acontecia em âmbito nacional e nos ambientes de ensino. Além disso, há indícios da existência de expressivo desprezo dos alunos da Escola de Minas por seus colegas da Farmácia. Nelson Maculan Filho, estudante de

---

<sup>252</sup> Arquivo Central da UFOP. Considerações apresentadas pelos representantes do Diretório Acadêmico ‘Jovelino Mineiro’ da Escola de Farmácia e Bioquímica de Ouro Preto, aos representantes do M.E.C. em reunião na reitoria da UFOP. 22/01/1974. Documento 3.

engenharia e um dos coordenadores da luta contra o golpe em Ouro Preto, afirma em depoimento que, entre 1964 e 1965, não havia nenhuma tentativa de atuação conjunta dos estudantes das duas escolas, muito pelo ar de superioridade que se tinha na Escola de Minas. Condenando essa perspectiva, ressalta que

O pessoal da Farmácia não tinha o espaço que merecia e nem a capacidade de mobilização que tínhamos nós, da Engenharia. Não tivemos a grandeza de chamar os colegas da Farmácia para conosco atuar. Havia a visão arrogante de que a Escola (de Minas) era "a melhor do mundo" e, assim, não podia se misturar com ninguém mais<sup>253</sup>.

Talvez por essa ausência de relacionamento, as mobilizações de estudantes das duas escolas teriam um caráter tão divergente. Nos estudos de caso que serão apresentados a seguir, pode-se identificar que a atuação dos estudantes da Escola de Farmácia se dava, na maioria das vezes, de forma mais institucional, visando rebater o reacionarismo, conservadorismo e autoritarismo de alguns professores da diretoria da instituição; enquanto que os estudantes da Escola de Minas, em geral, se mobilizavam em consonância com movimentos nacionais de luta contra a ditadura, de forma a extrapolar os muros da instituição e, posteriormente, da universidade<sup>254</sup>. Somente a partir do final dos anos 1970 é possível mapear uma consonância nas mobilizações, mesmo que de forma tímida.

\*\*\*

Ancorados em uma cultura política autoritária e em uma guerra que procurava combater e eliminar inimigos reais, mas também imaginários, os governos militares implementaram nos ambientes universitários um conjunto de medidas de caráter conservador

---

<sup>253</sup> “Repúblicas de Ouro Preto e o golpe de 1964 – Depoimento de Nelson Maculan Filho”. In: MACHADO, Otávio Luiz. *Escola de Minas de Ouro Preto: memórias dos seus ex-alunos*. Frutal-MG: Editora Prospectiva, 2013, p. 161.

<sup>254</sup> Devido limitação de tempo para a pesquisa, a equipe do GT UFOP optou por tratar particularmente dos casos ocorridos nas duas Escolas existentes antes da formação da UFOP. Ao final do relatório serão apontadas situações pontuais sobre o movimento estudantil na universidade que ocorreram em meados dos anos 1980 e envolveram alunos/as de outros cursos da instituição, especialmente do Instituto de Ciências Humanas e Sociais, criado em 1979, em Mariana.

e autoritário que tinha como principal objetivo extinguir todas as ações por eles consideradas desviantes, perigosas e “subversivas”. Nas diversas universidades espalhadas pelo país, grande parte das mobilizações oposicionistas e de enfrentamento a essas políticas autoritárias foram empreendidas pelo movimento estudantil, que sofreu um intenso processo de repressão, controle e investigação. De modo particular, nas escolas de Farmácia e de Minas de Ouro Preto diferentes foram tanto as medidas repressivas aplicadas, como a atuação dos estudantes de cada uma das instituições.

Neste sentido, o objetivo dos estudos de caso apresentados a seguir é demonstrar a existência dessas distintas práticas e jogos de repressão, mas também de resistência, sugerindo que na Escola de Farmácia predominou a contestação do autoritarismo institucional, ao passo que na Escola de Minas as mobilizações foram mais amplas, buscando extrapolar os limites da instituição e visando um engajamento com movimentos nacionais de luta contra a ditadura. Paralelas às ações de resistência por parte do movimento estudantil, foram expressivas as manifestações de convívio, apoio e cooperação com as políticas e diretrizes do regime autoritário, particularmente provenientes de alguns professores e diretores de ambas as escolas.

## 2.1 Escola de Farmácia de Ouro Preto: resistência institucional e controle ideológico

No caso específico da Escola de Farmácia de Ouro Preto, inúmeros foram os telegramas e ofícios nos quais os diretores daquela instituição passavam informações para órgãos do governo, especialmente sobre medidas administrativas de caráter punitivo, adotadas contra determinados alunos<sup>255</sup>. Ações como esta evidenciam a atuação dos dirigentes da instituição em oposição aos interesses da comunidade estudantil, chegando inclusive a comprometer a segurança e a integridade física de alguns alunos. E foi justamente vislumbrando um enfrentamento mais direto em relação a esses posicionamentos autoritários e reacionários que se desenvolveram mobilizações no interior da Escola de Farmácia de Ouro Preto.

A instituição foi cenário para um considerável conjunto de processos investigativos, tanto contra professores, quanto contra alunos durante a ditadura. Foi a partir da gestão do professor Vicente Ellena Tropa, que, por nomeação do presidente da República, desde março de 1966, passou a ocupar o cargo de diretor daquela instituição, que tais processos se tornaram mais recorrentes<sup>256</sup>. Tropa sempre buscou combater as manifestações de professores e estudantes que demonstrassem algum tipo de oposição à sua gestão. De modo especial, o diretor procurou enquadrar e punir de todas as formas possíveis um grupo de cinco professores e, conseqüentemente, alguns alunos que eram enquadrados por ele como

---

<sup>255</sup> Um exemplo a ser mencionado, é a comunicação do diretor Vicente Ellena Tropa, em 21/03/1970, ao major Gilberto Pessoa (Agente do SNI/BH) sobre punições disciplinares aplicadas contra os alunos Rogério Peret Teixeira e Dietrich Sebald Ritter Von Kostrich, punições estas, “capituladas em artigos do Regimento Interno que estabelecem penalidades por desrespeito e injúrias assacadas contra professores desta Escola” (Arquivo da Escola de Farmácia de Ouro Preto. Ofício nº 170/70. 21/03/1970. Documento 4). Naquela oportunidade, Tropa enviou ao referido major cópias das Portarias que estabeleceram as referidas punições (Portarias 19/70; 20/70 e 21/70). Além do major Gilberto Pessoa, cópias dessas portarias também foram encaminhadas para Vicente Sobrinho Porto (Diretor de Ensino Superior/ Rio de Janeiro); general Itiberê Gouveia do Amaral (Comandante da 4ª Região Militar/Juiz de Fora); brigadeiro Armando Tróia (Diretor da Divisão de Segurança do MEC/ Rio de Janeiro); general Gentil Marcondes (Comandante da ID-4/ Belo Horizonte); coronel Adolpho Murgel (Secretário de Segurança Pública de Estado de Minas Gerais/ Belo Horizonte); doutor Marcelo de Vasconcelos Coelho (Reitor da UFMG/ Belo Horizonte).

<sup>256</sup> É importante ressaltar que Vicente Ellena Tropa, antes de exercer a função de diretor da Escola de Farmácia de Ouro Preto, já possuía um histórico de atuação na política local ocupando o cargo de vereador na câmara, pela UDN (União Democrática Nacional), no qual demonstrou seu direcionamento favorável a concepções de cunho autoritário. Quando ocorreu o golpe civil-militar de 1964, Tropa se mostrou um grande apoiador e desde então passou a ser identificado como “homem da ditadura” em Ouro Preto, mantendo uma estreita relação com diferentes órgãos de repressão.

vinculados a esses docentes. Nos quatro anos em que dirigiu a Escola, e também depois de deixar o cargo, inúmeros foram os conflitos entre ele e os professores José Ramos Dias, Antônio Fortes, Jair Pena, José Pedro Ponciano Gomes e Vicente Maria de Godói, que questionavam constantemente sua gestão acusando-o de uma série de irregularidades de caráter administrativo.

As frequentes denúncias dos professores contra a administração arbitrária de Tropa, feitas ao Ministério da Educação, acabaram motivando a visita de funcionários do referido órgão à Escola de Farmácia de Ouro Preto para apurar a situação<sup>257</sup>. Motivado pelos pareceres emitidos pelos representantes do MEC, que consideraram as acusações dos professores “infundadas”<sup>258</sup>, Tropa abriu inquéritos contra discentes, processos de sindicância contra docentes<sup>259</sup> e mandou baixar portarias aplicando punições de suspensão tanto contra professores, quanto contra alunos. Aos professores, foi aplicada suspensão de oito dias. Contudo, as ações do diretor não se limitaram à punição, uma vez que ele encaminhou uma cópia da portaria que determinava a medida punitiva<sup>260</sup> ao coronel Adolpho Murgel (secretário de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais), o que possivelmente ocasionou o fichamento dos professores em órgãos da repressão<sup>261</sup>.

Na concepção de Tropa e, como se verá mais adiante, dos diretores que o sucederam, era necessário conter a qualquer preço as ações oposicionistas desses professores visto que os mesmos, dentre outras questões, atuavam em um consistente movimento de aliciamento de

---

<sup>257</sup> Para averiguação das denúncias, a Escola de Farmácia de Ouro Preto recebeu em diferentes momentos a visita do inspetor escolar do MEC Elderson Moreira Guimarães e do diretor substituto da Diretoria de Ensino Superior Ayrton da Costa Paiva. Arquivo Nacional/Rio de Janeiro. BR\_RJANRIO\_TT\_0\_IRR\_PRO\_295\_d0001de0001. Of. Conf, nº 665/72. p. 5-7.

<sup>258</sup> Arquivo Nacional/Rio de Janeiro. BR\_RJANRIO\_TT\_0\_IRR\_PRO\_295\_d0001de0001. Of. Conf, nº 665/72. p. 5-7.

<sup>259</sup> São exemplos: o inquérito aberto contra o aluno João Francisco Castelão Junior, que foi obrigado a se transferir para outro estabelecimento de ensino como medida punitiva, e o processo de sindicância aberto contra o professor Jair Pena sob a alegação de que este lecionava o programa de sua disciplina de forma incompleta e que havia “alterado criminosamente a sua caderneta de registro de aula, com matéria não lecionada” (Arquivo Nacional/Rio de Janeiro. BR\_RJANRIO\_TT\_0\_IRR\_PRO\_295\_d0001de0001. Of. Conf, nº 665/72. p. 6). O professor foi afastado temporariamente, mas impetrou mandado de segurança contra Tropa, conseguindo anular o efeito de sua punição e suspender o encaminhamento do processo ao Ministério da Educação.

<sup>260</sup> Arquivo Público Mineiro. Acervo DOPS/MG. Pasta 1021, Rolo 026. Portaria 15/70 de 19/03/1970. Documento 4.

<sup>261</sup> Na cópia da portaria 15/70, disponível no APM/DOPS, há uma referência manuscrita de que os professores punidos por Tropa deveriam ser fichados. Posteriormente, em circular do DOPS de 08/10/1971, divulgada entre instâncias de repressão, o professor Jair Pena foi descrito como “fichado como comunista”, o professor Vicente Maria de Godoy como “intelectual de esquerda” e o docente Antônio Fortes como “tio do terrorista Hécio Pereira Fortes”. Arquivo Público Mineiro. Acervo DOPS/MG. Pasta 4021, Rolo 050, Documento 54-55.

alunos com o intuito único de tumultuar a vida escolar. Era nesse contexto, inclusive, que Vicente Ellena Tropa enfatizava ser de responsabilidade dos cinco professores que o contestavam o conteúdo dos boletins denominados *Cartas Chilenas* e *Reação*<sup>262</sup>, que começaram a circular no ambiente da Escola de Farmácia de Ouro Preto na década de 1970. Segundo Tropa, orientados por aqueles professores, os referidos periódicos eram divulgados por “Rogério Peret Teixeira, Dietrich Sebald Ritter Von Kostrich, Antônio Marques Varela, Cláudio Fontana, secundados por alguns outros alunos, com menor responsabilidade [...]”<sup>263</sup>.

De todos os alunos relacionados, Dietrich Sebald Ritter Von Kostrich foi o mais atuante no processo de contestação e posicionamento contrário às constantes atitudes reacionárias e autoritárias empreendidas por alguns professores e principalmente pela direção da Escola de Farmácia e Bioquímica de Ouro Preto e, provavelmente por isso, o que sofreu de forma mais enfática a repressão imposta à comunidade estudantil daquela instituição.

---

<sup>262</sup> É importante salientar que os boletins foram evidentes manifestações ideológicas e de descontentamento com as administrações da Escola de Farmácia e Bioquímica de Ouro Preto, mas também com a ditadura brasileira. Tais boletins foram produzidos por alunos, com a possível contribuição de docentes da referida Escola, contudo, eram boletins anônimos. No Arquivo Público Mineiro – Acervo DOPS/MG (Pasta 1026, Rolo 026, Documentos. 17-34) há um exemplar da 2ª edição do jornal *Reação* publicado em junho de 1971, no qual foram realizadas fortes críticas ao trabalho de Tropa e também da secretária da Escola de Farmácia, Ilka da Costa Simões, denominada “raposa bajuladora”. Segundo informações contidas no próprio periódico, *Reação* era um jornal com tiragem média de 620 exemplares e possuía sucursais nas cidades de Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

<sup>263</sup> Arquivo Nacional/Rio de Janeiro. BR\_RJANRIO\_TT\_0\_IRR\_PRO\_295\_d0001de0001. Of. Conf, nº 665/72. p. 9.

## 2.2 Estudos de caso

### 1. Dietrich Sebald Ritter Von Kostrich

Dietrich Sebald Ritter Von Kostrich, filho de Denis Ritter Von Kostrich e Hedwig Josefine Von Kostrich, nasceu em 1942, em Teschen – Olslerland (Áustria) e naturalizou-se brasileiro em 1965. Aos 25 anos de idade, em 1968, foi aprovado em décimo primeiro lugar no segundo Concurso de Habilitação para ingresso na Escola Federal de Farmácia e Bioquímica de Ouro Preto. Iniciava então, naquele contexto, a trajetória de aluno crítico e contestador que não se calava diante de situações que julgasse inadequadas ou de caráter arbitrário.

Quando Dietrich S. R. Von Kostrich iniciou sua vida acadêmica na Escola de Farmácia de Ouro Preto, Vicente Ellena Tropa já exercia o cargo de diretor da instituição. Segundo relatos de Tropa<sup>264</sup>, o referido aluno, desde que ingressou na Escola de Farmácia, deu início a um “período de intranquilidade naquele Estabelecimento de Ensino com o objetivo de tumultuar a boa marcha dos trabalhos escolares e administrativos”<sup>265</sup>. Não apenas na sua visão, mas também na de outros docentes e servidores, Dietrich era considerado um aluno “agressivo com os professores, prepotente, mal educado e mau aluno que procurava sempre intimidar os seus superiores”<sup>266</sup>.

Contudo, a documentação analisada possibilitou o mapeamento de um conjunto de ações que foram adotadas por Dietrich S. R. Von Kostrich no intuito de argumentar e combater diferentes questões que ele julgava incorretas e injustas, incluindo medidas punitivas aplicadas contra ele e também contra outros alunos. Nesse sentido, ao que tudo indica, era justamente esse comportamento questionador do aluno que incomodava parte do corpo docente e principalmente a direção da Escola.

---

<sup>264</sup> Em agosto de 1971, o professor prestou depoimento em um inquérito que foi aberto contra o aluno Dietrich S. R. Von Kostrich. Naquela ocasião, Tropa elaborou uma declaração na qual relatava o histórico de indisciplinas do aluno. O inquérito será melhor abordado, posteriormente, neste relatório. Arquivo Nacional. Distrito Federal. BR\_DFANBSB\_AT3\_0028\_d. AT3.1.28. Declaração de Vicente Ellena Tropa encaminhada à Comissão de Inquérito contra o aluno Dietrich Ritter. 23/08/1971, p. 71-73.

<sup>265</sup> Arquivo Nacional. Distrito Federal. BR\_DFANBSB\_AT3\_0028\_d. AT3.1.28. Declaração de Vicente Ellena Tropa encaminhada à Comissão de Inquérito contra o aluno Dietrich Ritter. 23/08/1971, p. 71.

<sup>266</sup> Arquivo Central da UFOP. Pasta Dietrich S. R. Von Kostrich. Ata de Reunião do Colegiado da Faculdade de Farmácia e Bioquímica da Universidade Federal de Ouro Preto. 21/03/1970, p. 28-29.

Em 21 de fevereiro de 1970, o aluno Rogério Peret Teixeira enviou à direção da Escola um requerimento solicitando a constituição de banca examinadora especial para exames de segunda época em uma cadeira na qual o professor Carlo Américo Fattini teria, segundo ele, aplicado uma nota arbitrária na prova, ocasionando sua reprovação na disciplina. Considerando as afirmações presentes no requerimento e os termos utilizados pelo aluno, o diretor Vicente Ellena Tropia definiu que fosse aberto um processo de sindicância para apurar as devidas responsabilidades. No referido processo, o aluno Dietrich S. R. Von Kostrich foi arrolado como testemunha e o seu depoimento, somado a uma declaração por ele elaborada, foram considerados desrespeitosos e injuriosos contra alguns docentes. Nessas circunstâncias, após conclusões da Comissão de Sindicância, o Colegiado da Escola de Farmácia de Ouro Preto decidiu, em reunião realizada no dia 21 de março de 1970, punir por “infração de desrespeito e injúria contra professores” não somente o aluno Rogério Peret Teixeira, mas também Dietrich Kostrich aplicando-lhes uma pena disciplinar de suspensão por um período de trinta dias. No caso de Dietrich, definiu-se ainda pela abertura imediata de inquérito, para que fossem apuradas suas responsabilidades no processo<sup>267</sup>. Ou seja, o aluno Dietrich, na qualidade de testemunha foi considerado réu, sofrendo uma punição sem que existisse processo de sindicância específico aberto contra ele.

Essa medida, definida pelo Colegiado e colocada em prática pelo diretor da Escola de Farmácia por meio da portaria 20/70<sup>268</sup>, foi cumprida apenas em parte. Em reunião posterior, realizada em 18 de abril de 1970, o Colegiado, de posse de uma retratação do aluno Dietrich S. R. Von Kostrich, resolveu cancelar a abertura do inquérito mantendo apenas a pena de suspensão<sup>269</sup>. Entretanto, mesmo que o inquérito fosse aberto posteriormente, tal decisão contrariava regras do Regimento Interno da Escola, que estabelecia que penas de suspensão superiores a oito dias só poderiam ser aplicadas pela Congregação após a conclusão de

---

<sup>267</sup> Arquivo Central da UFOP. Pasta Dietrich S. R. Von Kostrich. Ata de Reunião do Colegiado da Faculdade de Farmácia e Bioquímica da Universidade Federal de Ouro Preto. 21/03/1970, p. 28-29.

<sup>268</sup> A portaria 20/70, de 21/03/1970 oficializou a punição disciplinar de suspensão por um período de trinta dias ao aluno. A punição foi estabelecida a partir do dia 23/03/1970, sendo que, o período de trinta dias poderia ser prorrogado caso o inquérito que seria aberto imediatamente após o estabelecimento da punição, não tivesse sido concluído. Arquivo Nacional/Distrito Federal. BR\_DFANBSB\_AT3\_0028\_d. AT3.1.28. Portaria nº 20/70. 21/03/1970, p. 80.

<sup>269</sup> Cabe destacar que, na verdade, a referida ata (Arquivo da Escola de Farmácia de Ouro Preto. Ata de Reunião do Colegiado da Faculdade de Farmácia e Bioquímica da Universidade Federal de Ouro Preto. 18/04/1970. Documento 5.) menciona de forma mais ampla a retirada da punição. Contudo, informações presentes no mandado de segurança impetrado pelo aluno evidenciam que, naquele contexto, apenas a decisão de abertura de inquérito foi cancelada, ficando a pena disciplinar de suspensão mantida. Arquivo Público Mineiro. Acervo DOPS/MG. Pasta 0317B459, Rolo 20A, Documento 74.



inquérito<sup>270</sup>. Baseando-se nessas inconsistências e irregularidades, Dietrich entrou com mandado de segurança na Justiça Federal contra Vicente Ellena Tropia, questionando a punição disciplinar que recebeu em um inquérito no qual era apenas uma das testemunhas<sup>271</sup>.

No decorrer de todo o processo, indignado com o clima de tensão que tomava conta do ambiente da Escola de Farmácia, Dietrich procurou o jornal *Estado de Minas* para denunciar as arbitrariedades que vinham acontecendo na instituição. Na reportagem divulgada em 04 de abril de 1970, o discente alegou a existência de desigualdade de tratamento entre estudantes, relatou casos de punições aplicadas contra alunos, incluindo o seu em particular, apontou irregularidades na atuação de professores e destacou o clima de animosidade que permeava a Escola:

Não há condições psicológicas para estudar. Não há tranquilidade para os alunos e professores. O clima é de tensão nervosa. Somente uma intervenção federal poderá salvar a Escola da situação em que se encontra. Os alunos que não aceitam as arbitrariedades partidas do diretor vivem sob ameaças [...]. Não tenho receio do que possa ocorrer contra a minha pessoa, em face das denúncias que faço. O que interessa é a verdade [...]. A justiça há de sobrepor às arbitrariedades e irregularidades que hoje dominam o ambiente estudantil na Escola Federal de Farmácia e Bioquímica de Ouro Preto<sup>272</sup>.

E, em certa medida, a justiça esperada por Dietrich S. R. Von Kostrich aconteceu. Como resultado do mandado de segurança que ele impetrou contra o diretor Vicente Ellena Tropia, primeiramente o aluno obteve liminar e posteriormente, em 30 de maio de 1970, considerando a irregularidade da aplicação preliminar de uma pena sem que “houvesse inquérito ou mesmo processo sumário”<sup>273</sup>, o juiz federal da 3ª Vara da Justiça Federal de Minas Gerais, Carlos Mário da Silva Velloso, definiu a causa em seu favor<sup>274</sup>.

---

<sup>270</sup> Arquivo Público Mineiro. Acervo DOPS/MG. Pasta 0317B459, Rolo 20A, Documento 75.

<sup>271</sup> Documento disponível em: Arquivo Público Mineiro. Acervo DOPS/MG. Pasta 0317B459, Rolo 20A, Documento 73-77.

<sup>272</sup> Arquivo Público Mineiro. Acervo DOPS/MG. Pasta 0317B459, Rolo 20A, Documento 77.

<sup>273</sup> Arquivo Público Mineiro. Acervo DOPS/MG. Pasta 0317B459, Rolo 20A, Documento 77.

<sup>274</sup>

Após essa vitória judicial, Dietrich entrou com um requerimento junto à diretoria da Escola de Farmácia de Ouro Preto para obter o direito de fazer provas de três disciplinas que ele havia perdido porque as mesmas foram aplicadas no decorrer do mês de março – período de sua punição. A ata do Conselho Departamental de 30/06/1970 registra a aprovação dos membros presentes para que fossem remarcadas as provas para o aluno. Arquivo Central da UFOP. Pasta Dietrich S. R. Von

No decorrer de seu período como estudante da instituição, inúmeros foram os requerimentos direcionados à diretoria que, posteriormente, era ocupada pelo vice-diretor em exercício José Badini<sup>275</sup>. Na maioria deles, Dietrich questionava métodos, práticas e posturas adotados por alguns professores, além de decisões do Colegiado e da direção.

Em meados de 1970, por exemplo, Dietrich, Antônio Marcos Varela, Carlos Alberto Baeta Neves, Cláudio Fontana e Rogério Peret Teixeira protocolaram um requerimento pedindo revisão das notas que receberam na disciplina ministrada pelo professor Júlio Weimberg. No documento, os mesmos realizaram várias acusações ao professor, incluindo o fato de que este os proibiu de entrar em sala de aula para realizarem uma prova complementar prática<sup>276</sup>. Aproximadamente dois meses após o requerimento dos alunos, a diretoria da Escola de Farmácia, por meio do ofício 448/70, respondeu que o pedido tinha sido negado e que o Colegiado, após estudar o assunto, havia decidido pela manutenção da nota dada pelo professor Weimberg.

Esse retorno causou grande indignação nos alunos que, discordando totalmente da decisão do Colegiado, entraram com novo requerimento solicitando que fosse aberto um inquérito para “apuração dos fatos verdadeiros”<sup>277</sup>. Tal pedido foi, entretanto, indeferido pelo vice-diretor em exercício, alegando que, com base na legislação em vigor e também nos “regimentos internos, era de exclusiva competência do professor a atribuição de notas e a fixação de critérios para conferi-las”<sup>278</sup>. Além disso, José Badini comunicou aos alunos que, tendo em vista os termos desrespeitosos que foram dirigidos ao professor Júlio Weimberg, a diretoria aplicaria a cada um deles, com base no Regimento Interno, pena de advertência que seria anotada em suas fichas de escolaridade.

O professor Júlio Weimberg não era o único de cujos métodos Dietrich discordava. Em 06 de maio de 1971, o estudante elaborou um documento com o intuito de informar ao diretor Benedito Cândido da Silva sobre o funcionamento irregular da disciplina “Economia e Administração”, ministrada pelo professor Altivo Márcio Ribeiro. Dietrich denunciava com

---

Kostrich. Ata de Reunião do Conselho Departamental da Faculdade de Farmácia e Bioquímica da Universidade Federal de Ouro Preto. 30/06/1970, p. 38-39.

<sup>275</sup> Vicente Ellena Tropa deixou a direção da Escola em 21 de março de 1970, em decorrência do término de seu mandato iniciado em 1966. Após sua saída, a direção da Escola de Farmácia foi ocupada, por alguns meses, pelo vice-diretor em exercício José Badini e, ainda no ano de 1970, foi nomeado o novo diretor da instituição – o professor dr. Benedito Cândido da Silva.

<sup>276</sup> Arquivo Nacional. Distrito Federal. BR\_DFANBSB\_AT3\_0026\_d. AT3.1.26. Requerimento nº 1370. 25/06/1970, p. 27.

<sup>277</sup> Arquivo Nacional. Distrito Federal. BR\_DFANBSB\_AT3\_0026\_d. AT3.1.26. Requerimento nº 14036. 25/08/1970, p. 35.

<sup>278</sup> Arquivo Nacional. Distrito Federal. BR\_DFANBSB\_AT3\_0026\_d. AT3.1.26. Ofício nº 463/70. 25/08/1970, p. 36.

tom crítico e até mesmo irônico a postura adotada por Ribeiro, apontando as inúmeras ausências e atrasos do mesmo. Por meio de um relatório minucioso, o aluno informava que, no decorrer do mês de março de 1971, o professor não havia ministrado nenhuma das aulas programadas e que, entre o período de 01 de abril de 1971 a 06 de maio de 1971, das dezesseis aulas previstas, apenas três haviam sido ministradas, mesmo assim, com uma carga horária reduzida, tendo em vista os atrasos do docente<sup>279</sup>. Dias depois, o mesmo assunto foi motivo de discussão entre Altivo Márcio Ribeiro e o estudante, tanto que outros alunos chegaram a elaborar uma declaração<sup>280</sup> afirmando que no dia 13 de maio de 1971 presenciaram na sala do 3º ano a seguinte resposta do professor a Dietrich:

Eu tenho um “status social” e outros compromissos sociais que não me permitem chegar à hora nas aulas e às vezes até me impedem de dar aulas. E você vai perder tempo e trabalho consultando o relógio ao marcar a hora das minhas chegadas porque até o fim do ano chegarei atrasado<sup>281</sup>.

Havia, neste sentido, um clima de tensão entre o professor Altivo Ribeiro e o estudante que, constantemente, questionava suas posturas. Essa situação chegou ao extremo quando, na aula do dia seguinte, 14 de maio de 1971, o estudante solicitou um momento para que pudesse argumentar sobre a fala do ex-diretor Vicente Ellena Tropia, proferida na aula do dia 07 de maio do mesmo ano, acerca da fundação e história da Escola Federal de Farmácia e Bioquímica de Ouro Preto. Segundo Dietrich, era necessário esclarecer algumas informações prestadas por Tropia<sup>282</sup>. O docente não concedeu o direito ao aluno de se manifestar e irritou-se com a situação, deixando a sala de aula e informando a todos que não fazia mais parte do quadro de professores daquela instituição. Dias depois, encaminhou um comunicado ao

---

<sup>279</sup> Arquivo Nacional. Distrito Federal. BR\_DFANBSB\_AT3\_0028\_d. AT3.1.28. Relatório do aluno Dietrich Kostrich protocolado sob o nº 2451. 06/05/1971, p. 49.

<sup>280</sup> A referida declaração foi rubricada por três alunos. Na assinatura mais legível é possível identificar as iniciais P.P. e o sobrenome Farah.

<sup>281</sup> Arquivo Nacional. Distrito Federal. BR\_DFANBSB\_AT3\_0028\_d. AT3.1.28. Declaração de alunos da Escola de Farmácia e Bioquímica de Ouro Preto sobre diálogo entre o aluno Dietrich Kostrich e o professor Altivo Márcio Ribeiro, p. 47.

<sup>282</sup> É importante mencionar que, no dia 07 de maio de 1971, o ex-diretor Vicente Ellena Tropia foi convidado pelo professor Altivo Márcio Ribeiro para participar de sua aula com o objetivo de ministrar uma palestra para os alunos sobre a fundação e a história da Escola de Farmácia de Ouro Preto. Tal palestra tinha por objetivo ajudar os alunos na elaboração de um trabalho solicitado pelo professor Altivo Márcio Ribeiro. Dietrich, apesar de não ter participado da referida aula, ao saber por intermédio de outros alunos de classe o conteúdo da palestra de Tropia, discordou do mesmo e achou que o ex-diretor deixou de ressaltar questões importantes que precisavam ser esclarecidas. Por isso pediu o direito de fala em aula posterior.

diretor Benedito C. da Silva explicando todas as questões conflituosas existentes entre ele e Dietrich e oficializando seu pedido de demissão, uma vez que alegava não ter condições de lecionar com a presença de um aluno na classe que “criava constantes problemas”<sup>283</sup>.

Essa situação foi o motivo encontrado por Vicente Ellena Tropa e também pela atual direção para forjarem uma comissão de inquérito contra Dietrich S. R. Von Kostrich. Assim que tomou conhecimento da situação, em 28 de junho de 1971, Tropa solicitou oficialmente ao diretor Benedito Cândido da Silva a abertura de inquérito para apurar as responsabilidades do aluno, que, segundo ele, havia proferido “palavras desairosas contra [sua] pessoa, numa tentativa de [desmoralizá-lo] perante seus colegas de classe, arguindo de infundadas e mentirosas as informações que [ele havia prestado]”<sup>284</sup>. No dia seguinte, o diretor, acatando a solicitação de Tropa, mandou baixar a portaria 58/71, que previa a instalação de uma comissão de inquérito para averiguar os fatos. O professor contratado Zilmar de Andrade Miranda foi designado presidente e os professores José Batista Pereira, Mauro Sampaio e Solange de Oliveira Bicalho, membros da referida comissão.

Antes que os trabalhos da comissão fossem iniciados oficialmente, o professor Zilmar Miranda conversou informalmente com algumas testemunhas que seriam arroladas no processo e concluiu que não havia justificativa para abertura de um inquérito contra Dietrich. Contudo, ao expor tal opinião para o diretor Benedito C. da Silva, o mesmo, “muito excitado”, alegou que os alunos não haviam respondido “direito porque estavam ameaçados pelo acusado”<sup>285</sup>. Naquele contexto, ele não apenas desconsiderou a possibilidade de não abertura do processo de inquérito, como enviou um ofício ao capitão da Polícia Militar de Minas Gerais, Pedro Ivo dos Santos Vasconcelos, que trazia um relato das ocorrências de “indisciplinas” em que Dietrich S. R. Von Kostrich esteve envolvido desde seu primeiro ano na instituição<sup>286</sup>. No referido documento, o diretor alertava enfaticamente a necessidade de

---

<sup>283</sup> Arquivo Nacional. Distrito Federal. BR\_DFANBSB\_AT3\_0028\_d. AT3.1.28. Requerimento do professor Altivo Ribeiro encaminhado ao diretor Benedito Cândido da Silva. 04/06/1971, p. 32.

<sup>284</sup> Arquivo Nacional. Distrito Federal. BR\_DFANBSB\_AT3\_0028\_d. AT3.1.28. Solicitação de abertura de inquérito contra o aluno Dietrich Kostrich. 28/06/1971, p. 30.

<sup>285</sup> Arquivo Público Mineiro. Acervo DOPS/MG. Pasta 0317B459, Rolo 20A, Documento 98.

<sup>286</sup> É importante observar o quanto esse ofício enviado ao capitão Pedro Ivo dos Santos Vasconcelos colocava em risco iminente a integridade física do aluno Dietrich, pois o referido capitão foi um militar que se envolveu diretamente em casos de repressão no período em que atuou no DOPS de Belo Horizonte. No relatório do *Projeto Brasil Nunca Mais*, ele é apontado como um dos funcionários do regime que praticou torturas. De forma particular, em depoimento prestado à Justiça Militar, o preso político Herculano Mourão Salazar afirma que “foi torturado duramente durante o IPM pelo Capitão Pedro Ivo dos Santos Vasconcelos [...] sendo que tais torturas constavam de choques elétricos nos pés, nas mãos e nos órgãos genitais; queimaduras com pontas de cigarro na face interna

particular atenção a tais atos para que as autoridades não fossem surpreendidos “por indisciplinas generalizadas, contrariamente ao pensamento do ilustre Presidente Médici que tão acertadamente [vinha] conduzindo a nação brasileira”<sup>287</sup>.

No decorrer do inquérito, várias testemunhas foram ouvidas e nenhuma delas relatou questões que pudessem embasar a aplicação de uma punição ao aluno, nem tampouco alegaram sofrer algum tipo de ameaça por parte do investigado<sup>288</sup>. Nesse contexto, diante da ausência de provas que pudessem condenar Dietrich, os professores Zilmar de Andrade Miranda e José Batista Pereira informaram ao diretor da Escola que decidiriam em favor do acusado, declarado-o inocente. Porém, Benedito C. da Silva, alegando novamente que as testemunhas estavam coagidas pelo aluno investigado, informou que ele já havia tomado providências para que todos fossem inquiridos novamente, agora diante da presença de um oficial do exército, conforme ele mesmo tinha acertado na ID-4<sup>289</sup>. Além disso, afirmou aos professores que o acusado “teria que ser condenado de qualquer forma sem apelação”<sup>290</sup>, uma vez que o estudante era

um instrumento de alguns professores da oposição que [eram] comunistas e elementos ligados ao movimento subversivo. E que quando o alemão [fosse] condenado ele sabia que ele [abriria] o bico, [iria] denunciar os mandantes de quem [era] instrumento. E aí [ele teria] elementos para punir estes

---

da coxa, ataques morais à pessoa de sua família [...]” (*Brasil: Nunca Mais*. Projeto A. Tomo V, vol. 2, p. 168).

<sup>287</sup> Arquivo Central da UFOP. Ofício nº 250/71. Pasta Dietrich S. R. Von Kostrich. 26/08/1971, p. 91-92.

<sup>288</sup> Neste ponto cabe uma ressalva: apenas os depoimentos do ex-diretor Vicente Ellena Tropaia, do atual diretor Benedito Cândido da Silva e da secretária da Escola de Farmácia Ilka da Costa Simões apontavam aspectos desabonadores no que diz respeito à conduta do aluno Dietrich Kostrich. No caso de Tropaia, em especial, o mesmo elaborou um verdadeiro memorial com informações e documentos que ele julgava corroborar a necessidade de punição do aluno. Arquivo Nacional. Distrito Federal. BR\_DFANBSB\_AT3\_0028\_d. AT3.1.28. Declaração de Vicente Ellena Tropaia encaminhada à Comissão de Inquérito contra o aluno Dietrich Ritter. 23/08/1971, p. 71-73.

<sup>289</sup> ID/4: 4ª Divisão de Infantaria da Região Militar de Belo Horizonte. No contexto de estruturação do sistema repressivo, Belo Horizonte representava uma Subárea de Defesa Interna (SADI/BH) que correspondia à 4ª Divisão de Infantaria (ID/4). Sobre essa questão ver: RAMOS, Luiz Fernando Figueiredo. “Dentro da estrutura repressiva: o sistema de segurança interna – imaginário anticomunista e repressão política em Minas Gerais no começo da década de 1970”. In: SOUZA, Fernando Ponte de; SILVA, Michel Goulart (orgs). *Ditadura repressão e conservadorismo*. Florianópolis: UFSC, 2011; SILVA, André Gustavo da. *Um estudo sobre a participação da PMMG no movimento golpista de 1964 em Belo Horizonte*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de São João Del – Rei. Departamento de Ciências Sociais, Política e Jurídicas, São João Del-Rei, 2014.

<sup>290</sup> Arquivo Público Mineiro. Acervo DOPS/MG. Pasta 0317B459, Rolo 20A, Documento 99.

professores que faziam oposição [contra ele], principalmente os professores Godoy e José Dias<sup>291</sup>.

Desaprovando totalmente as manobras arquitetadas tanto por Benedito Cândido da Silva quanto por Vicente EllenaTropia, para condenarem sem justificativa o aluno, os professores José Batista Pereira e Zilmar de Andrade Miranda se demitiram dos cargos que ocupavam na comissão de inquérito. Antes disso, oficializaram, contudo, em 20 de outubro de 1971, que, de acordo com suas conclusões, as denúncias eram “carentes de fundamentos e as provas em nada concorriam para a condenação do réu”<sup>292</sup>, e que, por isso, eles recomendavam o arquivamento do inquérito e a declaração pública de inocência do indiciado no processo investigativo<sup>293</sup>. Benedito Cândido, por sua vez, não concordou com a definição da comissão e, indeferindo o parecer final, elaborou um extenso documento<sup>294</sup> comunicando ao corpo docente da instituição as inúmeras irregularidades por ele identificadas no processo de inquérito<sup>295</sup>.

Naquele contexto, Dietrich Kostrich já suspeitava que as recorrentes tentativas de punição contra ele não se limitavam ao ambiente institucional da universidade, tanto que solicitou ao DOPS um atestado de seus antecedentes políticos e sociais. Tal atestado foi de início negado<sup>296</sup>. Contudo, de posse da decisão da comissão de inquérito que o inocentava, Dietrich, por intermédio de seu advogado, Antônio Martins Machado, realizou uma segunda

---

<sup>291</sup> Arquivo Público Mineiro. Acervo DOPS/MG. Pasta 0317B459, Rolo 20A, Documento 99.

<sup>292</sup> Arquivo Central da UFOP. Pasta Dietrich S. R. Von Kostrich. Decisão da Comissão de Inquérito instaurada contra o aluno Dietrich Kostrich. 20/10/1971, p. 72.

<sup>293</sup> Cabe salientar que, no início do ano seguinte (25/01/1972), o professor Zilmar de Andrade Miranda, que era um docente contratado, foi demitido pelo diretor Benedito Cândido da Silva. Em carta enviada ao reitor da Universidade Federal de Ouro Preto, o professor associa sua demissão ao fato de ter agido contrariamente às ordens arbitrárias e “absurdas” de Benedito Cândido no que diz respeito aos trabalhos e à decisão adotada pela comissão de inquérito que investigou denúncias contra o aluno Dietrich S. R. Von Kostrich. Arquivo Público Mineiro. Acervo DOPS/MG. Pasta 0317B459, Rolo 20A, Documentos 98-101.

<sup>294</sup> Arquivo Central da UFOP. Pasta Dietrich S. R. Von Kostrich. Comunicado relatando “irregularidades” nos trabalhos da comissão de inquérito instaurada contra o aluno Dietrich Kostrich. 05/11/1971, p. 23-26.

<sup>295</sup> O referido documento foi também utilizado posteriormente por Benedito Cândido da Silva, quando o mesmo, em março de 1972, se reportou ao delegado do DOPS David Hazan para informá-lo o “improcedente” parecer da comissão de inquérito. Arquivo Nacional. Distrito Federal. BR\_DFANBSB\_AT3\_0028\_d. AT3.1.28. Ofício nº49/72. 02/03/1972, p. 7.

<sup>296</sup> De acordo com documentação disponível no APM/DOPS, Dietrich solicitou o atestado em 25/11/1971. A referida solicitação foi levada para aprovação do diretor do DOPS em 05/12/1971 com a seguinte observação: “Senhor Diretor: o requerente já esteve envolvido em atividades subversivas, ou melhor, seria o líder das badernas na Faculdade de Farmácia de Ouro Preto”. No dia seguinte o diretor do DOPS indeferiu o pedido. Arquivo Público Mineiro. Acervo DOPS/MG. Pasta 0317B459, Rolo 20A, Documentos 79-80.

solicitação ao órgão pedindo uma certidão de tudo que constasse contra sua pessoa naquela repartição. Foi então que o diretor do DOPS reconsiderou o despacho de rejeição e deferiu o pedido de Dietrich.

A certidão emitida em 04 de janeiro de 1972 relatava que, de acordo com documento de 26 de agosto de 1970, arquivado naquele órgão, Dietrich Sebald Ritter Von Kostrich era

um dos supostos líderes responsáveis pelo tumulto na Escola Federal de Farmácia e Bioquímica de Ouro Preto, na tentativa de desorganizar a vida escolar e administrativa da Escola, com críticas desrespeitosas, inverídicas e provocando o afastamento dos melhores professores do referido estabelecimento<sup>297</sup>

A concessão dessa certidão foi uma vitória para Dietrich, pois a partir desse documento o mesmo conseguiu, em 21 de janeiro de 1972, que o DOPS cancelasse a nota desabonadora que existia contra ele naquele órgão<sup>298</sup>.

Entretanto, intrigado com a origem das informações, o estudante solicitou uma segunda certidão em que constassem na íntegra as acusações registradas em 26 de agosto de 1970. Foi a partir desse segundo documento<sup>299</sup> que descobriu uma carta desabonadora escrita por uma colega de classe, a aluna Juvenilha Lacerda de Almeida. Na carta, que foi redigida em papel timbrado da Escola Federal de Farmácia e Bioquímica de Ouro Preto e entregue pessoalmente por ela ao DOPS, além das informações que foram citadas na certidão, Dietrich e o aluno Antônio Marques Varela eram indicados como supostos líderes de um processo de “subversão da ordem”, e intitulados como “alunos medíocres [que criavam] na Escola um ambiente hostil de terror, quase insuportável para aqueles que [queriam] trabalhar pelo bem comum”<sup>300</sup>. Os alunos eram vinculados ainda ao jornal intitulado *Cartas Chilenas*,

---

<sup>297</sup> Arquivo Público Mineiro. Acervo DOPS/MG. Pasta 0317B459, Rolo 20A, Documentos 70.

<sup>298</sup> Cabe esclarecer que, de posse da certidão emitida pelo DOPS, Dietrich reuniu uma série de documentos com o intuito de “provar sua inocência” e a partir dessa documentação entrou com um requerimento de cancelamento da nota desabonadora que existia em seu prontuário no DOPS. (Despacho do diretor do DOPS disponível em: Arquivo Público Mineiro. Acervo DOPS/MG. Pasta 0317B459, Rolo 20A, Documentos 80.

<sup>299</sup> Arquivo Nacional. Distrito Federal. BR\_DFANBSB\_AT3\_0028\_d. AT3.1.28. Certidão emitida pelo Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais. 07/02/1972, p. 3.

<sup>300</sup> Arquivo Nacional. Distrito Federal. BR\_DFANBSB\_AT3\_0028\_d. AT3.1.28. Certidão emitida pelo Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais. 07/02/1972, p. 3.

considerado um “informativo volante”, que era produzido com o “fio único e exclusivo de desmoralizar a administração e os corpos docente e discente da Escola”<sup>301</sup>.

Motivado para descobrir o que realmente estava por trás daquela denúncia, Dietrich conseguiu uma declaração de Juvenilha Almeida escrita de próprio punho, na qual a aluna esclarecia os verdadeiros motivos das acusações:

Eu, Juvenilha Lacerda de Almeida, brasileira, solteira, declaro, para fins de direito, por livre e espontânea vontade, que a carta dirigida ao delegado chefe do DOPS – Belo Horizonte – Minas Gerais, assinada por mim em 26 de agosto de 1970, trata-se de termos que foram escritos em papel da Escola Federal de Farmácia e Bioquímica de Ouro Preto, ditados e sugeridos pelo Sr. Dr. Vicente EllenaTropia.

Declaro ainda que nada tenho contra meus colegas Dietrich Sebald Ritter Von Kostrich e Antônio Marques Varela e que todas as acusações contidas na carta acima referida foram feitas pelo Sr. Dr. Vicente Ellena Tropia, e que não são de maneira alguma da minha opinião e que o Sr. Dr. Vicente EllenaTropia foi quem induziu-me a assiná-la e que eu, pessoalmente levasse essa carta ao DOPS. Quero reforçar mais uma vez, que fui iludida e forçada pelo Sr. Vicente Ellena Tropia e que hoje, me arrependo de tal atitude impensada por minha inexperiência e boa fé<sup>302</sup>.

A declaração da estudante comprovava a existência de um esquema maior arquitetado por Vicente Ellena Tropia e também por outros diretores que o sucederam para prejudicar estudantes da Escola, não apenas institucionalmente, uma vez que os constantes comunicados encaminhados ao DOPS colocavam evidentemente em risco a própria segurança destes.

A partir da carta de Juvenilha Almeida, o aluno moveu no Cartório Crime de Ouro Preto uma ação de difamação contra Vicente Ellena Tropia<sup>303</sup>. Além disso, Dietrich entrou

---

<sup>301</sup> Arquivo Nacional. Distrito Federal. BR\_DFANBSB\_AT3\_0028\_d. AT3.1.28. Certidão emitida pelo Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais. 07/02/1972, p. 3.

<sup>302</sup> Arquivo Nacional. Distrito Federal. BR\_DFANBSB\_AT3\_0028\_d. AT3.1.28. Declaração da aluna Juvenilha Almeida afirmando ter sido manipulada por Vicente Ellena Tropia. 17/03/1972, p. 4.

<sup>303</sup> A documentação encontrada informa que, em 20/03/1972, Dietrich S. R. Von Kostrich movia uma ação de difamação contra Vicente Ellena Tropia que, naquele contexto, encontrava-se em fase de instrução. Arquivo Nacional. Distrito Federal. BR\_DFANBSB\_AT3\_0028\_d. AT3.1.28. Certidão do Cartório Crime de Ouro Preto sobre ação de difamação movida contra Vicente Ellena Tropia. 20/03/1972, p. 5.



com um requerimento na diretoria da Faculdade de Farmácia e Bioquímica solicitando que fossem arquivadas, junto à sua documentação, cópias das certidões emitidas pelo DOPS, da carta da aluna afirmando ter sido manipulada por Tropa e da certidão do Cartório Crime referente ao processo criminal de difamação.

Tropa ainda tentou prosseguir com seu projeto de prejudicar os que se posicionavam de maneira contrária às suas ideias e práticas, dentre eles, o aluno Dietrich, quando em 24 de junho de 1972, escreveu uma carta ao Ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, relatando as “graves ocorrências” que vinham acontecendo na Faculdade de Farmácia e Bioquímica de Ouro Preto. Na missiva, Dietrich foi novamente apontado como um dos alunos envolvidos na divulgação dos boletins anônimos intitulados *Cartas Chilenas* e *Reação* e classificado como estudante “portador de personalidade psicopática”, que continuava “criando as maiores dificuldade para as administrações escolares”<sup>304</sup>. Tropa especificou ainda que, desde seu ingresso na instituição, Dietrich vinha

provocando, sob a ‘forma de guerrilha’ os maiores absurdos dentro do Estabelecimento de ensino, contra os seus colegas, professores, três diferentes diretores e pessoal administrativo, conseguindo com isto o afastamento de alguns dos melhores professores, tais como: Américo Fattini, Júlio Weinberg, Tanus Jorge Nagem, Altivo Márcio Ribeiro e outros<sup>305</sup>.

Após realizar diversas acusações a diferentes docentes e discentes, Tropa terminou a carta ressaltando a necessidade de adoção de uma “medida drástica no sentido de erradicar de uma vez por todas os elementos causadores de tamanho mal” à centenária Faculdade<sup>306</sup>.

Tropa não conseguiu, contudo, atingir seu objetivo. Suas inúmeras denúncias feitas a diferentes órgãos de repressão não surtiram o efeito que ele esperava sendo algumas delas posteriormente arquivadas<sup>307</sup>. Dietrich S. R. Von Kostrich se formou em dezembro de 1972,

---

<sup>304</sup> Arquivo Nacional. Rio de Janeiro. BR\_RJANRIO\_TT\_0\_IRR\_PRO\_295\_d0001de0001. Of. Conf, nº 665/72. p. 9.

<sup>305</sup> Arquivo Nacional. Rio de Janeiro. BR\_RJANRIO\_TT\_0\_IRR\_PRO\_295\_d0001de0001. Of. Conf, nº 665/72. p. 9.

<sup>306</sup> Arquivo Nacional. Rio de Janeiro. BR\_RJANRIO\_TT\_0\_IRR\_PRO\_295\_d0001de0001. Of. Conf, nº 665/72. p. 9.

<sup>307</sup> Em 09 de março de 1976, um funcionário do Ministério Público enviou um ofício ao chefe de gabinete Alberto Rocha ressaltando que “os requerimentos do professor Vicente Ellena Tropa sobre fatos ocorridos na Faculdade Federal de Farmácia e Bioquímica da Universidade Federal de Ouro Preto [eram] de 1972. Não receberam neste Ministério, qualquer apreciação e pelo tempo decorrido, o processo [poderia] ser arquivado” Arquivo Nacional. Rio de Janeiro. BR\_RJANRIO\_TT\_0\_IRR\_PRO\_295\_d0001de0001. Of. Conf, nº 665/72. p. 20.

deixando como marca um posicionamento contestador e crítico que exemplificava que, mesmo frente ao reacionarismo e autoritarismo de professores e diretores que se colocavam como autoridades inquestionáveis, existiram vozes dissonantes que empreenderam uma verdadeira luta institucional contra as arbitrariedades que se instalaram naquele ambiente universitário.

## 2.3 Estudo de Caso

### 2. Rogério Peret Teixeira

Rogério Peret Teixeira ingressou na Escola de Farmácia e Bioquímica de Ouro Preto no ano de 1969. Em dezembro deste mesmo ano, foi reprovado no exame final da cadeira de “Anatomia e Histologia” pelo professor Carlo Américo Fattini. Não concordando com sua reprovação, o estudante enviou um ofício ao então diretor da Escola, Vicente Ellena Tropa, solicitando a realização de exame de segunda chamada no dia 25 de fevereiro de 1970.

Neste ofício sinalizou algumas falhas e incoerências no método de aplicação da prova oral, feito pelo referido professor:

No exame final o Prof. Carlo Américo Fattini não deu nota no exame oral. Apesar de ter dado a prova normalmente, o Prof. Carlo Américo Fattini deu como nota de prova oral uma nota arbitrária, que variou desde a média aritmética das notas de provas escrita e prática até a maior dentre as duas”.<sup>308</sup>

O aluno indicava ainda que o descontentamento fora geral na sua turma, tanto que outro colega, José Luiz de Abreu, teria tomado atitude igual à sua.

Diante desta situação, o diretor da Escola decidiu abrir sindicância interna para “apurar as responsabilidades decorrentes do requerimento protocolado sob o número 916, de 21/2/70”<sup>309</sup>. A comissão de inquérito responsável pelo caso do aluno foi formada pelo professor assistente da Cadeira de Microbiologia, Geraldo Magela de Paiva, e pelas funcionárias Ilka da Costa Simões e Eurídice Ana Huhn Cristino. É importante salientar que ambas as funcionárias eram ligadas diretamente a Tropa, sendo que estavam, recorrentemente, envolvidas nas investigações instauradas pelo diretor. Foi fornecido o prazo máximo de dez dias para que tal comissão apurasse “as denúncias apresentadas e [oferecesse] o relatório respectivo”<sup>310</sup>. Com tais medidas, o aluno ficou impedido de realizar a prova de segunda chamada na data que fora previamente marcada.

---

<sup>308</sup> Arquivo da Escola de Farmácia de Ouro Preto. Protocolo nº 916. 21/02/1970. Documento 6.

<sup>309</sup> Arquivo da Escola de Farmácia de Ouro Preto. Portaria nº 11/70. 24/02/1970. Documento 7.

<sup>310</sup> Arquivo da Escola de Farmácia de Ouro Preto. Portaria nº 11/70. 24/02/1970. Documento 7.

No decorrer do processo, Rogério foi interpelado pelos responsáveis do inquérito e sugeriu que havia algo de estranho na dimensão que seu requerimento tomou, uma vez que o outro aluno que solicitara nova prova teve seu pedido atendido<sup>311</sup>. Foram colhidos diversos depoimentos de estudantes arrolados como testemunhas pelo impetrante e também de professores que foram acusados de irregularidades no desenrolar da sindicância. Após extensão do prazo para a entrega dos resultados da investigação, ao apresentar seu relatório final, a comissão descreveu Peret como “um jovem sugestionável que [seguia] inglórios caminhos”<sup>312</sup>.

Em complemento a esse parecer, o Colegiado da Escola de Farmácia, no dia 21 de março, aplicou ao aluno Rogério Peret Teixeira pena disciplinar, referente ao afastamento de trinta dias. Conforme a Portaria nº 19/70:

Tendo em vista a deliberação do Egrégio Colegiado, em sua reunião de hoje, que determinou a aplicação de pena disciplinar contra o referido aluno, e ainda a determinação de que seja concedido ao mesmo, após o prazo de sua punição, o exame de 2ª época da disciplina de ANATOMIA E HISTOLOGIA, com o seu titular Prof. CARLO AMÉRICO FATTINI;

[...]

RESOLVE – De acordo com o que dispõe o parágrafo 1º do artigo 249 do R.I., aplicar ao aluno ROGÉRIO PERET TEIXEIRA a pena de suspensão às suas atividades escolares nesta Escola, pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir do dia 23/3/70.”<sup>313</sup>

Ao ser informado da punição, o estudante impetrou mandado de segurança contra o diretor Vicente Ellena Tropia a fim de voltar a exercer suas atividades acadêmicas. Seu principal argumento foi que o Colegiado, responsável pela decisão sobre a instauração do

---

<sup>311</sup> Arquivo da Escola de Farmácia de Ouro Preto. Resposta do aluno Rogério Teixeira Peret, ao questionário elaborado pela Comissão designada através da Portaria 11/70. 26/02/1970. Documento 8.

<sup>312</sup> Arquivo da Escola de Farmácia de Ouro Preto. Relatório Final do Processo de Sindicância instaurada pela Diretoria da Escola Federal de Farmácia e Bioquímica de Ouro Preto (UFOP), em face do requerimento do aluno Rogério Peret Teixeira, protocolado sob nº 916/70 na Portaria da Escola. Oferecido pela comissão designada através da Portaria nº 11/70 da Diretoria do Estabelecimento. 12/03/1970. Documento 9.

<sup>313</sup> Arquivo da Escola de Farmácia de Ouro Preto. Portaria nº 19/70. 21/03/1970. Documento 7.

inquérito, não teria poder para substituir a Congregação. Devido a isso, a pena não poderia ser aplicada. Defendeu também a opinião de que, no decorrer do processo, não obteve direito de defesa perante as acusações que a ele eram imputadas.

Através de medida liminar expedida pelo juiz Carlos Mário da Silva Velloso, juiz federal da 3ª vara de Minas Gerais, Rogério Peret conseguiu o direito de frequentar as aulas, condicionalmente, no tempo em que estaria suspenso. O juiz, em seu relatório, decidiu que as alegações do requerente não seriam condizentes com o que realmente ocorreu durante o processo que culminou em seu afastamento, indeferindo, assim, seu pedido de mandado de segurança.

[...]

8. - De sorte que não vejo razão no argumento do Impetrante de ser o colegiado um “órgão fantasma”. Não, data vênia. O Colegiado é a antiga Congregação, com novos integrantes, Além dos antigos. E foi instalado, ao que nos parece, regularmente, pelo representante do Ministério da Educação e Cultura, conforme se vê da cópia da ata de fls. 115/116.

[...]

10. - Sustenta o Impetrante, ainda, que a pena não foi precedida de inquérito administrativo, onde lhe fosse assegurada ampla defesa. Também não vejo razão no alegado. Houve um processo de sindicância. Que, no fundo, não passou de um inquérito administrativo. [...]

11. - Assim, não vemos como poderia ser deferida a segurança, de vez que a pena disciplinar foi aplicada pelo órgão competente, sem preterição de formalidade essencial<sup>314</sup>.

Por mais nebuloso que o processo contra Rogério Peret tenha sido, envolto até mesmo pela suspensão do aluno Dietrich, que era apenas testemunha de defesa, a justificativa para o mesmo estava em atingir quaisquer alunos que apoiavam os professores envolvidos na querela contra Vicente Ellena Tropia. Posteriormente, Peret seria ainda acusado por Tropia de

---

<sup>314</sup> Arquivo da Escola de Farmácia de Ouro Preto. Processo nº 1622/70-C – “Mandado de Segurança”. 30/05/1970. Documento 10.

ser um dos estudantes aliciados por José Ramos Dias, Antônio Fortes, Jair Penna, José Pedro Ponciano Gomes e Vicente Maria de Godoy, e um dos responsáveis pela divulgação dos boletins "*Cartas Chilenas*" e "*Reação*".

## 2.4 Estudo de caso

### 3. João Francisco Castelão Júnior

João Francisco Castelão Júnior ingressou na Escola de Farmácia de Ouro Preto no ano de 1967. Devido a dificuldades financeiras, recebeu a autorização do então diretor da instituição, Vicente Ellena Tropa, para ministrar aulas em um curso pré-vestibular para candidatos às vagas da Escola. Anos mais tarde, diante das inúmeras acusações contra o professor, emanadas de docentes e discentes, o curso seria interrompido, e não se pode precisar em que termos passou a vigorar a relação entre o aluno e Tropa.

Em 1969, através da Portaria nº 06/69, foi instaurado um processo administrativo contra o estudante por ordem do diretor, sob a justificativa de que ele achava-se aliciado pelos professores contrários a Tropa e estaria difamando-o pelos corredores da instituição. A comissão de inquérito era formada pelos professores José Badini e Geraldo Magela de Paiva e pela funcionária Eurídice Ana Huhn Cristino<sup>315</sup>. Entre as principais testemunhas arroladas no processo estavam a funcionária da cantina, Valdete da Silva, e duas de suas ex-alunas do cursinho e de aulas particulares, Tânia Bernadette Pereira e Juvenilha Lacerda de Almeida.

Valdete declarou que o estudante a teria procurado por desconfiar da existência de irregularidades na cantina da Escola, que, conforme estatuto, seria de responsabilidade do DA “Jovelino Mineiro”. Pensava-se que, por desonestidade do diretor, as trabalhadoras responsáveis pelo estabelecimento estariam sendo exploradas.<sup>316</sup>

As alunas Tânia e Juvenilha relataram sobre as críticas abertas que escutaram de João Francisco Castelão sobre a administração de Vicente Ellena Tropa, os desmandos do professor e os benefícios dados aos seus familiares de forma ilícita. Segundo Juvenilha, em certa ocasião, o aluno afirmou que as geladeiras da Escola foram adquiridas “sem

---

<sup>315</sup> José Badini era o diretor da Escola de Farmácia na época do golpe de 1964. Na manifestação ocorrida em outubro daquele ano, quando estudantes da cidade foram presos e a diretoria da instituição parabenizada pelo delegado por este não encontrar entre os detidos nenhum aluno do curso de Farmácia, Badini respondeu ao comunicado externando seu apoio e solidariedade ao delegado Sebastião Lucas no “processo de manutenção da ordem, do sossego e da tranqüilidade da comunidade ouropretana”. Arquivo da Escola de Farmácia de Ouro Preto. Ofício nº 00521/64. 07/11/1964. Documento 11.

<sup>316</sup> Arquivo da Escola de Farmácia. Processo Administrativo Relativo à Portaria nº 6/69. Declarações da Srta. Valdete da Silva, perante a Comissão designada pela referida portaria, constituída dos Professores José Badini, Geraldo Magela de Paiva e da Funcionária Eurídice Ana Huhn Cristino. 04/03/1969. Documento 12.

concorrência pública, nas mãos do [irmão do diretor] e por preço mais alto”<sup>317</sup>. As acusações de corrupção da diretoria da Escola de Farmácia durante 1966 e 1970 foram também elencadas no memorial preparado pelos cinco professores que se envolveram em conflito aberto contra as atitudes de Tropa.

Tânia, apesar de alegar que ouvira de Castelão por diversas vezes as críticas “desairosas” feitas ao professor, chegando mesmo a avisá-lo, manifestou no início de seu depoimento “que [era] contra sua vontade que [vinha] prestar êsse depoimento, porquanto [era] ainda uma caloura com recente ingresso nêste Estabelecimento e assim ficaria parecendo que ela já estaria criando casos sem nem mesmo ter tido contato com a vida da Escola”<sup>318</sup>. Além disso, considerava certo desconforto que, por ser próxima da família Tropa, julgava-se imparcial para testemunhar em tal processo, fato que não foi levado em conta pela comissão.

No decorrer do inquérito, o aluno João Castelão foi interrogado no dia 08 de março de 1969, quando afirmou não concordar com as acusações que lhe estavam sendo imputadas. Conforme documento transcrito pela comissão sobre o diálogo mantido com o estudante, ele “continuou negando todas as acusações e achou que [estava] sendo caluniado por todos”. Sobre seus posicionamentos diante da instituição, ainda afirmou que na “Escola aqueles que [gostavam] dela e [trabalhavam] [eram] os mais combatidos”<sup>319</sup>.

Estranhamente, entre os documentos do processo constava uma declaração do estudante, datada do dia 15 do mesmo mês, cujo teor era completamente diferente do que relatara anteriormente em depoimento. Em uma retratação, repleta de elogios ao caráter de Vicente Ellena Tropa, o estudante manifestava

Que, realmente, fiz declarações desairosas contra a pessoa de V. Exa., sôbre a sua administração à frente desta Escola, impensadamente e levado por influências nefastas, atuadas diretamente sôbre mim, daqueles professôres desta Casa, que sistematicamente vinham se opondo e rebelando contra a

---

<sup>317</sup> Arquivo da Escola de Farmácia. Processo Administrativo Relativo à Portaria nº 6/69. Diálogo mantido com a aluna Juvenilha Lacerda de Almeida e a Comissão designada para apurar fatos relativos à honorabilidade do Sr. Diretor desta Casa, proveniente de difamações feitas. 16/03/1969. Documento 13.

<sup>318</sup> Arquivo da Escola de Farmácia. Processo Administrativo Relativo à Portaria nº 6/69. Diálogo mantido com a aluna Tânia Bernadette Pereira e a Comissão designada para apurar fatos relativos à honorabilidade do Sr. Diretor desta Casa, proveniente de difamações feitas pelo aluno João Francisco Castelão Júnior. 06/03/1969. Documento 14.

<sup>319</sup> Arquivo da Escola de Farmácia. Processo Administrativo Relativo à Portaria nº 6/69. Diálogo mantido com o aluno João Francisco Castelão Júnior a Comissão designada para apurar fatos relativos à honorabilidade do Sr. Diretor desta Casa, proveniente de difamações feitas por êle ao Professor Vicente Ellena Tropa, Diretor desta Casa. 08/03/1969. Documento 15.



profícua administração que V. Exa., com tamanha dedicação e despreendimento vem desenvolvendo em benefício dêste Estabelecimento de Ensino; Que, realmente, reconheço ter, em momentos de fraquesa, incorrido nestas faltas graves apuradas pela Comissão de Inquérito, pelas quais peço desculpas e espero de V. Exa. a clemência necessária para que possa concluir meu curso de Farmácia nesta Escola; Que reconheço em V. Exa. as qualidades de cidadão honrado, digno chefe de família e cumpridor de seus deveres”, não merecendo as injúrias, calúnias e indignas acusações que lhe vêm sendo imputadas<sup>320</sup>.

Esta situação completamente controversa torna-se ainda mais absurda quando, no final do documento, o aluno solicita “encarecidamente” que permitam sua permanência na Escola e que se compromete com as seguintes sanções:

1. Cuidar exclusivamente do meu estudo e não interferir absolutamente em qualquer setor escolar, a não ser de exclusiva necessidade para atender ao ano que estou cursando, como sejam na frequência das aulas práticas, teóricas e utilização da Biblioteca;
2. Ficar proibido de assumir qualquer cargo ou função administrativa ou de ensino nesta Escola, durante 5 (cinco) anos;
3. Considerar-me advertido pela Diretoria desta Escola Federal de Farmácia e Bioquímica de Ouro Preto em virtudes das ocorrências que deram origem ao inquérito administrativo instaurado contra minha pessoa<sup>321</sup>.

No mesmo dia, em despacho do diretor da Escola, o inquérito administrativo foi arquivado. Porém, posteriormente, em 1972, no memorial elaborado por Tropa enviado ao Ministro da Justiça Alfredo Buzaid, sobre o que acreditava ser uma “dissidência política” de

---

<sup>320</sup> Arquivo da Escola de Farmácia. Processo Administrativo Relativo à Portaria nº 6/69. Declaração. 15/03/1969. Documento 16.

<sup>321</sup> Arquivo da Escola de Farmácia. Processo Administrativo Relativo à Portaria nº 6/69. Declaração. 15/03/1969. Documento 16.

professores e alunos da instituição, o professor afirmava que João Francisco Castelão Júnior foi “declarado culpado, se retratou das calúnias levantadas contra mim, recebendo como punição, entre outras, a obrigação de sua transferência para outro Estabelecimento de Ensino”<sup>322</sup>.

O caso de Castelão evoca, novamente, a manipulação em torno de medidas arbitrárias para punir alunos que se manifestaram contra práticas consideradas autoritárias e corruptas pela direção da Escola de Farmácia. A mudança repentina em suas declarações denota que de alguma forma o aluno foi ameaçado e, pelo temor de ser expulso do curso, retirou todas as críticas feitas e ainda exaltou a figura do diretor. Ao final, naquele contexto, após o inquérito o estudante surgiu como recalcado e caluniador, enquanto Vicente Ellena Tropa aparecia como injustiçado. Foi a imagem que permaneceu.

---

<sup>322</sup> Arquivo Nacional. Rio de Janeiro. BR\_RJANRIO\_TT\_0\_IRR\_PRO\_205\_d0001de0001. Of. Conf, nº 665/72.

## 2.4 Dário Fontana

No decorrer dos anos, o posicionamento do DA da Escola de Farmácia diante da resistência institucional de alguns alunos apareceu de forma tímida ou, muitas vezes, não existiu. Mas em 1970, o então presidente do diretório “Jovelino Mineiro”, Dário Fontana, passou a questionar em esfera nacional as arbitrariedades ocorridas no interior da instituição, tanto pela falta de comprometimento de professores e pelos desmandos da diretoria, quanto pelos diversos inquéritos administrativos abertos contra alunos.

Em fevereiro de 1970, ele enviou uma carta ao ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho, denunciando, entre outras irregularidades, as faltas constantes de professores, que exerciam outros cargos fora da universidade; problemas no concurso para o vestibular de 1970, que contrariava o regimento interno da instituição; o tratamento desigual e seletivo dado pela diretoria aos requerimentos e pedidos dos alunos; o autoritarismo das medidas emanadas pelo diretor Vicente Ellena Tropa quando esteve no cargo. Sobre este último, o estudante foi taxativo nas acusações:

O Sr. Diretor - Vicente Ellena Tropa usa de medidas arbitrárias, não dando tratamento igual a requerimentos e pedidos de alunos, fazendo despachos seletivos, concedendo para os alunos que o apoiam, e negando para os alunos que apenas desejam estudar sem participar da política ditada pelo Sr. Diretor<sup>323</sup>

As denúncias, que envolviam diretamente vários professores, gerou grande alvoroço na Escola. Dias depois que o fato tornou-se conhecido, um dos professores acusados de não se dedicarem exclusivamente ao seu cargo na instituição, Percival Caldeira, decidiu por afastar-se da disciplina de Higiene Pessoal até que o corpo discente se manifestasse contrário ao que fora referido na carta enviada ao MEC<sup>324</sup>. Em 23 de maio, através da Portaria 42/70, assinada pelo diretor em exercício José Badini, foi designada uma comissão de inquérito, formada pelos professores Altivo Márcio Ribeiro, Annibal Woods de Lacerda e Karim Manjud Maluf, visando

---

<sup>323</sup> Arquivo da Escola de Farmácia de Ouro Preto. Pasta Dário Fontana. Carta-denúncia enviada ao ministro Jarbas Passarinho. 27/02/1970, p. 29-31.

<sup>324</sup> Arquivo da Escola de Farmácia de Ouro Preto. Carta encaminhada pelo Prof. da Cadeira de Higiene Pessoal – Percival Caldeira – ao Diretor da Escola – José Badini. 30/03/1970. Documento 17.

apurar a responsabilidade e a veracidade ou não da denúncia feita ao Sr. Ministro da Educação e Cultura, pelo aluno DÁRIO FONTANA, sobre as irregularidades existentes nesta Escola de Farmácia e Bioquímica da Universidade de Ouro Preto, assim como também apurar responsabilidades de outros fatos que veem tumultuando a vida deste Estabelecimento<sup>325</sup>.

É importante salientar que, na reunião do Colegiado em que ficaram decididas as ações a serem tomadas contra Dário, os representantes dos alunos ali presentes, Mauro Nahim Tropa e Gerson Bittencourt Maia Júnior, afirmaram sentir que “a Escola [achava-se] tumultuada e que uma providência [deveria] ser tomada para melhorar o ambiente”<sup>326</sup>.

Posteriormente, Dário foi convocado pela comissão para ser inquirido sobre as denúncias e a forma como foram divulgadas, sem seguir os padrões previstos para a representação estudantil, uma vez que não houve deliberação em Assembleia do “Jovelino Mineiro”<sup>327</sup>. Ao ser interpelado, o estudante declarou que, diante da inação do diretor da instituição, os alunos Rogério Peret e Marcos Varela foram prejudicados por negligência de alguns professores do curso. Além disso, externou sua indignação com a medida seletiva tomada por Vicente Ellena Tropa, quando

Concedeu deferimento para o requerimento do aluno José Luiz de Abreu transformando outro semelhante do aluno Rogério Peret Teixeira em sindicância para apuração de fatos nele relacionados o que é comprovado pelo testemunho do aluno acima citado<sup>328</sup>.

---

<sup>325</sup> Arquivo da Escola de Farmácia de Ouro Preto. Pasta Dário Fontana. Portaria nº 42/70. 23/05/1970, p.14.

<sup>326</sup> Arquivo da Escola de Farmácia de Ouro Preto. Pasta Dário Fontana. Portaria nº 42/70. 23/05/1970, p.14.

<sup>327</sup> Foi feito um requerimento assinado por 104 alunos para que houvesse uma assembleia geral extraordinária para apurar as responsabilidades das denúncias feitas pelo presidente do D.A. ao ministro da Educação e Cultura. Em 08 de abril, foi deliberado, após votação em assembleia do DA “Jovelino Mineiro”, “que as responsabilidades por tal denúncia caberiam apenas à pessoa do Sr. DÁRIO FONTANA; e não ao Presidente do D.A.J.M.”. Arquivo da Escola de Farmácia de Ouro Preto. Pasta Dário Fontana. Carta enviada ao Diretor da Escola. 08/04/1970, p. 17.

<sup>328</sup> Arquivo da Escola de Farmácia de Ouro Preto. Pasta Dário Fontana. Reunião da Comissão de Inquirido – Inquirição do aluno sobre o documento origem desse processo. 02/06/1970, p. 05-12.

Ao processo de Dário é anexado um exemplar do boletim *Cartas Chilenas*. Com o subtítulo "eventual informativo da Faculdade de Farmácia e Bioquímica da Universidade Federal de Ouro Preto", os textos que o compunham eram assinados com os nomes de inconfidentes, como Alvarenga Peixoto, Tomaz A. Gonzaga e Bárbara Heliodora. As críticas, veladas ou diretas ao corpo docente e discente da faculdade, refletiam várias das denúncias que o estudante tinha encaminhado ao ministro Jarbas Passarinho, tais como as “politicagens” nas atitudes da direção, as medidas irregulares quanto aos horários das aulas, o “clima sem condições para o livre exercício” no ambiente universitário e a omissão da comunidade escolar frente a todas estas mazelas<sup>329</sup>. Assim, a publicação, anônima, parecia buscar, valendo-se da herança dos inconfidentes, liberdade de ação e igualdade dentro da Escola de Farmácia.

Em outro excerto, condenava-se o “clima de animosidade não justificável em tórno do Presidente do Diretório”. Em defesa de Dário e da legitimidade da carta-denúncia, o boletim reprovava a atitude inescrupulosa tomada na reunião do órgão, asseverando que “o que aconteceu na referida assembleia [deveria] ser deplorado por todos colegas amantes da justiça, uma vêz que tal ato não encontra guarida nos estatutos do Diretório, nem tão pouco nas leis da moral”<sup>330</sup>.

Em certos trechos do boletim ficam claras as desavenças no meio estudantil da Escola, que parecem ter sido intensificadas com o caso de Dário Fontana. Foram citados conflitos entre repúblicas e externadas críticas severas a três alunos que teriam saído em defesa, “com unhas e dentes”, dos acusados na carta-denúncia. Apesar dos nomes não serem citados, dois deles podem ser identificados, pelos benefícios citados, como os alunos José Luiz de Abreu e José Mauro Nahim Tropa – que teria “laços filiais ao principal implicado”<sup>331</sup>. Além disso, em certo momento, era feita uma defesa do que foi denominado pejorativamente como “esquerda festiva”, declarando-se que os alunos elencados em tal conceito lutavam apenas por “igualdades de condições”, “conscientes de seus atos”, “firmes

---

<sup>329</sup> Arquivo da Escola de Farmácia de Ouro Preto. Pasta Dário Fontana. *Cartas Chilenas* - “Da Participação, ou, da Omissão - Alvarenga Peixoto”. Maio de 1970, p. 32.

<sup>330</sup> Arquivo da Escola de Farmácia de Ouro Preto. Pasta Dário Fontana. *Cartas Chilenas* - “Love Letters (?) - Tomaz A. Gonzaga”. Maio de 1970, p. 33.

<sup>331</sup> Arquivo da Escola de Farmácia de Ouro Preto. Pasta Dário Fontana. *Cartas Chilenas* - “Consciência, dever de gratidão... ou coação...?”. Maio de 1970, p. 35.

nos seus ideais”<sup>332</sup>. Mais tarde, Vicente Tropa denunciaria ao Ministério da Justiça que haveria na instituição uma “minoría festiva”, aliada aos “agitadores esquerdistas” da Escola de Minas. No mesmo documento, ele acusa o aluno Antônio Marques Varela e outros colegas, com a colaboração do presidente do DAEM, José de Lourdes Motta<sup>333</sup>, de serem os responsáveis pela produção e circulação das *Cartas Chilenas*<sup>334</sup>.

Tropa afirmava ainda que as “medidas preventivas, saneadoras ou repressivas, adotadas por este Ministério, não [havam] impedido, a contento, a penetração no meio universitário, de elementos propagadores da ideologia comunista e nem impedido, satisfatoriamente” as ações que visavam tumultuar a vida universitária<sup>335</sup>. Um exemplo disso estaria nos jornais estudantis, que não seguiam a recomendação ministerial de registro das publicações, como constava na Lei nº 5.250/1967 (Lei de Imprensa)<sup>336</sup>.

Em outubro de 1970, ainda não se tinha uma decisão sobre o caso do presidente do DA “Jovelino Mineiro”. Dois meses antes, o professor Altivo Ribeiro, recorrentemente alertado pela secretaria da instituição sobre questionamentos de alunos a respeito de irregularidades em sua disciplina, solicitou afastamento do cargo e foi substituído também na comissão de inquérito<sup>337</sup>. Infelizmente, não foram encontrados documentos que indiquem o desenrolar

---

<sup>332</sup> Arquivo da Escola de Farmácia de Ouro Preto. Pasta Dário Fontana. Cartas Chilenas - “Outono – Bárbara Heliodora”. Maio de 1970, p. 34.

<sup>333</sup> José de Lourdes Ribeiro Motta foi eleito presidente do DA da Escola de Minas em 1969. José César Caiafa Júnior, também membro do diretório eleito, sugere que a gestão por eles assumida tentou estabelecer um vínculo maior com outras entidades estudantis, o que incluía, possivelmente, o DA da Escola de Farmácia: “Demos mais ênfase ao relacionamento com outros órgãos de representação estudantil, com ex-alunos e todos os outros segmentos que pudessem ser úteis aos nossos objetivos. O nosso principal objetivo era o de ser útil aos alunos em um momento difícil da vida política estudantil”. “Depoimento por escrito de José Cesar Caiafa Junior à Otávio Luiz Machado”. Ouro Preto: LPH/UFOP. Projeto “A atuação do Diretório Acadêmico da Escola de Minas de Ouro Preto - o desenvolvimento e o radicalismo entre 1956 e 1969”, 2004. Disponível em: <http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com.br/2008/03/depoimento-de-jos-cesar-caiafa-junior.html>.

<sup>334</sup> Arquivo Nacional. Rio de Janeiro. BR\_RJANRIO\_TT\_0\_IRR\_PRO\_205\_d0001de0001. Of. Conf, nº 665/72.

<sup>335</sup> Arquivo Nacional. Rio de Janeiro. BR\_RJANRIO\_TT\_0\_IRR\_PRO\_205\_d0001de0001. Of. Conf, nº 665/72.

<sup>336</sup> Para mais informações sobre a referida lei, consultar: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5250.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5250.htm).

<sup>337</sup> Arquivo da Escola de Farmácia de Ouro Preto. Pasta Dário Fontana. Ofício nº 522/70. 05/10/1970, p. 38. Em seu pedido de afastamento, corrobora a denúncia feita por Dário Fontana, ao declarar que exercia “inúmeras atividades” em Belo Horizonte, “as quais lhe exigiam a totalidade de tempo disponível”. Em junho de 1971, como já exposto, ele solicitou demissão do cargo de professor da instituição. Arquivo da Escola de Farmácia de Ouro Preto. Pasta Dário Fontana. Solicitação do professor Altivo Márcio Ribeiro. 28/08/1970, p. 39.

deste caso, nem mesmo a decisão sobre a punição a Dário Fontana, que, pelas circunstâncias levantadas, possivelmente existiu.

### **Capítulo 3**

**Escola de Minas de Ouro Preto: o engajamento estudantil e o clima de terror imposto pela repressão**



### **3.1 Combatendo o autoritarismo: o engajamento do Diretório Acadêmico contra a violência da instituição e do regime militar**

As incursões contra o Diretório Acadêmico da Escola de Minas datam da implantação do golpe de 1964 no Brasil. Na ocasião, houve denúncias à Comissão de Inquérito da Escola de Minas que identificavam o caráter supostamente “subversivo” de estudantes da instituição durante o governo de João Goulart. O citado padre Francisco Barroso, na extensa carta que enviou à comissão, acusou os dirigentes do DAEM entre os anos de 1961 e 1962 de terem “uma grande parcela de responsabilidade no processo de infiltração comunista no nosso meio universitário”<sup>338</sup>.

No contexto das prisões e investigações realizadas nas escolas, alguns dos membros envolvidos participavam do órgão estudantil. Dentre eles estavam Nelson Maculan Filho (primeiro-secretário) e Rômulo Freire Pessôa (presidente). O DAEM era formado também por Adão Marcos Conrado, Geraldo Celso Ferreira e Ronald Vasimon Ferreira. Todos apresentaram sua demissão, como foi visto, em 07 de abril de 1964, sob a justificativa de que

um ato desta natureza, tão sério e para o qual não sempre nos sentimos à vontade para consumá-lo, foi decidido após as mais demoradas reflexões e na certeza de, assim, interpretar uma vontade do Corpo Discente, uma vez que o comportamento dêste em relação ao Diretório Acadêmico, após os últimos acontecimentos nacionais, vem sendo incompatível, não só com a nossa dignidade pessoal, mas, também, com a dignidade que o próprio cargo guarda em si. - parte dos voluntários<sup>339</sup>.

Cabe ressaltar que, mesmo diante da suspensão de suas atividades no DAEM, tais estudantes foram intimados a depor na comissão de inquérito, em depoimento conjunto, para explicar as ações exercidas até então, consideradas de natureza ideológica.

No decorrer dos anos, acompanhando o contexto nacional, o engajamento estudantil na luta contra a ditadura foi acompanhado pelo recrudescimento da repressão também em

---

<sup>338</sup> Arquivo Permanente da Escola de Minas de Ouro Preto. Caixa 256. Pasta Comissão de Inquérito de 1964, Doc. 94, Folha 140.

<sup>339</sup> Arquivo Permanente da Escola de Minas de Ouro Preto. Of. nº 072/64. Caixa 153. Documento 9.

Ouro Preto. Em novembro de 1965, o diretório recém-eleito para representar os estudantes de engenharia foi dissolvido pelo diretor da Escola, Rômulo Soares Fônseca, por não se adequar à Lei Suplicy<sup>340</sup>. A partir de 1967, as ações contra as arbitrariedades do regime e, conseqüentemente, a violência dirigida aos estudantes ouropretanos envolveriam, sobretudo, os membros do Diretório Acadêmico eleito nesse ano, formado por Lincoln Ramos Viana (presidente), Athaulpa Valença Padilha (vice-presidente), Serafim Carvalho Melo (1º secretário), Benedito França Barreto (2º secretário), Douglas Senju Morishita (3º secretário) e César Epitácio Maia (tesoureiro). Era composto majoritariamente por alunos do segundo ano do curso, que desde as eleições inovaram nas estratégias de angariar votos e enfrentaram o que Lincoln definiu como uma “atuação quase que padronizada com essa tradição da Escola de Ouro Preto”<sup>341</sup>.

Para Lincoln Ramos, era papel do DAEM atuar em duas frentes, que englobassem tanto as reivindicações mais imediatas dos estudantes, quanto a mobilização política contra a ditadura. Nesse sentido, os principais problemas dentro da Escola de Minas que foram combatidos com ênfase abarcavam a falta de moradias e as arbitrariedades promovidas pelos professores catedráticos, verdadeiros “donos das cadeiras” que “reprovavam em massa”. Foi neste contexto que o primeiro movimento pela aquisição de novas moradias se organizou em Ouro Preto, em 1967, sendo marcado pelo acampamento de estudantes na Praça Tiradentes. Munidos de faixas e cartazes, eles pernoitaram em frente à instituição por trinta dias, até que fosse formada uma comissão para avaliar a compra de novas casas<sup>342</sup>.

Entre as primeiras ações efetivadas pelo novo DAEM, que demonstraria seu caráter transformador, estavam as mudanças nos trotes dirigidos aos ingressantes da Escola. A controvérsia em torno dos trotes em repúblicas estudantis de Ouro Preto existe até os dias atuais e, já nos anos 1960, algumas tarefas eram obrigatórios aos calouros, tais como raspar

---

<sup>340</sup> Arquivo Permanente da Escola de Minas de Ouro Preto. Portaria nº 11. Caixa 68. Documento 11.

<sup>341</sup> Depoimento de Lincoln Ramos Viana a Otávio Luiz Machado. Projeto “A atuação do Diretório Acadêmico da Escola de Minas de Ouro Preto - o desenvolvimento e o radicalismo entre 1956 e 1969”. 26 de julho de 2002. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2006/04/15/lincoln-ramos-viana/>.

<sup>342</sup> No ano seguinte, o diretório apoiou os protestos de alunos do primeiro ano contra o professor de Química, Cristiano Barbosa, devido à reprovação de 143 estudantes em sua cadeira. Com a decisão tomada em conjunto de que todos faltariam à próxima prova do professor, Serafim Carvalho de Mello, então presidente do diretório, foi advertido por um estudante considerado espião dentro da Escola e conhecido como “Capitão Evando”. Em depoimento recente, Mello menciona o caso e ressalta o constante monitoramento em que viviam os membros do DAEM. “O Movimento pela conquista de repúblicas nos anos 1960 – Depoimento de Serafim Carvalho de Melo”. In: MACHADO, Otávio Luiz. *Escola de Minas de Ouro Preto: memórias dos seus ex-alunos*. Frutal-MG: Editora Prospectiva, 2013, p. 168-200.

todo o cabelo, usar placas gigantes de identificação com o apelido e o nome de república, tomar cachaça “além do que era possível beber”, dentre outras<sup>343</sup>. Com César Epitácio Maia à frente da Comissão de Trotes, a intimidação foi reduzida aos cortes de cabelo, sendo introduzidas novas formas de interação entre os discentes. Segundo o ex-aluno de engenharia Paulo Pavanelli, naquele ano o trote girava em torno da participação de reuniões e palestras. Sobre a nova proposta de recepção dos calouros, Lincoln Ramos Viana relembra em depoimento:

Fazíamos reuniões com grupos de 10 alunos e falávamos sobre a realidade brasileira, a ditadura militar, a Escola de Minas, seus problemas e sobre as dificuldades que iriam enfrentar ao longo do curso. Que era necessário se posicionar sobre essas questões e unir-nos para resolvê-las<sup>344</sup>.

Sua fala demonstra que as novas formas de relacionamento com os alunos ingressantes foram projetadas pelos representantes estudantis não apenas com a finalidade de combater as estruturas autoritárias arraigadas na instituição, mas também para fomentar o espírito crítico naqueles que chegavam e logo se veriam envolvidos em um sistema estudantil conflituoso e, independentemente do caminho adotado, bastante engajado. O novo posicionamento do DAEM confrontava o caráter opressor e arbitrário que levava muitos calouros à exposição indesejada ou mesmo a recorrer às unidades de saúde da cidade, especialmente devido a problemas relacionados ao excesso de bebidas. Frente aos dilemas colocados por uma tradição de décadas, Pavanelli relata que “muitos dos veteranos não gostaram”. No entanto, o órgão de representação estudantil “conseguiu angariar a simpatia dos calouros, dos novatos”<sup>345</sup>. A partir desse vínculo novos estudantes seriam arrematados

---

<sup>343</sup> “Depoimento de César Epitácio Maia a Otávio Luiz Machado”. Projeto “Reconstrução Histórica das Repúblicas Estudantis da UFOP”. 28 de janeiro de 2003. Disponível em: [http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com.br/2008/03/depoimento-de-cesar-maia\\_19.html](http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com.br/2008/03/depoimento-de-cesar-maia_19.html).

<sup>344</sup> “Depoimento de Lincoln Ramos Viana a Otávio Luiz Machado”. Projeto “A atuação do Diretório Acadêmico da Escola de Minas de Ouro Preto - o desenvolvimento e o radicalismo entre 1956 e 1969”. 26 de julho de 2002”. Disponível em: <http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com.br/2007/07/depoimento-de-lincoln-ramos-viana.html>.

<sup>345</sup> □ “Depoimento de Paulo Pavanelli a Otávio Luiz Machado”. Ouro Preto. Projeto “A atuação do Diretório Acadêmico da Escola de Minas de Ouro Preto - o desenvolvimento e o radicalismo entre 1956 e 1969”, 2003”. Disponível em: <http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com.br/2007/07/depoimento-de-paulo-pavanelli.html>.

para participar do enfrentamento ao regime militar. Maia destaca como esse trabalho era realizado dentro da Escola ao confirmar que a principal função do movimento estudantil

era a luta contra a ditadura, doutrinação e agitação. Evitávamos fazer agitação dentro da Escola. Na Escola era mais doutrinar, passar uma *Voz Operária* para os simpatizantes já confiáveis e dar material de leitura. E a agitação era fora da porta da Escola. Mesmo porque a Escola era muito rigorosa<sup>346</sup>.

Passou-se também a discutir, através do jornal *O Martelo*, os pensamentos de líderes comunistas como Mao Tsé-Tung, o autoritarismo na Escola e a violência praticada contra os movimentos de oposição à ditadura militar. Apesar de não haver referências precisas sobre sua origem, o órgão impresso do DAEM aparece diretamente relacionado a César Maia, que se tornou o principal articulador da publicação entre os alunos de engenharia. Sobre a edição de 1967, Maia afirma que gerou “uma grande confusão” devido ao conteúdo veiculado: “eu vinha para o Rio de Janeiro e rodava o jornal na Gráfica do Jornal do Comércio. Fiz duas edições. Porém foi a segunda que deu o problema mais grave. Foram citações de Mao Tse-Tung, do Livrinho Vermelho, que ainda não tinha sido publicado no Brasil”<sup>347</sup>.

Dias após a circulação da publicação, o diretor da Escola de Minas, Rômulo Soares Fonseca, encaminhou o Ofício N°5/DA/67 ao presidente do DAEM em exercício, Lincoln Viana, solicitando justificativas e provas de que o jornal de cunho político-partidário intitulado *O Martelo*, que estava circulando nos meios estudantis, não era vinculado ao órgão. Acusando os representantes de infringirem tanto o regimento interno do diretório quanto o artigo 11 do Decreto-Lei n° 228, o diretor salientava que, caso fosse comprovada a desobediência às normativas citadas, a questão seria “levada a egrégia Congregação da Escola”, que viria a “instaurar inquérito competente do qual [poderiam] advir

---

<sup>346</sup> “Depoimento de César Eptácio Maia a Otávio Luiz Machado”. Projeto “Reconstrução Histórica das Repúblicas Estudantis da UFOP”. 28 de janeiro de 2003. Disponível em: [http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com.br/2008/03/depoimento-de-cesar-maia\\_19.html](http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com.br/2008/03/depoimento-de-cesar-maia_19.html).

<sup>347</sup> “Depoimento de César Eptácio Maia a Otávio Luiz Machado”. Projeto “Reconstrução Histórica das Repúblicas Estudantis da UFOP”. 28 de janeiro de 2003. Disponível em: [http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com.br/2008/03/depoimento-de-cesar-maia\\_19.html](http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com.br/2008/03/depoimento-de-cesar-maia_19.html).

consequências”<sup>348</sup>. Um mês depois dessa advertência, em setembro, Rômulo Soares foi interpelado pelo delegado especial de Capturas, Evandro Silveira Santos, que solicitava informações de dez alunos da Escola, sendo que entre eles estavam todos os membros recém-eleitos para o DAEM<sup>349</sup>. Em novembro, um novo ofício foi ainda enviado ao chefe da ABH do Serviço Nacional de Informações (SNI), Major Gilberto M. Pessoa, remetendo informações sobre o órgão de representação estudantil da instituição<sup>350</sup>. Essa articulação com as instâncias de repressão evidenciam o constante monitoramento de que os estudantes passaram a ser alvo a partir de então.

Em depoimento ao pesquisador Otávio Machado, Maia salienta que foi instalado um Inquérito Policial Militar contra todos os membros do Diretório Acadêmico, mas não conseguiram identificar a origem do jornal. Comenta ainda que, por sorte, o diretor da Escola recebeu o conselho de um bispo metodista de que não entregasse os estudantes, declarando às autoridades que naquela instituição “nunca houve nada e não se sabe nada. Se eles fizeram foi fora da Escola. Então, não posso dizer nada a respeito deles. E nem defendê-los”<sup>351</sup>.

Foram encontradas duas edições de *O Martelo*, uma de 1973 e outra de 1981, que atestam a circulação do jornal por quase duas décadas, pelo menos.<sup>352</sup> Na edição de 1973, comemorativa do aniversário de 97 anos da Escola de Minas de Ouro Preto, as denúncias, como de costume, atingiam ora a instituição de ensino, ora a conjuntura do Brasil do “ame-o ou deixe-o”, geralmente de forma escancarada e direta. No editorial, assinado pelo diretório, denunciavam-se “pressões que, se não [visavam] o fechamento, [visavam] a paralização temporária das atividades” estudantis da Escola, que desde março sofriam com o constante corte de verbas e arbitrariedades. Dentre as diversas matérias contra o regime, duas divulgavam a censura imposta aos meios de comunicação, que, “tendo ocorrido em outras épocas de nossa história, como o período de 1937-1945”, vinha aumentando “de intensidade de 1970 pra cá”.<sup>353</sup>

---

<sup>348</sup> Infelizmente, a edição que causou tamanho alvoroço e a documentação referente ao inquérito não foram encontradas. Também não se teve acesso a quaisquer documentos que revelassem o desfecho deste episódio.

<sup>349</sup> Arquivo Permanente da Escola de Minas de Ouro Preto. Ofício nº 149/DV/67. Caixa 67. Documento 12.

<sup>350</sup> Arquivo Permanente da Escola de Minas de Ouro Preto. Ofício nº 246/DV/67. Caixa 67. Documento 13.

<sup>351</sup> □ Depoimento de César Epitácio Maia a Otávio Luiz Machado. Projeto “Reconstrução História das Repúblicas Estudantis da UFOP”. 28 de janeiro de 2003. Disponível em: [http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com.br/2008/03/depoimento-de-cesar-maia\\_19.html](http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com.br/2008/03/depoimento-de-cesar-maia_19.html).

<sup>352</sup> Arquivo Nacional/Distrito Federal. BR\_DFANBSB\_AT3\_0025\_d. Remessa de Impressos – Edição “O Martelo”, out. 1973.

<sup>353</sup> Arquivo Central de Ouro Preto. Jornal “O MARTELO”. Outubro de 1973. Documento 5.

No contexto de recrudescimento da repressão em nível nacional, a publicação dos estudantes de engenharia tinha um caráter bastante combativo, acionava críticas inteligentes e difundia também publicações consideradas importantes de periódicos estudantis de outras regiões. Ademais, a mobilização dos estudantes ouropretanos em torno do jornal ocasionou sua difusão por outras universidades, possibilitando a articulação com o movimento estudantil em âmbito nacional. Conseqüentemente, o DA de engenharia estaria no centro das investigações dos principais órgãos de repressão. Isso pode ser observado através do Ofício nº 5582/SS1/DSI/MEC/73, difundido para DSI/MJ – CIE - CISA – CENIMAR e relativo à “Análise de informação adversa”, cujo objetivo consistia em avakiar a distribuição de “material subversivo” no meio estudantil. Nele consta que “o Diretório Acadêmico da Escola de Minas e Metalurgia da Universidade Federal de Ouro Preto [estaria] enviando o jornal ‘O MARTELO’ a USP e a algumas universidades do Nordeste”<sup>354</sup>.

Ainda do ponto de vista de inserção nos movimentos contra a ditadura, vários estudantes de engenharia ingressaram em organizações que atuavam em âmbito nacional. Além da articulação em torno do PCB, que foi indicada acima, especialmente desde 1967 criou-se um vínculo efetivo entre o movimento estudantil de Ouro Preto e militantes que atuavam em Belo Horizonte. A partir daí foi frequente a presença de estudantes de Ouro Preto nas ações de esquerda armada e nas reorganizações do movimento estudantil, particularmente no cenário estadual.

---

<sup>354</sup> Arquivo Nacional. Rio de Janeiro. BR\_AN\_RIO\_TT\_0\_MCP\_PRO\_0338. Informação nº 5582/SS1/DSI/MEC/73.

### 3.2 O XXX Congresso da UNE – A prisão de César Epitácio Maia

No panorama da resistência estudantil ao golpe e ao regime imposto, encontram-se, na cidade de Ouro Preto, evidências de intenso envolvimento dos estudantes de engenharia desde o início. Os movimentos de 1964, que não foram intimidados mesmo pelas prisões e pela constante intimidação da classe estudantil, se fortaleceriam no decorrer dos anos, assim como a articulação bem-sucedida em torno das repúblicas mais engajadas. Nesse ínterim se formaram os representantes do diretório acadêmico eleito em 1967 – e dos anos posteriores – e despontaram para a cena política estadual e nacional alguns estudantes da Escola de Minas, como César Epitácio Maia, Lincoln Ramos Viana e, mais tarde, Newton Moraes. Com papéis relevantes na luta contra a ditadura em âmbito estadual, seus nomes passariam a figurar frequentemente nas listas e ofícios dos órgãos de repressão brasileiros.

César Epitácio Maia chegou a Ouro Preto antes mesmo de ingressar na Escola de Engenharia. No final de 1965, nos preparativos para o vestibular do ano seguinte, mudou-se para a cidade e passou a residir na República Pureza, onde desde então ingressou em um ambiente marcado por reuniões e discussões sobre política e estratégias de luta contra a ditadura. Por influência da URSO e em grande medida do estudante Nelson Maculan Filho, iniciou sua trajetória na esquerda ouro-pretana, que, posteriormente, o levaria a filiar-se ao PCB. Na época em que Hércio Pereira Fortes assumiu a presidência e secretaria-geral do partido, Maia tornou-se secretário de agitação e propaganda, coordenando diversas ações de panfletagem com os trabalhadores nas indústrias da região. Mas foi a partir da atuação no DA da Escola de Minas que seu nome assumiria caráter nacional e se tornaria alvo da rede repressiva.

Conforme já exposto, a publicação e difusão do jornal *O Martelo* traria grande visibilidade aos representantes estudantis da instituição, arrolados em IPM e investigados no dossiê sobre o movimento estudantil elaborado pela Divisão de Seguranças e Informações do Ministério da Educação e Cultura (DSI/MEC). Maia era um dos principais articuladores dessa mobilização do DAEM para além do âmbito local, mantinha contato com outros órgãos estudantis e participava de congressos estaduais e nacionais. No mesmo período, vários estudantes de engenharia e farmácia e secundaristas que compunham o PCB ouro-pretano passaram a se articular de forma mais próxima com instâncias nacionais do partido. Com as cisões após o VI Congresso, muitos deles ingressariam na Corrente Revolucionária de Minas Gerais e passariam a atuar na luta armada contra a ditadura. Sobre sua participação, César

Maia salienta que, no processo de treinamento para as expropriações armadas, participou da equipe de apoio no assalto à Caixa Econômica, na periferia de Belo Horizonte<sup>355</sup>.

Como consequência da expansão de sua participação em ações contra o regime, Maia foi preso três vezes em 1968. Em julho, a prisão foi efetuada pela Delegacia de Vigilância Social (DVS), em Belo Horizonte, fundada na acusação de distribuir “boletins subversivos” no centro da cidade. No dia 05 de outubro, em meio às preparações do congresso da UNE, participou da reunião estudantil realizada no subsolo do prédio da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Na ocasião, houve um cerco militar exigindo a entrega dos principais líderes do movimento, que só foi dispersado devido ao apoio de professores, servidores e do diretor da instituição. Foi preso novamente nessa ocasião e libertado poucos dias antes do encontro nacional de estudantes<sup>356</sup>.

Apesar da vigilância constante, o XXX Congresso da UNE foi realizado ainda no mês de outubro, em Ibiúna, no interior do estado de São Paulo, e os estudantes mineiros estiveram presentes. No entanto, há controvérsias sobre como César Maia teria se identificado no evento. Após a prisão desencadeada por agentes do DOPS de São Paulo, o estudante foi remetido a Minas Gerais, sendo aí indiciado em IPM presidido pelo major Thomaz Rodrigues. Ao ser inquirido na Companhia de Comando e Serviços do Colégio Militar de Belo Horizonte, afirmou que sua participação no congresso fora decidida através de uma assembleia do DA da Escola de Minas de Ouro Preto e que recebeu o comunicado através de uma carta anônima. Tal fato é confirmado por Lincoln Ramos Viana, segundo o qual ele “foi preso no Congresso de Ibiúna representando o D.A. de Ouro Preto”<sup>357</sup>. Porém, Maia relata ao pesquisador Otávio Machado que seu envio ao evento da UNE se deu através da Corrente, em pedido direto do dirigente Mário Roberto Galhardo Zanconato (conhecido na organização como “Chuchu”). Além disso, ele ainda salienta que nesse período já havia deixado a Escola

---

<sup>355</sup> □ Em depoimento Maia afirma que, durante o assalto, “ficava fora, ficava vigiando apenas de longe, pois se acontecesse algo errado, eu entraria e daria apoio aos companheiros que estavam na ação”. “Depoimento de César Epiácio Maia a Otávio Luiz Machado”. Projeto “Reconstrução Histórica das Repúblicas Estudantis da UFOP”. 28 de janeiro de 2003. Disponível em: [http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com.br/2008/03/depoimento-de-cesar-maia\\_19.html](http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com.br/2008/03/depoimento-de-cesar-maia_19.html).

<sup>356</sup> VITRAL, Thiago Veloso. *Corrente Revolucionária de Minas Gerais: resistência ativa à ditadura civil militar em Minas Gerais (1967-1969)*. 2013. 158f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013, p. 70.

<sup>357</sup> “Depoimento de Lincoln Ramos Viana a Otávio Luiz Machado”. Projeto “A atuação do Diretório Acadêmico da Escola de Minas de Ouro Preto - o desenvolvimento e o radicalismo entre 1956 e 1969”. 26 de julho de 2002. Disponível em: <http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com.br/2007/07/depoimento-de-lincoln-ramos-viana.html>.



de Minas e se transferido para a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Conforme depoimento, sua transferência estava diretamente relacionada à vigilância constante de que passou a ser alvo após a circulação do jornal *O Martelo*.

Não podia ficar em Ouro Preto porque lá eu já estava manjado. Era uma figura manjadíssima na cidade. Eu tinha que sair, mas não demonstrar que vivia em Belo Horizonte, pois precisaria ter uma atividade. Eu necessitava de uma cobertura qualquer. Então: “Eu estou estudando no Rio!”. “Onde está o César Maia?”. “Está estudando no Rio!”. Para todos os efeitos, eu estava estudando no Rio. Se bem que eu nunca precisei disso. Exerci a clandestinidade em Belo Horizonte por pouco tempo. Durante uns quatro meses, ou cinco. Depois fui para Ibiúna<sup>358</sup>.

A atuação de Maia no DA da Escola de Minas também seria salientada na descrição de atividades do estudante, listada no relatório do IPM conduzido pelo tenente-coronel Newton Dias da Motta, no qual constava: “Promoveu acampamento de calouros na via pública, a fim de forçar a Direção da Escola à providenciar moradia para os mesmos”<sup>359</sup>. Durante a investigação, o estudante ficou preso na DVS, em Belo Horizonte, e foi remetido à Auditoria da 4ª Região Militar, em Juiz de Fora, e à Auditoria da 2ª Região Militar, em São Paulo. Só seria liberado, conforme sua ficha de identificação no DOPS/MG, em 31 de março de 1969.<sup>360</sup> No mesmo ano César Maia partiu para o exílio no Chile, onde permaneceu até 1973.

### **3.3 Enquadramentos no Decreto 477: o desligamento dos estudantes Lincoln Ramos Viana e Pedro Carlos Garcia Costa**

Assim como César Maia, Lincoln Ramos e Pedro Garcia, inseridos no ambiente da URSO, logo se filiaram ao PCB. Como presidentes do diretório e do centro acadêmico,

---

<sup>358</sup> □ “Depoimento de César Eptácio Maia a Otávio Luiz Machado”. Projeto “Reconstrução Histórica das Repúblicas Estudantis da UFOP”. 28 de janeiro de 2003. Disponível em: [http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com.br/2008/03/depoimento-de-cesar-maia\\_19.html](http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com.br/2008/03/depoimento-de-cesar-maia_19.html).

<sup>359</sup> Arquivo Público Mineiro. Acervo DOPS/MG. Pasta 5237, Rolo 083. Investigação a Estudantes. Documento 17.

<sup>360</sup> Arquivo Público Mineiro. Acervo DOPS/MG. Pasta 4214, Rolo 057. Fichas de identificação. Documento 155.

respectivamente, conseguiram promover a aproximação entre os órgãos, que passaram a se mobilizar conjuntamente nas manifestações contra o regime. Tradicionalmente assumindo um papel mais voltado para a parte social, o Centro Acadêmico da Escola de Minas (CAEM) promovia as ações de recepção dos calouros e as comemorações estudantis, deixando as questões políticas a cargo do DAEM. Mas, a partir da eleição da chapa de 1967 e das mudanças institucionais adotadas no âmbito social, houve uma aproximação maior entre as entidades, o que resultaria no processo de politização do CAEM. Pedro Garcia afirma, em depoimento, que isso só foi possível porque

Nós conseguimos unificar numa mesma corrente política a direção do Centro Acadêmico e do Diretório Acadêmico. A direita, que tradicionalmente dominava o Centro Acadêmico, foi substituída pelo pessoal que atuava na esquerda. E com isso o Centro Acadêmico passou a ter uma atuação mais próxima do Diretório Acadêmico<sup>361</sup>.

Essa aproximação permitiu que a difusão de jornais, panfletos e boletins, bem como a arregimentação de alunos na luta contra a ditadura, se tornassem mais intensas.

A atuação conjunta desses órgãos estava diretamente ligada aos papéis de César Maia, Lincoln Ramos Viana e Pedro Garcia nas ações desencadeadas em Ouro Preto e, posteriormente, na capital. O envolvimento dos estudantes continuava a incentivar questionamentos sobre o caráter autoritário de intervenções na Escola de Minas, mas também extrapolávamos muros da instituição. Ainda em 1967, Maia relata ter participado, com os outros dois estudantes e nas vésperas do dia 21 de abril, de panfletagem com trabalhadores da região e de pichações nas ruas da cidade e na estrada até Passagem de Mariana<sup>362</sup>.

Lincoln Ramos Viana também ingressou na Escola em 1966. Apesar de, como presidente do DAEM, preocupar-se mais detidamente com os problemas locais, passou a articular-se com as questões do movimento estudantil em âmbito nacional, recorrentemente discutidas nas reuniões. Como diversos militantes de Ouro Preto, integrou a Corrente

---

<sup>361</sup> □ “Depoimento de Pedro Carlos Garcia Costa a Otávio Luiz Machado”. Ouro Preto: Projeto “A atuação do Diretório Acadêmico da Escola de Minas de Ouro Preto - o desenvolvimento e o radicalismo entre 1956 e 1969”, 2003. Disponível em: <http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com.br/2008/03/depoimento-de-pedro-carlos-garcia-costa.html>.

<sup>362</sup> “Depoimento de César Eptácio Maia a Otávio Luiz Machado”. Projeto “Reconstrução Histórica das Repúblicas Estudantis da UFOP”. 28 de janeiro de 2003. Disponível em: [http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com.br/2008/03/depoimento-de-cesar-maia\\_19.html](http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com.br/2008/03/depoimento-de-cesar-maia_19.html).

Revolucionária, como membro do “Comitê Estudantil (Universitário)”, do qual Pedro Garcia também fazia parte<sup>363</sup>. De início, o grupo instalado na cidade realizava especialmente ações de panfletagem e pichações com o objetivo de “esclarecer aos estudantes e a população de Ouro Preto sobre o momento político, sobre o governo militar da época e da sua falta de abertura, bem como as suas medidas de arrocho”<sup>364</sup>. Viana estava, nesse período, à frente da articulação no ambiente universitário, sendo um dos principais responsáveis pelo recrutamento de novos alunos para a organização. Sobre essa tarefa o estudante menciona que a opção era por

aqueles alunos que mostravam um maior interesse sobre os problemas da própria escola, sobre a vida no dia-a-dia da república, inclusive aqueles que procuravam mais o Diretório e procuravam ter conhecimento do que estava se passando. Essas pessoas nós convidávamos para participar de uma reunião com o grupo de leitura, e depois explicávamos que tínhamos a Corrente, que era para lutar contra o governo militar em termos de liberdade. E assim era um novo membro que aparecia<sup>365</sup>.

Posteriormente, devido à organização da célula ouro-pretana em torno de Hércio Fortes, muitos foram recrutados para atuar em Belo Horizonte. Apesar de participar de ações na capital, o trabalho em âmbito local parece ter sido a principal função de Viana na organização. As transformações promovidas enquanto esteve na presidência do DAEM se estabeleceram como um marco na configuração da organização estudantil da época. Tanto é que o estudante Romeu Delaroli confirma em depoimento que, após sua gestão, “não poderíamos permitir que o DA fosse parar nas mãos do pessoal de direita”<sup>366</sup>. Além disso,

---

<sup>363</sup> VITRAL, Thiago Veloso. *Corrente Revolucionária de Minas Gerais: resistência ativa à ditadura civil militar em Minas Gerais (1967-1969)*. 2013. 158f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013, p.147-149.

<sup>364</sup> “Depoimento de Lincoln Ramos Viana a Otávio Luiz Machado”. Projeto “A atuação do Diretório Acadêmico da Escola de Minas de Ouro Preto - o desenvolvimento e o radicalismo entre 1956 e 1969”. 26 de julho de 2002. Disponível em: <http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com.br/2007/07/depoimento-de-lincoln-ramos-viana.html>.

<sup>365</sup> “Depoimento de Lincoln Ramos Viana a Otávio Luiz Machado”. Projeto “A atuação do Diretório Acadêmico da Escola de Minas de Ouro Preto - o desenvolvimento e o radicalismo entre 1956 e 1969”. 26 de julho de 2002. Disponível em:

<http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com.br/2007/07/depoimento-de-lincoln-ramos-viana.html>.

<sup>366</sup> “Depoimento por escrito de Romeu Delaroli a Otávio Luiz Machado”. Ouro Preto: LPH/UFOP. Projeto “A atuação do Diretório Acadêmico da Escola de Minas de Ouro Preto - o desenvolvimento e o radicalismo entre 1956 e 1969”, 2004. Disponível em:

Viana tornou-se um dos principais recrutadores de novos membros para ações armadas na esfera estadual, como se verá no caso de Newton Moraes.

O estudante foi monitorado pela polícia da cidade desde o início de suas atividades, especialmente nas comemorações do dia de Tiradentes, quando a República Canaan estava recorrentemente entre aquelas que eram invadidas. Ele chegou a ser alertado pelo professor Walter José von Krüger de que restringisse sua atuação ao movimento estudantil, pois já estava muito visado pelo contingente civil e militar que sustentava a ditadura<sup>367</sup>.

A partir do recrudescimento do regime, com o estabelecimento do Ato Institucional nº 5, em dezembro de 1968, e a investida crucial contra o movimento estudantil através do Decreto-Lei 477, de fevereiro de 1969, a perseguição aos estudantes que participavam de organizações políticas intensificou-se ainda mais. O Decreto-Lei 477 definia tipos de infrações cometidas por professores, alunos e servidores de estabelecimentos de ensino público e particular, assim como quais as punições deveriam ser impostas<sup>368</sup>.

Em abril de 1969, na ocasião das festividades do 21 de abril, várias repúblicas estudantis foram invadidas por agentes da repressão que estavam à procura de Lincoln Viana. Sobre o episódio, Paulo Pavanelli afirma ter sido um “negócio absolutamente de terror, como a de pessoas sendo acordadas com metralhadoras apontadas na cabeça”<sup>369</sup>. Ainda em junho desse ano, o estudante de Ouro Preto passou a ser investigado no IPM relativo à Corrente, no qual foi interrogado<sup>370</sup>.

---

<http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com.br/2008/03/depoimento-de-romeu-delaroli-otvio-luiz.html>.

<sup>367</sup> Conforme seu depoimento, “Foi o professor (Walter José Von) Krüger que uma vez me chamou e disse que a atuação junto ao Diretório Acadêmico para defender os interesses dos estudantes tinha que ser feito mesmo e com toda a vontade, mas que qualquer movimento junto aos funcionários e trabalhadores da empresa Saramenha (ALCAN) devia ser evitado, para não se misturar as coisas. Eu acho que foi quase um conselho de amigo e de uma pessoa mais experiente na época, que estava percebendo o perigo que eu estava correndo. Ele me deu um alerta”. Walter José Von Krüger também foi aluno da Escola de Minas de Ouro Preto, tendo se formado no ano de 1938. “Depoimento de Lincoln Ramos Viana a Otávio Luiz Machado”. Projeto “A atuação do Diretório Acadêmico da Escola de Minas de Ouro Preto - o desenvolvimento e o radicalismo entre 1956 e 1969”. 26 de julho de 2002. Disponível em: <http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com.br/2007/07/depoimento-de-lincoln-ramos-viana.html>.

<sup>368</sup> Para leitura de todo o decreto, consultar: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/De10477imprensa.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De10477imprensa.htm).

<sup>369</sup> □ “Depoimento de, Paulo Pavanelli a Otávio Luiz Machado”. Ouro Preto: Projeto “A atuação do Diretório Acadêmico da Escola de Minas de Ouro Preto - o desenvolvimento e o radicalismo entre 1956 e 1969”, 2003. Disponível em:

<http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com.br/2008/03/depoimento-de-paulo-pavanelli-otvio.html>.

<sup>370</sup> Arquivo Público Mineiro. Acervo DOPS/MG. Pasta 0028, Rolo 003. Corrente Revolucionária de Minas Gerais. Documento 346-582.

Em Ouro Preto, os únicos estudantes enquadrados no Decreto-Lei 477 foram Lincoln Viana e Pedro Garcia, através da portaria nº 54 de 17 de novembro de 1969<sup>371</sup>. Aparentemente, pelas atividades relacionadas, ambos foram enquadrados em, pelo menos, quatro incisos do Art.1º do decreto:

Art. 1º Comete infração disciplinar o professor, aluno, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público ou particular que:

I - Alicie ou incite à deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participe nesse movimento;

[...]

III - Pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dêle participe;

IV - Conduza ou realize, confeccione, imprima, tenha em depósito, distribua material subversivo de qualquer natureza;

[...]

VI - Use dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou para praticar ato contrário à moral ou à ordem pública<sup>372</sup>.

A decisão foi proferida após a instauração de processo disciplinar, presidido pelo diretor da Escola de Minas e à época reitor da UFOP, Antônio Pinheiro, também responsável pelo inquérito realizado na instituição em 1964<sup>373</sup>. Através desse ato, ambos foram desligados

---

<sup>371</sup> Todavia, em 1970, o professor Joaquim Maia tentou enquadrar uma turma inteira do curso de Engenharia Geológica no Decreto 477. Segundo o então estudante José César Caiafa Júnior, devido à insatisfação dos alunos com as aulas do professor, ele passou a ser interrompido e questionado, suas ações sendo entendidas como “uma contestação, um ato de rebeldia, uma insubordinação ou qualquer outra forma de protesto que não seria adequado a uma instituição como a Escola de Minas e muito menos a ele próprio”. “Depoimento por escrito de José Cesar Caiafa Junior à Otávio Luiz Machado”. Ouro Preto. LPH/UFOP. Projeto “A atuação do Diretório Acadêmico da Escola de Minas de Ouro Preto - o desenvolvimento e o radicalismo entre 1956 e 1969”, 2004. Disponível em: <http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com.br/2008/03/depoimento-de-jos-cesar-caiafa-junior.html>. Em reportagem de agosto de 1971, o jornal *Tribuna da Imprensa* confirmou o fato e a ida do professor Newton Sucupira a Ouro Preto, atendendo à solicitação do ministro da Educação e Cultura. Joaquim Maia acabou repreendido pelo desconhecimento dos artigos do decreto e orientado a ministrar aulas mais práticas e acessíveis aos estudantes. Arquivo Central da Universidade Federal de Ouro Preto. Pasta Dietrich S. R. Von Kostrich. “Estudante é processado por professor” –*Tribuna da Imprensa*, 23/08/1971, p. 88.

<sup>372</sup> Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1967. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/De10477impresao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De10477impresao.htm).

<sup>373</sup> Em nota, o pesquisador Otávio Machado revela que, apenas quatro dias após o desligamento dos estudantes, em resposta a ofício do Diretório Acadêmico sobre as dificuldades vivenciadas pelos moradores da República Gaiola de Ouro, o diretor da Escola declarou: “Com o afastamento dos Snrs.

da Escola e ficaram proibidos de se matricular em qualquer outro estabelecimento de ensino pelo período de três anos. Segundo Pedro Garcia, o prejuízo foi ainda maior, pois eles perderam o semestre cursado ao serem impedidos de realizar as provas finais, em novembro. Além disso,

a portaria só foi publicada em março de 1970. Conclusão: em 69 eu perdi um semestre, em março de 70 eu fui suspenso por três anos. Até mesmo a forma de agir da direção da universidade foi extremamente maldosa e capciosa. Porque ela me suspendeu em novembro e deixou para editar a portaria em março. Ou seja, neste caso ela me prejudicaria como me prejudicou por mais um semestre ainda no ano de 1973, porque me impediu naquele semestre já que eu não poderia me matricular para o primeiro semestre de 1973. Então na realidade foi uma suspensão de três anos que corresponderam a quatro anos da minha vida como elemento de perda e de afastamento com a Escola de Minas de Ouro Preto<sup>374</sup>.

Apesar das arbitrariedades executadas pela direção da Escola, após o desligamento os estudantes receberam grande apoio do DAEM, de outros alunos e de professores. No entanto, talvez em razão do clima de temor que tomava conta do país e que passou a assombrar mais de perto a cidade, não houve nenhuma manifestação ou reação mais efetiva do movimento estudantil naquele momento.

Após a punição, os estudantes exilaram-se no Chile. Lincoln Viana declara que sua fuga só foi possível devido ao apoio que teve de Dalila Ribeiro de Almeida Maia, mãe de César Maia, que já estava em Santiago. Os três só voltariam ao Brasil no ano de 1973. Já no exílio, Viana teve a prisão preventiva decretada, sendo condenado pelas penas referidas no

---

LINCOLN RAMOS VIANA e PEDRO CARLOS GARCIA COSTA surgiram duas vagas, respectivamente na República Canaã e na República Castelo dos Nobres”. “Depoimento de Lincoln Ramos Viana a Otávio Luiz Machado”. Projeto “A atuação do Diretório Acadêmico da Escola de Minas de Ouro Preto - o desenvolvimento e o radicalismo entre 1956 e 1969”. 26 de julho de 2002. Disponível em: <http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com.br/2007/07/depoimento-de-lincoln-ramos-viana.html>.

<sup>374</sup> “Depoimento de Pedro Carlos Garcia Costa a Otávio Luiz Machado”. Ouro Preto: Projeto “A atuação do Diretório Acadêmico da Escola de Minas de Ouro Preto - o desenvolvimento e o radicalismo entre 1956 e 1969”, 2003. Disponível em:

<http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com.br/2008/03/depoimento-de-pedro-carlos-garcia-costa.html>.

artigo 23 do Decreto-Lei 314, de 1967, e pelo artigo 36, do Decreto-Lei 510, de 1969<sup>375</sup>. Em depoimento, afirma que, após seu retorno ao país, cumpriu pena de um ano de reclusão por determinação do Superior Tribunal Militar, que aceitou a extensão de mais seis meses à pena de seis meses imputada pelo IPM<sup>376</sup>.

---

<sup>375</sup> Decreto-Lei 314, de 1967: “Art. 23. Praticar atos destinados a provocar guerra revolucionária ou subversiva: Pena - reclusão, de 2 a 4 anos.”. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-314-13-marco-1967-366980-publicacaooriginal-1-pe.html>. Decreto-Lei 510, de 1969: “Art. 36: Constituir, filiar-se, manter organização do tipo militar, de qualquer forma ou natureza, armada ou não, com ou sem fundamento, com finalidade combativa. Pena: reclusão, de 1 a 3 anos para os cabeças, reduzida de metade para os demais”. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/Del0510.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0510.htm).

<sup>376</sup> “Depoimento de Lincoln Ramos Viana a Otávio Luiz Machado”. Projeto “A atuação do Diretório Acadêmico da Escola de Minas de Ouro Preto - o desenvolvimento e o radicalismo entre 1956 e 1969”. 26 de julho de 2002. Disponível em: <http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com.br/2007/07/depoimento-de-lincoln-ramos-viana.html>.

### 3.4. Prisão, tortura e expulsão – O caso de Newton Moraes

Newton Moraes ingressou na Escola de Minas de Ouro Preto no ano de 1968. Como morador da República Pureza, participava do círculo de efervescência política formado pelas “repúblicas socialistas” da cidade. Logo passou a atuar junto com Lincoln Ramos Viana e César Maia, sendo considerado “o maior discípulo” deste último, especialmente em sua trajetória no jornal *O Martelo*<sup>377</sup>. Mas sua entrada no movimento de esquerda armada se deu pela influência de Viana em sua formação, conforme ressalta:

No princípio daquele ano ficou conhecendo LINCOLN RAMOS VIANNA, aluno do 3º ano de geologia. Êste o procurava constantemente iniciando então um trabalho de doutrinação pelo qual foi se entusiasmando pelas idéias expostas pelo Lincoln. Em outubro de 1969 o depoente foi alertado por êste, que seria apresentado a um elemento vindo de Belo Horizonte. No fim desse mês tal elemento foi com Lincoln à república onde residia e apresentou como sendo ARNALDO CARDOSO DA ROCHA, que para efeitos da organização tinha o codinome de ‘FLÁVIO’<sup>378</sup>.

Foi a partir desse encontro que Moraes ingressaria na articulação da ALN em Minas Gerais, composta por integrantes da Corrente que sobreviveram às investidas da repressão, passando a ser conhecido pelos codinomes “Gordo” e “Brandão”. Na ocasião, foi convidado pelo dirigente Arnaldo Cardoso a participar do “Grupo de Fogo” da organização, responsável pelas ações de expropriação, divulgação dos princípios de luta e sequestros de autoridades, tendo em vista a liberação de presos políticos.

O estudante passou a atuar em Belo Horizonte, onde participou de operações que tinham por objetivo conseguir apoio logístico para o planejamento do sequestro do cônsul da Inglaterra. Em janeiro de 1971, durante o assalto ao Banco Nacional de Minas Gerais, Newton e outros companheiros foram presos pelo Delegado do DOPS/MG, Thacyr Omar Meneses

---

<sup>377</sup> “Depoimento de Paulo Pavanelli a Otávio Luiz Machado”. Ouro Preto: Projeto “A atuação do Diretório Acadêmico da Escola de Minas de Ouro Preto - o desenvolvimento e o radicalismo entre 1956 e 1969”, 2003. Disponível em:

<http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com.br/2008/03/depoimento-de-paulo-pavanelli-otvio.html>.

<sup>378</sup> Arquivo Público Mineiro. Acervo DOPS/MG. Pasta 0043, Rolo 004. Ação Libertadora Nacional – Investigações sobre Assaltos.. Documento 11-12.



Sia<sup>379</sup>. Durante a perseguição, o aluno de engenharia foi acusado de acertar, acidentalmente, com um tiro o menor Marcelo C. Tavares, que veio a óbito. Mais tarde ficou comprovado que o disparo que atingiu o jovem não saiu de sua arma, mas, possivelmente, foi efetuado por um dos policiais que o perseguiram<sup>380</sup>.

Newton Moraes passou por vários interrogatórios, os quais indicam que foi brutalmente torturado pelos agentes do Estado brasileiro. Primeiro, porque o tempo em que o acusado foi interrogado é bem longo em algumas das inquirições, sendo que uma delas dá a entender que ele passou toda a madrugada relatando sobre sua participação na luta armada. Segundo, porque Newton faz uma descrição minuciosa de toda a estruturação da ALN/MG, de seu vínculo com determinados militantes de outros estados, nomeia seus principais dirigentes e confessa todas as ações praticadas, bem como de que maneira elas foram possíveis. No segundo volume do *Orvil*, livro elaborado pelo Centro de Informações do Exército (CIE), entre 1985 e 1988, com o objetivo de contestar as denúncias de violações de direitos humanos cometidas durante a ditadura, as prisões de Newton Moraes e Milton Campos de Souza são relacionadas como a causa da “desarticulação do trabalho da ALN em Minas Gerais”<sup>381</sup>. Sobre as violações a que Moraes foi submetido, Romeu Delaroli, seu colega de curso à época, confirma em depoimento ao pesquisador Otávio Machado: “Eu me lembro que o Newton foi mostrado na TV, mas estava irreconhecível. Apanhou demais”<sup>382</sup>. Além disso, conforme o projeto *Brasil Nunca Mais*, no próprio momento da prisão já foram iniciadas as torturas do estudante, que foi golpeado na cabeça com uma barra de ferro<sup>383</sup>.

---

<sup>379</sup> Foi preso na mesma ocasião Milton Campos de Souza. Aldo de Sá Brito Souza Neto, que também participou da ação, foi morto pelos policiais. Arquivo Público Mineiro. Acervo DOPS/MG. Pasta 0059, Rolo 006. Presos Políticos. Documento 12.

<sup>380</sup> Após investigações, a decisão proferida pela 4ª Circunscrição Judiciária Militar salienta que tudo “leva à certeza, senão absoluta pelo menos palpável, de que não foi Newton Moraes o autor do disparo mortal”. Apesar disso, por estar envolvido também em outros três IPMs, Newton foi condenada a 15 anos de reclusão e suspensão de seus direitos políticos por dez anos. Após apelação ao STM, sua pena foi reduzida a 8 anos de reclusão. BNM\_248. Ação Penal nº 5/71. Sentença. Auditoria da 4ª CJM. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/300/248.html>.

<sup>381</sup> A citação do *Orvil* presente nesse relatório foi retirada da p. 623, da versão digital encontrada em: <https://books.google.com.br/books?id=XIv6cbJvWBUC&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>. Para conhecer melhor sobre o projeto do *Orvil*, consultar: TEIXEIRA, Mauro Eustáquio Costa. A democracia fardada: imaginário político e negação do dissenso durante a transição brasileira (1979-1988). *Aedos*, nº 13, ago/dez de 2013.

<sup>382</sup> □ “Depoimento por escrito de Romeu Delaroli a Otávio Luiz Machado”. Ouro Preto: LPH/UFOP. Projeto “A atuação do Diretório Acadêmico da Escola de Minas de Ouro Preto - o desenvolvimento e o radicalismo entre 1956 e 1969”, 2004. Disponível em:

<http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com.br/2008/03/depoimento-de-romeu-delaroli-otvio-luiz.html>.

<sup>383</sup> BNM, 1985: tomo V, vol. 3 (As torturas), p. 324. Apud: RAMOS, Luiz Fernando Figueiredo. *Corrente e ALN: memória da resistência armada à ditadura em Minas Gerais (1967-1971)*.

Para se ter ideia da manipulação dos agentes da ditadura nesse caso, meses após sua detenção, em maio, foram publicadas cartas de Newton Moraes e Milton Campos, nas quais se retratavam para seus familiares e diziam renunciar ao “terrorismo”. Dois meses depois, o jornal da ALN *Venceremos* divulgou, sob a manchete “Ditadura sem-vergonha mente”, uma declaração de Moraes, na qual ele desmentia as declarações anteriores e afirmava terem sido um embuste articulado pela repressão:

Companheiros, em nenhum momento vacilei quanto à validade de nossa luta, nem de nossos ideais revolucionários. Companheiros, estou sendo vítima de uma trama desta ditadura, que através da falsificação de um bilhete meu à minha família, lançou a calúnia na imprensa escrita e falada, de meu repúdio à guerra popular e revolucionária. Companheiros, a única justificativa que admito para esta farsa é que não conseguindo provas para me assassinar ‘legalmente’, a ditadura busca lançar na opinião pública que talvez não me condene em função do meu ‘arrependimento’ [...]. Companheiros, se dez vidas eu tivesse, dez vidas eu daria pela Revolução Popular Brasileira. Newton Moraes (militante da ALN)<sup>384</sup>.

Não se sabe com clareza por quanto tempo Newton ficou preso no DOPS, porém, a documentação encontrada esclarece que, de janeiro a maio de 1971, pelo menos, ele foi submetido a interrogatórios. Após a prisão, foi indiciado em quatro IPMs: 1) assalto ao Banco Nacional; 2) tentativa de assalto ao “Super Mercado Camponesa”; 4) assalto ao “Merci-Mercearias Nacionais”; 4) “atividades políticas da organização subversiva” Ação Libertadora Nacional<sup>385</sup>.

Posteriormente, o estudante foi expulso da Escola de Minas de Ouro Preto. Apesar de José César Caiafa Júnior considerar que ele foi enquadrado no Decreto 477, não foi encontrado nenhum documento que subvencione tal afirmação. Todavia, todos os relatos reunidos no projeto de Otávio Machado, em que consta Newton Moraes, sinalizam categoricamente sua expulsão. Além disso, Vicente EllenaTropia, professor da Escola de

---

2013. 221f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros.

<sup>384</sup> *Venceremos*, número 3, junho/julho de 1971, capa. APESP. Acervo Deops/SP, Pasta 30Z160, n. 10.415, p. 03. Apud: GASPAROTTO, Alessandra. Fontes sobre as organizações de resistência à ditadura civil-militar no Brasil. Caracterização e possibilidades de investigação. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 27, nº 1, jan/jun de 2014, p. 180.

<sup>385</sup> Arquivo Público Mineiro. Acervo DOPS/MG. Pasta 0043, Rolo 004. Ação Libertadora Nacional – Investigações sobre Assaltos. Documento 11-12.

Farmácia já citado por sua colaboração com o regime militar, no memorial que envia ao ministro da Justiça no ano de 1972, elencou Moraes como integrante da “agitação esquerdista que tumultuou e vem tumultuando a vida Universitária de Ouro Preto”, no “esquema traçado” por Lincoln Ramos Viana e Pedro Carlos Garcia Costa. Estes, “felizmente, já [teriam sido] expurgados pelo Governo da Revolução”<sup>386</sup>.

O descaso com a história e com o destino daqueles que lutaram contra as violações fundamentais cometidas pela ditadura militar foi por muitos anos a ancoragem da memória pública brasileira. Nas últimas décadas, a mobilização de sobreviventes e de familiares dos que pereceram foi reforçada pelos trabalhos da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, da Comissão de Anistia e, especialmente, pelas dezenas de comissões da verdade que surgiram no país. Nos últimos dois anos, entre 2014 e 2016, os caminhos para a justiça de transição brasileira pareciam promissores, ainda que lidar com um passado recente de graves violações de direitos humanos seja tão árduo e controverso. Neste momento, infelizmente, um claro retrocesso no âmbito dos direitos humanos vem sendo efetivado pelo governo do país.

Entretanto, mesmo que o processo de reconhecimento das atrocidades cometidas pelo Estado brasileiro, muitas das quais perduram até os dias de hoje, tenha florescido, um movimento oposto, protegido pelo imaginário anticomunista que já rondava o país na década de 1930, ganha cada vez mais força e legitima a dissimulação de violências cometidas nos porões, nas ruas, nas casas, nos hospitais, nos sanatórios ou onde quer que houvesse alguém que se opunha ao regime militar. É o que acontece no caso de Newton Moraes. Quando seu nome, somado ao da organização a que pertenceu, é colocado no buscador Google, as primeiras páginas encontradas são matérias de mídias declaradamente apoiadoras do golpe de 1964 e blogs escritos por militares, cuja finalidade é revelar o que consideram a “verdade sufocada” pela esquerda. Segundo tal versão, sempre embasada em pesquisa superficial, Newton Moraes, militante da ALN, não passaria de um “terrorista” que assassinou um adolescente de 14 anos, fato desmentido desde a época do incidente. Apaga-se, assim, toda sua trajetória no movimento estudantil e as consequências de seu envolvimento na luta contra as arbitrariedades de um regime imposto ao país: foi preso, torturado, desligado da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), em condições que, pela limitação de acesso a documentos do período, não se pode precisar.

---

<sup>386</sup> Arquivo Nacional/Rio de Janeiro. BR\_RJANRIO\_TT\_0\_IRR\_PRO\_205\_d0001de0001. Of. Conf, nº 665/72.

#### 4. Os “olhos da repressão” em Ouro Preto: a Assessoria de Segurança e Informação da UFOP

Se logo após o golpe as primeiras medidas de controle das universidades consistiam nas comissões de inquérito e sindicância, a partir do início dos anos 1970 os “olhos do regime militar” no ambiente universitário passariam a ser as Assessorias de Segurança e Informação (ASI)<sup>387</sup>. Elementos integrantes do sistema de informações do regime, reestruturado em 1967, foram criados com a aprovação do Plano Setorial de Informações do Ministério da Educação e Cultura. Em 1971, as universidades brasileiras receberam ofício circular do MEC, que continha a fundamentação relativa à fundação das ASIs e a solicitação de que fosse nomeado o chefe responsável no prazo de 10 dias.

À época, ocupava o cargo de reitor da UFOP o professor Antônio Pinheiro, envolvido em várias ações de apoio à ditadura. Apesar de não ter sido encontrado nenhum documento da universidade referente à instalação de uma ASI, a partir dos arquivos da repressão comprova-se sua existência em Ouro Preto. Em junho de 1973, o diretor da Divisão de Segurança e Informação (DSI) do MEC enviou ao assessor especial da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) uma relação das assessorias existentes no país naquele momento, e nela constava a da UFOP, localizada na Praça Tiradentes, s/n, sob responsabilidade de Hilton Mourão Malheiros. O documento confidencial fora elaborado com a finalidade de estabelecer “apoio recíproco entre os elementos integrantes das Comunidades Setoriais”, visando “contribuir com o incremento” das atividades<sup>388</sup>. Além disso, comunicações enviadas à UFMG e à Universidade de Brasília (UNB), em especial, indicam a difusão também para a ASI/UFOP.

Foi em 1971, quando Hilton Malheiros ingressou como professor de Educação Física na UFOP, que se passou a cumprir a exigência estipulada pela portaria de 1969. Ainda que, com as fontes históricas encontradas até o momento, não se possa precisar a assiduidade do trabalho de monitoramento, denúncia e investigação realizado, verificou-se que no ano de 1973 dois acontecimentos vincularam o professor a tais tarefas.

---

<sup>387</sup> Também conhecidas como Assessorias Especiais de Segurança de Informação (AESI). Em muitos casos o uso de ambas as denominações ocorreu de forma indiscriminada, tanto pelos órgãos de diferentes universidades, quanto pela documentação dos aparelhos de repressão. Para mais informações, consultar: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Os olhos do regime militar brasileiro nos *campi*. As assessorias de segurança e informações das universidades. *Topoi*, v. 9, n. 16, jan/jun de 2008.

<sup>388</sup> Arquivo Nacional. Rio de Janeiro. BR\_RJANRIO\_CNV\_0\_ERE\_00092\_000767\_2012\_07. Of Nº 2519 AEPC/DSI/MEC/73.

Estranhamente, em fevereiro desse ano, o diretor da Escola de Farmácia relatou ao reitor sua indignação com a visita de Malheiros à instituição: “cumprindo ordens não sei de quem, deveria antes informar-se com este Diretor, que nunca se negou a recebê-los nesta Escola, e que teria hombridade e coragem bastantes para assumir quaisquer responsabilidades por atos seus”<sup>389</sup>. O caso denotava que o distanciamento entre as escolas ainda permanecia, deixando subentendido que não se tinha conhecimento das atividades da ASI naquela instituição. Em junho, através da Portaria nº 147/1973, a reitoria concedeu a Hilton Malheiros “um suprimento de fundos no valor de Cr\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos cruzeiros) para cobrir despesas com sua participação no CURSO DE ATUALIZAÇÃO DA ESCOLA NACIONAL DE SEGURANÇA E INFORMAÇÃO”<sup>390</sup>.

Graças ao projeto burocrático da ditadura brasileira, analisado e problematizado por pesquisadores de diferentes áreas, pode-se comprovar a existência de uma Assessoria Especial da Universidade Federal de Ouro Preto. Infelizmente, em nenhum dos arquivos da universidade – Arquivo Central, Arquivo da Escola de Farmácia e Arquivo Permanente da Escola de Minas – foi encontrada qualquer referência a órgão subsidiário ao sistema de informações do regime militar<sup>391</sup>.

É preciso destacar que documentos referentes à maioria dos casos de violação contra professores e alunos não foram encontrados no Arquivo Permanente da Escola de Minas, aspecto significativo na medida em que ela abarcou as ocorrências mais graves de repressão ao movimento estudantil. Em uma semana de pesquisa no referido arquivo - período fixado pela instituição -, o que a equipe do GT UFOP encontrou de mais expressivo foi a pasta da Comissão de Inquérito de 1964 – que já havia sido solicitada em outro momento –, bem como alguns documentos esparsos sobre diferentes diretórios acadêmicos. A respeito do enquadramento dos alunos Lincoln Viana e Pedro Garcia no Decreto 477, da expulsão de Newton Moraes e do papel da ASI/UFOP, nada foi encontrado. A ausência de documentos sobre arbitrariedades ocorridas na instituição durante a ditadura militar, comprovadas por fontes diversas, compromete a investigação dos casos identificados na Escola de Minas.

---

<sup>389</sup> Arquivo Central da UFOP. Of. nº 50/73. 09/02/1973. Documento 4.

<sup>390</sup> Arquivo Nacional/Distrito Federal. AN: AT3.1.25. Portaria nº 147/73.

<sup>391</sup> Apesar da equipe do GT UFOP ter executado pesquisa minuciosa nos arquivos da universidade, houve alguns problemas de acesso à documentação, especialmente no Arquivo da Escola de Minas. Além disso, a pesquisa desenvolveu-se em tempo curto demais para se realizar uma análise mais aprofundada dessa conjuntura tão complexa da história brasileira, e que foi vivenciada em Ouro Preto de forma muito intensa. Este relatório não exaure a dinâmica do movimento estudantil e da repressão na cidade, mas é um passo para que novas pesquisas surjam e preencham as lacunas que ainda persistem.

Talvez tenham sido apagados da memória e queimados como tantos outros acervos da ditadura brasileira.

#### 4.1 Monitoramento de docentes da Escola de Minas de Ouro Preto

Antônio Pimenta, professor da Escola de Minas, foi indiciado no Inquérito Policial Militar de Ouro Preto<sup>392</sup> em grande medida por suas supostas relações com a Ação Popular (AP). Segundo os investigadores do DOPS<sup>393</sup>, a residência de Pimenta teria recebido a última reunião do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) de Minas Gerais antes do Golpe de 1964, na qual estaria sendo preparada uma greve geral, seguindo as orientações de militantes do Rio de Janeiro.

O nome de Antônio Pimenta consta numa lista registrada na caderneta de Marilda de Almeida Trancoso, suposta militante da AP, anotação encontrada pelo DOPS em 03/04/1964<sup>394</sup>. Isso também levantou suspeitas sobre o professor. Seu filho, Luís Pimenta, foi investigado pelo DOPS como suposto líder esquerdista do setor secundarista da Ação Popular no interior de Minas Gerais<sup>395</sup>. Antônio também foi investigado pela Comissão de Inquérito da Escola de Minas, que o interrogou sobre suas supostas ações subversivas, tendo ele negado todas as acusações. Parte dos documentos sobre Antônio Pimenta no DOPS datam de meados da década de 1970, o que indica que foi vigiado pelo menos até esse período, porém, sem comprovação das acusações de que foi alvo.

O professor Oswaldo Magalhães Dias também figura entre os indiciados no Inquérito Policial Militar de Ouro Preto, tendo sido também investigado pela Comissão de Inquérito da Escola de Minas. Em carta enviada à comissão em 30/04/64, Walter Valadão de Sousa, professor da Escola de Minas, relatou que

por ouvir dizer - e é fato notório em nossa cidade, bem como na imprensa do Estado - que os senhores Dr. Oswaldo Magalhães Dias, professor da Escola, Márcio Antônio Pereira e Antônio Carlos de Moraes Sarmiento, alunos, tem ideias comunistas e por tal foram presos.<sup>396</sup>

Dessa forma, além de ter sido citado pela Delegacia de Polícia de Ouro Preto como um dos indivíduos tidos como “comunistas, agitadores e adeptos do partido vermelho”,

---

<sup>392</sup> Arquivo Público Mineiro. Acervo DOPS/MG. Pasta 3869, Rolo 049. Inquérito Policial Militar.

<sup>393</sup> Arquivo Público Mineiro. Acervo DOPS/MG. Pasta 0341, Rolo 021. Investigações no DCE da UFMG.

<sup>394</sup> Arquivo Público Mineiro. Acervo DOPS/MG. Pasta 0011, Rolo 001. Movimento estudantil.

<sup>395</sup> Arquivo Público Mineiro. Acervo DOPS/MG. Pasta 0341, Rolo 021. Investigações no DCE da UFMG.

<sup>396</sup> Arquivo Permanente da Escola de Minas de Ouro Preto. Caixa 256. Pasta Comissão de Inquérito de 1964. Doc. 17, Folha 25. Documento 14.

Magalhães enfrentou suspeitas entre os próprios colegas na Escola de Minas. Diante de tais acusações, foi interrogado pela comissão em 16/05/1964, tendo argumentado nessa ocasião que as denúncias deveriam ser provenientes de “algum inimigo gratuito”. Quando questionado sobre sua opinião sobre o governo deposto e o governo que julgava ideal para o Brasil, respondeu que

Antes do governo de João Goulart já era favorável à participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, porque esse direito lhes é assegurado pela Constituição de 1946. Muito antes do governo deposto já defendia as ideias de reforma social, administrativa e agrária. E as defendia dentro do espírito cristão, porque as achava justas e necessárias. Ocorre que o governo deposto em 1 de abril de 1964 explorou demagogicamente o sentimento de humanidade dos brasileiros, e serviu-se das reformas como meio político de perpetuar-se no poder. Tal governo agitou o País e impediu o Congresso Nacional de votar a lei regulamentando o direito de greve [...] Não apoiava a maneira de proceder do Governo Goulart, muito embora fosse favorável às reformas, sendo contudo contrário aos meios de agitação empregados para consegui-las.<sup>397</sup>

As informações prestadas por Oswaldo indicam que sua identificação como comunista estava equivocadamente associada ao seu desejo por reformas populares. Em depoimento mais recente argumentou no mesmo sentido, afirmando que

Quando eu voltei [da Venezuela] em fevereiro de 61, o Brasil tinha mudado, era o João Goulart que estava governando [...] Tinham medo do João Goulart e as coisas se complicaram muito [...] Me perguntaram lá, os professores, o que eu achava disso, da situação lá de Cuba.

Eu disse assim: - Eles estão lá, nessa briga da esquerda, Fidel Castro. E na Venezuela estava pegando fogo.

Eles me perguntavam: - E o que você acha disso?

- Eu acho é que as coisas têm que mudar!

---

<sup>397</sup> Arquivo Permanente da Escola de Minas de Ouro Preto. Caixa 256. Pasta Comissão de Inquérito de 1964. Doc. 72, Folhas 109-110.



Eu sempre fui dessa ideia de mudar. Então teve um inquérito na Escola de Minas, me chamaram. Estava lá o Maia, o Moacir Lisboa [...] E nesse inquérito eles formulavam umas perguntas e depois falavam: Escreve aí no papel qual o regime que você acha que deveria ter no Brasil. Eu escrevi uma coisa assim: uma tecnocracia, democraticamente organizada.<sup>398</sup>

Na montagem do quadro incriminador de Oswaldo Magalhães, foram explorados também seus vínculos de amizade e parentesco, assim como sua passagem pela Venezuela, considerados indícios de alinhamento com os processos políticos vividos nesse país e em Cuba.

A desconfiança e a vigilância sobre o docente foram constantes durante muito tempo, sendo recorrentemente submetido a constrangimentos e tentativas de intimidação em seu local de trabalho. Magalhães teve que se esforçar, várias vezes, para demonstrar que sua crítica às relações de exploração não o tornava um defensor da luta armada ou do comunismo:

O professor Rômulo Soares Fonseca era diretor, me chamou no gabinete dele e falou: Olha, recebi uma correspondência do SNI informando sobre todos os seus passos! Eu disse: É ótimo! Eu fico muito alegre com isso, porque eles vão ver que minha vida é limpa, que não tem nada.

Eu era um intelectual, eu tinha ideias, mas não ideias de luta armada. Nunca defendi comunismo. Eu defendia mudanças! Uma vez houve um diálogo no gabinete do Salathieu. Eu disse: Tem que haver mais consideração com as pessoas. Haver simplesmente uma exploração do homem pelo homem não está certo. Tem que ter leis que protejam as pessoas menos favorecidas.<sup>399</sup>

Outra situação adversa com a qual Oswaldo Magalhães teve que lidar foi sua demissão em 25 de março de 1965, depois de ter lecionado ininterruptamente desde 1961 na instituição. Em nenhuma parte do processo foram declarados os reais motivos de seu desligamento. Nos documentos, as autoridades da Escola de Minas utilizaram termos vagos para se referir às

---

<sup>398</sup> Depoimento de Oswaldo Magalhães Dias, concedido ao pesquisador Otávio Luiz Machado em Belo Horizonte. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oco0yso1Tf0>.

<sup>399</sup> Depoimento de Oswaldo Magalhães Dias, concedido ao pesquisador Otávio Luiz Machado em Belo Horizonte. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oco0yso1Tf0>.

causas da demissão, tais como “por motivos ponderáveis” ou “por razões que só a ela [Escola de Minas] interessam”.<sup>400</sup>

Além do uso de expressões evasivas para tratar do desligamento do docente, outros indícios apontam no sentido de que a demissão possa ter tido motivações políticas. Magalhães pediu para que fossem incluídos em seu processo documentos do DOPS e da Secretaria de Estado de Segurança Pública de Minas Gerais que atestavam que ele não tinha antecedentes criminais e era indivíduo sem grande “periculosidade” para o regime. O professor acreditava ser necessário dissipar as desconfianças sobre seu posicionamento político, pretendendo, assim, possibilitar seu retorno à instituição.

Após ficar cerca de um ano desligado da Escola de Minas e sem salário, Magalhães conseguiu retornar ao cargo através de um mandado de segurança deferido pelo juiz Benedito Starling, da 1ª Vara da Fazenda Pública, em Belo Horizonte. Porém, existem documentos do DOPS/MG que indicam que o professor foi vigiado pelo menos até meados da década de 1970.

A experiência de Magalhães demonstra como o pensamento crítico e o desejo por transformação social incomodavam fortemente os defensores do regime, que identificavam diretamente essas ideias com o comunismo e atitudes subversivas, reprimindo por diversos meios os atores assim caracterizados. No entanto, as convicções de Oswaldo Magalhães resistiram a esse processo, assim como sua confiança no papel central dos estudantes na construção de uma sociedade mais justa:

Os jovens são muito entusiasmados com os movimentos sociais. Na universidade é onde está a matriz das ideias. Eles andam sempre em paralelo com a história e até, às vezes, ultrapassam o momento histórico. Eles querem mudanças! Eles querem que as coisas evoluam. E muitas vezes os mestres não conseguem acompanhar.<sup>401</sup>

A pesquisa indica que os professores da Escola de Minas foram sistematicamente vigiados pelo DOPS por mais de dez anos. Está claro também que essa vigilância contou com a participação de autoridades da própria universidade, os quais mantiveram correspondência

---

<sup>400</sup> Arquivo Nacional. Distrito Federal. Ministério da Educação e Cultura - Escola de Minas de Ouro Preto. Processo de mandado de segurança do Prof. Oswaldo de Magalhães Dias. BR\_DFANBSB\_AT3\_0029\_d.

<sup>401</sup> Depoimento de Oswaldo Magalhães Dias, concedido ao pesquisador Otávio Luiz Machado em Belo Horizonte. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oco0yso1Tf0> .

com os militares, formaram comissões de investigação, identificaram atores, descreveram suas ações e criaram constrangimentos e limitações para os investigados. Dessa forma, funcionários e alunos tiveram seus direitos à liberdade de expressão e participação política violados, principalmente em relação aos movimentos de contestação contra o regime e de organização popular.

## 5. Mobilizações conjuntas de estudantes de diferentes cursos da UFOP (1970-1980)

Não obstante a ausência de articulação entre os estudantes das duas escolas, mesmo após a fundação da UFOP, na década de 1970 esse cenário começou a se modificar. Uma proposta de maior aproximação entre os órgãos de representação estudantil das escolas de Minas e Farmácia parecia estar em vigor desde meados de 1969, quando os estudantes de farmácia, definidos como a “esquerda festiva” por Vicente Ellena Tropa e seus apoiadores, passaram a se relacionar de forma mais ativa com o DAEM, coordenado por José de Lourdes. Em 1970, Dário Fontana, então presidente do DA “Jovelino Mineiro”, enviou uma carta ao DAEM esclarecendo aspectos do editorial do jornal *A BOTICA*, que fazia duras críticas à atuação dos alunos de engenharia. Demonstrando interesse em aprofundar a relação entre os diretórios, concluía que o esforço que estava sendo feito nesse sentido não deveria ser ignorado. Mais ainda, afirmava que as “críticas infundadas e pretensiosas por parte de certos elementos” não fariam com que a “aproximação” deixasse de “se manter”<sup>402</sup>.

Contudo, somente no final dessa década, quando à oposição à ditadura foi incorporada a luta pela anistia, em situação semelhante à que ocorria no resto do país, foi possível estabelecer uma aproximação efetiva entre os estudantes dos diferentes cursos da universidade. Como apontado por pesquisadores de diversas áreas nos últimos anos, a luta pela anistia, desencadeada a partir de 1975, foi um marco no processo de unificação de vários grupos de oposição ao regime, os quais, apesar de muitas vezes adotarem teorias e estratégias divergentes, encontraram na defesa do direito de ter direitos uma identidade comum<sup>403</sup>. Nesse sentido, todo o movimento e a própria conquista da lei de anistia, mesmo nos moldes injuriosos com que foi promulgada, além de possibilitarem a abertura para a democracia, possibilitaram a emergência da sociedade civil, organizada em prol do retorno do Estado

---

<sup>402</sup> Arquivo Permanente da Escola de Minas de Ouro Preto. Carta ao Presidente do DAEMOP enviada por Dário Fontana, Presidente do DA Jovelino Mineiro. 16/06/1970. Documento 15.

<sup>403</sup> Em 1975, foi criado o Movimento Feminino pela Anistia sob a liderança da advogada Therezinha Zerbini. Foi o primeiro movimento legalmente constituído na luta contra a ditadura. Logo depois surgiram, em 1978, os comitês brasileiros pela anistia. Com a ampliação da reivindicação, nesse mesmo ano passou a ser comemorado, em todo 18 de abril, o aniversário da anistia de 1945, lembrada com atos públicos e manifestações culturais. Buscava-se, assim, no passado a legitimação da luta no presente. Por todo o ano todo de 1978 foram organizadas manifestações pela liberdade de presos políticos e dias nacionais de protesto e luta pela anistia. Tais mobilizações reuniam grande parcela da sociedade civil, além de familiares de mortos e desaparecidos, estudantes, trabalhadores, jornalistas, sindicalistas, religiosos e advogados. Sobre as mobilizações dessa conjuntura, consultar: DEL PORTO, Fabíola. A luta pela anistia no regime militar brasileiro: a construção da sociedade civil e a construção da cidadania. *Perseu*, nº 3, ano 3, 2009, p. 43-72.

Democrático de Direito. Sobre a atmosfera do período, Fernando Gabeira, jornalista e ex-militante do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), assegurou que mesmo no exterior houve mobilização unitária daqueles que estavam no exílio – mobilização redimensionada, em grande medida, por organizações de direitos humanos capazes de reunir os deslocados dos diferentes países que viveram ditaduras na América Latina.

Não conheço em todo o período de militância na denúncia da ditadura brasileira no exterior nenhuma palavra de ordem que tenha nos unido tanto quanto a anistia. De repente, e pela primeira vez, sentávamos todos juntos [...] Não sei se vocês perceberam o alcance do que achamos. Nós achamos muito mais do que uma palavra de ordem. Achávamos um modo de convivência, de ação comum, enfim a maturidade política que em certos momentos faltou na nossa história... Éramos gente com opiniões diferentes que compreendeu que não se faz nada apenas com as pessoas que pensam de forma idêntica e sim que é preciso saber organizar as diferenças em torno de uma luta unitária<sup>404</sup>.

O recrudescimento da repressão ditatorial nos anos 1970 possibilitou que do medo instaurado – definido por Francisco Weffort como o “mínimo denominador comum de seres humanos desprotegidos e amedrontados” - adviesse um sentimento de solidariedade capaz de aproximar diferentes movimentos e reivindicações em torno da defesa dos direitos humanos e da anistia<sup>405</sup>.

Em Ouro Preto, o movimento parece ter sido o mesmo. Em março de 1978, os diretórios acadêmicos da Escola de Minas e da Escola de Farmácia assinaram conjuntamente um manifesto pelo dia nacional de protesto e pelo aniversário das mortes de Edson Luiz de Lima Souto<sup>406</sup> e Alexandre Vanucchi Leme<sup>407</sup>. Ao final do documento, sinalizavam a inserção

---

<sup>404</sup> GABEIRA, Fernando. *Carta sobre a anistia. A entrevista do Pasquim. Conversação sobre 1968*. Rio de Janeiro: Codecri, 1979, p. 11-12.

<sup>405</sup> WEFFORT, Francisco. *Por que democracia?* São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 94.

<sup>406</sup> Edson Luiz Lima Souto foi morto por agentes da ditadura brasileira aos 17 anos de idade, em 1968, em manifestação no restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro. Sua morte gerou grande comoção nacional, sendo que o funeral e a missa de sétimo dia foram marcados por protestos nacionais, que gerariam a prisão e o assassinato de outros estudantes pelo país. Durante as investigações, a Comissão Nacional da Verdade conseguiu identificar que o disparo que vitimou Edson Luiz foi efetuado pelo tenente Alcindo Costa. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório*. Volume III: Mortos e Desaparecidos Políticos, 2014, p. 224-228. Disponível em: [http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume\\_3\\_digital.pdf](http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_3_digital.pdf).

dos estudantes ouro-pretanos na confluência da luta por direitos, que vinha sendo renovada “a cada novo assassinato cometido pelas forças repressivas que sustentam o poder; a cada prisão arbitrária e a cada tortura denunciada; a cada manifestação censurada”<sup>408</sup>.

Porque esta deve ser uma luta de todo o povo brasileiro:

CONTRA A CARESTIA.

POR MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO.

PELO ENSINO PÚBLICO E GRATUITO PARA TODOS.

PELA ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA.

PELAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS<sup>409</sup>.

Em depoimento de 2003 ao pesquisador Otávio Machado, Nilmário Miranda destacou que desde 1977 os estudantes da UFOP participavam ativamente das mobilizações do período, sendo que “se organizaram rapidamente, participando bastante da Anistia, da retomada do movimento estudantil e dos grandes movimentos como a luta pela democracia e as Diretas”<sup>410</sup>. Não por acaso, o congresso de reconstrução da UEE-MG de 1979 ocorreu na cidade.

Sobre esse evento é importante salientar que, com cerca de 500 participantes, contou, como componentes da mesa de debates, com importantes lideranças do movimento estudantil dos anos anteriores e com representantes do comitê mineiro pela anistia. Na ocasião, Doralina Rodrigues de Carvalho, ex-presidente da UEE na gestão 1967-1968, que viveu na clandestinidade por mais de dez anos, proferiu um discurso emocionado no qual relacionava o papel dos estudantes na rearticulação de um de seus órgãos com a abertura de “uma vereda

---

<sup>407</sup> Alexandre Vanucchi Leme foi preso no dia 16 de março de 1973 por agentes do Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna de São Paulo (DOI-CODI/SP). Na versão oficial de sua morte consta que, no dia 17, Alexandre teria falecido devido ao atropelamento por um caminhão. No mesmo ano, as reais circunstâncias da morte do estudante foram atestadas pelo depoimento de nove testemunhas, todas atestando que fora morto em decorrência das torturas sofridas dentro daquele órgão. Sua morte tornou-se um marco na reorganização do movimento estudantil na década de 1970. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório*. Volume III: Mortos e Desaparecidos Políticos, 2014, p. 1205-1211. Disponível em: [http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume\\_3\\_digital.pdf](http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_3_digital.pdf).

<sup>408</sup> Manifesto – Dia Nacional de Protesto – 28.03.78 Acessado pelo site “Documentos Revelados”.

<sup>409</sup> Manifesto – Dia Nacional de Protesto – 28.03.78 Acessado pelo site “Documentos Revelados”.

<sup>410</sup> □ “Depoimento de Nilmário Miranda a Otávio Luiz Machado”. Projeto “A Corrente Revolucionária de Minas Gerais”. 07 de fevereiro de 2003. Disponível em: <http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com.br/2008/03/depoimento-de-nilmario-miranda-otvio.html>.

pela qual pode-se caminhar rumo ao futuro”<sup>411</sup>. O envolvimento de alunos de diferentes cursos da UFOP no congresso, que ocorreu no restaurante universitário, se estenderia também aos do recém-fundado Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS), localizado em Mariana.

O final dos anos 1970 e início dos 1980 foi um período de profusão de mobilizações conjuntas dos estudantes de Ouro Preto. Entre 1981 e 1982, ocorreram diversas manifestações que tinham como pauta a assistência estudantil e estavam diretamente ligadas à conjuntura nacional de luta pela redemocratização. Foram escritas várias cartas direcionadas à população de Ouro Preto, aos professores e funcionários da UFOP, bem como aos secundaristas, cujo objetivo era o de alertar para os problemas universitários e esclarecer os motivos das greves estudantis. Dentre as principais reivindicações estavam a construção de novas moradias, a readequação do Restaurante da Escola de Minas de Ouro Preto (REMOP), a construção de novos restaurantes universitários capazes de atender a todos os estudantes e a disponibilização de um ônibus fretado para fazer o transporte entre os *campi* de Ouro Preto e Mariana.

Em fevereiro de 1982, a “Carta Aberta ao Povo de Ouro Preto” apontou uma lista de acontecimentos que ocorriam na universidade, opunha-se à revogação de uma portaria do MEC sobre cobrança de mensalidades universitárias e criticava o aumento na cobrança dos restaurantes. Conclamava ainda a população ouro-pretana a engajar-se na luta pela universidade pública e gratuita:

Vamos lutar e esperamos contar com o apoio da população ouropretana. Queremos o ensino público e gratuito, pois a educação é um direito de todos os brasileiros, que pagam seus impostos aos Estados e, portanto este dinheiro tem que ser aplicado nas escolas do 1º, 2º e 3º graus, em hospitais, urbanização, transporte e em todas as necessidades básicas do povo<sup>412</sup>.

Fato importante e representativo do período é que a carta contava com a assinatura do DA da Escola de Minas, do DA do ICHS e do CA Livre da Escola de Farmácia.

---

<sup>411</sup> Arquivo Público do Estado de São Paulo. BR SPAPESP,XX DSP.SS.ZW.234510. Discurso proferido por Doralina Rodrigues na abertura do Congresso de reabertura da UEE/MG. 1979.

<sup>412</sup> Arquivo Público do Estado de São Paulo. BR SPAPESP,XX DSP.SS.ZW.28361. Carta Aberta ao Povo de Ouro Preto.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tá lá o corpo  
Estendido no chão  
Em vez de rosto uma foto  
De um gol  
Em vez de reza  
Uma praga de alguém  
E um silêncio  
Servindo de amém...

(*De frente pro crime*. João Bosco, 1975)

Há algumas décadas, pesquisadores de diferentes áreas têm discutido sobre a maneira de definir a ditadura brasileira. Nos anos 2000, acentuou-se a preocupação de se comprovar que parcela da sociedade apoiou ou forneceu o suporte necessário para que o golpe se tornasse possível e o regime autoritário perdurasse por tanto tempo. O reconhecimento de que a sociedade civil constituiu um dos alicerces do sistema repressivo estruturado no país continua a ser ressaltado pelas medidas empreendidas em prol da justiça de transição no Brasil, como no caso das denúncias apresentadas no relatório da Comissão Nacional da Verdade, divulgado em 2014<sup>413</sup>. Apesar disso, nos últimos anos as discussões historiográficas acerca da natureza do golpe e da ditadura têm ganhado novo fôlego, trazendo de volta o conceito de ditadura

---

<sup>413</sup> □No texto temático “Civis que colaboraram com a ditadura”, presente no volume II do relatório da CNV, foi apontado, além dos políticos que integraram, ao lado dos militares, a ossatura do golpe de 1964, o papel desempenhado, na deposição do presidente João Goulart, pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), pela Sociedade Brasileira em Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP) e por outras instituições. Empresas e empresários foram também identificados como suporte dos órgãos de repressão do regime militar, como a Volkswagen do Brasil, que, além de fornecer carros, mantinha um local de interrogatório e tortura de empregados no interior de suas instalações. Da mesma forma, Camilo Cola, deputado da Arena, era dono da Viação Itapemirim e arrecadava dinheiro de outras empresas para a manutenção do aparato repressivo. Para mais informações, consultar: Comissão Nacional da Verdade. *Relatório*. Volume II, texto 8. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/Volume%202%20-%20Texto%208.pdf>.



militar, o qual, abarcando o papel-chave de civis no regime autoritário, reforça que os detentores do poder e os estruturadores do regime foram, em última instância, os militares. Em entrevista recente, o historiador Rodrigo Patto Sá Motta, que compartilha essa opinião, defendeu que

o melhor adjetivo para a ditadura é militar, pois foram os homens de verde-oliva que conferiram unidade ao regime político instalado em 1964. Os militares deram ossatura à ditadura; foram ao mesmo tempo sua principal fonte de poder e os tomadores de decisão em última instância, ou seja, quem resolvia os conflitos entre as diversas facções de apoiadores do regime militar. Isso ficou absolutamente claro na crise de 1968, que levou a uma maior militarização da ditadura<sup>414</sup>.

Porém, o autor não deixa de ressaltar o papel da sociedade brasileira na manutenção do regime arbitrário, salientando que “o apoio ou o consentimento da população é necessário para dar estabilidade para qualquer forma de governo, inclusive as ditaduras”<sup>415</sup>.

Percebe-se de modo muito claro como essa anuência existiu entre as elites econômicas e políticas ouro-pretanas. Desde o estopim do golpe, houve manifestações de apoio ao que julgavam ser uma “revolução” e à incriminação daqueles considerados adeptos do “credo vermelho”. Não por acaso, a comissão de inquérito instalada em abril de 1964 na Escola de Minas de Ouro Preto, que, como se viu, tinha o objetivo de identificar e punir os membros do corpo escolar tidos como comunistas, recebeu diversas cartas de apoio ou denunciando estudantes de engenharia como “agitadores e baderneiros”. O padre Francisco Barroso, mesmo afirmando não ter “provas concretas”, chegou a acusar formalmente Jairo José de Siqueira (turma de 1965) e Guilherme Almeida Gazolla (turma de 1967) de serem suspeitos de propagar o “esquerdismo” dentro da instituição<sup>416</sup>. O padre Simões, por sua vez, fez questão de manifestar total solidariedade ao golpe, sugerindo à comissão que vários comunistas se escondiam sob o manto do nacionalismo.

---

<sup>414</sup> Ditadura militar no Brasil: historiografia, política e memória. Entrevista com o historiador Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG). Realizada por João Teófilo, com participação de Bruno Leal. Disponível em: <http://www.cafehistoria.com.br/entrevista-rodrigo-patto-sa/>.

<sup>415</sup> Ditadura militar no Brasil: historiografia, política e memória. Entrevista com o historiador Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG). Realizada por João Teófilo, com participação de Bruno Leal. Disponível em: <http://www.cafehistoria.com.br/entrevista-rodrigo-patto-sa/>.

<sup>416</sup> Arquivo Permanente da Escola de Minas de Ouro Preto. Caixa 256. Pasta Comissão de Inquérito de 1964, Doc. 94, Folha 140.

A conclusão das investigações na Escola de Minas, juntamente com as prisões que haviam sido realizadas dias após o golpe, serviu de apoio ao Inquérito Policial Militar estabelecido na cidade, que atuou contra estudantes, professores, trabalhadores e políticos da região. Ao final do inquérito, foram acusados como elementos de “maior periculosidade” e ligados à “subversão”, entre outros, o vereador Sebastião Francisco (vulgo “Maria Preta”); os trabalhadores João Evangelista Dias, Aristides Cardoso Roriz e Marcelo Antônio Guimarães; e os estudantes Nuri Andrauss Gassani, Antônio Carlos de Moraes Sarmiento, Eduardo Teles de Barros (vulgo “Amazonas”), Wagner Geraldo da Silva, Márcio Antônio Pereira e Sérgio Antônio Pretti Maculan<sup>417</sup>.

Depois de 1964, diversas ações evidenciaram um ostensivo apoio da sociedade ouro-pretana ao regime autoritário, inclusive por parte de professores das escolas de ensino superior da cidade. Ao longo da pesquisa, foram encontradas várias referências às comemorações do aniversário da “revolução de 1964”, além da existência de um Núcleo da Sociedade Brasileira da Defesa da Tradição, Família e Propriedade, entidade católica que combatia veementemente as ideias socialistas e comunistas. No âmbito das escolas superiores, alguns professores, diretores e até mesmo alunos puderam ser identificados como assíduos colaboradores da ditadura. Na Escola de Farmácia de Ouro Preto, Vicente Ellena Tropia, que exerceu o cargo de diretor de 1966 a 1970, foi responsável pela instauração de diversos processos administrativos contra o corpo docente e discente, pela manipulação de provas arroladas em tais inquéritos, pela perseguição a estudantes e por notificar frequentemente diversos órgãos de segurança sobre as movimentações que considerava subversivas na instituição. Já na Escola de Minas, Antônio Pinheiro, que foi presidente da comissão de inquérito instalada na instituição em 1964, era diretor à época do desligamento de alunos enquadrados no Decreto 477 e reitor da UFOP quando a Assessoria de Segurança e Informação foi instituída na universidade. Ambos foram considerados neste relatório como homens da ditadura em Ouro Preto.

Por outro lado, se a colaboração de parte da sociedade ouro-pretana pode ser comprovada por manifestações ocorridas durante o período ditatorial, a oposição e a resistência à imposição de um regime militar foram também marcantes. Na madrugada posterior ao golpe, as ruas da cidade amanheceram pichadas com frases de apoio ao governo deposto e de contestação da tomada do poder pelos “gorilas”.

---

<sup>417</sup>

Arquivo Público Mineiro. Acervo DOPS/MG. Pasta 3869. Rolo 049.

Desde o início dos anos 1960, foi efetivo o engajamento político dos estudantes de Ouro Preto na defesa das reformas propostas por João Goulart. A participação intensificou-se com as arbitrariedades impostas pela ditadura, apesar de toda a repressão. Conforme depoimentos assinalados no decorrer do relatório, o envolvimento dos alunos levou à formação da União das Repúblicas Socialistas de Ouro Preto (URSO), que teve importante papel na mobilização estudantil, envolvendo principalmente as repúblicas Canaan, Castelo dos Nobres e Pureza. O ambiente universitário singular da cidade, formado por mais de setenta repúblicas no período entre 1964 e 1988, propiciou que estas se tornassem importantes focos de organização na luta contra a ditadura. Por isso mesmo, foram locais constantemente invadidos pelos agentes da repressão que perseguiram estudantes engajados, especialmente em datas próximas às comemorações do 21 de abril.

Nos anos seguintes ao golpe, enquanto recrudescia a repressão, a oposição à ditadura também se intensificava, estabelecendo-se mesmo uma relação entre os estudantes de Ouro Preto e organizações estudantis e militantes da esquerda armada sediadas na capital. O envolvimento dos estudantes de engenharia Lincoln Ramos Vianna, Pedro Carlos Garcia Costa, César Epiácio Maia e Newton Moraes em ações locais, estaduais e nacionais contra o regime autoritário acarretaria punições arbitrárias e violentas, por parte tanto das instituições de ensino quanto das forças de segurança. César Maia foi detido em algumas ocasiões, inclusive no XXX Congresso da UNE, em Ibiúna, em episódio conhecido pela brutalidade dos agentes do Estado, que prenderam aproximadamente 700 estudantes. Lincoln Viana e Pedro Garcia foram monitorados e desligados da Escola de Minas de Ouro Preto por um período de três anos, não podendo também matricular-se em outra instituição de ensino no Brasil. Diante das circunstâncias adversas, esses três alunos da Escola partiram para o exílio no Chile, entre 1969 e 1970, onde permaneceram até 1973. Newton Moraes, que participou de várias ações de expropriação na cidade de Belo Horizonte como militante da Ação Libertadora Nacional, foi preso, torturado e indiciado em quatro inquéritos pelo DOPS/MG.

Diferentemente dessa forma de luta adotada pelo movimento estudantil da Escola de Minas, na Escola de Farmácia as mobilizações dos discentes tomaram, no geral, a forma de um questionamento ao autoritarismo e aos desmandos que ocorriam dentro da instituição. Porém, mesmo que, de modo geral, o envolvimento na luta contra a ditadura em âmbito nacional não tenha sido resgatado neste relatório, pode-se dizer que, no caso da Escola de Farmácia, muitas das ações realizadas internamente acabaram por envolver outras instâncias, assumindo, assim, o caráter de crítica às arbitrariedades do regime militar.

Apesar das diferenças na forma de atuação por parte dos estudantes ouro-pretanos, presentes mesmo após a fundação da universidade em 1969, o contexto aberto pela luta em prol da anistia estimulou os discentes da UFOP a agirem conjuntamente. Num momento em que a luta pelo direito de ter direitos englobava as reivindicações básicas da cidadania, Ouro Preto foi palco de protestos contra torturas e assassinatos cometidos pelos agentes da repressão, assim como de greves e mobilizações pela gratuidade do ensino público e por medidas de auxílio aos estudantes universitários.

Ainda que este relatório tenha adotado como foco principal as atividades de resistência e os atos repressivos ocorridos no meio universitário, não se pode deixar de ressaltar que, nas investigações desenvolvidas por familiares de mortos e desaparecidos, pela CNV e por outras comissões voltadas à recuperação da memória, foram identificados três casos de morte de militantes naturais de Ouro Preto e Mariana, causadas por ações dos agentes da repressão: os ouro-pretanos Hécio Pereira Fortes e Antônio Bicalho Lana; e o marianense Helber José Gomes Goulart. Os dois primeiros foram citados ao longo deste relatório por suas trajetórias no movimento secundarista da região, pela atuação como militantes do Partido Comunista Brasileiro e, posteriormente, da Corrente Revolucionária de Minas Gerais e da Ação Libertadora Nacional. Helber Goulart, que iniciou cedo sua vida como trabalhador, seguiu trajetória semelhante, tendo integrado as mesmas organizações citadas.

Foi como militantes da ALN que os três foram presos, submetidos a torturas e mortos por agentes da ditadura brasileira – Hécio Fortes, em janeiro de 1972; Helber Goulart, em julho de 1973; e Antônio Bicalho, em novembro de 1973. Com base em falsas versões oficiais de tiroteio, já desmentidas por investigações efetuadas pelo próprio Estado, os agentes ditatoriais procuraram justificar suas mortes. Foram enterrados, inicialmente, sem conhecimento de seus familiares, no Cemitério Dom Bosco, em Perus. Somente em 1975, 1991 e 1992, respectivamente, os restos mortais de Hécio, Antônio Carlos e Helber foram identificados e trasladados para suas cidades natais.

Nos anos 1990, foi reconhecida pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos a responsabilidade do Estado brasileiro por seus assassinatos, o que possibilitou que seus parentes recebessem reparação simbólica e financeira pelas graves violações de direitos humanos a que foram submetidos. Em 2014, a Comissão Nacional da Verdade estabeleceu ainda as cadeias de comando relativas a violações cometidas contra os 434 casos de mortos e desaparecidos indicados em seu relatório. Nos casos de Hécio, Antônio Carlos e Helber, apontou-se como local de tortura e morte o DOI-CODI –

Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna do II Exército, em São Paulo, que à época era chefiado pelo coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra.

Apesar dessa e de outras medidas adotadas pelo país em prol do resgate da memória, da verdade e da reparação, no âmbito da justiça e das reformas institucionais muito pouco foi feito. O Brasil, assim como outros países da América Latina e do mundo, tem vivenciado, desde a década de 1990, o processo definido como justiça de transição, que envolve o conjunto de ações adotadas por Estados e sociedades ao final de regimes autoritários ou conflitos armados. Este é orientado por quatro eixos principais: memória e verdade, reparação, reformas institucionais e justiça.

No caso de Hécio Pereira Fortes, em dezembro de 2014 foi ajuizada ação penal contra Carlos Alberto Brilhante Ustra, Dirceu Gravina e Aparecido Laertes Calandra pelo crime de homicídio mediante tortura. Em janeiro de 2015, a juíza Andréia Silva Sarney Costa Moruzzi rejeitou a denúncia oferecida pelo Ministério Público Federal, sob a justificativa de vigência da bilateralidade da lei de anistia, de 1979. Em junho de 2016, o médico legista Harry Shibata, envolvido em diversos casos de falsificação de laudos de exames necroscópicos, foi denunciado pelo Ministério Público Federal pelo caso de Helber José Gomes Goulart.<sup>418</sup>

Mesmo que o Brasil tenha avançado no que diz respeito à justiça de transição, muito ainda tem que ser feito para que retrocessos sejam evitados, para que as violações cometidas por agentes da ditadura brasileira sejam reconhecidas e para que a violência sistemática perpetrada pelo Estado brasileiro contra a população marginalizada não continue a ser a herança mais persistente do passado em nosso presente. Infelizmente, alguns retrocessos lamentáveis têm sido presenciados nos dias de hoje no país.

\*\*\*

Nos últimos anos, os trabalhos relativos à memória e à verdade, ladeados pelo acesso ao rico acervo disponível ao público, criaram condições mais consistentes e legítimas para a realização de iniciativas, projetos e pesquisas. Embora ainda existam grandes percalços a serem enfrentados pela justiça de transição brasileira, o estabelecimento de inúmeras comissões da verdade e a finalização de muitos trabalhos sobre violações cometidas contra

---

<sup>418</sup> Ambas as ações podem ser consultadas através da minuciosa compilação elaborada pelo Centro de Estudos sobre Justiça de Transição da Universidade Federal de Minas Gerais: <https://cjt.ufmg.br/index.php/ditadura-e-responsabilizacao/acoes-criminais/>.

diversos setores da população constituem uma grande vitória frente aos obstáculos que envolvem a luta pelos direitos humanos. Em meio aos limites impostos às comissões e aos pesquisadores, como a restrição de acesso a arquivos da repressão – ou mesmo institucionais, como ocorreu no caso da documentação do Arquivo Permanente da Escola de Minas – e a escassez de recursos para a realização dos trabalhos, o “dever de memória” continua a travar uma batalha que vai além da busca pela verdade: há uma imperiosa necessidade de julgamento dos responsáveis por todas as violações cometidas no período de exceção. Quando ações efetivas transformam esquecimento em reconhecimento, lembrar torna-se não só o antônimo de esquecer, mas também sinônimo de justiça. E esse é um dos principais objetivos do GT UFOP ao entregar este relatório à comunidade universitária, à população de Ouro Preto e à sociedade brasileira.

## **Recomendações**

Diante das violações de direitos fundamentais que ocorreram no ambiente universitário de Ouro Preto, no período compreendido entre 1964 e 1988, apresentadas neste relatório final, o GT UFOP recomenda à Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) um conjunto de medidas institucionais:

### **1) Reconhecimento da responsabilidade institucional da UFOP**

Para a construção da memória institucional da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) é necessário que se reconheçam as violações de direitos fundamentais que foram cometidas nas escolas de Farmácia e de Minas e, posteriormente, na universidade durante a ditadura militar, as quais atingiram em diferentes níveis a comunidade acadêmica. Recomenda-se que a UFOP peça desculpas formalmente e preste homenagem às pessoas listadas neste relatório, afetadas direta ou indiretamente pelas arbitrariedades ocorridas dentro da instituição.

### **2) Retirada de homenagens**

Conforme apresentado neste relatório e com base em prova documental e testemunhal, o ex-diretor da Escola de Farmácia de Ouro Preto, Vicente Ellena Tropa, foi grande apoiador da ditadura militar instalada no Brasil com o golpe de 1964, atuando como colaborador de órgãos de repressão e colocando em risco a integridade de estudantes. Apesar disso, o largo da referida Escola é nomeado em homenagem ao ex-diretor. Recomenda-se à Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) que solicite à Câmara Municipal de Ouro Preto a mudança de nome do “Largo Vicente Ellena Tropa” em reconhecimento e preservação da memória dos estudantes que foram vítimas de violações durante a ditadura.

### **3) Ações por memória**

Recomenda-se à Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) que, desempenhando papel fundamental na construção de conhecimento junto à comunidade, solicite aos órgãos públicos de Ouro Preto e Mariana a ampla divulgação das graves violações de direitos humanos perpetradas contra naturais dessas cidades, especialmente nos casos de Antônio Bicalho Lana, Helber José Goulart e Hélcio Pereira Fortes.

### **4) Criação e fortalecimento de uma política de memória institucional da UFOP**

Apesar dos esforços do arquivista responsável pelo Arquivo Central, Zenóbio dos Santos Júnior, há uma ausência de políticas de memória institucional da UFOP, ligada à própria desarticulação dos diferentes arquivos da universidade. Recomenda-se a definição e o fortalecimento de uma política de acervo, memória e arquivo, bem como o estabelecimento da infraestrutura necessária (espaço, organização dos acervos e pessoal) para a efetivação dessa demanda.

#### **5) Busca, identificação e reunião de possível documentação referente à Escola de Minas**

Conforme salientado no relatório, apesar de a Escola de Minas reunir os casos mais emblemáticos de arbitrariedades cometidas contra alunos e professores na cidade de Ouro Preto durante a ditadura militar brasileira, quase nada foi encontrado no Arquivo Permanente sobre tais casos. Recomenda-se à universidade a busca, identificação e reunião de possíveis documentos referentes à ditadura militar brasileira em acervo específico e de livre acesso à pesquisa.

#### **6) Fortalecimento da política de acesso aos arquivos da UFOP**

Recomenda-se à universidade que crie meios para facilitar o acesso à documentação referente à ditadura militar brasileira encontrada nos arquivos da instituição - tanto aquela que foi utilizada neste relatório, quanto aquela que pode ser encontrada em novos levantamentos e investigações. Para isso, a digitalização de tais documentos e o compartilhamento no site da universidade torna-se primordial.



## **Demandas institucionais**

### **1) Continuidade dos trabalhos para realização de um documentário**

Dentre os objetivos do GT UFOP, a realização de um documentário que apresente à comunidade ouro-pretana e à sociedade brasileira o modo como a região vivenciou a ditadura militar sempre esteve entre suas principais preocupações, dada a acessibilidade e difusão que essa linguagem pode propiciar ao reconhecimento das violações aqui ocorridas. Frente ao pouco tempo disponível para a realização da pesquisa e às limitações de uma equipe formada, primordialmente, por pesquisadoras e pesquisadores voluntários, a realização desse trabalho não foi possível até o momento. Solicita-se o apoio da universidade à continuidade dos trabalhos do GT UFOP através da concessão de quatro bolsas de extensão por um período de seis meses.

### **2) Publicização do relatório**

Solicita-se que a universidade fomente ampla publicização do relatório final do GT UFOP na comunidade universitária, bem como disponibilize as informações aqui levantadas para além do ambiente acadêmico, através de projetos e iniciativas de extensão.

### **3) Elaboração de livro**

Solicita-se que a UFOP transforme este relatório final de pesquisa em livro, a ser diagramado em comum acordo entre a editora da universidade e as coordenadoras e coordenadores do GT UFOP.

### **4) Organização do acervo referente à ditadura militar na UFOP**

Para que haja maior acesso aos documentos referentes à ditadura militar que se encontram nos arquivos da UFOP, solicitam-se duas bolsas de extensão e/ou pesquisa para auxílio na organização dos acervos e na formulação da política institucional de memória da instituição.



Largo Vicente Ellena Tropa/Foto: Thatyanna Mota

## ANEXO 1

### Os Festivais de Inverno e a Repressão em Ouro Preto

*Leon Frederico Kaminski*

Muitas memórias sobre a Ouro Preto da década de 1970 giram em torno dos Festivais de Inverno, evento que ocupava prédios e ruas da cidade ao longo dos meses de julho. Eram artistas, professores, jovens e turistas de todo o país e do exterior que se reuniam durante a atividade de extensão promovida pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) na antiga capital do estado. Parte dessas lembranças está ligada ao “clima” do Festival de Inverno, que permitia certa sensação de liberdade diante do cotidiano repressivo existente durante o período ditatorial no Brasil. Convivem nas recordações sobre os festivais, muitas vezes, memórias sobre essa mesma repressão, promovida pelos órgãos de segurança do regime, de modo que a presença de policiais e viaturas do DOPS na praça Tiradentes é uma cena usada de forma recorrente para descrever esse aspecto do evento. Este texto, que visa discutir parte das práticas repressivas em Ouro Preto, baseia-se nos resultados obtidos em projeto de pesquisa sobre os Festivais de Inverno de Ouro Preto desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em História da UFOP<sup>419</sup> e em investigações posteriores.

O Festival de Inverno surgiu e se consolidou a partir da convergência de interesses de diferentes grupos. O principal, que idealizou o evento, era formado por artistas e professores ligados à Escola de Belas Artes da UFMG e à Fundação de Educação Artística, ambas situadas em Belo Horizonte, e possuía a intenção de promover cursos de formação artística para estudantes durante o período de férias escolares e viam a cidade de Ouro Preto um local propício para realizar tal atividade. A prefeitura do município engajou-se no projeto compreendendo-o como oportunidade para promover o turismo na cidade, já bastante conhecida por sua simbologia política e artística, em termos históricos, oriundas da Inconfidência Mineira e da arte barroca. A reitoria da UFMG, por sua vez, que possuía papel destacado no processo de reforma universitária promovido pelo governo federal, incorporou e ajudou a transformar o Festival em uma das maiores experiências de extensão universitária do país, com grande prestígio no Ministério da Educação e Cultura, em uma época na qual o extensionismo (parte do tripé ensino-pesquisa-extensão que começava a se implementar nas

---

<sup>419</sup> KAMINSKI, Leon Frederico. *Por entre a neblina: os Festivais de Inverno de Ouro Preto (1967-1979) e a experiência histórica dos anos setenta*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2012.

políticas públicas de educação universitária) possuía ínfima presença nas instituições de ensino superior. O evento, que teve sua primeira edição em 1967, alcançou relevância no cenário nacional, sendo uma das maiores promoções culturais do país na década de 1970, atraindo milhares de pessoas à Ouro Preto.

O Festival foi concebido em um momento histórico no qual a resistência ao regime ditatorial possuía grande expressão no campo cultural, antes da decretação do AI-5 em dezembro de 1968, quando houve o recrudescimento da censura e da repressão em diversas esferas da vida cotidiana, incluindo a produção artística. Ligado a grupos da vanguarda artística mineira, o Festival pode ser compreendido como integrante desse quadro de resistência cultural. Haroldo Mattos, diretor da Escola de Belas Artes em 1967, aponta que uma das intenções do evento, em seu início, era de que servisse como um “canal de afirmação para os artistas e intelectuais perseguidos”<sup>420</sup>. Naquele ano, por exemplo, conforme documento presente nos arquivos da Assessoria Especial de Segurança e Informação da UFMG<sup>421</sup>, o comando da Infantaria Divisionária da 4ª Região Militar solicitava providências à universidade em relação a professores da Escola que haviam sido indiciados em inquéritos policiais militares, acusados de esquerdistas. Não sem ambiguidades e contradições, visto que seu principal patrocinador era o governo federal, a organização do Festival de Inverno nas décadas de 1960 e 1970 possibilitou que o evento se mantivesse como um espaço com liberdade de experimentação artística e de ensino. O Festival, no entanto, possuía duas esferas diferentes: a do festival em si, compreendendo suas atividades oficiais, estudantes devidamente inscritos, artistas e professores convidados; e a do “festival paralelo”, uma grande movimentação de pessoas na cidade que não estavam diretamente ligadas ao evento, mas que enchiam as ruas da cidade nos finais de semana e promoviam a imagem do Festival.

A atividade principal do Festival propriamente dito eram os cursos de férias, que duravam todo o mês de julho, aos quais eram somados diversos espetáculos, exposições e concertos voltados tanto para os participantes do evento quanto ao público geral, moradores e turistas. Além da Prefeitura Municipal de Ouro Preto, o Festival recebia apoio das instituições educacionais do município. A Escola Técnica, no morro do Cruzeiro, e colégios estaduais alojavam os cursistas. As escolas de Farmácia e de Minas cediam seus espaços para a realização das atividades do Festival, sem participar diretamente da organização do evento,

---

<sup>420</sup> Apud RIBEIRO, Marília Andrés. *Neovanguardas: Belo Horizonte – anos 60*. Belo Horizonte: C/Arte, 1997, p.139.

<sup>421</sup> ID/4 – Quartel General. *Ofício n. 33-E2/sec*. Belo Horizonte, 14 mar. 1967. Biblioteca Universitária – Universidade Federal de Minas Gerais (BU-UFMG), Coleções Especiais, AESI, cx. 1967/5, maço 08, folhas 61-71.

mesmo com a fundação da UFOP em 1969. De 1967 à 1979, enquanto Ouro Preto sediou o Festival de Inverno, houve uma média de 468 alunos inscritos nos cursos, tendo seu ápice em 1972, com 739 participantes. Os cursistas passavam o dia nas aulas, com folgas somente à noite e nos fins de semana. Vários professores e organizadores do evento possuíam forte ligação com os movimentos artísticos de vanguarda, fato que proporcionou ao Festival uma de suas principais características, o incentivo à experimentação e à liberdade de criação e de ensino, presentes tanto nos cursos quanto nas obras produzidas durante o evento (mesmo tendo em vista os tênues limites da censura oficial e da autocensura). Tal fato ajudava a projetar a imagem, expressa de forma recorrente pela imprensa e pelos participantes, do Festival de Inverno como portador de um clima de liberdade, reforçado pelo imaginário da Inconfidência Mineira, que teve palco na Vila Rica setecentista. Ouro Preto, então, durante a realização do evento era vista por muitos como um espaço de liberdade em pleno período ditatorial.

Se por um lado o experimentalismo estético e de ensino durante os festivais foi um dos responsáveis por imprimir essa imagem, o “clima” do Festival de Inverno está diretamente ligado ao grande volume de pessoas que se dirigiam à Ouro Preto durante a sua realização. Além daqueles que participavam diretamente do evento, algumas estimativas da época apontam para um fluxo de 100 mil<sup>422</sup> pessoas em 1968 e de 350 mil<sup>423</sup> em 1971, ao longo das quatro semanas do Festival. São números bastante altos, embora possam estar superestimados, principalmente se comparados à população do município, que possuía 46 mil habitantes segundo o censo de 1970. Tratava-se de um momento de grande crescimento do turismo no Brasil, com a implementação de políticas públicas e subsídios estatais para o setor em um contexto de prosperidade econômica. Ao lado dos turistas com perfil mais comum, porém, dirigiam-se à Ouro Preto milhares de jovens oriundos de diferentes regiões do país e também do exterior. Tratavam-se de viajantes que se relacionavam de diferentes formas com o imaginário e as práticas da contracultura, com as mudanças comportamentais que acompanhavam as críticas aos valores e costumes tradicionais, desde *hippies* que entravam em processos mais profundos de automarginalização, que “caíam fora” do sistema, até aqueles que aproveitavam as férias ou o final de semana em busca de novas experiências.

---

<sup>422</sup> Festival de Inverno termina com entrega de certificados. *O Diário*, Belo Horizonte, 26 jul. 1968; BU-UFMG, Col. Esp., Festival de Inverno (FI), cx. 1968/Recortes.

<sup>423</sup> PM, Dops e mais quatro delegacias vão vigiar Inverno em Ouro Preto. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 01 jul. 1972. BU-UFMG, Col. Esp., FI, cx. 1972/Recortes.

Eram esses jovens um dos componentes responsáveis pelo “clima” do festival e por promover Ouro Preto como um espaço de relativa liberdade em meio ao regime ditatorial.

O crítico teatral Yan Michalski, em 1972, descrevia do Festival de Inverno como uma “provisória coletividade democrática e fraterna”, onde o cotidiano flui “numa intensidade diferente, que favorece o encontro com o próximo e dá a cada minuto um sentido quase impossível de alcançar nas condições em que se vive no resto do país”<sup>424</sup>. O texto de Michalski permite-nos observar a sensação vivida durante o Festival em contraposição ao dia-a-dia da ditadura. Amplamente presente na produção literária, artística e jornalística dos anos 1970, a metáfora do “sufoco” é uma das principais representações da experiência histórica daquela década. A força da repressão que se fazia presente nas diversas esferas do cotidiano após o AI-5 (nas artes, na cultura, na escola, na universidade, no trabalho, no espaço urbano, na família, entre outras) provocava uma sensação de asfixia, de falta de ar. Nesse sentido, muitos partiram para autoexílios no exterior, outros buscaram “válvulas de escape” dentro do próprio país, para que pudessem respirar. No Brasil, muitos jovens que viviam a revolução dos costumes e se aproximavam das práticas da contracultura procuravam se apropriar e se agregar em espaços de sociabilidade nos quais pudessem vivenciar com mais liberdade essas experiências, lugares nos quais pudessem se afastar ao menos momentaneamente da repressão cotidiana. Alguns desses locais ficaram famosos, como o “píer” de Ipanema e a “aldeia hippie” de Arembepé. Ouro Preto durante os Festivais de Inverno acabou também sendo apropriado pelos jovens como um desses espaços de encontro e de relativa liberdade em tempos de “sufoco”.

As práticas da contracultura eram vistas como formas de contestação aos valores, costumes e instituições que davam suporte ao regime. Em seu imaginário, que emergiu entre a juventude na década de 1960, a “estrada” era vista como um espaço de liberdade, a prática da viagem como uma forma de “cair fora” (“*drop out*”) do sistema. O estilo de viagem contracultural, que podia ser apropriado com diferentes intensidades pelos jovens, envolvia diversas práticas de automarginalização que possuíam como objetivo gastar o mínimo de dinheiro possível, como viajar de carona, hospedar-se em moradias estudantis, em comunidades alternativas, em acampamentos ou mesmo dormir ao relento em praias ou praças. O próprio ato de viajar, no entanto, também era uma forma de suspender o cotidiano, ao afastar-se de seu ambiente repressivo costumeiro, do trabalho, das instituições de ensino, da família. Esse afastamento permitia uma liberdade muito maior do que se estivesse em sua

---

<sup>424</sup> MICHALSKI, Yan. Ouro Preto: ritual da integração. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 jul. 1972. BU-UFMG, FI, cx.1972/Recortes.

própria cidade, ao alcance do olhar dos parentes, dos vizinhos, dos professores, dos colegas de trabalho. Todos os anos, no mês de julho, milhares de jovens chegavam a Ouro Preto, para passar o mês ou um fim de semana, lotavam as ladeiras, praças e bares, dormiam em repúblicas estudantis, na calçadas, nos adros das igrejas, viravam as noites em festas e serestas, bebiam e consumiam substâncias psicoativas, produziam e vendiam arte e artesanato para autossustento, viviam – ou ao menos vislumbravam – a liberdade sexual. Essa efervescência era um dos ingredientes do Festival de Inverno, uma das razões para que atraísse cada vez mais público e prestígio, embora os excessos fossem condenados e reprimidos.

O grande fluxo de pessoas e os comportamentos liberais que fugiam da realidade cotidiana e da moral convencional geravam a repulsa dos setores conservadores. Muitas famílias não permitiam que suas filhas participassem das atividades do Festival, trancando-as em casa ou mandando-as passar as férias fora da cidade. Insatisfeitos com o que viam como desordem, algazarra e depravação, oponham-se à continuidade do evento na cidade. Em 1968, ocorreram agressões entre visitantes e membros da TFP (Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade), grupo de extrema-direita que apoiava o regime.<sup>425</sup> Um dos principais porta-vozes do conservadorismo ouro-pretano, padre Simões, clamava no púlpito contra o evento, que chamava de “festival do inferno”, e declarava à imprensa que “essa gente está transformando Ouro Preto em uma terra sem dono. Isso aqui está virando bagunça, um antro de maconheiros, desordeiros. Uma família já não pode morar sossegada aqui”<sup>426</sup>. Embora a posição conservadora contra o evento estivesse presente entre a sociedade, ela não era maioria. Mesmo com as críticas, o Festival manteve-se por treze anos na cidade, pois recebia apoio de parte considerável da população e das instituições do município, inclusive de setores da Igreja, que entendiam que o evento não era responsável pelos excessos de alguns visitantes.

A grande movimentação de jovens em Ouro Preto, no entanto, logo chamaria a atenção das autoridades policiais, que passaram a reprimir parte da juventude que se fazia presente em suas ladeiras, especialmente a partir de 1970. Em uma noite de julho daquele ano foi realizada a primeira incursão da Brigada do Vício, setor do DOPS mineiro, em Ouro Preto durante o Festival de Inverno. À paisana, “disfarçados de estudantes, muitos até cabeludos, parecendo

---

<sup>425</sup> *O II Festival de Inverno*, p.28. BU-UFMG, FI, cx.1968/1, pasta 1.1.

<sup>426</sup> DIAS, Etevaldo; ARAÚJO, José. Estranhos visitantes na paz de Ouro Preto. *O Globo*, Rio de Janeiro, 03 ago. 1970. BU-UFMG, Col. Esp., FI, cx. 1970/Recortes.

artistas”<sup>427</sup>, seus agentes infiltraram-se entre o público e, com ajuda da polícia militar, realizaram batidas em bares e outros espaços onde aconteciam festividades. Foram realizadas naquela noite dezenas de prisões, incluindo menores de idade e “filhos de personalidades conhecidas no mundo econômico e social de Minas”<sup>428</sup>. Enquanto os jovens estavam presos, a imprensa utilizava termos como “festival do embalo” e “festa da bolinha” para falar sobre o evento, em referência ao uso de drogas. Um âncora de TV, no Rio de Janeiro, recomendava às mães “que prezassem a virtude e a felicidade de suas filhas não deviam deixá-las ir à Ouro Preto”<sup>429</sup>. Durante os festivais, um aparato especial de segurança era montado na cidade, com participação do DOPS, da Polícia Militar, das delegacias de Vadiagem, Furtos e Ordem Econômica. Os alvos principais eram o uso de tóxicos e o “comportamento indesejado dos hippies”, para se “evitar atentados aos costumes, evitando escândalos e invasões”<sup>430</sup>.

A repressão ocorrida em Ouro Preto se dava num contexto nacional de combate a práticas da chamada contracultura, estilo de vida e expressão estética que visavam mudar os valores e costumes que sustentavam o regime. Práticas como a liberdade sexual, a subversão dos costumes e o consumo de substâncias alteradoras da consciência, para os órgãos de censura, de repressão e de informação, que as interpretavam pelo prisma do imaginário anticomunista, no entanto, eram compreendidas como armas do comunismo para enfraquecer a juventude, desestruturar a família tradicional e a sociedade, o que facilitaria a tomada do poder por parte dos soviéticos.<sup>431</sup> E que, por essa perspectiva, deviam ser combatidas. A documentação do Serviço Nacional de Informação (SNI), analisada por Carla Reis Longhi<sup>432</sup>, demonstra que o principal órgão da comunidade de informações do regime produzia e fazia circular um discurso de que tais práticas (que iam contra a moralidade cristã dominante) presentes na produção cultural do período, e o uso de entorpecentes faziam parte de novas estratégias do “Movimento Comunista Internacional”. Tal construção discursiva enquadrava o

---

<sup>427</sup> Brigada do Vício acaba com Festival das Bolinhas em Ouro Preto. *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 21 jul. 1970; BU-UFMG, Col. Esp., FI, cx. 1970/Recortes.

<sup>428</sup> Muitos presos no Festival de Inverno em Ouro Preto. *Folha da Tarde*, São Paulo, 21 jul. 1970; BU-UFMG, Col. Esp., FI, cx. 1970/Recortes.

<sup>429</sup> TORRES, Maurílio. Festival de Ouro Preto acaba hoje com jeito de fim de festa. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 31 jul. 1975; BU-UFMG Col. Esp., FI, cx. 1975/Recortes.

<sup>430</sup> PM, DOPS e mais quatro delegacias vão vigiar Inverno em Ouro Preto. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 01 jul. 1972; BU-UFMG, Col. Esp., FI, cx. 1972/Recortes.

<sup>431</sup> KAMINSKI, Leon Frederico. “O movimento hippie nasceu em Moscou”: imaginário anticomunista, contracultura e repressão no Brasil dos anos 1970. *Antíteses*, Londrina, v.9, n.18, p.467-493, jul-dez 2016.

<sup>432</sup> LONGHI, Carla Reis. Cultura e costumes: um campo em disputa. *Antíteses*, Londrina, v. 8, n. 15, p. 197-218, 2015.



campo da cultura e dos costumes como área de atuação subversiva, reforçando a ideia de um “inimigo interno” que visava disseminar a imoralidade e que, nesse sentido, deviam ser vigiados, reprimidos e censurados. Relatórios de diferentes órgãos, como o apresentado pela Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da Universidade de Brasília<sup>433</sup> sobre uma série de prisões de jovens em 1973, buscavam demonstrar, através desse olhar distorcido, que havia efetiva ligação entre a “corrupção dos costumes”, a disseminação das drogas e o comunismo.<sup>434</sup>

Permeado por esse imaginário, teve início em janeiro de 1970 uma onda repressiva a jovens que por sua estética ou por seus hábitos eram identificados como *hippies*. Naquele começo de ano centenas de jovens foram presos em todo o país, como ficou registrada em matéria da revista *Veja*, na qual dizia que o “amor livre esconde o proxenetismo, a paz é um slogan da subversão e a flor tem o aroma dos entorpecentes” e que, ao “decifrar dessa forma os símbolos hippies, a Polícia Federal ordenou a todos os Estados uma campanha rigorosa contra os jovens de colar no pescoço e cabelos compridos”<sup>435</sup>. A onda repressiva aos “hippies”, que se manteve nos anos seguintes, teve início a partir da circulação do documento *Info 396/69* do SNI, com difusão da Polícia Federal, que recomendava que a “rigor, os ‘hippies’, antes que o mal se difunda por espírito de imitação ou de aventura, *deveriam ser enquadrados desde logo por vadiagem*, o que se constituiria em medida preventiva contra o evidente potencial de periculosidade”<sup>436</sup>. As prisões dos jovens que compartilhavam das práticas da contracultura davam-se, comumente, por dois caminhos: a) detenções por vadiagem, como descrita no documento acima, de forma arbitrária, mas que não permitiam retenções mais longas; b) ou por uso/tráfico de entorpecentes, cuja legislação se tornava mais rígida, o que possibilitava punições mais severas.

Em relatório<sup>437</sup> sobre a atividade policial durante o Festival de Inverno de 1974, registrou-se o número de 186 detenções ao longo do evento – sendo 14 por vadiagem, 6 por atentado violento ao pudor e 7 por tóxicos. Entretanto, esses dados apresentam grande contraste a outros mencionados por Weber Americano, então delegado responsável pelo policiamento em Ouro Preto e um dos signatários do relatório citado acima, ao *Estado de*

---

<sup>433</sup> *Relatório da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da Universidade de Brasília*. Brasília: FAC-UnB, 2016.

<sup>434</sup> Arquivo Nacional, BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_ROS\_0033\_d0001de0001.

<sup>435</sup> *Hippies sem paz. Veja*, São Paulo, n.078, 04 mar. 1970, p.70.

<sup>436</sup> Arquivo Nacional, br\_dfanbsb\_zd\_0\_0\_0021c\_0011\_d0003. Grifo nosso.

<sup>437</sup> Arquivo Público Mineiro, DOPS, pasta 4361, rolo 061, imagens 10-16.

Minas<sup>438</sup> em 1975. Embora não cobrisse os primeiros anos do Festival de Inverno, o número de prisões envolvendo entorpecentes durante o evento, conforme foi apresentado ao jornal, era bastante alto: 630 pessoas em 1972, 370 em 1973; 250 em 1974; e 50 em 1975. A diferença entre os números é gritante: a mesma autoridade que registrou 7 prisões por tóxicos no relatório oficial, informou à imprensa a quantidade de 250 detenções por entorpecentes no mesmo ano de 1974. Tal contraste é revelador, pois demonstra que a maior parte da ação policial e das prisões (nesse caso 97% dos detidos por entorpecentes em Ouro Preto durante o Festival) não constavam nos registros oficiais. Dado, no entanto, que não é surpreendente, visto que a ocultação de informações sobre prisões era recorrente durante a ditadura. Nesse contexto, era comum a utilização do que um periódico chamou na época de “método clássico”: “colocar o preso na estrada, indicar-lhe o caminho de casa e mandá-lo andar, sem voltar a cabeça”<sup>439</sup>. Uma parte dos jovens presos em Ouro Preto, contudo, eram encaminhada para a sede do DOPS em Belo Horizonte.

O DOPS teve papel proeminente na repressão existente durante os Festivais de Inverno, especialmente através da Brigada do Vício, setor criado em 1970 para reprimir o uso e tráfico de entorpecentes. A transferência, em Minas Gerais, do combate aos tóxicos da delegacia de vadiagem para o DOPS aponta para o fato das autoridades do estado considerarem a questão drogas como um problema político, ou seja, de que seu uso e difusão possuiria um caráter subversivo. Para combater o uso de entorpecentes, o DOPS utilizou-se dos mesmos métodos empregados na repressão a organizações políticas de esquerda. Estratégias de espionagem eram utilizadas com agentes à paisana e infiltrados entre os moradores e visitantes<sup>440</sup>, e uma rede de informantes foi formada a partir daqueles que eram detidos por causa de entorpecentes.<sup>441</sup> Sobre eles pairava a ameaça real de prisão e tortura. A Brigada do Vício agia sob as ordens dos delegados David Hazan e Thacyr Menezes Sia. A atuação deste último como torturador consta no Relatório da Comissão Nacional da Verdade.<sup>442</sup> Seu nome é também citado por José Carlos Temple Troya, que por posse de tóxicos foi preso junto com os demais integrantes, de diferentes nacionalidades, do grupo Living Theatre no dia da abertura

---

<sup>438</sup> Balanço completo do Festival de Inverno. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 27 jul. 1975; BU-UFMG, Col. Esp., FI, cx. 1975/Recortes.

<sup>439</sup> O outro lado do Festival de Inverno. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 15 jul. 1973; BU-UFMG, Col. Esp., FI, cx. 1973/Recortes.

<sup>440</sup> Arquivo Público Mineiro, DOPS, pasta 5084, rolo 077, imagem 24.

<sup>441</sup> O DOPS está ganhando a guerra contra a maconha. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 29 jul. 1970; BU-UFMG, Col. Esp., FI, cx. 1970/Recortes.

<sup>442</sup> BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório*, volume 1. Brasília: CNV, 2014, p.929.

do Festival de Inverno de 1971. O caso ganhou repercussão internacional por se tratar de uma conceituada companhia teatral de vanguarda. O ator relata a tortura sofrida por seus companheiros, o brasileiro Ivanildo Silvino de Araújo e o peruano Vicente Segura:

Depois de envolver eletrodos no dedo indicador da mão direita e no pênis de Ivan, que permaneceu de pé, um dos torturadores acionou a manivela da chamada “maquininha marrom”, dando-lhe um choque elétrico. Nesse momento, Thacyr comandou, sarcástico: “Sorria!” Como Ivan permanecesse inerte, ameaçou queimá-lo vivo com gasolina. Também a Vicente envolveram-lhe um eletrodo no dedo, deram-lhe um choque e, por recusar-se a revelar nomes, o jogaram brutalmente contra a parede.<sup>443</sup>

Os integrantes europeus e norte-americanos do Living Theatre, em função da repercussão na imprensa e para não haver problemas diplomáticos, não foram vítimas de torturas, ao contrário dos latino-americanos. Fato que não impediu que Julian Beck, norte-americano líder do grupo ao lado de sua esposa Judith Malina, descrevesse em seu diário parte de sua experiência nas dependências do DOPS:

O Departamento de Ordem Política e Social, a polícia secreta do Brasil, se ocupa de duas coisas somente: “subversão” (revolução) e drogas. (...) E não é negligenciável o fato de que esses métodos de obter informação sejam aplicados também, rotineiramente, cada dia da semana brasileira, a pessoas presas por posse de maconha, presas com um simples baseado. Tive de aturar de pé, do lado de fora da sala, impotente, destruído pela minha incapacidade de fazer qualquer coisa, enquanto os gritos dos maconheiros torturados me dilaceravam por dentro.<sup>444</sup>

Esses relatos evidenciam um lado da repressão existente durante a ditadura ainda pouco discutido, que é o da repressão à contracultura e ao uso de entorpecentes. Repressão que foi menos ostensiva que aquela direcionada a organizações de esquerda, que foram dizimadas, mas que também representa o arbítrio da ditadura e a violência do Estado contra seus opositores, no caso, jovens que contestavam os valores e as instituições que sustentavam o regime. A repressão aos atores do Living Theatre, como a exercida contra tantos outros jovens

---

<sup>443</sup> TROYA, Ilion. Sobre o Living no Brasil. In: MALINA Judith. *Diário de Judith Malina: o Living Theatre em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 2008, p.253.

<sup>444</sup> Apud TROYA, Ilion. Sobre o Living no Brasil. In: MALINA Judith. *Diário de Judith Malina: o Living Theatre em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 2008, p.249.

em Ouro Preto e no país, não era somente por causa da posse de entorpecentes, devia-se a razões morais, uma reação às transformações no campo dos costumes, como demonstra a fala do detetive Álvaro Lopes, quando da prisão do grupo:

São marginais, eles e seu grupo. Eles nos ofendem com suas roupas, seus cabelos e barbas compridas, sua falta de higiene e seus costumes exóticos. A simples existência do grupo é nociva, pois desvirtua o sexo, a família, os hábitos tradicionais, subvertendo a ordem normal da sociedade.<sup>445</sup>

A organização do Festival de Inverno, nesse contexto, mantinha posições ambíguas, que no intuito de garantir a continuidade do evento enquanto espaço de experimentação artística, com uma aura de resistência, necessitava manter diálogo com os órgãos de repressão e da censura de um governo que era seu principal patrocinador. A autocensura fazia parte do cotidiano dos artistas na época e da organização do Festival que, por exemplo, após um período de negociações com o Living Theatre não fechou contrato com o grupo, que não integrou sua programação oficial. Embora tenha saído em sua defesa no momento da prisão de seus integrantes, entendia que um possível escândalo envolvendo as apresentações do polêmico grupo poderia criar problemas para a imagem do Festival. Ao mesmo tempo que negociava por repressão policial mais branda durante o evento, para não afastar o público, enviava anualmente carta ao secretário de segurança do estado solicitando policiamento discreto em todas as promoções culturais e policiamento preventivo para evitar distúrbios na cidade. A estratégia dos organizadores do evento foi a de criar um discurso de separação entre o festival em si, a programação oficial e seus participantes, e o festival paralelo, do qual eles não possuiriam nenhuma responsabilidade. Nesse discurso, também utilizado pelas autoridades, a ação policial era direcionada àqueles que eram denominados como “falsos turistas”, que se diferenciariam dos ordeiros participantes do festival. Discurso que se consolidou à época entre autoridades, imprensa e população.

A Ouro Preto do Festival de Inverno e do “festival do inferno” com sua efervescência cultural que congregava diferentes expressões e experiências no mesmo território – o barroco mineiro, a arte experimental, o estudante universitário, o turista e a contracultura – ficou gravada na memória de parte daqueles que vivenciaram o seu clima de liberdade. A presença do camburão do DOPS na praça Tiradentes, coração da cidade, durante a realização do evento servia como lembrança para a situação ditatorial que o país vivia, de que mesmo que se

---

<sup>445</sup> Líderes do Living Theatre já estão na Penitenciária. *O Globo*, Rio de Janeiro, 17 jul. 1971, BU-UFMG Col. Esp., FI, cx. 1971/Recortes.

pudesse experimentar uma relativa liberdade durante o evento, fugindo da repressão cotidiana, os olhos e os braços do regime estavam ali, prontos para podar as oposições, mesmo que elas ocorressem num campo que não era estritamente político, mas comportamental. E não deixou de atuar nesse sentido, com prisões e até mesmo tortura de jovens que, mesmo não participando de organizações políticas, almejavam transformar a sociedade por meio de mudanças culturais.



## ANEXO 2

### **O Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS/UFOP) no processo de redemocratização<sup>446</sup>**

Arnaldo José Zangelmi

O Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS) foi criado em meio ao processo de luta pela redemocratização do Brasil, no final da década de 1970 e início da década de 1980. Assim, a origem do ICHS e seus primeiros anos de funcionamento foram fortemente marcados pela interação entre as forças em disputa nesse contexto.

No final da década de 1970 foram intensificadas as negociações entre integrantes da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e da Igreja Católica visando a criação de um campus da universidade em Mariana. Tiveram destaque nesse processo o reitor da UFOP, Antônio Fagundes de Souza, o arcebispo de Mariana, dom Oscar de Oliveira, e o cônego José Geraldo Vidigal de Carvalho. Esses atores buscaram atender tanto aos interesses de expansão da universidade quanto às intenções do arcebispado de trazer parte da UFOP para Mariana. Assim, em 9/11/1979, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Maria, extensão da Pontifícia Universidade Católica (PUC), que funcionava em Mariana desde 1969, foi anexada à UFOP, dando origem ao ICHS.

Quando o Professor Antônio Fagundes de Souza assumiu a Reitoria da UFOP em 1979 as perspectivas de incorporação aumentaram sensivelmente, tanto mais que, no Diário Oficial, dia 26 de janeiro daquele ano, havia sido publicado o Estatuto da UFOP e pelo artigo 38, inciso “i” letra “I”, estava previsto o Instituto de Ciências Humanas, Letras e Artes, estando, portanto, abertas amplas perspectivas para que ocorresse a incorporação dos Cursos de Mariana.

Dia 9 de novembro de 1979 o Professor Fagundes foi recebido festivamente em Mariana. Após a Missa, celebrada por D. Oscar na Igreja de São Francisco, em histórico pronunciamento, o Reitor

---

<sup>446</sup> Adaptado de ZANGELMI, Arnaldo J. História, memória e identidade num instituto dividido. *Fênix: revista de história e estudos culturais*. Vol. 7, nº 2, 2010.

incorporou administrativamente a Faculdade de Filosofia de Mariana à UFOP sob aplausos de quantos lotavam o referido templo.

Nascia ali o ICHS!<sup>447</sup>

A influência da Igreja Católica nos primeiros anos do ICHS foi marcante, circunstância com fortes implicações políticas naquele contexto. As aulas no novo instituto se iniciaram em 1981, tendo os primeiros professores sido incorporados da antiga extensão da PUC. Esses docentes eram, em sua maioria, moradores da cidade de Mariana e tinham fortes vínculos com o arcebispado. O primeiro diretor, indicado por dom Oscar, foi o cônego José Geraldo Vidigal de Carvalho e o instituto foi estabelecido no antigo Seminário Menor (Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte), cedido em comodato pela Igreja Católica.

Cabe frisar que o Arcebispado de Mariana tinha fortes contornos conservadores naquele período, principalmente pelo perfil de atuação de dom Oscar, eclesiástico ligado aos setores mais tradicionais da Igreja Católica, contrários às mobilizações políticas em ascensão naquele período (OLIVEIRA; PAGNOSSA; ZANGELMI, 2011). Dessa forma, mesmo no início dos anos de 1980, entre parte significativa dos primeiros integrantes do ICHS havia forte resistência e aversão aos movimentos e atores engajados no processo de redemocratização, em âmbito local e nacional. Contrário aos setores progressistas da Igreja Católica<sup>448</sup>, esse grupo conservador argumentava pelo afastamento dos eclesiásticos em relação às mobilizações políticas, como se pode ver nas palavras do primeiro diretor do ICHS:

No documento intitulado ‘Instrução sobre a Liberdade Cristã e a Libertação’ está clara a orientação de Roma. Não compete aos pastores da Igreja intervirem diretamente na organização da política e

---

<sup>447</sup> Palestra proferida pelo Côn. José Geraldo Vidigal de Carvalho dia 9 de novembro de 2004 na abertura do I Encontro Memorial do ICHS. Disponível em <<http://ichs.ufop.br/diretoria-0>>. Consulta em 22/06/2017.

<sup>448</sup> Durante o regime civil-militar, algumas divisões internas na Igreja Católica foram acentuadas, especialmente entre setores ditos progressistas e conservadores, que se posicionaram de forma diferente em relação à repressão estatal. Os chamados progressistas atuaram principalmente entre as décadas de 1970 e 1980, sendo fortemente influenciados pelas diretrizes do Concílio Vaticano II (1962), da Conferência de Medellín (1968) e pela Teologia da Libertação. Esses grupos, articulando fé e política, deram base para uma série de mobilizações, de organizações e movimentos sociais populares, principalmente no processo de redemocratização, atuação que foi de encontro aos setores conservadores, de orientações religiosas e políticas tradicionais, fortemente alinhados com o *status quo*. Um exemplo dos impactos concretos dessas diferentes linhas de atuação pode ser visto em Oliveira, Pagnossa & Zangelmi (2011), que analisaram os processos de transformações na Arquidiocese de Mariana através de seus jornais.



na organização da vida social. Tal tarefa faz parte da vocação dos leigos, agindo por sua própria iniciativa, juntamente com seus concidadãos. [...] Aquela (a esquerda) preparando paióis de pólvora para desestruturar a sociedade e implantar o comunismo ateu, desumano, ditatorial, está consagrando o status quo, cristalizando os privilégios, ratificando a desigualdade social, promovendo os horrípidos bolsões de pobreza<sup>449</sup>.

A partir de 1982 foram realizados concursos para docentes do instituto, o que transformou consideravelmente esse cenário, dando margem para uma série de conflitos em torno do exercício da autoridade no ICHS. Esses professores eram provenientes de outras regiões - principalmente Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro - trazendo novas experiências, ideias e valores, redimensionando as relações de poder no instituto.

Menos vinculados às relações de poder locais e mais afeitos à abertura política que se delineava no panorama nacional, os novos professores disputaram diversos espaços com o grupo estabelecido. Questionamentos relativos à religiosidade e competência dos professores antigos foram frequentes nessas disputas:

Existia sim, a divergência: a divergência entre professores de Mariana, professores que tinham vindo da Católica, com os professores de fora, existia uma incompatibilidade entre eles, profissionalmente, tanto na linha de trabalho, quanto na posição. Isso havia, então era muito claro. A maioria dos professores de fora criticava muito os professores que eram de Mariana e os professores que tinham vindo da Católica. Então tinha um clima entre alguns professores. Porque tinha alguns professores que chegavam a criticar abertamente. [...] Ah, falavam que eram pessoas que não tinham mestrado, pessoas que tinham feito pós-graduação de final de semana (risos), que não tinham qualificação, que estavam muito atrasados, era nesse sentido as críticas. E eles ficavam ofendidos, eles sabiam, então eles se afastavam, eles acabavam se afastando [...]. Essa questão conservadora, a questão religiosa, porque a maioria eram religiosos, entendeu? Então tinha

---

<sup>449</sup> Cônego José Geraldo Vidigal de Carvalho *Jornal O Arquidiocesano*. Ano XXVIII, Mariana, 7 de setembro de 1986.

essa questão. Então eram professores que criticavam a questão da religiosidade, falavam que estava misturando religião com história <sup>450</sup>

Os novos professores defendiam a laicidade da instituição, buscando limitar a influência religiosa no ICHS. Além do cônego Vidigal, primeiro diretor, o próprio dom Oscar estava muito presente no cotidiano do instituto, fazendo “inspeções”, buscando influenciar em seus rumos. A religiosidade, nesse contexto, tinha um significado próprio, na medida em que os religiosos que dispunham de influência no instituto faziam parte do segmento conservador da Igreja Católica, o que obstaculizava a livre atuação política dos integrantes do instituto em prol das mobilizações pela redemocratização.

Esse embate entre os *estabelecidos e os forasteiros*<sup>451</sup> no ICHS se manifestou também de várias outras formas, como nas disputas em torno do currículo acadêmico, da ocupação dos cargos administrativos, da distribuição do poder, da moralidade e da posição do instituto frente ao panorama nacional.

Havia uma divisão muito nítida porque uma parte dos professores, principalmente os mais antigos que tinham vindo da Católica, eram professores mais conservadores, de uma faixa etária bem diferente da nossa que estávamos entrando na época. Muitos professores ligados à Igreja, tínhamos dois padres no Departamento antigo. E o Instituto havia sido criado mediante um acordo entre o governo federal, através da UFOP, e o Arcebispo de Mariana, na época Dom Oscar de Oliveira, que era uma das figuras mais destacadas do catolicismo conservador do Brasil na época. Então, eu me lembro, ele fazia medidas de inspeção aqui. Já era universidade federal, mas ele fazia medidas de inspeção, passeava pelos corredores dando o anel para as pessoas beijarem, esse tipo de postura muito antiga, que estava em descompasso com a expectativa das pessoas que chegavam aqui na época. E por outro lado, o Cônego era um pouco o representante do

---

<sup>450</sup> ML, ex-aluna da segunda turma de História do ICHS. Entrevista ao autor em 14/10/2003. A pesquisa utilizou a *história oral* como principal metodologia (AMADO & FERREIRA, 2002). Os nomes dos entrevistados não foram publicados, visando preservá-los de possíveis constrangimentos.

<sup>451</sup> A obra Elias & Scotson (2000) é reveladora nesse sentido, ao abordar as relações sociais, estigmas e enfrentamentos entre um grupo já estabelecido num espaço há muito tempo e outro forasteiro. Também é revelador seu argumento de que, em momentos de mudanças no equilíbrio de poder, essas relações ganham novos contornos, como ocorreu no processo de redemocratização.

Arcebispo na direção do Instituto. Foi um acordo. Foi federalizado, mas o Arcebispo é que indicou o Cônego como diretor no início. Depois ele foi eleito. Houve eleições e ele foi eleito, mas no início era por indicação. Então, havia muito conflito sim. Tipo, alguns problemas da vida universitária, havia muitos conflitos, com pano de fundo subentendido de natureza política, na época aqui. Depois a coisa modificou um pouco.<sup>452</sup>

Os novos professores eram jovens, com passagens por diversas cidades e instituições de ensino ao longo de sua formação, o que contrastava com as experiências de caráter mais localista dos integrantes já estabelecidos no instituto. Nos depoimentos, os novos professores são geralmente relacionados às ideias e organizações de esquerda, assim como os mais antigos identificados com grupos conservadores de direita:

Existia uma ala bem radical entre os mais novos de pessoas que estavam ligadas a partidos políticos, que iam mais de coloração trotskista, se não me engano. Então, o Vila...eu não sei em que partido o Vila tá hoje, mas ele era do Partido Comunista Revolucionário, era uma subdivisão, que eventualmente até atuava dentro do PT, enfim. Tinha um outro professor que era o Canrrouber, também numa ala de esquerda bastante radical que tentava então trabalhar a renovação contra o Cônego, contra o próprio Gilberto. O Gilberto era extremamente conservador também. Então, havia essa disputa entre essa juventude intelectual e duma ala política mais radical da esquerda e esses antigos.<sup>453</sup>

A maior parte dos enfrentamentos entre esses diferentes grupos girou em torno da distribuição do poder de decisão no instituto, sendo que o primeiro diretor, o cônego José Geraldo Vidigal, apresentava uma postura centralizadora, contrária aos anseios

---

<sup>452</sup> JD, ex-professor do ICHS (grupo novo). Entrevista ao autor em 02/07/2003.

<sup>453</sup> OR, ex-aluno do ICHS. Entrevista ao autor em 16/09/2003.

democratizantes dos novos professores e alunos que, cada vez mais, ganhavam espaço no ICHS. Alguns atores relacionam esse perfil centralizador à sua origem institucional:

Porque o Cônego...ele...era o antigo diretor da Escola, na época, a Escola Católica. Ele foi incorporado pelo ensino universitário e ele, no primeiro momento, ele incorporou também, na sua gestão administrativa, as suas características da administração eclesiástica.<sup>454</sup>

Apesar do grupo antigo dispor de um poder já estabelecido no município e no instituto, tendo maior controle sobre grande parte dos espaços de decisão, o grupo novo dispunha de maior proximidade com os alunos, que tiveram um papel relevante nesse processo, pressionando no sentido de uma gestão compartilhada, apoiando as greves e a democratização das instituições, mobilização essa que atingiu toda a UFOP nesse momento.

Defendíamos propostas avançadas, falávamos até em co-gestão do ICHS. Tínhamos o apoio dos alunos que em massa votaram no Celso. Eram politizados, com uma tremenda vontade de participação política e muitos eram excelentes alunos. Na greve de 85 quem apresentou a proposta numa grande assembleia no auditório da Geologia, quem deu as cartas na greve foi o ICHS, mas a direção da ADUFOP era presidida por um colega da Nutrição, Marcos. Lutávamos por um aumento salarial, mas também pela democracia interna. Falávamos em Estatuinte, eleição direta para reitor e por aí ia.<sup>455</sup>

No entanto, as iniciativas de professores e alunos que visavam essa democratização, em especial a busca pela gestão compartilhada no ICHS, tiveram, nos primeiros anos, forte resistência da ala conservadora. Com o passar dos anos, parte desse antigo grupo acabou por se “adaptar” aos novos tempos e ao perfil das instituições públicas. A mudança de atuação de parte do grupo antigo é destacada em diversos depoimentos, inclusive nas narrativas de seus próprios integrantes, que buscaram justificar essa transformação.

---

<sup>454</sup> TC, ex-professor do ICHS (grupo antigo). Entrevista ao autor em 12/10/2003.

<sup>455</sup> VL, ex-professor do ICHS (grupo novo). Entrevista ao autor em 08/08/2003.

Os primeiros alunos do ICHS não entenderam bem a abertura. Eles acharam que a abertura era liberdade completa. Inclusive queriam co-gestão:

– A gente queria administrar o Instituto em co-gestão com o senhor.

Eu falei:

– Calma lá! Vocês estão entendendo as coisas errado. (...)

Então eu tive que fazer uma educação pedagógica para eles entenderem que liberdade era essa (...). Mas depois eles entenderam que tinham que participar através dos representantes. Eles entenderam isso perfeitamente, tanto que um aluno chegou a me falar;

– Oh professor, o senhor mudou muito.

– Pra melhor ou pra pior?

– Pra melhor.

– Pois então, não fui eu que mudei, foi o contexto histórico que mudou.

Você tem que... Não é se adaptar ao contexto histórico também de acordo com a ditadura, mas também você não pode ficar dando murro em ponta de faca<sup>456</sup>.

Assim, apesar de geralmente negarem que se adaptaram ao processo de redemocratização, alguns integrantes do grupo antigo justificam sua conduta nos anos anteriores como necessária diante das condições impostas pelo regime, devendo, no entanto, transformá-la no novo contexto político. Em alguns depoimentos, integrantes do grupo antigo argumentam que não se tratava de atores contrários ou favoráveis à democracia, mas sim de diferentes estratégias de superação das circunstâncias daquele período.

Nós temos que trabalhar sempre a favor da democracia, porque toda e qualquer ditadura tem que ser condenada (...). Também não adiantava... Há processos. Você tem que usar uma metodologia para reverter a situação. O que aconteceu com muito brasileiro aí é que acabou sendo preso e não conseguia o que ele queria. E alguns ficaram

---

<sup>456</sup> Entrevista cedida ao autor por C G (grupo antigo) em 13 de agosto de 2004.

aqui no Brasil armando, no bom sentido, a volta da democracia. O Dom Oscar é um deles.<sup>457</sup>

Embora haja um aparente consenso em torno da necessidade e inevitabilidade das transformações em curso, é possível observar diferentes compreensões sobre o significado do processo de redemocratização entre integrantes dos diferentes grupos. Apesar de nenhum ator se posicionar abertamente contra a democracia, hoje palavra de ordem quase universal, percebemos que esse termo está longe de possuir um sentido unívoco.

O grupo antigo fala em democracia de forma bastante genérica, associando-a à busca por bem-estar social, pela melhoria nas condições de vida, saúde, educação, sem, contudo, remeter à tomada de decisões políticas e distribuição do poder. Ao exaltar os valores democráticos de certos grupos, argumentam que “no momento que ele (Departamento de História) era politizado, ele fazia tudo pra que... pra questão da equidade, da igualdade social... da democracia”<sup>458</sup>, tratando democracia como sinônimo de justiça e igualdade social. Nesse sentido, democracia pode existir mesmo num modelo político centralizador e autoritário, desde que este atenda às necessidades básicas da sociedade.

Já os integrantes do grupo que chegou posteriormente, com ideais constituídos e alimentados pelas mudanças na política nacional, têm uma ideia de democracia enquanto mudança política e sistêmica, como distribuição do poder para todas as instâncias da sociedade, colocando a gestão compartilhada e eleições diretas como questões centrais. Nessa perspectiva, somente assim seria possível alcançar igualdade e justiça social.

Muitos professores do grupo novo consideram que o discurso democrata do grupo antigo é um subterfúgio para o não reconhecimento de seu conservadorismo e autoritarismo, assim como a negação de sua derrota política no processo de redemocratização.

Eu acho que eles eram democratas da mesma maneira que os próprios militares diziam que eram democratas, que iriam restabelecer a democracia e tudo mais. Não havia um discurso de defesa explícita de um regime duro, militar, isso não havia. Mas havia uma acomodação,

---

<sup>457</sup> Entrevista cedida ao autor por C G (grupo antigo) em 13 de agosto de 2004.

<sup>458</sup> HB, ex-professora do ICHS (grupo antigo). Entrevista cedida a Caio Pinheiro Teixeira em 22/02/2003.

comodismo, digamos assim, em relação à situação. Não achavam que se devesse tentar nada demais.<sup>459</sup>

Os novos professores e alunos conseguiram, já na primeira metade da década de 1980, fortes avanços no instituto. Nesse enfrentamento, puderam transformar o currículo acadêmico, limitar a influência religiosa nas decisões do instituto e conquistar uma gestão administrativa menos centralizada. É reconhecido entre a maioria dos atores, dos diferentes grupos, que o cônego Vidigal modificou sua postura em seu segundo mandato como diretor, a partir de 1985. A influência de dom Oscar no ICHS também foi enfraquecida ao longo dos anos, diante das novas forças em ascensão. Essas transformações, ao ampliar os espaços de atuação, possibilitaram que o ICHS também alçasse maior participação nas mobilizações políticas pela redemocratização na UFOP e na sociedade em geral, participando das entidades sindicais, pressionando pela democratização na administração da universidade, contribuindo na organização de greves e protestos<sup>460</sup>.

### **Referências Bibliográficas**

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta M. (orgs). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. *Estabelecidos e Outsiders*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

OLIVEIRA, Fabrício R.C., PAGNOSSA, Tadeu P., ZANGELMI, Arnaldo J. Os processos de transformações na Arquidiocese de Mariana: uma análise dos jornais “O Arquidiocesano” e “O Pastoral”. *Mneme: revista de humanidades*. V. 12, nº 29, 2011.

ZANGELMI, Arnaldo J. História, memória e identidade num instituto dividido. *Fênix: revista de história e estudos culturais*. Vol. 7, nº 2, 2010.

---

<sup>459</sup> JD, ex-professor do ICHS (grupo novo). Entrevista ao autor em 02/07/2003.

<sup>460</sup> Um desses protestos ocorreu em 19/03/1984, organizado pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE/UFOP), vinculado à União Nacional dos Estudantes (UNE) naquele período. Os manifestantes reivindicavam eleições diretas (para reitor e presidente), recursos para a Educação, manutenção dos bandejeões e criticavam o FMI e os militares. Ver fotos em anexo.

Anexo: Fotos do protesto em Ouro Preto em 19/03/1984



Autor desconhecido. 19/03/1984. Ouro Preto/MG. Arquivo Público Mineiro. COSEG. Secretaria de Estado de Segurança Pública de Minas Gerais. CE 01.03. Imagem 1915.





Autor desconhecido. 19/03/1984. Ouro Preto/MG. Arquivo Público Mineiro. COSEG. Secretaria de Estado de Segurança Pública de Minas Gerais. CE 01.03. Imagem 1915.



Autor desconhecido. 19/03/1984. Ouro Preto/MG. Arquivo Público Mineiro. COSEG.  
Secretaria de Estado de Segurança Pública de Minas Gerais. CE 01.03. Imagem 1916.